NOTAS VICENTINAS

Preliminares duma edição crítica das Obras de Gil Vicente

Carolina Michäelis de Vasconcellos

Notas Vicentinas

Preliminares de uma edição crítica das Obras de Gil Vicente

I

GIL VICENTE EM BRUXELAS

OU

O JUBILEU DE AMOR

156539
14.10.20.

COÍMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1912

Da **Revista da Universidade de Coímbra**

VOL. I. — N.º 2

NOTAS VICENTINAS

Preliminares duma edição crítica das Obras de Gil Vicente

O título e subtítulo indicam que não farei apreciações gerais da *Obra*, nem tão pouco uma síntese da *Vida* do maior génio inventivo que Portugal produziu.

Restringir-me hei a ilustrar, por meio de minuciosos estudos de análise, pontos especiais de uma e outra coisa, quer controvertidos, quer mal esclarecidos até hoje, quer nunca examinados.

Tentarei averiguar *factos,* remontando às fontes, sempre que isso me seja possível. O tempo, a incúria dos epígonos, e a hostilidade dos poderes que no século XVI superentendiam (de 1536 em diante) na divulgação de ideias e conhecimentos por meio da imprensa, deixaram contudo perder-se materiais muito importantes: as lacunas do nosso saber são por isso tão numerosas que não é possível passar sem conjecturas.

Servindo-me de indícios dispersos, ponderando, sem juízo pre-estabelecido, hipóteses apresentadas já por outrem, sujeitando à crítica tradições e lendas, não dando fé a nenhumas, embora seculares às vezes, exaradas onde quer que seja e por quem quer que seja, quando não forem suficientemente documentadas, ou baseadas em raciocínios que satisfaçam, conto extirpar erros velhos, ratificar concepções mal cimentadas, e substituir suposições vãs por verdades autenticadas.

*

Muito se fez a favor de Gil Vicente no século passado, sobretudo nos últimos decénios, tanto dentro como fora do país. Muito se está fazendo actualmente com o nobre fim de nacionalizar e vulgarizar as

criações do genial dramaturgo que construíu os alicerces do teatro peninsular, erguendo sôbre êles os protótipos tanto do Auto simbólico, chamado *calderoniano* por excelência, como do drama cavalheiresco, da comédia de costumes e da paródia burlesca.

Já antes de Barreto Feio e Gomes Monteiro haverem tornado acessíveis as Obras Vicentinas, reimprimindo em 1834 quarenta e três autos [1] com quatorze composições miúdas que perfazem a *Copilação* [2] de 1562, e ilustrando tudo num *Ensaio* (com *Advertência* e *Apêndix*) e por meio de um *Glossário,* vários investigadores forasteiros haviam chamado a atenção do mundo culto para o sugestivo e rico repertório do mais fecundo e mais individual poeta cómico primitivo da Península.

Servindo-se dos poucos exemplares que da edição príncipe sobrenadam [3], alguns analisaram as peças mais características [4]; outros reimprimiram textos castelhanos [5]; ainda outros os estudaram todos, afim de dissertarem sôbre o teatro português [6] em geral. Pouquíssimos foram porêm capazes de citar, em catálogos razoados, antigas impressões avulsas, porque essas, perseguidas por não estarem expurgadas, são mais raras ainda do que a edição completa de 1562 e a mutilada de 1586 [7].

Depois daquele serviço relevante, nunca assaz gabado, a fama do *Plauto português* e da sua *vis comica* intensificou-se poderosamente. Gil Vicente passou decididamente a ser para os eruditos da especialidade «o dramaturgo europeu mais digno de louvores de quantos ganharam palmas e louros na primeira metade do século XVI» — pai da comédia moderna — um verdadeiro Lope de Vega, se nascesse cem anos depois.

Após Bouterwek, F. Denis, Sismondi, o tradutor alemão da *Osmia* [8], Moratin, Boehl de Faber, Ochoa, vieram os principais historiadores das literaturas peninsulares, ou do drama universal. Nenhum deles falou do teatro moderno sem prestar homenagem ao talento peregrino do principiador luso-castelhano [9].

Clarus [10] e Quillinan [11], que em 1845 e 1846, desconhecendo ainda a edição de Hamburgo, se cingiram às comunicações dos antecessores, foram depressa excedidos por A. F. von Schack [12], Jorge Ticknor [13], F. Wolf [14], Moritz Rapp [15] (cujas traduções bilingües de alguns autos luso-castelhanos são tentativas muito curiosas); em Espanha por Barrera y Leirado [16], e dentro do país por Costa e Silva [17].

Nova época começou, neste ramo como em todos os da história da literatura portuguesa, com a actividade assombrosa de T. Braga.

Pouco depois de êle haver dedicado um volume inteiro à *Vida de Gil Vicente e sua Escola* [18], cheio não só de considerações e ideias, mas também de factos até então desatendidos, diversos investigadores valentes da Tôrre do Tombo e de cartórios de freguesias da capital, descobriram documentos importantes, relativos a entidades homónimas. Com êsses surgiu a questão da identidade ou não-identidade do poeta cómico e daquele ourives que, para comemorar o descobrimento do caminho marítimo da Índia, lavrara por ordem de D. Manuel em 1506, com o primeiro ouro vindo de Quíloa, a obra-prima que se chama a *Custódia de Belêm.*

O problema foi ventilado com vivacidade durante anos, sem que aparecessem argumentos decisivos ou escrituras em que um Gil Vicente, designado claramente como o que *fazia os autos a el-rei,* fosse tratado de ourives e autor da Custódia, ou vice-versa [19].

De 1880 em diante saíram estudos relativos principalmente às Obras do poeta: apreciações mais completas e mais finamente ponderadas; interpretações gerais; classificações fundamentadas dos autos que o poeta chamara *de devoção e a serviço de Deus enderençados,* das representações festivas e tragicomédias cavalheirescas, das comédias de costumes e farças populares, assim como das alegorias e sátiras [20]; confrontos com obras de autores estranjeiros de primeira plana [21]; tentativas, vagas embora, para assinar ao pensador português lugar conspícuo, bem se vê, nos dois grandes campos de batalha onde se remodelara a vida e o espírito medieval [22]: o da Reforma e o do Renascimento.

Vieram belos ensaios sôbre as partes líricas dos Autos, que são valiosos especimes de poesia popular, no género arcaico das *cantigas de amigo, serranilhas, albas, barcarolas, cantos de romaria,* que conhecemos pelas imitações palacianas dos trovadores galego-portugueses [23]. Vieram indagações genealógicas [24] e estudos históricos sôbre a *Gente do Cancioneiro,* que em grande parte é a mesma que na côrte de D. Manuel assistiu às representações scénicas de Gil Vicente [25]. Veio finalmente como subsídio utilíssimo um *Índice* de nomes e de coisas nelas mencionadas [26].

Com o quarto centenário do teatro nacional, o interesse pelas criações vicentinas avivou, e não mais tornou a afrouxar-se. Dignamente preparada por todos os escritos a que acabo de aludir, e particularmente pela reelaboração dos primeiros volumes da *História do Teatro Português* que T. Braga realizou [27], aproveitando e interpretando à sua maneira, em combinações às vezes divinatórias, todos os

achados e argumentos dos colaboradores, e também por uma homenagem nobilíssima do maior historiador vivo das literaturas peninsulares [28], essa festa portuguesa ocasionou contribuìções numerosas de muito bom quilate.

Merecem aplausos quási incondicionais as sínteses biográficas, conscienciosas de J. I. Brito Rebelo [29], A. Braamcamp Freire [30], e as contribuìções de Sousa Viterbo [31], baseadas em documentos, de qualquer modo vicentinos, que se guardam no Tesouro do reino.

Tenho em devido aprêço os opúsculos filológicos de Leite de Vasconcelos [32] e Gonçalves Viana [33], relativos à linguagem do poéta; os de J. J. Nunes sôbre cantigas paralelísticas, quer colhidas na bôca do povo, quer compostas segundo as normas populares, quanto ao texto, e quanto à coregrafia [34]; as dissertações que G. de Vasconcelos Abreu [35] e o inglês William E. A. Axen [36] dedicaram ao lindo tema internacional da *Mofina Mendes;* e também as notas críticas em que um historiador germânico do drama italiano e das suas relações com a comédia peninsular se refere a problemas vicentinos, aínda não suficientemente esclarecidos [37].

Acho digno de todo o elogio o modo como o Dr. Mendes dos Remédios facilita o estudo do poeta a todos aqueles a quem o amor ou o dever profissional aconselha ou impõe o conhecimento das nossas mais legítimas glórias literarias, oferecendo-lhes em edição correcta, económica, muito bem prefaciada, a parte portuguesa da *Copilação* de 1562 [38].

Rejubilei, como todos os bons portugueses, com o achado duma comédia avulsa, inteiramente desconhecida, e com sua publicação em fac-símile, pelo feliz possuidor, o Conde de Sabugosa, acompanhada de leitura crítica, e um preâmbulo que se lê com subido gôzo intelectual [39].

Agradam-me sobremaneira as traduções em vernáculo, de peças originàriamente escritas em castelhano, e as resurreições teatrais, iniciadas nos palcos modernos, de 1898 em diante, com o *Auto Pastoril Português* [40], continuadas depois com scenas avulsas [41], com a encantadora nacionalização do *Monologo do Vaqueiro* [42], e recentemente com a adaptação da *Barca do Inferno* [43] — empresas generosas que, comentadas em conferências e prólogos artísticos [44], já começam a sugestionar a mocidade, como se vê não só em impressões separadas de certas comédias de costumes (por exemplo do *Auto da Índia*) [45] e de scenas características como a do *Fidalgo Presunçoso*, mas também em representações de amadores [46].

Voltando para trás, é preciso registar ainda os artigos anteriores a 1800. Êles são muito poucos. Como sempre em questões de história de literatura peninsular, NICOLAS ANTÓNIO é quem principia [47], e BARBOSA MACHADO quem continua, ampliando [48]. Êste hauriu lendas e anedoctas nas prosas de FARIA E SOUSA [49], verdadeiro benemérito das letras portuguesas, apesar de ter sido não só receptador e propagador de todas quantas fábulas engalanaram a história nacional, mas também inventor, isento de escrúpulos, de muitas outras, relativas à literatura, e essas muita vez injustas, caluniosas, fantásticas.

Juntamente com êsse polígrafo, figura na *Biblioteca Lusitana* mais um seiscentista elogiador de GIL VICENTE: SOUSA DE MACEDO, autor das *Flores de España*, e da *Eva e Ave* [50].

Dos coevos, que de passagem haviam louvado o poeta cómico, — GARCIA DE RESENDE na *Miscelânea* [51], JOÃO DE BARROS [52] e FERNÁM DE OLIVEIRA [53] nas suas *Gramáticas,* e MESTRE ANDRÉ DE RESENDE no poema latino relativo às festas de Bruxelas, de que logo falarei — BARBOSA MACHADO só cita êste último, encostando-se porêm a SEVERIM DE FARIA, que já trasladara em 1624 o passo encomiástico inteiro no seu *Discurso da língua portuguesa* [54].

*

Tendo enumerado tantas e tão valiosas contribuições (de propósito, porque terei de referir-me a muitas, mais de uma vez), devo repetir, para explicar o fim e as tendências destas notas, que há ainda assim muitíssimos pontos obscuros e duvidosos tanto na biografia como na bibliografia e nas obras de GIL VICENTE, por causa da escassez de estudos especiais, e pela tendência dos pósteros para aceitarem como ouro de lei o que algum predecessor de vulto e fama afirmara, sem o provar. A crítica dos textos mal está iniciada. Quanto à intelectualidade e à psique do autor, quási tudo está por fazer. Desconhecemos as fontes de onde emanou e se alimentou a sua fecunda veia popular, o seu lirismo incomparável. Não sabemos nada certo dos seus estudos, pouquíssimo da sua cultura literaria, haurida (como, com excessiva modéstia, êle ingenuamente confessa) em metros e prosas de antigos e modernos, *tam florescidos de scientes materias, de graciosas invenções, de doces eloquências e elegâncias..., que não leixaram cousa boa por dizer, nem invenção linda por achar, nem graça por descobrir* [55]. Ignoramos por igual as determinantes da sua índole tão gene-

rosamente democrática, do amor com que defende os fracos, humildes e perseguidos, e da audácia irreverente com que castiga os tiranos e admoesta juízes e prelados, clérigos e frades degenerados, sobretudo os padres frei-paços aduladores, requintadamente mundanos e cobiçosos, que enxameavam na côrte de D. Caterina e D. João III. Qualidades estas que maravilham num poeta áulico, cliente dêsses mesmos reis (aos quais distribue, não obstante, às mãos cheias, o incenso dos seus louvores entusiásticos); qualidades que por isso levaram os mais argutos críticos a definir judiciosamente a sua posição na côrte como a dum jogral ou histrião, com liberdades e licenciosidades de bobo, de que se servia para censurar e filosofar impunemente.

Nem está bem definido, apesar das tentativas a que aludi, o lugar que lhe compete entre os cultos da nação na agitadíssima idade de transição em que viveu.

*

Não é nestas *Notas* (que começo a publicar, conquanto nem de longe dê por concluídos os meus estudos preparatórios para a magna empresa que desejo realizar) que poderei expôr como Gil Vicente —sem estar enfileirado em qualquer partido ou seita, e sem ser humanista *ex officio* — era erasmista, acérrimo propugnador duma reforma das almas e dos costumes religiosos, dentro dos limites da ortodoxia; e que foram exactamente os humanistas que o hostilizavam, particularmente os homens de bom saber, como Sá de Miranda: os do Estilo nôvo que, desprezando a técnica tôsca e infantil dos Autos e a indisciplina da fantasia medieval, divinizavam em artes e sciências o renascimento do mundo clássico.

Espero todavia esclarecer alguns pontos nodais dêsse tema, espalhando raios de luz em diversas direcções.

Como um êrro costuma, propagando-se, gerar outros erros, assim também a simples averiguação duma data, dum facto incógnito, a rectificação dum passo deturpado por tipógrafos ou copistas, a análise minuciosa de vocábulos técnicos [56], a crítica de lendas tradicionais, passa-nos algumas vezes às mãos o fio de Ariadne que conduz através de um labirinto de suposições arbitrárias e de ideias contraditórias.

Logo na *Nota I* teremos um bom exemplo dêsse fenómeno.

O meu fim aí é apurar qual foi o auto de Gil Vicente, a cuja representação em Bruxelas assistiu o douto humanista e antiquário

Mestre Lúcio André de Resende; — importantíssimo por ser o auto único de que consta fosse enscenado fora da península [57], em vida do poeta, perante um público de convidados estranjeiros [58] e portugueses; ùnico também que inspirou ao patrício um elogio poético em linguagem internacional, capaz portanto de ser ouvido pelos espíritos cultos que representavam a opinião europeia, e de assim dar ao poeta cómico aquele renome geral de que falam, com exagêro, os bons patriotas.

Expondo que êsse auto não podia ser a farça inocente e incoerente da *Lusitania,* como até há pouco todos pensámos, mas foi uma sátira violenta contra a Igreja e os seus representantes, irónicamente entitulada *Jubileu de amor* (ou *de amores*), sátira tão desbragada que o legado da Cúria, presente à festa, julgou *estar na Saxonia e ouvir* Lutero; narrando como êsse prelado inculpou o autor e o auto em carta para Roma; e como exactamente êsse auto incriminado (com mais outros dois, provávelmente de tendência igual) foi condenado e exterminado: derramo *ipso facto* luz sôbre o *credo* liberalíssimo, anti-clerical, do poeta, que, consciente ou instintivamente (repito-o) lutava por uma Reforma religiosa — no sentido erasmista — das almas, das mentalidades e dos costumes, exactamente por ser profundamente religioso, não só cristão, mas cristianíssimo.

Para frisar melhor êsses factos, tenho de pôr em foco os personagens mais íntimamente relacionados com a representação em Bruxelas e com a condenação do *Jubileu de amor,* do *Auto da Aderência do Paço* e da *Vida do Paço.* Dum lado o acusador Aleandro, um dos humanistas mais eruditos, benemérito renovador dos estudos gregos; o revedor dos livros Frei Jeronimo de Azambuja *(Oleaster)*, que representou Portugal no Concílio Tridentino; o Inquisidor Geral dêstes Reinos, Cardeal Infante D. Henrique; Frei João Soares, Bispo de Coímbra e mestre dos malogrados principezinhos D. Manuel, D. Felipe e D. João. Afastado dêsses ortodoxos, mas não muito, ficará o Embaixador D. Pedro Mascarenhas, estendendo só uma das mãos aos do segundo grupo. Neste veremos um pouco ao fundo Nicolau Clenardo, chamado de Lováina para ser professor de retórica dos filhos de D. Manuel, sobretudo do Cardeal D. Henrique; e ao pé dele o seu comensal e amigo, o escultor francês Nicolau Chatranez. Em plena luz, perto do Embaixador e do Cardeal, Mestre André Lúcio de Resende, na companhia de Damião de Goes. Ambos em conversa com Erasmo, o grande sábio de Rotterdam que êles veneravam e preconizavam, de 1530 a 1536, com entusiasmo indicador

de afinidade electiva com o agudo espírito crítico, anti-escolástico e anti-monacal, do grande sábio que a Igreja perseguiu como precursor e principal culpado da scisão religiosa.

Terei de lembrar que a êste inovador devemos, alêm de inúmeros trabalhos filológicos greco-latinos, os *Colóquios e Adágios,* o notório *Encómio da Folia,* ilustrado por HANS HOLBEIN, e milhares de cartas, entre as quais há diversas a RESENDE e a GOES. Em uma delas gaba e agradece o poema latino do Eborense, relativo às festas de Bruxelas, com esmerada cortesia, naquela dição elegantíssimamente familiar que o distingue.

Assim chego a explicar também qual foi o germe da lenda, falsa mas significativa, de ERASMO haver aprendido a língua portuguesa, para poder deleitar-se com a leitura dos Autos do melhor poeta cómico do seu tempo, ao qual (dizem) foi êle que apôs o sobrenome de *Plauto português,* sem se lembrarem de que de PLAUTO já se falára no poema latino de MESTRE ANDRÉ.

Mas não antecipemos. Entremos finalmente *in medias res.*

*

Dedico esta *Nota I* aos manes de SOUSA VITERBO, por ser êsse incansável trabalhador quem mais proficientemente tocou o mesmo assunto [59]. Não o esgotou por não ter seguido até à sua nascente a corrente de água viva que encontrou. Nem mesmo elucidou bem a parte principal do problema, deixando também sem solução a secundária, das datas. Na incerteza, aventurou, pelo contrário, conjecturas novas, insustentáveis, p. ex. a da ida de GIL VICENTE a Bruxelas, com a sua companhia, para lá exibir peças suas, como *auctor et actor.*

Em todo o caso foi êle que, inteirando-se, durante leituras bem escolhidas, de um facto até lá ignoto em Portugal, reconheceu e revelou a inanidade da ideia que desde 1834 vigorava a respeito do auto representado em Bruxelas em casa do Embaixador Mascarenhas, para celebração solene do nascimento dum herdeiro presuntivo da coroa de D. João III, sobrinho portanto do Cesar, junto ao qual estava acreditado.

Foi êle que com as suas afirmações e suposições me levou a continuar com afinco maior nas minhas indagações próprias até chegar ao fim almejado.

A êle pertence de direito esta *Nota I.*

Se vivesse, com que sincero regozijo teria aclamado e propagado as minhas novidades, filigranando à volta delas recamos delicados. E talvez até descobrisse, no seu riquíssimo tesouro de documentos, algum que o levasse a discriminar pormenores que não cheguei a fixar, como a data da ida de Pedro Mascarenhas aos Países Baixos, o motivo que levou os reis de Portugal à vila de Alvito, a figura portuguesa de Speratus Martianus Ferraria (filho dum feitor), elogiado de Resende, e a romana de Sanga, o correspondente de Aleandro, que com Bari teve de dar andamento às iras do Legado, apontando aos censores peninsulares, como digno de condenação total, o *Jubileu de amor* e outros dois autos vicentinos de tendência anti-clerical.

I

Gil Vicente em Bruxelas

1. *O Auto da Lusitania,* representação festiva e quási tragicomédia (visto que se trata por altas figuras e com dôce retórica e escolhido estilo), colocada todavia antre as *Farças*[60] por motivos que no parágrafo respectivo indicarei, está precedido duma *cota* que, insuficiente embora para a nossa curiosidade, é preciosa como todas as que acompanham as obras do Poeta[61]. Ela diz:

A farça seguinte foi representada ao muito alto e poderoso Rei D. João o terceiro dêste nome em Portugal, ao nascimento do muito desejado Príncipe D. Manuel seu filho, era do Senhor 1532.

O poema latino em que André de Resende descreve as festas, celebradas pelo mesmo sucesso na residência brabantina de Carlos V, tem o título seguinte:

Genetliaco (Festa Natalícia) dum Príncipe Lusitano, como foi celebrada na Belgica pelo preclaro D. Pedro de Mascarenhas, embaixador regio, no mês de dezembro de 1532.

L. Andr. Resendii Genethliacon Principis Lusitani ut in Gallia Belgica celebratum est a viro clariss[imo] D. Petro Mascaregna regio legato, Mense Decembri MDXXXII.

Do lugar, das datas, do Príncipe, dos textos, tratarei mais adiante.

A identificação da *Farça* feita ao nascimento do Príncipe D. Manuel e da representada em *Bruxelas* ao nascimento dum Príncipe português, sem nome, mas (aparentemente) no mesmo ano indicado por Gil Vicente, era naturalíssima, forçosa. Para a realizar, nem era preciso estudar as obras ambas, cuidadosamente. Bastava reler os onze

versos de Resende relativos a Gil Vicente, já reproduzidos, conforme contei, por Severim de Faria, e posteriormente por Barbosa Machado. Assim fez Gômes Monteiro, o primeiro escritor que, repetindo-os, relacionou mútuamente os dois textos [62].

E verdade, verdade: quem os conferisse por miudo, divertindo-se com o humorístico Auto, alegremente preludiado, e lutando corpo a corpo com o complicado e laborioso *Genetliaco*, não encontrava indícios que desmentissem formalmente a hipotética identidade dos Autos.

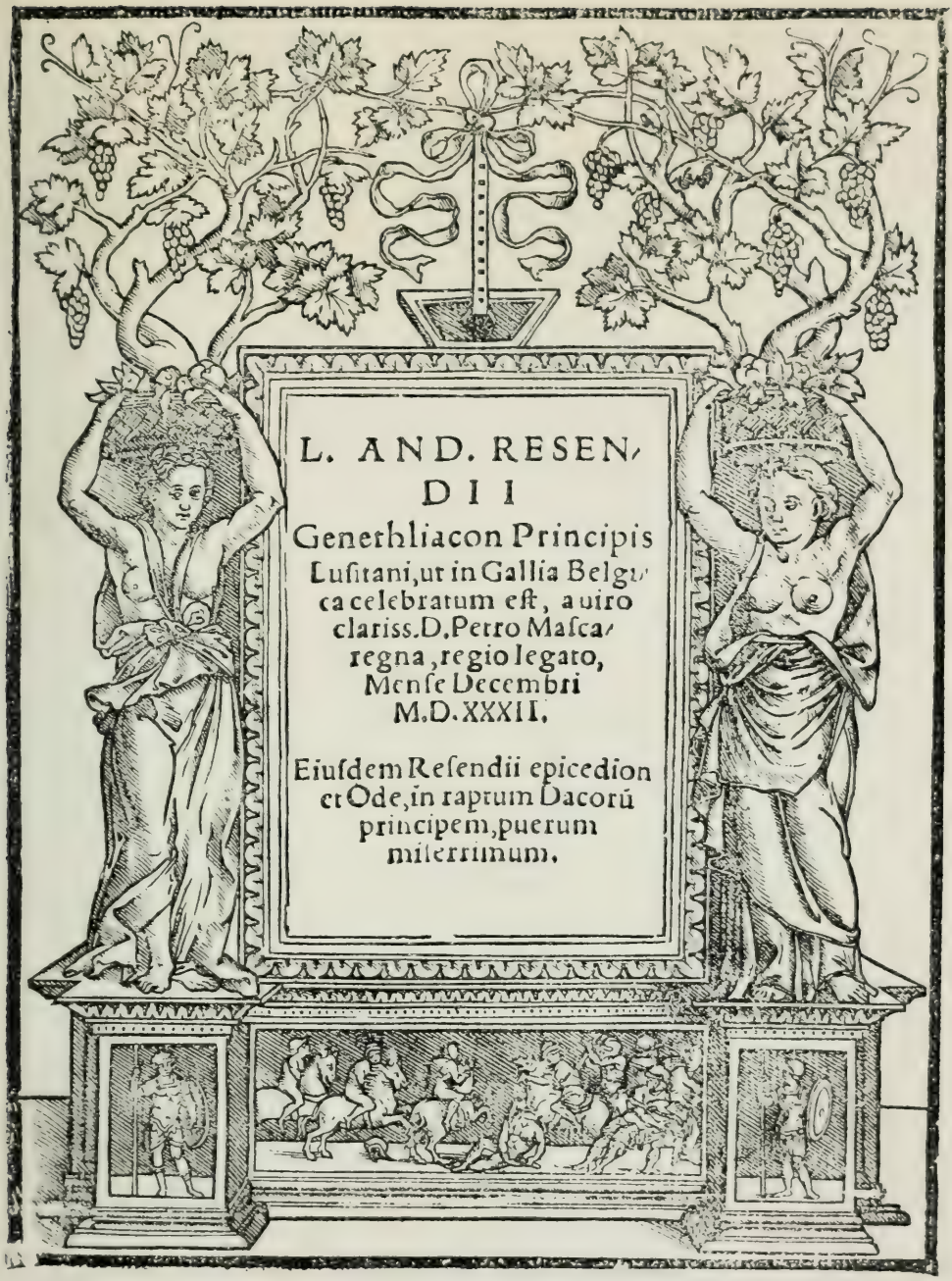
Antes encontrava indícios confirmativos dela.

Gil Vicente fala no texto da *Lusitania* do *Príncipe Nosso Senhor* [63], sem nos dizer o seu nome, ao contrário do que fez pouco depois, ao celebrar o nascimento do Infante D. Felipe, outro filhinho de D. Caterina e D. João III, com a *Romagem dos Agravados,* preludiada pelo Prólogo do *Padre Frei Paço* [64]. Compensou todavia essa omissão, dando ao neófito o epíteto de *muito desejado,* e designando expressamente a vila de *Alvito* como lugar do fausto acontecimento [65]. Como as didascálias não são dignas sempre de crédito inteiro (na opinião de alguns críticos modernos, e tambêm na minha que tenciono expôr e documentar no futuro), não alego como prova a já citada, em que nos é transmitido o nome *D. Manuel.*

Resende, êsse revela na Dedicatória a D. João III o mesmo pormenor de o herdeiro da corôa ter sido *muito e desde longo tempo desejado: publicis omnium votis desideratum et a diis tandem immortalibus impetratum,* facto que os Anais da historia e os da arte portuguesa atestam com relação a D. Manuel [66], como vinte anos depois o atestaram com relação a D. Sebastião, único dos quatro *desejados* que todos conhecem, por ter chegado a ocupar o trono e a perdê-lo tragicamente, em Alcacer-Quebir.

Nos versos em que o Eborense fala de Gil Vicente e do seu Auto, êle participa ao monarca o seguinte:

Depois (i. é-depois dum lauto banquete e dum entremês báquico) *foi representada com grande aplauso de todos, uma comédia já anteriormente enscenada nos paços régios lusitanos por* Gil, *autor e tambèm actor* [67], *eloqùente e habilíssimo em dizer verdades disfarçadas entre facécias;* Gil *acostumado a censurar* [maus] *costumes entre leves gracejos.* [68] *Se não escrevesse tudo em romanço vulgar, servindo-se antes do idioma latino, teria ganho renome não menor que o de* Menandro *na Grécia, ultrapassando ainda a graça maliciosa, o sal ático de* Plauto [69] *o Romano, e a lepidez dos escritos de* Terencio, *tanto quanto êsses deixaram atrás de si os restantes que em púlpitos* [70], *orvalhados* (ungùentados) *com a linfa do* Parnaso, *mereceram palmas festivas.*



Frontispício do Poema de André de Resende, relativo às Festas de Bruxelas.

Em nota marginal explica: Gil Vicente *poeta cómico,* conforme se vê no fac-simile junto [71].

Gillo Vincentius poeta Comicus

Cũctorũ heinc acta ẽ magno comœdía plauſu,
Quam Luſitana Gillo auctor,et actor,in aula
Egerat ante,dicax,atq; inter uera facetus.
Gillo,iocis leuib.doctus perſtringere mores.
Qui ſi non lingua componeret omnia uulgi,
Et potius Latiã,non Græcia docta Menandrum
Ante ſuum ferret,nec tam Romana theatra,
Plautinos ue ſaleis,lepidi uel ſcripta Terenti
Iactarent.tanto nam Gillo præiret utriſq;,
Quanto illi reliquis,inter qui pulpita rore
Oblita Corycio,digitum meruere fauentem.

Versos de André de Resende relativos a Gil Vicente.

2. Logo tornarei ao *Genetliáco.* Por ora convêm notar apenas que a identificação de Gomes Monteiro foi adoptada por todos e repetida a miude por nacionais e estranjeiros. Por mim tambêm [72]. Ninguem reparou em que a característica de Gil como satírico mordaz, *habilíssimo em dizer verdades duras disfarçando-as entre facécias,* não condiz com a franca alegria que reina na farça festiva da *Lusitania,* paródia burlesca de manias inocentes de arqueólogos, isso sim; mas não juvenalesca. Creio que todos a referíram ào conjunto das suas obras, imaginando que Resende as podia e devia conhecer tão bem como nós, ou melhor do que nós.

Aínda assim, essa identificação é errónea.

Sousa Viterbo lançou o alamiré em 1903. No artigo citado mais acima ministrou-nos dois elementos para a solução definitiva. O primeiro é uma carta inédita, relativa às festas de Bruxelas, escrita pelo próprio D. Pedro de Mascarenhas ao Secretário de D. João III, carta curiosa à qual terei de dedicar tambêm um parágrafo, mas sem revelações que importe memorar no princípio da discussão.

O segundo elemento, e êsse fundamental, provêm de uma obra onde ninguêm o procuraria: da *História da Refórma Religiosa em Alemanha* de Fr. von Bezold [73]. Nela (entenda-se: na sua versão hespanhola [74])

encontrou o solícito investigador português um trecho que apresento, transposto por mim em vernáculo, directamente do original:

... refere ALEANDRO que o embaixador português tinha feito representar no inverno de 1531 em Bruxelas perante os legados e os nobres mais graduados da côrte imperial uma comédia que, pelo título, devia ser *Jubileu de amor*[75], mas que *desde o principio até o fim não era senão uma série de críticas acerbas contra Roma e o Papa.* Para esta representação um dos actores havia obtido um autêntico barrete cardinalicio[76], da própria casa do núncio; todos (diz ALEANDRO) riram tanto que o mundo parecia desfeito em júbilo; mas eu com o coração a sangrar *julgava achar-me na Saxónia e ouvir*[77] *a* LUTERO, ou estar no meio dos horrores do Saque de Roma! Muitos dos cortesãos (acrescenta o Legado) não se atreviam a falar públicamente de LUTERO; indemnizavam-se, porêm, de certo modo desta privação, levantando a ERASMO às nuvens.

Julgo do meu dever comunicar também o teor original.

Aleander erzählt von einer Komödie, die im Winter 1531 der portugiesische Gesandte zu Brüssel vor ihm und den vornehmsten Herren des kaiserlichen Hofs aufführen liess. Dem Namen nach sollte es ein *Jubelfest der Liebe* sein; aber von Anfang bis zu Ende drängten sich die Ausfälle gegen Rom und den Papst; und noch dazu hatte sich einer der Darsteller ein wirkliches Cardinalsbarett aus dem Haus des römischen Legaten selbst verschafft; «alle lachten derart dass die Welt in Jubel aufgelöst schien und ich, dem das Herz blutete glaubte mitten in Sachsen zu sein, Luther zu hören, oder mich in den Gräueln der Plünderung Roms zu befinden[78].

3. O grifo é meu. Nem BEZOLD, nem o traductor castelhano, nem SOUSA VITERBO perceberam que *Jubileu de amor* constitue o título da comédia representada. O último reconheceu todavia que os traços mencionados por ALEANDRO não quadram ao *Auto da Lusitania.* Os amores alegóricos da menina e princesa *Lusitania* com um príncipe húngaro, chamado *Portugal,* são francamente alegres. Não ha neles diatribes contra Roma, o Papa, a Igreja, os eclesiásticos; nem figura alguma que pudesse trajar de bispo ou cardeal.

Ha, isso sim, como *intermezzo* divertido, dois diabos menores, que, funcionando como capelães de deusas pagans, arremedam descaradamente ofícios divinos de altar e escutam e assentam depois o diálogo admirável entre *Todo o Mundo* e *Ninguem* — particularidades que, por documentarem o espírito livre e parodístico de GIL VICENTE, levaram os *Censores* do Tribunal Inquisitório a condenar o *Auto da Lusitania,* condicionalmente.

Em vista dessa desconformidade, SOUSA VITERBO começou a duvidar

da justeza da antiga interpretação. Os seus cálculos culminam na sentença que «outra seria a comédia». Hipotéticamente aponta o *Auto da Feira* e o da *Barca do Inferno,* por neles haver censuras assaz violentas da côrte pontifícia e dos maus sacerdotes.

Além disso aventura, conforme já deixei dito, a suposição que Gil Vicente fosse pessoalmente com a sua companhia a Bruxelas, deslumbrando aí a Resende com o seu duplo talento de autor e actor[79], e levando o grande Erasmo, o qual imaginava presente à festa, a aprender português[80]. Não reparou que *actor* no original se refere à representação realizada em Portugal, onde seguramente o Poeta se havia encarregado do papel de Argumentador; nem calculou que o prazo de dois meses seria insuficiente para a composição e enscenação do *Auto.* Quanto mais contando a viagem a Bruxelas.

Expõe todavia essas conjecturas com a reserva e o discernimento próprio do seu espírito sensato.

4. Conjectura diferente foi pouco depois emitida pelo benemérito apresentador do *Auto da Festa,* empenhado em conciliar a concepção antiga com os factos patenteados de nôvo.

O Conde de Sabugosa supõe que haveria duas festas em casa do embaixador: a primeira para celebrar o nascimento do Príncipe D. Manuel, com a representação do *Auto da Lusitania,* descrita por Mestre André; a segunda, a que se alude na *História da Refórma,* com qualquer outra comédia de Gil Vicente. Mas também não diz qual, pela símples razão de não haver na *Copilação* de 1562 nenhuma que corresponda aos sinais indicados por Aleandro[81]. Só cita, em Nota, umas considerações minhas, hoje sem valor, conquanto continue a ser verdade pura a afirmação que aí faço de que um barrete de cardeal não podia figurar senão na *Barca da Gloria.* De mais a mais, a *Barca da Gloria* (de 1519) — drama belíssimo, impressionante, de profunda religiosidade que não podia indignar ninguem, nem condiz com o que Aleandro conta das invectivas contra Roma — era imprópria para função festiva, após opíparos banquetes e sacrifícios repetidos a Baco. Prometi na ocasião fazer mais algumas declarações quando chegasse a publicar a *Trilogia das Barcas,* com a qual resolvo iniciar a edição crítica dos textos.

O título *Jubileu de amor,* que eu conhecia como o duma comédia em língua lusitana, condenada nos *Índices Expurgatórios,* já havia despertado em mim a esperança de encontrar elementos elucidativos, seguindo a pista aleandrina. Tardou todavia a realizar-se.

*

5. Para falar com conhecimento de causa da concepção transcendental da vida de além-túmulo, que Gil Vicente exteriorizou nas três partes da sua *Divina Comédia*, estudei dum lado a literatura relativa às *Danças Macabras* medievicas em diversas histórias das religiões (de Max Mueller a Salomon Reinach), e do outro lado certas obras de Erasmo, Ulrico von Hutten, Lutero, e outros reformadores ou precursores da Reforma, e também alguns dos principais escritos que lhes dizem respeito [82].

Numerosas vezes me encontrei nessas pesquisas com Aleandro, não tanto com o eruditíssimo fautor dos estudos helénicos como com o antagonista fanático dos dissidentes: figura rígida de Torquemada, mais papista do que o próprio Papa, que pouco a pouco se foi desenhando na minha retina, não só como convicto e acérrimo adversário da scissão religiosa, mas também como inimigo pessoal dos dois heroicos, activos, mas igualmente fanáticos, adversários principais da horrenda dissolução e devassidão romana, que vira e aturara um Alexandro Bórgia! mas especialmente de Erasmo, o problemático, cujo amigo e correspondente fôra durante anos.

Sabendo que na sua vasta correspondência oficial e semi-oficial, guardada nos Arquivos do Vaticano, existiam cartas relativas às missões desempenhadas junto ao Cesar, em 1521, 1526, 1531 e 1538, suspeitei que em qualquer delas haveria referência à comédia de Gil Vicente, a que assistira. Se não nela¿ onde podia ter haurido o seu saber o historiador da *Reforma?*

E felizmente não me enganei [83].

6. Eis o que o Núncio do Papa Clemente VII, enviado ao Norte afim de impedir o convénio entre *Católicos* e *Protestantes* [84] (que apesar dos seus esforços se realizou pouco depois, na paz de Norimberga, a 28 de agosto de 1532) relata a um correligionario influente, indignadíssimo pela extrema liberdade com que em festa solene um súbdito do Rei fidelíssimo trovejara contra Roma:

... Fóramos convidados para o dia de Santo Tomás, o Reverendo Legado, eu e os mais acreditados Oradores dos Príncipes, juntamente com os mais distintos Conselheiros do Imperador e muitos outros barões e fidalgos desta côrte, para assistirmos a um banquete do Embaixador português, o qual fazia festas inauditas por causa do nascimento dum herdeiro do seu rei, primeiro ao Emperador e a Raínha sua irmã, e em seguida a nós. Aí foi representada perante toda a assembleia uma comédia em castelhano e português, de má espécie, que sob o título de *Jubileu de amor* era sátira manifesta contra Roma, e punha pontos nos *ii* (desi-

gnando as coisas claramente): que de Roma e do Papa não vinham senão traficâncias de indulgências, e quem não dava dinheiro não sómente não era absolvido, mas até excomungado, sempre de nôvo. Assim começou; assim continuou; e assim acabou a comédia; havia sobretudo um que declamava, vestido de roquete de bispo, e fingia ser bispo, e tinha um barrete verdadeiro de Cardeal na cabeça, trazido de casa do Reverendo Legado que lho dera sem que os nossos soubessem para que fim. E todos riram tanto que parecia que todo o mundo se desfazia em júbilo. A mim contudo estalava-me o coração. *Julgava achar-me dentro da Saxonia e ouvir Lutero ou estar no meio dos horrores do Saque de Roma.* E não pude deixar de dar, em voz baixa, sinais de enfado a Bari, que estava sentado perto de mim. E mais tarde também eu disse a alguns proeminentes, de bom modo embora, que êsses actos não eram próprios dum lugar de cristãos; e muito menos na côrte dum tão alto e tão virtuoso e catolico Imperador, que seguramente o tomaria em má parte; sobretudo porque tal desordem procedia de uma nação que temos em conta de propugnadora da fé. Foi-me respondido que com certeza não era coisa feita de propósito, mas antes comédia de tempos anteriores, da qual se serviram por não haver outra à mão; a que respondi que *quomodocumque* era coisa feia; e sendo-o em todo o tempo, agora era escandalosíssima, e fora de toda a razão. Veja V. S. como vai o mundo. Peço-lhe que guarde segredo a respeito destas minhas comunicações, para que eu não incorra na fama de maldizente, o que não sou. Mas é contudo preciso advertir Nosso Senhor daquilo que passa; porque talvez Sua Santidade faça a êsse respeito qualquer admoestação paterna.

Admoestação paterna do Papa ao Imperador e ao rei de Portugal!

7. Eis o original italiano:

«Fussimo invitati il dì di santo thomaso, il Rev. Legato, io et gli precipui Oratori di Principi, insieme con gli primi consiglieri Caesarei et infiniti altri Baroni et nobili di questa Corte, ad un banchetto πρεσβ.[85] τῆς λυσιτανίας, il qual διά τὸν πρωτότοκον[86] τοῦ βασιλέως αὐτοῦ ha fatto feste inaudite primo a Cesar et alla Regina sorella et poi a noi; dove fu recitata presente mundo una comedia ἰβεριστί καὶ λυσιτανιστί[87] di una mala sorte, che sotto nome di un *Jubileu d'amor* era manifesta satyra contra di Roma, sempre nominando apertamente ogni cosa, che da Roma et dal Papa non veniva se non vendition di Indulgentie, et chi non dava danari, non era absoluto, ma excomunicato da bel nuovo, et cosi comminciò et perseverò et finì la comedia, et era uno principal che parlava, vestito cum un rocchetto da Vescovo et fingeasi Vescovo et havea una baretta Cardinalesca in testa, havuta da casa del Reverendissimo Legato, datali per ho senza che gli nostri sapessero per che fine; et era tanto il riso di tutti, che parea tutto il mondo iubilasse; a me veramente crepava il cuore parendomi esser in meggia Sassonia, ad udir Luther, over esser nelle pene del sacco di Roma; et non potei far che sumissa voce non ne facesse un cegno di querela cum *bari* che mi sedea presso: et dipoi etiamdio l' ho detto a alcuni dei precipui con bel modo, che questi non son atti da far in luogo di christiani, et tanto meno nella corte d'un tanto et tam virtuoso et catholico Imperator, qual certo só

l' havra per male, et maxime procedendo tal desordine da una natione la qual tenemo per propugnatrice de la fede: Mi é stato resposto che certo non é cosa fatta hora, ma comedia d'altri tempi, de la qual per non avere altri, si sono serviti; resposi che quomodocumque era cosa brutta, et se mai a tempo niuno al presente scandalosissima et fuor d'ogni proposito et ragione: vedi V. S. come va il Seculo. Ben pregola che tenghi occulte queste mie accioché non incorresse appresso costoro in nome di uomo che mette al ponto; il che certo però non faccio, ma bisogna pur advertire Nostro Signore di quello che passa che forsi Sua Santita ne fará qualche paterna ammonitione etc. etc.»

8. A Carta de Aleandro, sobrescritada a certo Sanga[88] e datada de Bruxelas, 26 de dez. de 1531, provêm, conforme já disse, dos Arquivos do Vaticano, onde se guarda a correspondência do erudito e activo Legado.[89]

Saíu impressa nos *Monumentos Vaticanos,* publicados pelo professor Hugo Laemmer, teólogo de renome e protonotário da Santa Sé, residente em Munich[90].

A autenticidade, material e ideal, da Carta não padece dúvida. Embora o Legado não achasse digno de menção o nome do Embaixador português, e muito menos o do autor execrando da peça bilingùe, cujas implacáveis zombarias e pungentes ironias sôbre vícios e abusos dos sacerdotes, e em especial sôbre a traficância com perdões, indulgências e jubileus, dilaceraram o coração ardente do Prelado romano, e lhe soavam como heresias abertas, todos os pormenores da página, traçada poucos dias depois das festas, são evidentemente verídicas. Em parte são confirmadas pelo Poema latino de Resende, como veremos.

A expressão «que não os achava dignos de menção» não é bem exacta. Mais correcto seria talvez dizer que o fino e acautelado diplomata evitou de propósito nomes próprios no seu desabafo, lembrado dum conhecido adágio, e certo de que em Roma os interessados conheciam a uns, e fácilmente apurariam a outros. Nem mesmo achava prudente escrever com caracteres comuns os títulos hierárquicos das pessoas indigitadas. Só lhe importava que os factos chegassem aos ouvidos das instâncias supremas.

9. Fica por isso d'ora-avante estabelecido que a comédia, representada em Bruxelas, em casa de D. Pedro de Mascarenhas, a 21 de dezembro de 1531, não é o *Auto da Lusitánia,* composto (ou acabado) por Gil Vicente depois de 1 de novembro do mesmo ano, e representado para celebração do nascimento do Principe D. Manuel em Portugal; mas sim o *Jubileu de amor,* de data mais antiga, já repre-

sentado anteriormente na pátria, entrando nela o proprio Gil como *actor*[91].

10. *Jubileu de amor* ou *de amores*. Que lindo e sugestivo título, se não fosse irónico! Pelos indícios que o Legado nos transmitiu, e que Mestre André confirma indirectamente, não há que duvidar de que a comédia era uma Sátira violenta. *Jubileu de rancores*. Comemoração festiva de odios seculares!

Variando o prolóquio a que acabo de aludir, costumo dizer: *Conjecturae odiosae sunt*. Ainda assim, seja-me permitido formular aqui uma que se baseia no sentido positivo, medieval e católico, que Gil Vicente dava (e que todos os coevos davam) ao vocábulo *Jubileu*[92].

Basta abrirmos qualquer Enciclopédia, ou mesmo qualquer Dicionário bom, para renovarmos na nossa mente a noção que *Jubileu* (do hebraico *jobel*- trombone) designava na lei de Moisés, o ano de graça e alegria, em que, de meio século a meio século, os servos recuperavam a liberdade, eximidos de trabalhos rurais, as terras empenhadas eram restituídas aos donos; e as dívidas eram perdoadas. E também a segunda noção que, evolucionando, *jubileu* ficou sendo na idade-média, entre Cristãos, um ano-santo que, primeiro de século em século (desde Bonifacio VIII), posteriormente de cincoenta em cincoenta anos, e de 1470 em diante, a cada quarto de século, servia para a Igreja conceder *perdão geral, indulgência plenária de culpas — le grand pardon de plenière remission — il giubileo* — em troca da paga, já se vê, de certas esmolas, visitas de certas igrejas, e outras práticas prescritas, teórica e aparentemente virtuosas: as *boas obras* que tanto deram que scismar a Lutero e provocaram tantos escritos *De gratia, fide et operibus* e também *De Jubileis*.[93]

Essas práticas, essas boas obras que rendiam remissão de pecados e graça universal, são as que Gil Vicente visava, indirectamente, com a palavra *Jubileu;* directamente, o que já disse.

Empregou-a p. ex. no *Auto da Feira,* na véspera do tristemente significativo Natal de 1527. Nesse dia santo, nessa Festa por excelência, que sempre devia ser Jubileu de Graças da Virgem e do Menino Jesus, onde se concedesse de ano a ano perdão, paz, verdade e fé a todos os homens de boa vontade — *Gloria in excelsis Deo et in terra pax hominibus bonae voluntatis* — é que no palco dos Paços da Ribeira se armara uma Feira satírica com praça de mentiras, enganos, torpidades, invejas e outras «sujas mercâncias» em que a própria Roma apa-

receu como traficante. Gabando-se de alcançar na terra tudo, tudo, tudo por dinheiro, Roma preguntou, admiradíssima por um Serafim se negar a vender-lhe paz de alma:

> ¿ assi que a paz *não* se dá
> a troco de jubileus ? (I, 165)[94]

11. O único desses Jubileus a que um Poeta, cuja actividade dramática abrange o período de 1502 a 1536, podia referir-se na data indicada, é o de 1525. E êsse fôra em Portugal particularmente nefasto. Verdadeiro Jubileu de rancores, cinco vezes seculares, da peor espécie, refrescados impiedosamente sempre de nôvo.

As Côrtes celebradas em 1525 em Tôrres-Novas marcam época na história da intolerância, segundo a opinião insuspeita de Herculano[95]. Foi nelas que explodiu mais uma vez a má vontade geral, acumulada contra os homens *de nação*[96] por causa de isenções e imunidades e de privilégios concedidos por D. Manuel e revalidados até 1534 por D. João III, logo nos princípios do seu reinado.

Foi nelas que se lançaram as sementes da negra Inquisição, que, sob pretexto de combater a Reforma (que mal tinha adeptos em Portugal) se dirigia principalmente contra os Cristãos-Novos e suas riquezas.

Foi de 1525 em diante que o próprio rei — casado desde 5 de fevereiro com a enérgica irmã de Carlos V, em volta da qual iam prosperar tantos hipócritas dissimulados, tantos ambiciosos, e tantos adengados Frei-Paços, e portugueses hispanizantes — arrependido daquele primeiro passo liberal, e atemorizado pelas desgraças sucessivas que feriram a sua prole, instigado sempre de novo por D. Caterina, a castelhaníssima, e por seus confessores, capelães e ministros, (como D. Manuel fôra instigado no mesmo sentido por outra castelhana, sua mulher) procurou sem cessar razões, em acusações verídicas e delações caluniosas, para perseguir os odiados *Marranos*[97], como pseudo-cristãos, malfeitores e herejes, e a requerer com instância o estabelecimento do Santo Ofício, como tribunal indispensável para a manutenção da Fé.

12. Compreende-se bem que nessa era funesta o genial poeta áulico, adversário convicto dos tais hipócritas dissimulados, Frei-Paços e acusadores cubiçosos dos Cristãos-Novos, mas sobretudo da simonia pervertedora de Roma e da venalidade dos Cardeais Protectores, escrevesse as suas sátiras mais fulminantes e fustigasse com o látego da

ironia, sempre a rir, mas cada vez mais inexorávelmente, os vícios daqueles que pelo seu caracter de sacerdotes devem ser modelos de caridade, e os desmandos dos que, cercando os reinantes, cuidam, falhos de patriotismo desinteressado, apenas de medrar e fazer medrar parentes e aderentes.

Compreende-se que as alegorias satírico-morais que então concebeu, contivessem reflexos claros de alguns aspectos da luta inevitável de ideias que originaram a Reforma e conduziram á contra-reforma, ao Jesuìtismo, ao Concilio de Trento, e aos Índices Expurgatórios.

Compreende-se que, levado pelo seu talento aristofánico, Gil Vicente fosse às vezes longe de mais com invectivas directas e virulentas — tal qual o próprio Lutero, Ulrico von Hutten, e Aleandro no campo oposto [98].

Compreende-se que deixasse a côrte e pousasse a pena no mesmo ano de 1536 em que, após negociações vergonhosas de parte a parte, que custaram rios de dinheiro, foi promulgada a Bula da Inquisição, a Bula de sangue, sem esperar mesmo que o irmão do reinante, o Cardeal Infante D. Henrique, se instalasse como Inquisidor Geral.

Em 1526 a farça de folgar em que um *Clérigo da Beira* vai, na véspera do Natal, rezando as Matinas, caminho da caça, sem ter feito a coroa, é satira ainda muito branda, embora não lhe faltem alusões a clérigos maus e maus cortesãos.

Em 1527 o *Auto da Feira*, a que já aludi, é muito mais agressivo; e ataca Roma directamente.

Em 1531 Gil Vicente defendeu afoitamente, em prosa nobilíssima, os Cristãos-Novos, ameaçados pela fúria popular e pelo fanatismo fradesco, por causa do terremoto de 26 de janeiro [99].

Os Autos imediatos saìriam mais violentos ainda. Os da *Aderência do Paço* e *Vida do Paço* julgo que não ficariam longe, cronologicamente, da criação do tipo de Padre Frei-Paço, que é de 1533.

Do *Jubileu* já sabemos que fôra representado em Portugal antes das festas de Bruxelas. Entre 1525 e 1531.

13. Aleandro diz isso expressamente, acrescentando que assim lhe fôra comunicado por alguns dos assistentes que já o haviam visto nos Paços da Ribeira. Não creio todavia que *d'altri tempi* signifique que a peça era velha. Nem é de crer que o Embaixador pegasse em coisa que realmente merecesse êsse qualificativo. Pelo contrário, suponho escolheria uma das últimas novidades do alegre poeta áulico do seu soberano, para advertir os núncios, legados, oradores,

fidalgos de Carlos V e os cincoenta portugueses convidados, dos principais que então assistiam nos Países Baixos, em Lovaina, Antuérpia, Rotterdam e Bruges. A última novidade, quer a houvesse trazido pessoalmente de Portugal, onde assistiria a muitas representações vicentinas, e assistiu provadamente à de 1521 nas festas da Infanta D. Beatriz, quer de lá lha mandassem a seu pedido, em manuscrito ou, mais provávelmente, impressa, em exemplares bastantes para poder ser estudada e ensaiada pelos melhores artistas amadores da sua clientela.

14. Aqui abro um breve parêntese para avisar o leitor de que a suposição que os executantes da representação de Bruxelas se servissem de exemplares impressos tem base sólida. A hipótese, muitas vezes enunciada, de os Autos de Gil Vicente, todos ou em parte, terem sido publicados em vida dele *pelo miudo,* em folhetos avulsos, está hoje transformada em facto [100]. Um exemplar da *Barca do Inferno* — impressão gótica com gravura feita *ad hoc*, do tempo de D. Manuel, e com privilégio seu — subsiste na Biblioteca Nacional de Madrid [101]. No fim dela lê-se textualmente:

Auto [102] *das Barcas q̃ fez* Gil Vicente *per seu (sic) maão. Corregido e emprimido per seu mandado. Pera ho quall e todas suas obras tem privilegio dell Rey nosso Senhor. Cõ as penas y do tehor que pera ho Cancioneyro geeral portugues se ouve* [103].

Subsistem além disso exemplares de duas edições diversas da versão castelhana da *Barca Primeira* [104].

Ha no alvará de privilégio, concedido a Paula Vicente, alusão clara a essa maneira de divulgar os Autos.

Provas indirectas estão nos elogios tributados a Gil Vicente, pelos três coevos cultos que já mencionei.

Outras ha nas impressões avulsas posteriores a 1562 (ou antes, a 1572), incluíndo o *Auto da Festa,* que todas são repetições de outras mais antigas, e não dos textos da *Copilação.*

Ha-as tambêm nas proìbições, anteriores a 1562, pois atestam a existência de impressões do *Amadis* e do *D. Duardos,* do *Auto dos Físicos,* da *Lusitania,* do *Clérigo da Beira,* do *Pranto de Maria Parda,* do *Miserere;* da *Aderência do Paço,* da *Vida do Paço,* e do *Jubileu de Amor,* como passo a demonstrar.

15. Mas ¿onde pára êsse *Jubileu,* com os outros dois Autos perdidos cujo título citei? Que sei eu deles?

Em primeiro lugar: sei o que ninguem ignora: que não entraram na *Copilação* de 1562. Em segundo lugar que foram submergidos nas águas do olvido, no Letes do Orco, para onde o Legado do Pontífice quis arremessar o *Jubileu,* como *suspeitoso na Fé.* Pregado no pelourinho da ignomínia, apenas lá subsiste; e só de nome. Nos Índices de Livros Proìbidos e... na Carta de Aleandro — por ironia da sorte. Tal foi a insistência, com que o Império e a Cúria o condenaram e exterminaram, que nem nas colecções mais abundantes de raridades bibliográficas se conservam exemplares, nem mesmo ha vestígios de lá terem existido. Os próprios filhos do Poeta, que cuidaram da impressão de 1562, ignoravam a sua existência (ou fingiam desconhecê-la). Creio até que quando o Poeta, afastado da côrte, se entregou ao trabalho de coligir as suas obras e de as transcrever *manu-propria* para um cartapácio grande, retocando-as e purificando-as de alguns excessos de linguagem, já não podia pensar em admitir nele o *Jubileu de amor*, nem os Autos da *Aderencia do Paço* e da *Vida do Paço,* por já terem sido condenados por decreto especial.

16. Dos *Índices Expurgatorios* e da acção das *Mesas Censorias* tem-se escrito muitíssimo; declamatóriamente em geral, porque os originais (quinhentistas) são pouco menos raros que os livros neles registados como dignos de destruìção. As reproduções modernas, assim como as análises que devemos a verdadeiros peritos, são por ora pouco conhecidas em Portugal [105]. É o que se vê nas últimas notícias, em parte incompletas, em parte erróneas, propagadas em livros, aliás muito proveitosos, por especialistas excelentes como o continuador do *Diccionário Bibliográfico Português* [106]; em catálogos de livrarias como a de Nepomuceno, rica na especialidade [107], e tambêm ocasionalmente nas obras de T. Braga [108].

Um estudo pormenorizado do assunto preencheria positivamente uma lacuna. Aqui só posso alinhavar com pontos muito largos as datas mais importantes para o meu fim restrito.

Heteródoxos foram sempre perseguidos pela Igreja [109]. Autos de fé parciais de escritos seus são muito anteriores não só à Reforma mas tambêm à arte de Gutenberg. Para não exorbitar recordarei apenas, alêm dos nomes de Huss, Wicleff, Servet, os de Torquemada e Barrientos, monstros que encineraram bibliotecas preciosas, sobretudo de manuscritos hebraicos e arábicos [110].

A verdadeira e sistemática campanha de proìbições e purificações de livros *suspeitosos na fé,* segundo a fórmula consagrada, começou

todavia sómente depois de Lutero haver afixado nas portas da catedral de Wittenberg as 95 teses contra Roma.

O Império e a Cúria tomaram parte activa nela.

A princípio a Censura só se dirigia contra a propaganda das ideias novas em livros e libelos teológicos, mas, à medida que essas ideias íam esbracejando ao largo e penetrando fundo, atingia também os reflexos, meramente literários, por serem muitas vezes mais incisivos e eficazes do que as exposições doutrinárias.

As primeiras proìbições, claro que não foram logo feitas em fórma de *Índice* ou *Catálogo*. Houve decretos imperiais, em forma de cartas e provisões. De 1521 em diante — logo depois de a Dieta de Worms se haver pronunciado contra Lutero por manejos do principal, mais tenaz e mais fanático dos oradores: o nosso legado Aleandro — se proìbiam ora *in totum* os escritos *(Libri omnes)* de Lutero, e pouco depois os de Hutten, ora certas e determinadas obras de Erasmo. Afixados como cartazes nas portas das igrejas, êsses editais eram lidos do alto dos púlpitos, sobretudo em cidades especialmente infectadas dos Países-Baixos, como Lovaina, Rotterdam, Amsterdam, Antuérpia — refúgio já então de numerosos conversos [111]. E houve breves, bulas e cartas de Leão X e de Clemente VII, divulgadas por legados especiais, que procediam directamente, lendo-as em praças públicas, e encarregavam autoridades eclesiásticas de *queimar* os escritos condenados.

17. Quanto ao património borgonhês de Carlos V como um dos países mais perturbados, já me referi em outros estudos a várias provisões imperiais em que se proìbia a mera menção pública das doutrinas luteranas e se ameaçavam com multas, exílios e excomungação os que renitentes continuassem a ler e a discutir livros dos dissidentes [112]. Citei um decreto de 22 de março de 1521, outro de 29 de abril de 1522, um terceiro de 17 de julho do mesmo ano. Um de 1531, anterior só meses ás festas de Bruxelas, levou o ilustre Eborense Mestre Lúcio André de Resende (que fôra a Lovaina na esperança de que Erasmo mudaria os seus penates para lá, e lá se instruía e deleitava no convívio com Erasmistas como Gocléniо, mas também com Réscio, o Aleandrino), a saír precipitadamente e a recolher-se a Bruxelas (onde dominava a clerezia), aos paços do Embaixador D. Pedro Mascarenhas, que o convidara (ou o convidou então) a ensinar-lhe retórica latina.

Em obediência ao breve de Leão X, relativo ao reformador germânico, a introdução dos livros dele, ainda desconhecidos na península,

fôra proìbida também em Espanha (Tordesillas), logo a 7 de abril de 1521, pelo Cardeal Adriano, na sua qualidade de Inquisidor-mór [113]. O respectivo decreto foi o primeiro da série na península, mas não em todo o mundo católico, como é costume dizer.

É quási certo fosse também promulgado em Portugal de qualquer forma, visto que o Papa se dirigira às igrejas todas da cristandade. Mas nada me consta a êsse respeito. Apenas conheço o Breve de Leão X a D. Manuel, de 20 de agosto de 1521, em que o Papa louva a vigilância do rei contra a «nefasta maldade de Lutero, monstro nefando e sacrílego» e pede continue com esse zelo. (*Corpo Diplomático II*, p. 47).

Pouco depois das bulas e dos breves, das cartas e provisões, tornaram-se necessarias curtas listas de livros saídos dos prelos de Wittenberg, Basilea, Norimberga, Lovaina. Uma, redigida e espalhada nos Países-Baixos em 1524, foi seguida de outra, promulgada em 1526 pelo Arcebispo de Canterbury. Em França houve diversas (em 1540, 1542, 1543, 1544, 1545, 1547, 1550, 1551 e 1556) publicadas parte pela Sorbona, parte pelo Inquisidor-Geral, algumas já com o título de *Catalogue* [114].

18. O primeiro *Índice Geral*, impresso com êsse nome por ordem da Mesa Censoria dos Pontífices, é contudo o que saíu no ano de 1559 por ordem do Papa Paulo IV, que esperara pelas determinações do Concílio de Trento, em actividade desde 1545. Remodelado sob os auspícios de Pio IV (1564), êsse ficou sendo o núcleo fundamental do que ainda hoje vigora, sendo adaptado nos diversos países às circunstâncias e exigências de cada um, por meio de acrescentos de livros em vernáculo.

19. Em Espanha foi o Inquisidor-mór D. Fernando de Valdes que lhe juntou essa parte importante, no mesmo ano de 1559 [115]. Anteriormente, êsse prelado já publicara, por ordem de Carlos V, em Valença de Aragão [116], um *Catálogo* que é mera reìmpressão do que o Imperador mandara colegir em Lovaina, em 1551, aumentada com um apéndice (latino) de vários livros entre os quais já há alguns em castelhano e português *(hispano sermone)* [117].

O primeiro Índice português é, também, de 1551. O zelosíssimo Inquisidor-Geral dêstes reinos adiantou-se porêm aos vizinhos num ponto: mandou elaborar *em linguagem* a lista de obras pátrias que contivessem doutrinas escandalosas, suspeitas ou malsoantes contra

«nossa santa fé católica», para que ninguem se pudesse desculpar com o desconhecimento do idioma latino.

Nessa lista, composta só de doze parcelas, sete são... de Gil Vicente! Mas o seu nome não é enunciado.

20. É natural preguntarmo-nos aqui, se haveria *ab initio,* e porquê, antipatia natural do poeta cómico e satírico para com os dois filhos de D. Manuel que foram príncipes de Igreja «muito prudentes e católicos cristãos»: D. Henrique e D. Afonso?

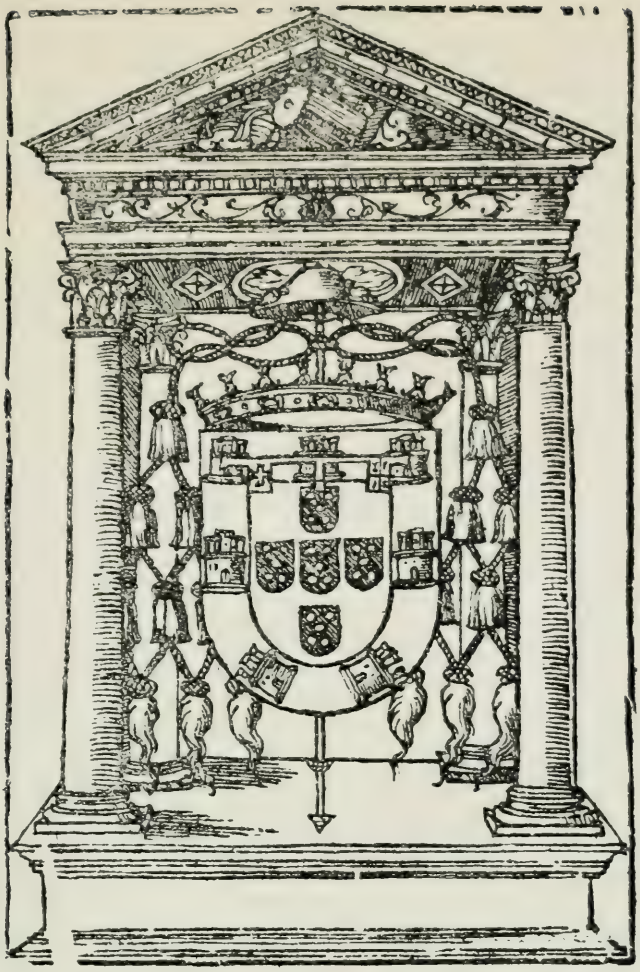
Certo é que não possuímos *Autos* dedicados ao nascimento dêsses dois Infantes, nem tão pouco à sua sagração; mas outros filhos do rei Venturoso nasceram e vingaram também sem tal distinção [118].

Em teoria, não seria irracional a suposição que Tragicomédias festivas, dedicadas aos dois, se por ventura foram compostas para os anos de 1509 e 1512, fossem riscadas da *Copilação* inédita, em vida do próprio Gil, logo depois de o quási imberbe Cardeal D. Henrique ter espontaneamente arrogado a si o cargo de zelador da fé, em substituìção de D. João III que, cada vez mais submisso e sinistramente fanatizado, se doía de, como príncipe secular e rei [119], não poder ser Inquisidor Geral.

Os dois Autos condenados e exterminados juntamente com o *Jubileu* parecem todavia (pelo título e pela condenação) ter sido, antes do que Autos de Festa de data tão temporã, Farças-sátiras do último período, como já deixei dito [120].

Além disso, creio que entre os dois Infantes Cardeais houvesse grande diferença. D. Henrique era ortodoxo fanático. D. Afonso parece ter tido propensão para ideias liberais [121].

21. O título do deminuto *Índice* de 1551, — pouco utilizado até hoje — é: *Rol dos Livros Defesos pelo Cardeal-Infante Inquisidor Geral nestes reinos.* Saíu dos prelos do mesmo impressor que, salvo êrro, fôra padrinho das edições avulsas de Gil Vicente [122]. Tem a assinatura de Frei Jerónimo de Azambuja, — homem (segundo Herculano) de alta reputação literária, mas que como inquisidor disputava a palma da crueldade só a João de Melo [123]. O fac-simile que se fez sôbre o exemplar raríssimo (talvez único), que se guarda na Biblioteca de Évora [124], não deixa margem para dúvidas a todos êsses respeitos. Nem as devia ter deixado no espírito de ninguem desde que êle apareceu como ilustração dum substancial artigo sôbre D. Henrique (rei efémero de 1578 a 80) no *Dicionario Bibliográfico Português* [125].



Este he o rol dos liuros
defesos por o Cardeal Iffante / Inquisidor
geral nestes Reynos de Portugal.

Anno de. 1551.

Frontispício do primeiro Indice Proibitório português.

A parte latina abrange dez fôlhas e meia [126]. Na metade de baixo do rosto da fl. 11 se enumeram doze obras em linguagem, dignas de condenação, que é incondicional para umas, e condicional para outras.

Eis as sete primeiras:

1. *O auto de dom Duardos* que nom tiuer cẽsura como foy emendado.
2. *O auto de Lusitania,* com os diabos — sem eles poderse ha emprimir [127].
3. *O auto de Pedreanes,* por causa das matinas.
4. *O auto do Jubileu de amores.*
5. *O auto da aderencia do paço.*
6. *O auto da vida do paço.*
7. *O auto dos Phisicos* [128].

Como se vê, sem nome de autor.

Quatro dêsses Autos entraram na *Copilação* de 1562, apesar da proìbição de D. Henrique e seu acólito. Os censores a quem foi apresentado o grande cartapácio autógrafo do Poeta, completado por Paula e Luís [129], não cortaram os diabos do *Auto da Lusitania,* nem apagaram a divinização de entidades mortais, em que se cifravam as pechas da esplendorosa Tragicomédia cavalheiresca de *D. Duardos* [130]. Deixaram passar a *Farça dos Fisicos,* até com o sub-título escandaloso de *Amores dum Clérigo,* talvez por ser bufonada de franca imoralidade de carnaval [131]. No *Auto de Pedreanes,* ou por outra, no do *Clérigo da Beira* [132], as Matinas irreverentes não desapareceram. Tudo isto porquê? Porque os Inquisidores de 1561 atenderam à predilecção em que tinha as Farças do Poéta Cómico o Rei-Niño D. Sebastião, ao qual se dedicava a *Copilação,* destinada a princípio ao próprio D. João III? Porque se importavam exclusivamente com verdadeiros erros *contra a Fé,* e não com coisas malsoantes *quanto ao decoro?*

Sómente os três Autos do meio — *Jubileu de amores*, *Aderencia* e *Vida do Paço* — foram condenados em absoluto, e perderam-se por completo.

Porquê? Porque haviam sido indigitados muito antes pela Cúria como peças contendo errores? rebeldias luteranas e ironias erasmianas? e isso logo, logo depois da representação em Bruxelas, por um decreto especial, tão eficaz que positivamente já não existiam em 1551? Só o medo de que aínda houvesse escapado qualquer exemplar levaria os Censores a renovar a proìbição anterior? O mêdo e a praxe obrigatória, de se repetirem sempre de nôvo sentenças uma vez proferidas, para se impedir o renascimento do que fôra proìbido?

22. Sempre, desde que li os títulos das três peças no *Dicionario Bibliográfico* [133], e nos *Repertórios de* T. Braga [134], suspeitei fossem obras de Gil Vicente. Quem, se não êle, os haveria composto [135]?

Agora desde que está provado que o *Jubileu de amor* (ou *de amores*) é o Auto representado em casa de D. Pedro Mascarenhas, o Auto elogiado e caracterizado como «dizendo verdades entre facécias» no Genetlíaco de Mestre André, o Auto incriminado por Aleandro em missiva expedida para Roma, o Auto notório a Erasmo, não mais se pode duvidar que tambêm a *Aderencia do Paço* e a *Vida do Paço* sejam ou fossem obras de Gil Vicente.

23. A proìbição portuguesa de 1551 entrou *ipsis verbis* no *Índice castelhano* de 1559 [136], com a única diferença que aínda juntaram aos sete Autos o do *Amadis* (castelhano), este com o nome do autor, claramente expresso [137]. Entrou tambêm no de 1583 [138].

Em Portugal ela foi igualmente repetida na reìmpressão textual do rol primitivo, efectuada um decénio depois; tão rara como a de 1551 [139]. Repetida tambêm no Índice de 1564 [140], sempre com a mesma epígrafe de *Rol dos Livros que se proìbem em português.* Isso, apesar de no meio-tempo os Autos condenados condicionalmente e o *dos Físicos* terem, em contradita, entrado desempedidos na *Copilação,* conforme já disse.

Em 1581 os Senhores Deputados da Santa Inquisição, tendo à sua frente Frei Bartolomeu Ferreira, primeiro Revedor benigno dos *Lusíadas,* não renovaram a sentença. De modo algum por serem mais indulgentes! Muito pelo contrário, apenas porque, depois do desaparecimento de D. Sebastião e D. Caterina, se lembraram de que os textos vicentinos, que haviam escapado em 1562 por considerações que tentei adivinhar [141], precisavam de revisão severa, cortes e alterações profundas. Nesse sentido determinam expressamente que *se proveja na emenda dos Autos de* Gil Vicente *que tem necessidade de muita censura e reforma* [142] — determinação que foi realizada com amplitude, como todos sabem, na 2.ª edição de 1586.

Da 1.ª, outrora abonada pela Mesa Censória, continuavam todavia a cursar bastantes exemplares. Com respeito a êsses, e a repetições dos folhetos avulsos, publicaram aínda no *Índice* de 1624 um extenso rol de alterações que rudemente se introduziram em quantos exemplares eram acessíveis [143].

24. A prova de que o *Rol* de 1551 foi realmente o primeiro

Índice que se publicou em Portugal está na Provisão do Cardeal Infante que o precede, nas palavras que sublinho.

Nós o cardeal Ifãte Inquisidor geral em estes Reynos & senhorios de Portugal etc. Fazemos saber ahos que esta nossa prouisam virẽ. Como, sendo nos informado que algũas pessoas nam deixauam de teer & ler por liuros q̃ sam defesos & prohibidos *por nã saberẽ quaes erã hos taes liuros q̃ sam defesos & prohibidos mãdamos ora emprimir ho Rol delles abaixo cõtheudos* pera poderem vĩir a noticia, pollo que mãdamos a todas has pessoas de qualq̃r estado & condiçã que sejã, em vtude de obediẽcia & sob pena de excomunhão, que daqui em diãte nã tenhão em seu poder nem leã pellos liuros abaixo decrarados sem nossa especial licença. E tanto que vierem a seu poder hos apresẽtẽ aos inq̃sidores. Sendo certos que fazẽdo ho cõntrario & tẽdo hos ditos liuros ou outros q̃esqr sospeitosos na fee sem nossa licẽça, nã hos apresentando logo, q̃ se procederá cõtra elles como ha desobediẽcia do caso merecer. E assi mãdamos sob a dita pena dexcomunhão a *todas as pessoas q̃ souberẽ dos taes liuros que ho venhã denũciar aos inquisidores* pera prouerem no caso como parecer seruiço de nosso señor.

E a este Rol se daraa autoridade sendo assignado per mestre frey Jeronimo a que temos cometido ho exame & prouer sobre os liuros da cidade de Lisboa. — Dada em Evora a III dias de julho. — João de Sande a fez — de 1551.

O Cardeal Iffante.

25. Do teor dela resulta ao mesmo tempo que já anteriormente houvera livros defesos e proìbidos, aprovações e desaprovações.

Da fráse relativa ao D. Duardos *(que não tiver censura como foi emendado)* deduz-se o mesmo.

Outras provas, mais positivas ainda, há, que nos reconduzem até 1539 e provam que já então, provávelmente desde 1536, havia uma comissão de letrados, nomeados por D. Henrique, que examinavam manuscritos e impressos, e sem cuja aprovação não se concedia o privilégio real.

No frontispício dum livrinho, precioso pela sua rareza, espécie de catecismo para os mocinhos fidalgos serem instruídos de modo que fossem dignos companheiros dos filhos de D. João III e D. Caterina — obra de que mais adiante terei de tornar a falar no parágrafo relativo aos Príncipes D. Manuel e D. Felipe — lê-se, junto a *Insino Cristão,* a nótula *aprovado pela santa Inquisição* [144]. E na provisão do Cardeal Infante, de 3 de setembro de 1539, que está no reverso, declara-se que êle mandou ver a obra por letrados, *e achando-a util dá licença para se imprimir e vender.*

O opúsculo trata de coisas da Fé. Precisava portanto de aprovação superior. Mas os textos profanos tambêm eram revistos pelos Inquisidores, desde o momento em que o Santo Tribunal se constituíu.

E já antes disso, desde 1521, as autoridades civis e eclesiásticas dispunham de meios para suprimir escritos perigosos, conforme ficou dito.

Em 1531 houve denúncia. Se esta denúncia dum prelado influente como ALEANDRO foi, como penso, a origem da proìbição, não é de crêr que a Cúria e o Império, o altar e a corôa, deixassem passar vinte anos sem intervir, de mais a mais tratando-se de um poéta áulico, ao mesmo tempo bem-visto pelo vulgo, — poéta que era intérprete sagaz e amoroso da alma duma nação tida em conta de propugnadora da Fé, poeta de cuja altiva independência de espírito êsse *Jubileu de amor* dava amostras tão violentas e atrevidas que o acusador terrorizado julgara estar na Saxónia e ouvir a LUTERO!.. — Quando muito, a sentença tardaria até a promulgação da *Bula da Inquisição* (em que se trabalhara com afinco, mas que tivera prolongas e demoras) ser um *factum consummatum*[145].

26. Voltemos à Carta. Ela precisa de alguns comentários. Dos barões e nobres, da Raínha-irmã e do sobrinho me ocuparei nos parágrafos relativos ao *Genetliaco*. O Reverendo Legado residente, isto é, o Núncio que desde longos anos representava a Cúria junto ao Cesar, era Lourenço Campeggi, octogenário, sôbre cuja assistência às festas de Bruxelas RESENDE também nos dirá mais alguma coisa. — BARI, a quem ALEANDRO segredou o seu desgôsto, é Gabriel Merino, bispo de Jaen e Arcebispo de BARI, esmoler de Carlos V. Relacionado durante longos anos com Erasmo e com Afonso de Valdés[146], o entusiástico Erasmista castelhano, BARI era advogado da Santa Sé junto a Carlos V, sendo viceversa o de Carlos V junto à Santa Sé. Advogado e intérprete dos desejos de ALEANDRO no caso de que tratamos.

Não devemos esquecer que o *Jubileu de amor* era peça bilingùe, com predomínio talvez da língua falada na côrte imperial.

Ignoro quem seja *Nosso Senhor (Nostro Signore)* no fim da carta. O mais provável é que designe o Papa, embora logo na frase imediata ALEANDRO o trate de *Sua Santidade*, segundo o costume.

Repito que não sei quási nada de SANGA, o destinatário da Carta.

Imagino apenas que à acção combinada de ALEANDRO, SANGA e BARI, tendente a que a daninha semente vicentina não alastrasse em Espanha e Portugal, não resistiriam por muito tempo o Imperador Carlos V, sua irmã Caterina, D. João III, e o Cardeal Infante D. Henrique.

Frontispício dum livro aprovado pelos Inquisidores em 1539.

Embora todos tivessem rido a bandeiras despregadas, durante cinco a sete lustros, das facécias do seu histrião jovial, e aplaudido as obras de arte que como autor, actor, músico e *régisseur* êle lhes dedicara, renegá-lo hiam logo que um Aleandro, um Oleastro, ou um Frei João Soares lhes demonstrassem que as verdades e censuras, envolvidas no diáfano manto da sua poesia, eram perigosas, escandalosas e malsoantes: doutrinas dum pensador, audaz erasmista ou quasi-luterano.

Em 1536, repito-o, Gil Vicente pousou a pêna e retirou-se da côrte, incumbido pelo rei, amigávelmente, de dora-avante coleccionar, limar e ¿quem sabe? depurar as suas obras [147].

27. Fechando aqui êste excurso necessário sôbre os *Índices*, passemos às datas. Aleandro escreveu a sua carta a 26 de dezembro de 1531. A festa fôra celebrada no dia de S. Tomé: cinco dias antes. Evidentemente se trata do Apóstolo, comemorado a 21 do mês [148]. O Príncipe D. Manuel nascera a 1 de novembro. *O Auto da Lusitania*, composto e representado em Portugal para festejar o feliz acontecimento, tem a data de 1532. O *Genethliaco* de Mestre André de Resende indica êssa mesma *(Mense Decembri MDXXXII)*, conforme eu disse no parágrafo 1.º dêste estudo, e se vê claramente no *Fac-simile*. A Carta em que D. Pedro de Mascarenhas fala a António Carneiro do nascimento do Príncipe, e do regozijo geral com que a bôa-nova fôra acolhida, é datada de 4 de janeiro de 1531, como se as festas de Bruxelas fôssem celebradas em dezembro de 1530!

Como explicar tão estranhas contradições?

Vamos por partes.

28. A data do nascimento do Príncipe D. Manuel é seguramente o 1 de novembro de 1531. Os Cronistas de D. João III o atestam, e vários documentos históricos e artísticos o confirmam.

Eis o que conta o principal historiador coevo, Francisco de Andrade, amigo e rival de Luís de Camões na sua paixão por Caterina de Ataíde, como tentarei provar um dia:

Neste ano de 1531 *estando el-rei Nosso Senhor na Vila de Alvito* pario a Raínha Nossa Senhora o Príncipe D. Manuel o 1.º dia de novembro; e *por a Raínha ter o parto trabalhoso, e o príncipe vir muito fraco*, e estar tanto espaço sem chorar que se hauia por quási morto, el Rei seu pay o fez logo bautisar, e lhe mandou pôr nome de elRey dom Manoel seu auoo; e ao domingo seguinte, 12 dias do mesmo mês de novembro, se lhe fez a cerimonia do bautismo pelo bispo de Lamego dõ F.do de Vos [149].

*

Frei Luís de Sousa diz-nos lacónicamente:

O príncipe Dom Manuel *em Alvito* quarta feira 1.º de novembro anno 1531, e chegou a ser jurado em idade de quatro annos, e logo faleceo [150].

A Raínha D. Caterina, de bela e robusta aparência [151], elogiada por Gil Vicente hiperbolicamente como *cume das bem assombradas, Raínha Esther, Raínha das Raínhas,* não era de modo algum infecunda. Teve nove filhos. Mas todos nasceram fracos. Só dois chegaram à idade núbil. E mesmo êsses morreram em idade primaveril: a filha D. Maria com dezasete anos, ao dar a vida ao malfadado Infante D. Carlos, doente de corpo e de espírito; o Príncipe D. João, na mesma idade, antes de D. Sebastião haver aberto os seus melancólicos olhos azuis à luz do dia. Os efeitos dos enlaces sucessivos entre consanguíneos começaram a fazer-se sentir funestamente de 1525 em diante.

Em 1531, ao cabo de seis anos de casada, a Raínha aínda não dera à nação o muito desejado herdeiro da corôa [152]. Por isso o júbilo foi grande em novembro de 1531. Houve danças em Alvito como demonstração de alegria. Provávelmente um curto sarau para os cortesãos, nas salas do castelo, alêm de bailados populares, de terreiro, nas ruas. Mascarenhas responde a Carneiro que lhe dera parte do nascimento: «*Eu, Senhor, quisera servos companheiro nos bailes de Alvito*», o que parece indicar festa palaciana. Mas não fala da representação dum Auto.

A côrte estava de luto pelo falecimento da pequenina Infanta D. Beatriz [153], e afastada da capital onde houvera terremotos e havia peste, num castelo suntuoso talvez, mas alheio; a Raínha, muito combalida; o recem-nascido, formoso mas débil [154]. D. Caterina não tinha o vigor de D. Maria que dera a D. Manuel nove filhos fortes e sadios, e, logo na noite imediata ao seu primeiro parto, se sentira com forças e disposição de espírito para receber na sua câmara

mui alegre e prazenteira,
mui ufana e esclarecida,

os cumprimentos ingénuamente sentidos do povo, pela bôca de Gil Vicente, Vaqueiro; e, no seu leito de morte, viu e ouviu as ironias mordentes do mesmo, transformado no Diabo galhofeiro e alegre da *Barca do Inferno.* O *Auto da Lusitania* também não é um símples *Monólogo;* é uma obra de arte complicada, que não se improvisa em meia dúzia de dias. Mesmo se estivesse já quási pronta no dia 1 de novembro, preparada de antemão, exigia grande aparato de scenário

e de trajes, muitas figuras, ensaios, etc., coisas difíceis de arranjar a tanta distância de Lisboa.

Não foi em Alvito, nem foi em 1531, no próprio dia do nascimento, foi *post-festum* em Lisboa (em 1532), depois de a Raínha e o Príncipe estarem restabelecidos e de regresso à capital já sanada, que o Auto foi representado.

Gil Vicente assim o diz em dois passos do texto, tão claramente que admira que Sousa Viterbo e T. Braga o não entendessem [155]. Na Introdução, onde os Judeus, obrigados a públicamente festejar o nascimento do Príncipe (com folias, pelas, toiras etc.), pensam em ensaiar um *aito* novo, é um deles que declara:

> Para que cumpridamente
> aito novo inventemos,
> vejamos um excelente
> que presenta Gil Vicente,
> e por hi nos regeremos.
> Ele o faz em louvor
> do Principe Nosso Senhor
> *porque não pôde em Alvito* (III, 274).

E mais adiante no Argumento em prosa, refere-se a Lisboa como *esta cidade...* (p. 277).

Em suma: a data fixada pelo Poeta na rúbrica que acompanha o Auto é a da representação; e não a do sucesso celebrado. Ás vezes as duas coìncidiam. Neste caso divergiam.

Na impossibilidade material de uma comédia, digamos apenas «representada pela primeira vez em Portugal, após o 1 de novembro de 1531», mas talvez composta depois dêsse termo, ter sido repetida em Bruxelas a 21 de dezembro, nem vale a pena insistir, desde que sabemos o que ficou exposto nos parágrafos anteriores [156].

29. Em prova de que a *Lusitánia* é realmente obra complicada, uma das mais complexas do Repertório de Gil Vicente, e para mostrar que não condiz com os traços indicados por André de Resende e Aleandro, lembrarei o que ela é.

Consta de três partes: um *Prelúdio,* independente pelo assunto, mas hábilmente ligado com êle; um *Argumento;* e um verdadeiro *Auto*.

O *Prelúdio,* espécie de *loa (Vorspiel),* é um quadro de costumes; de realismo vivaz: o interior duma casa judaica. O pai, alfaiate (símbolo de timidez), canta, cheio de arrogância, o Romance mozarábico

do Cid *Guay Valença, guay Valença,* acompanhado do filhinho. A mãe entoa um lindíssimo cantar arcaico, «de amigo», em diálogo com a filha[157]. Essa é cortejada por um palaciano, de cujos galanteios moteja. Dois correligionários trazem a boa nova da vinda dos Reis com o Prìncipezinho, e combinam as festanças que hão de fazer[158].

No *Argumento* há, além da exposição do assunto, em prosa, chacotas alegres e finas contra os palacianos que mexericavam não só das origens humildes e da vida particular do Poeta, mas também da sua obra, amesquinhando a sua incomparável fantasia, fôrça inventiva e jovialidade. Creio que em cada epíteto há ironias.

O *Auto* em si é, sem dúvida, paródia jocoséria da faina arqueológica dos Humanistas, de que resultou pouco depois a primeira colecção de Inscrições, feita por Mestre André a pedido do Cardeal Infante D. Afonso,[159] exactamente como a *Devisa de Coimbra* de 1527 fôra parodia da clássica *Fábula do Mondego* de Sá de Miranda; ou vice-versa[160].

Gil Vicente moteja (o próprio título bombástico de *Lusitánia* o indica) das origens *ulysseias* da capital; da moda dos Latinistas de designar cidades, rios, montes com nomes arcaicos como Mondego, outrora *Munda;* Sintra, outrora *Cinthia;* Lisboa, olim *Ulyssipo*[161]; moteja das etimologias toponímicas que começavam a estar em voga; moteja do qualificativo *Divo,* dado liberalmente a todos os reinantes[162]. Toda a farça é uma réplica humorística aos «homens de bom saber» que, apesar da desforra que Gil Vicente tirara em 1521 com a farça de *Inês Pereira,* continuavam a criticar a sua obra, a sua técnica infantil, a sua rudeza medieval, a sua indisciplina, a desordem dos seus entrechos, a sua falta de erudição clássica[163].

A ninfa *Lisibea* (personificação de Lisboa), filha duma Raínha da Berberia e dum príncipe marinho (alusão às conquistas africanas e glórias marítimas), vive nas agrestes barrocas da Serra de Sintra (então chamada *Solercia,* parodia de Monte da Lua). O Sol namora-se de Lisboa. Dêstes amores nasce a menina Lusitánia (nome derivado de *Luz!*), espevitada, doidinha, fantasiosa, de lindos olhos, e cheia de graça, senhora e deusa da província daquele nome. O pai quer casá-la com Mercúrio, mas o deus dos comércios do mundo, frio e pouco namorável, não lhe agrada. Um caçador (das bandas da Hungria, como o Conde D. Henrique das lendas genealógicas), chamado *Portugal*, leviano, bizarro, todo fundado em amores, ouve falar da formosura de Lusitánia. Vem requestá-la e conquista-a. Lisboa morre de ciúmes da filha.

Como se vê, nem uma só alusão à Igreja ou à Reforma.

Como episódios líricos de carácter popular, imprescindíveis em peças vicentinas, temos diversos cantares arcaicos [164], entre êles o de *Maio florido,* mensageiro do Sol [165], que vem consolar a menina Lusitánia. Este enfeite vistoso é todavia excedido em valor pelo já mencionado diálogo moralizador de *Todo o mundo e Ninguem* — dois tipos internacionais preexistentes, individualizados porêm pelo Cómico português, com todo o brilho do seu espírito sagaz e sarcástico [166].

A tantas figuras juntou aínda, como tambêm indiquei mais acima, meia dúzia de deusas pagãs, incumbidas de assistirem ao casamento de Lusitánia, e que, vindas da Grécia, de Roma e de Troia [167], falam e cantam como ciganas do Egito — certamente tambêm para assim motejar de fantasias e manias lingüísticas de certos Humanistas.

Por cúmulo associa-lhes como capelães dois diabos folgazãos, servos do Deus e Rei apolíneo Lúcifer. Êsses, que escutam e assentam nos seus livros de ementas a conversa filosófica aludida, rezam horas em altares, pelo psaltério de Nabucodonosor, distribuíndo bençãos que são arrenegos extravagantes.

3o. Evidentemente o *Auto da Lusitánia* é uma peça festiva e galhofeira, de ingredientes muito variados, cuja caprichosa desordem devia fazer franzir o sobrolho não só a mais de um partidário do estílo nôvo de Sá de Miranda [168], mas tambêm a arqueólogos, humanistas e scientistas, como D. Miguel da Silva, D. Pedro Margalho, Jorge Coelho, Luís Teixeira, Diogo Pacheco, Aires Barbosa, D. Francisco de Melo, Gonçalo Vaz. [169] Alguns ditos escandalizariam tambêm os futuros Inquisidores e Revedores de livros como Oleastro, D. João de Melo, Frei Francisco Foreiro, em vésperas de começarem a sua actividade [170].

Quanto mais, Príncipes da Igreja, acreditados na côrte portuguesa e na de Carlos V, em Espanha e Flandres, afim de vigiarem pela manutenção da Fé!

Repito que dos antagonistas, mas tambêm dos amigos da musa vicentina, Aleandro receberia fácilmente informações precisas a respeito do autor do *Jubileu de amor,* assim como pouco a pouco exemplares das suas peças romànticamente cavalheirescas e das farças mais insubmissas. Inclusive do *Auto da Lusitánia,* representado em honra do próprio Infante que vira festejado em Bruxelas, e todos quantos se lhe seguiram até Gil Vicente pousar definitivamente a pena, retirando-se da côrte [171].

31. A data 4 de janeiro de 1531, em lugar de 1532, traçada por D. Pedro Mascarenhas na carta publicada por Sousa Viterbo, contêm um êrro de fácil explicação. Ela é resposta às notícias que António Carneiro, secretário de estado de D. João III[172], transmitira oficialmente ao Embaixador, a respeito do nascimento e da saúde do Prìncipezinho D. Manuel.

Aconteceu-lhe o que a todos os mortais acontece em principios de anos novos. Maquinalmente, irreflectidamente repetimos o algarismo que durante trezentos sessenta e cinco dias nos acostumáramos a fixar na nossa correspondência.

Quem quiser exemplos históricos e simultâneos, abra a correspondência de Carlos V e verá que quási no fim do mesmo mês, a 26 e 27 de janeiro de 1532, o Cesar, ou seu secretário, ainda punha por baixo de rescritos importantes a data errónea de 1531[173].

32. Quanto às demonstrações imediatas de regozijo que se realizaram em Alvito[174], já dei a conhecer que tenho em vista um simples sarau, improvisado, com danças, baseando-me no dito de Mascarenhas a Carneiro: *Eu, Senhor, quisera ser-vos companheiro nos bailes de Alvito.*

Com respeito às festas de Bruxelas também me afasto da interpretação da *Carta* de Mascarenhas, ideada pelo seu descobridor. Distingo entre festas dadas pelo próprio Imperador, irmão de D. Caterina e talvez padrinho do recem-nascido[175], festas no antigo e imenso palácio de Caulenberg, nas quais D. Pedro Mascarenhas, como representante del-rei de Portugal, guiou a dança, fiando-me na proposição em que ocorrem as palavras *festa que fez Sua Magestade com a nora da nascença de seu sobrinho* — e entre festas celebradas depois pelo Embaixador: *as festas que lhe cá fiz*. Nestas últimas, duplas, celebradas em dois dias sucessivos, conforme lemos na carta de Aleandro e no *Genetlíaco* de Resende, não houve danças de sala, por falta de tempo e do elemento feminino[176].

Acêrca de todas essas festividades a carta de Mascarenhas é lacónica em extremo, como fôra aparentemente a de António Carneiro. Ambos deixaram ao portador oficial o prazer de narrar tudo: principalmente o de descrever em Lisboa, a D. Caterina e D. João III, o alvorôço com que Carlos V celebrara o desejado herdeiro da coroa portuguesa, «e dele para baixo toda esta côrte com mais contentamento que se fôra seu próprio príncipe».

Com relação a êsse intermediário, chamado António Lópes, ficamos sabendo apenas que êle tivera boas alviçaras do Cesar (400 escudos:

um cento além do costumado), em prova da tal alegria e do prazer que não sómente abrangeu a seus vassalos, mas a quantos souberam a boa nova.

Se, a pesar disso, não há na vasta e importantíssima correspondência do Emperador referência alguma aos acontecimentos, que autentique as datas 20 e 21 de dezembro de 1531, a razão está em que tinha ao pé, assistindo com êle às festas, a irmã querida, a enérgica e inteligente D. Maria, viuva do Rei da Hungria e Governadora de Flandres [177], como sucessora da grande Margarida, sua tia [178], à qual se acostumou depois a comunicar, assíduamente, tanto instruções e relatórios políticos como confidências e desabafos íntimos, dos quais darei amostra.

33. A data 1532, exarada no frontispício do *Genetliaco* de André de Resende, representa outro êrro. Explico-o do mesmo modo quási como o lapso de Mascarenhas, embora no caso de Resende talvez antes se trate de um verdadeiro êrro de cálculo. A data da impressão é: janeiro de 1533. Esta foi em Bolonha, por motivos que logo indicarei, em casa de João Batista Phaelo, como se vê do fac-simile:

IOANNES BAPTISTA PHAEL
lus Bononienſis Bononiæ
Impreſſit
Anno Incarnationis Dominicæ
M. D. XXXIII. Menſe
Ianuario.
✠

Colofone do Poema de André de Resende, relativo às Festas de Bruxelas.

A Epístola-Dedicatória em prosa, a D. João III, o Divo, Pio, Feliz, Invicto, ostensivamente aureolado com todos os títulos de que D. Manuel costumava acompanhar o seu nome, foi concluída no início do ano: *Bononiae Calendis Ianuariis MDXXXIII* [179].

Nela o Humanista que breve havia de pisar de nôvo o solo da patria, após vinte anos de ausência, explica ao monarca porquê houvera tanta demora (mais de um ano) na elaboração e publicação dessas congratulações. Para o recomendar eficazmente recorria, em verso, a um nobre prelado, Eborense como êle: D. Miguel da Silva, aquele

afamado Bispo de Viseu que posteriormente suscitou a indignação de D. João III por ter solicitado e conseguido, sem o seu beneplácito, a púrpura cardinalícia, mas então ainda era muito bem visto nos paços de Lisboa [180].

No mesmo dia santo em que pôs ponto final aos Prólogos, escreveria os dizeres do frontispício, enviando logo à Imprensa as 24 folhas dos opúsculos que desejava imprimir, e mais oito folhas que separadas haviam de constituír outro folheto, no mesmo formato e tipo: a Sátira *De Vita Aulica,* que fôra o primeiro fruto da sua estada em Bruxelas [181].

Sentindo-se ainda dentro da era velha que acabara horas antes, e em que por ventura havia começado a escrever, calculava que passara um ano, desde a sua curta estada na capital brabantina: mas, lembrando-se de que já se entrara em 1533, lançou no frontispício a data do ano pretérito: 1532.

E nunca, ao reler as composições que foram fruto dos ócios que gozara na companhia de D. Pedro Mascarenhas, reconheceu a falsidade dêsse cálculo. O êrro aritmético, a fraude que inconscientemente cometera, nunca lhe pesou na alma [182]. Nunca o emendou. Só defeitos que deturpavam o seu texto latino, especialmente naquela descrição de festas e de lautos banquetes, em que tivera de mencionar infinitas coisas modernas, desconhecidas completamente aos antigos [183].

A elegante impressão do Bolonhês [184], foi feita sob os olhos do autor e revistada por êle. Ainda assim houve positivamente algumas infelicidades na composição e certas imperfeições de estampa que desagradaram ao escrupuloso antiquário.

No exemplar de que tenho o prazer de me servir, o próprio Resende corrigiu (no *Genetlíaco*) não sómente três gralhas de que se acusa na última fôlha [185], mas tambêm bastantes outras, descobertas ulteriormente. Alêm disso, retocou numerosos passos, cujo teor não era estilísticamente impecável, e ilustrou certos vocábulos, alegando a fonte latina em que os haurira [186]... Mas a data errada das festas, deixou-a inalterada!

Afoitamente digo aqui (e já disse em outros estudos meus, relativos a Resende) que as notas manuscritas, a que me refiro, são autógrafas.

Quanto ao conteúdo das correcções, ninguem podia fazê-las ou tinha interesse em fazê-las, a não ser o proprio poeta. E a letra, tão clara, característica e distinta, é evidentemente sua. O leitor con-

fronte a do passo que aqui reproduzo com os fac-símiles publicados por A. F. Barata e por A. Braamcamp Freire [187].

Vidimus externa fieri ſpectacula in urbe,
Quæ ſi Romanæ uidiſſent ſecula gentis,
Artibus his quũ maior honos, fortunaq; maior,
Plurimus æternos ceciniſſet carmina uates
Duratura dies. nobis nec tanta facultas,
Par neq; uis animi. uireis tu ſuffice, quuius
Sentio ſub penitis œſtrum incaluiſſe medullis
Delie, Cyrrhæo qui quũ prorumpis ab antro,

Asinar. Age queso, ex crea ex penitis fauibus.

Lego potius. Senno per calidas œſtrum excardere medullas.

Versos do *Genetliaco* corrigidos e comentados pelo próprio André de Resende.

34. Com a evidência de a celebração do natalício do Principe D. Manuel em Bruxelas ter sido a 21 de dezembro (e no dia anterior) de 1531, em casa do Embaixador, fica arguído de engano André de Resende, e quem tentou dar por exacta a data MDXXXII no frontispício do *Genetliaco*. P. ex. Gomes Monteiro. Sousa Viterbo, que evidentemente não lera o poema, pois o trata de coisa de pouca monta e julga possível que o Latinista o escrevesse num mês, não se arriscou a tanto [188].

Leitão Ferreira, que conhecia a fundo as obras de Resende e as aproveitou com critério superior, deu a indicação pelo que é: por mero engano, o qual atribue a lapso de pena no original, ou a êrro de impressão [189].

Braamcamp Freire, que recentemente publicou as duas redacções da *Vida de André de Resende*, elaboradas pelo consciencioso académico como contribuição às suas *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra* [190], não se conformou com essa explicação. Dando fé aos responsáveis, calcula que as festas, celebradas *junto do Natal*, segundo os dizeres do predecessor, recairiam no próprio dia do Natal, e supõe que Resende contava os anos à moda antiga: de 25 de dezembro a 25 de dezembro, rigorosamente pelo nascimento de Jesus Cristo [191].

A essa suposição, que não nos é dado confirmar com outros escritos do Humanista concluídos e assinados entre 25 e 31 do mesmo mês[192], opõem-se as revelações de ALEANDRO sôbre o título e o assunto da peça vicentina e sua representação na Gália Bélgica. Sabendo nós que o *Jubileu de amor* foi enscenado em Bruxelas no dia de S. Tomé, quatro dias antes da Noite-Santa, e portanto antes do ano nôvo à antiga, não podemos aceitar a engenhosa explicação. Mesmo se aparecessem documentos resendianos, evidentemente datados à antiga, ficava certo que quanto ao *Genetlíaco* êle se enganara, esquecido da verdadeira data[193].

35. Passo a demonstrar que o poema, relativo a acontecimentos de novembro e sobretudo dezembro de 1531, e impresso em janeiro de 1533, foi escrito no ano de 1532. Para êsse fim tenho de fazer um breve escorço da vida do notável Eborense, seu autor, até a data indicada.

Educado no convento de S. Domingos da sua terra, onde tomou aos dez anos o hábito que só aos quarenta trocou, constrangido, pelo de clérigo secular ou prégador, RESENDE saíra de Portugal pouco depois (1513), afim de estudar línguas clássicas em Alcalá e Salamanca, em Marselha, Aix (onde tomou ordens), e em Paris[194]. Em 1529 mudara para Flandres, com desejos e esperanças de que ERASMO, obrigado pela vitória da Reforma na Suiça a saír de Basileia, acederia aos convites urgentes dos compatriotas, transferindo os penates novamente para o centro brabantino do liberalismo católico onde residira antes de 1521[195]. Esta esperança não se realizou, mas em Lovaina, onde estudou rudimentos de hebraico e cultivou as línguas clássicas, travou relações com professores erasmistas do afamado Colégio trilingùe buslidiano, sobretudo com GOCLÉNIO, RÉSCIO, CAMPENSE, CLENARDO, e elaborou os seus primeiros ensaios poéticos: um *Elogio de Lovaina,* um *Panegírico de Erasmo,* uma *Sátira contra os que estultamente mal dizem das Letras.* E esta foi impressa em Basileia (em casa do erasmista Froben)[196] e enviada ao grande sábio com cartas de adesão.

Os decretos imperiais que em outubro de 1531 renovaram a proibição de discussões públicas sôbre doutrinas luteranas, ameaçando desta vez com multas, exílio, excomunhão também os que lessem livros de ERASMO, afugentaram o Eborense, conforme contei alhures[197]. Aceitando um convite, então ou já anteriormente formulado pelo Embaixador português, êle recolheu-se a Bruxelas, para viver no paço dele

e instruí-lo na arte de falar a linguagem então internacional dos diplomatas, indispensável a qualquer orador acreditado junto ao Cesar, ou junto ao Papa.

Contente com o ócio literário que as multiformes ocupações do Embaixador lhe proporcionavam, encantado com a nobreza, rectidão, pureza de costumes e o desejo de aprender do discípulo, RESENDE não pôde aínda assim conformar-se com a inanidade e incomodidade da vida do paço, nem com a cobiça e soberba dos palacianos, a que posteriormente apôs a alcunha de *abutres* [198]. Em novembro já ideara, desiludido, uma Sátira violenta *De Vita Aulica,* cujo manuscrito os amigos se disputavam [199]. Em seguida esboçou o *Poema de S. Vicente Mártir,* padroeiro de Lisboa, ambos para o mesmo amigo[200]. Vieram depois as Festas dos dias 20 e 21 de novembro e as Saturnais do Natal. RESENDE estava firmemente persuadido de que passaria sossegadamente o inverno inteiro na capital brabantina, ensinando e poetando [201]. Mas repentinamente tudo mudou de figura.

O Imperador resolveu convocar finalmente a Dieta, exigida e prometida havia muito, a Ratisbona, afim de definir, segurar e circunscrever a acção de seu irmão D. Fernando de Áustria, Hungria, Bohémia, eleito Rei dos Romanos a 5 de janeiro [202]. E pôs-se a caminho sem demora. MASCARENHAS, com a sua comitiva, à qual pertencia o Mestre de retórica, teve de acompanhá-lo.

No meio da jornada chegaram novas assustadoras positivas sôbre a invasão da Hungria pelo Gram-Turco Solimão II, e sua firme tenção de renovar o sítio de Viena, debalde tentado em 1529. Contente por os vagos boatos anteriores se haverem consolidado em factos, e afinal poder capitanear pessoalmente uma guerra santa, Carlos V, auxiliado por príncipes católicos e protestantes, entre os quais estabeleceu paz e mútua tolerância religiosa, juntou durante o verão 80:000 extremados combatentes (segundo outros, 100:000).

O Itinerário de MASCARENHAS e RESENDE é evidentemente o mesmo do Imperador. E quanto a êste, não é dificil fixá-lo. Para isto basta a sua vasta correspondência [203].

RESENDE chama a longa jornada várias vezes *fábula motoria* [204]; descreve-a como tumultuária, pondo-a em contraste com a vida sedentaria e o ócio literário de que gozara nas Universidades e em Bruxelas. Outras vezes trata-a enfáticamente de expedição bélica contra os Turcos, ou de campanha de Hungria *(pannonicam illam in Turcos expeditionem)* [205], exagerando, ou não, os perigos a que se viu exposto nessa peregrinação involuntária aos confins da Germánia [206].

36. A 17 de janeiro partiram de Bruxelas. Pararam em Colónia de 25 a 27 do mês. Passando por Bona, Andernach, Coblenz, Maguncia e Speyer (Spira) chegaram a Ratisbona no último de fevereiro. Aí estacionaram cinco meses. A concordata com os Protestantes, estabelecida a 23 de junho, foi sancionada a 2 de agosto, e conduziu à paz de Norimberga (28 de agosto). Partindo a 2 de setembro, atingiram Viena no dia 23, já informados, a meio do caminho, de que o Gran-Turco, rebatido de Güns e atemorizado, havia levantado o sítio.

Por isso o Imperador, revolvendo no espírito, sempre activo, novas combinações políticas, não se demorou senão poucos dias na formosa Raínha do Danúbio[207].

Encarreirando com um séquito relativamente pequeno pelo Friaul e norte da Itália[208], chegou a Bolonha, para mais uma vez se entrevistar com o Papa Clemente VII que o coroara aí mesmo em 1530. De 13 de dezembro até 24 de fevereiro detêm-se na cidade de Bartolo e Baldo com negociações políticas. Em Génova, onde estaciona até 9 de abril, embarca numa galera de André Dória que o conduz ao Rossilhão[209]. Pela posta vai finalmente a Barcelona, onde se encontra a 22 do mês com a Imperatriz D. Isabel de Portugal e seus filhinhos: D. Felipe, nascido em 1527, e D. Maria, mais nova um ano.

Creio que só lá, em território espanhol, onde Portugal tinha outro representante, e onde novos cuidados esperavam o Imperador, D. Pedro Mascarenhas se separaria dele.

Ignoro as condições em que André de Resende atravessou a península[210]. Já ouvimos que em 1 de outubro de 1533 estava em Evora, ao serviço do Infante Cardeal D. Afonso.

37. Resende tivera portanto duas vezes férias: ócio literário, *otium cum dignitate:* quatro a cinco meses em território germánico; e dois na Itália.

Em Bolonha imprimiu tudo quanto se referia a Bruxelas e à expedição do Cesar: tanto a Sátira sôbre a Vida do Paço, como as duas homenagens com que tencionava recomendar-se a D. João III e Carlos V, antes de se estabelecer definitivamente na Península — *pedem figere in curia regum* — quer em sinecuras prelatícias, quer como Mestre dos Infantes[211].

Em Ratisbona[212], durante os preparativos bélicos do Imperador contra o Gran-Turco, nasceram, a meu ver, primeiro o *Genetlíaco,* e depois o *Epicédio.*

A longa e dificultosa descrição das festas de Bruxelas, não a podia

elaborar de modo algum no desassossêgo da jornada, sem consultar a sua Biblioteca Clássica. Êle próprio assim o confessa, indirectamente embora, quando alardeia, como homem pacífico e erudito de gabinete, os distúrbios da expedição bélica [213].

E o pranto — *Lutuosa* como oposto daquela *Gaudiosa* — é, pelo assunto, posterior a 11 ou 12 de agosto, pois foi num dêsses dias que faleceu o joven pranteado: D. João da Dinamarca, sobrinho do Cesar, e por êle amado e acarinhado como se fôra seu filho carnal.

Importava a Resende angariar protectores, e obsequiar amigos de vulto, com que se relacionara em Espanha, França, Flandres, Alemanha e Itália, e dar-lhes provas da sua sabedoria e arte. Importava-lhe receber deles cartas de agradecimentos, com louvores que pudesse apresentar, visto que as suas estreias (o *Elogio de Lovaina,* o *Panegírico de Erasmo,* a *Sátira contra os que maldizem das Letras estultamente,* e a prosa máscula em que narrara os feitos de Diu), talvez não as tivesse distribuído, como novato, tão pródiga e sistemáticamente como convinha, e como em Bolonha fez com as impressões de Phaelo [214].

38. Voltemos a essas. Primeiro ao *Genetlíaco* e às festas de Bruxelas, nele descritas.

Resumindo os oitocentos hexámetros de Resende, substituamos, medíocremente embora, a narrativa circunstanciada, feita de viva voz na côrte portuguesa por António Lopes depois do seu regresso; pelo menos na parte que diz respeito aos festejos do Embaixador, visto que nem Aleandro nem Mestre André assistiram às do Cesar. Só o Embaixador; e talvez António Lópes.

Já sabemos que os festejos de D. Pedro de Mascarenhas, duplos, foram inauditos de luxo e de magnificência; e também que, longe de serem eco dos com que em Portugal comemoraram o nascimento do Príncipe D. Manuel, a representação do *Jubileu de amor* precedeu a do *Auto da Lusitánia.*

Na Introdução Resende, que saíra de Portugal aínda no reinado de D. Manuel, e se dirigia pela primeira vez ao sucessor, promete exalçar o divo D. João III em futuros trabalhos maiores. Na ocasião vai felicitá-lo apenas pelo nascimento do herdeiro da corôa. Para o fazer condignamente, invoca o favor das Musas.

Do mês, inclemente em regra, em que o neto de D. Manuel viera ao mundo [215], passa aos frios e nevoeiros da nevosa Bélgica, para afirmar que as agruras boreais não foram capazes de apagar o ardor do

regozijo na alma dos portugueses assistentes. *Omnia vincit amor; nam quid frenaret amorem?*

O Cesar achava-se em Bruxelas quando chegou a fausta nova, logo transmitida pelo embaixador, e acolhida com alegria tumultuosa pela côrte [246].

Começam logo os preparativos para os banquetes. No dia fixado [247], o embaixador, com esplêndida comitiva, vai à noitinha ao paço buscar o Imperador, e sua família. Nas ruas, iluminadas com tochas e outros meios de iluminação, a mocidade lusitana executa danças bélicas, acompanhadas de música instrumental e de cânticos: *ob Caesaris ora Lusitana coors patrias edocta choreias itque reditque.*

Chegado à embaixada, o Cesar, vestido de púrpura, vê da janela os jogos da multidão que disputa entre si prémios, destinados a quem, trepando ao cume de pirámides com fogo de artificio, as incendeie primeiro, ou vença em outros exercícios desportivos.

Entrando nas salas, decoradas com bustos (de gêsso?) e com pinturas alegóricas — uma representava a justiça, outra a fôrça ou Hércules — Carlos V admira tudo, antes de se sentar à mesa, ao lado da irmã D. Maria, Raínha-viúva da Hungria e Governadora de Flandres, com os juvenis sobrinhos dos dois: o príncipe da Dinamarca e duas irmãs dele; alguns grandes *(de primoribus aulæ selecti pauci)* e o embaixador.

A certa distância em outra mesa ficam as damas da Raínha. Mais ninguêm.

Em pé, cincoenta portugueses. Entre êles nomeia dois: Martim Ferreira e Damião de Goes. Claro que Resende também lá estava, afim de poder descrever o que presenciara.

No banquete houve primeiro vinhos variadíssimos [248], e inúmeros pratos de aves e carnes, alguns com surpresas engenhosas. Um papagaio sai de um pastelão e saúda o Imperador, gracejando. Um periquito senta-se nos ombros e nas mãos da jovem Raínha-viúva. Fala-lhe também, e beija-a.

Emquanto se desocupa a mesa, e se instala de nôvo com hortaliças, acepipes, frutas, doces, rebuçados, os convivas são divertidos com um entremês vistoso e galante: o *Triunfo de Cupido,* representado pelo duque Miguel de Velasco, certo Alfonso de (ou da) Silva, belo como o Amor, e mais vinte mancebos de formosura peregrina. Indirectamente as damas e princesas entram neste entremês.

Nessa segunda mesa havia, entre muitas outras coisas, azeitonas,

cardos de Beja, marmelos de calda, mel de Évora, murcelas, avelãs, maçapão, figos de comadre, enfeitados de amêndoas, cidrão, pêssegos, açucar rosado, confeitos da Ilha da Madeira [219].

Entretanto, e ainda depois de Carlos V ter voltado ao seu palácio, a multidão continuava a entreter-se na rua, dessedentando-se com vinho português, extraído com sifão de quatro pipas enormes. De uma panela, cheia de moédas, se distribuíam liberalmente recompensas aos que se distinguissem em habilidades báquicas.

No dia imediato os divertimentos foram sobretudo circenses, jogos de cana e de argola, corridas de cavalo, etc. Á noite houve segunda ceia: a de Aleandro. De uma liteira, levada por seis moços, e acompanhada de quatro oradores, apeia-se o venerando Lourenço Campeggi, octogenário, de cabelo alvo e farta barba, igualmente branca, que se destaca lindamente da veste purpúrea: núncio residente, enviado pelo papa Clemente VII para vigiar pela unidade da Igreja — *quem bonus Augusto, pro relligione tuenda In contemptrices sacrorum crimine gentes Non fando Clemens legarat ab urbe Quirini.* Vieram depois todos os próceres, moradores da côrte, que não haviam tomado parte na festa do Cesar: italianos, castelhanos, belgas, alemães e portugueses. A mesa estava posta com o mesmo luxo da noite anterior. Como entremês, houve um cortejo de bacantes e sátiros que com tirsos na mão, dançando e saltando, entoavam o seu *Evoe Bacche! Evoe!*

Depois dêsse Introito, representou-se a comédia de Gil Vicente.

No fim o autor conta como, por ordem do embaixador, foram reconduzidos à frota, que invernava nos portos flândricos e británicos sob o mando dum João de Lima, os da tripulação que tomaram parte nos festejos.

39. O *Genetlíaco* é um dos escritos menos conhecidos do Eborense [220], por ter sido impresso uma só vez, fora do reino, em poucos exemplares, distribuídos, a meu ver, acto contínuo e largamente entre protectores e amigos.

Erram os que afirmam que figura na edição das *Obras* de Colónia (de 1600) e na sua quási fraudulenta reimpressão de 1613 [221]. Os irmãos Rodrigues, de Évora, riquíssimos e cultos negociantes de Antuérpia, que coleccionaram todas quantas antiguidades, orações, epístolas, histórias e poesias de Resende encontraram — *quotquot reperire potuerunt* — conheceram aparentemente um só exemplar truncado dos textos publicados em Bolonha, visto que incluíram na sua edição

o *Epicedion* com a *Ode,* e a *Vida Áulica* com o prefácio, mas não o *Genetlíaco.*

Ainda assim, é certo que, no mesmo ano de 1600, SEVERIM DE FARIA tinha um exemplar na sua opulenta livraria. Talvez o mesmo que subsiste na Biblioteca Nacional[222], e foi examinado por A. BRAAMCAMP FREIRE: fora do nosso, o único de que hoje se saiba[223].

Bem merecia que alguêm o divulgasse, acompanhando o texto latino de uma versão integral, traçada com pêna tão elegante como a do tradutor moderno da *Eneida.*

Os versos relativos a GIL VICENTE foram reproduzidos numerosas vezes por escritores nacionais e estranjeiros, conforme disse.

Infelizmente saíram sempre deturpados[224], de sorte que o facsímile, intercalado no parágrafo inicial dêste estudo, e a transcrição pontuada e ortografada que dou aqui, o apresentam pela primeira vez em forma correcta.

Cunctorum heinc acta est magno comoedia plausu
Quam lusitana Gillo, auctor et actor, in aula
Egerat ante, dicax atque inter vera facetus —
Gillo, iocis levibus doctus perstringere mores,
Qui, si non lingua componeret omnia vulgi
Et potius latia, non Graecia docta Menandrum
Ante suum ferret, nec tam romana theatra
Plautinosve saleis lepidi vel scripta Terenti
Iactarent: tanto nam Gillo præiret utrisque
Quanto illi reliquis, inter qui pulpita rore
Oblita Corycio digitum meruere faventem.

Que o aplauso não foi incondicional, sabemo-lo hoje. A nota que a comédia já fôra representada em Portugal nos paços régios, concorda com o que os convidados de Mascarenhas contaram ao Legado romano.

40. O *Epicedion Rapto Daciæ Principi — Ad Cæsarem* — e a *Ode* ligam-se íntimamente ao *Genetlíaco.*

O *puer miserrimus,* flor gentilíssima cortada antes do tempo, belo como Adonis e nôvo como êle, pois nem mesmo completara três lustros, é aquele sobrinho de Carlos V e de D. Maria de Áustria e Hungria, sobrinho portanto tambêm da raínha de Portugal, que assistira com suas irmãs, a 20 de dezembro, à ceia festiva do embaixador português, e acompanhara o Cesar, para na santa guerra contra o Turco se estrear como cavaleiro de Cristo. Sucumbiu em Ratisbona

(a 11 ou 12 de agosto) a uma doença intestinal, causada pelos calores do estio, e fadigas da viagem.

D. João, Cristina, Doroteia eram a prole duma das filhas de Joana, a Louca — D. Isabel, mulher de admiráveis, suavíssimas qualidades femininas — e de Cristiano II *(Cristiern)*: aquele rei da Dinamarca, Suécia e Noruega (1481-1559) que, pelas reformas sociais com que enérgicamente beneficiou o povo e a burguesia, foi chamado o *Legislador*, mas, pela bárbara ferocidade vingativa com que decapitou noventa e quatro nobres revoltados no «Banho de Sangue de Estocolmo», mereceu o sobrenome de «Nero do Norte». Sempre ocupado de magnas empresas, mas caracter problemático, ora protestante, ora católico, de temperamento infrene, protagonista de dramas de amor e de sangue, descontentou os seus povos a ponto tal que o destronaram, após dez anos de um reinado tempestuosíssimo (1513-23)[225]. Fugindo para Flandres com toda a família, promoveu lá revoltas e distúrbios que descontentaram o Imperador[226]. Invadindo o seu reino foi preso em 1532. Recluso primeiro em Sonderburg, passou depois á meia-prisão de Kalundberg, onde faleceu.

D. Isabel, que não conhecera da vida de Princesa e Raínha senão as amarguras, morrera a 19 de janeiro de 1526. As governadoras sucessivas de Flandres, e o Imperador, criaram os sobrinhos com verdadeiro amor de pais. A triste sorte de D. João comoveu o último profundamente.

Eis um trecho da carta que na ocasião dirigiu a D. Maria:

...Ceste ne sera sinon pour vous avertir de la perte que avons faite de nostre petit neveu de Dennemarcke, lequel il a pleut a dieu de prendre avanthier dimanche matin, apres avoir eut VIII jours entiers le flus de ventre. Ce ma este ung aussi grand deplesir que saurois avoir; car cestoit le plus joli petit garson, qil estoit possible de veoir pour son eage. Je lai autant senti que je fis la perte de mon filz; car je le congnoissois plus et etoit ja plus grand, et le tenois comme pour tel. Toutesfois il se faut conformer avec la volonte de dieu; et combien que sais, il pouvoit ordonner le semblable en tous lieus; si nai je peu de regres de penser que, si je leusse lesse en ces pays de dela, que peut estre il ne fut avenu; au moins le pere ne faudra a le dire. Je crois que vous savez ou lon dit quil est. Si dieu nen est offence, je voudrois quil fut au lieu de son filz bien receu au royaume. Toutesfois, sans vouloir juger, peut estre quil na merite y estre et que le petit rustre est mieux que ou je le souhaite et quil se mocque bien de moy du souhait que lui fais, outre quil navoit fait de grans peches. Il est si tres bien mort que quant il en auroit fait autant que moy, se auroit il grand espoir au salut de son ame, car en mourant il crioit Jesus. Jescrips a mes petites nieces comme verres pour reconforter. Je suis sehur que de vostre couste feres le semblable. Il ny a autre remede que de leur trouver deux maris[227].

*

Breve cumpriu a promessa dada, guiando-se todavia, como em todos os seus actos, por considerações políticas. Cristina, com apenas onze anos e meio, teve de dar a mão de esposa a Francisco Sforza, Duque de Milão, aínda em 1533 [228]. Doroteia casou em 1535 com o Conde Palatino Frederico [229]. O príncipe D. João foi sepultado em Flandres, ao pé da mãe.

Ignoro como Carlos V acolheu e recompensou os (101) hexámetros do Português.

41. O poêma *De Vita Aulica* (ou da *Vida do Paço,* como a comédia perdida de Gil Vicente), escrito por André de Resende, como torno a lembrar, em Bruxelas, após um mês de permanência no paço e de convivência com os mesmos cortesãos que figuraram nas festas, tem muito mais substância do que os lamentos, elegantes mas convencionais, sôbre o sobrinho do Imperador. E contrasta com êle e com o *Genetliaco* quanto à intenção e quanto ao estilo.

Dirigido a dois amigos íntimos [230] é o desabafo satírico dum bom caricaturista, não destinado a ser logo divulgado pelo prelo.

Na dedicatória diz a um dos dois: Se tu não deixas de pedir e eu não acabo de negar, acontecerá, oh Pedro, que nos tribunais da crítica nos condenem, a um como molesto e ao outro de teimosíssimo. O modo mais digno de dirimirmos a contenda será dar-te eu aquilo que reclamas — aqueles versos em que, com pêna talvez um tanto licenciosa, descrevi esta côrte... Não te descuides todavia: pessoa alguma hade levar para fora do recinto, em que vives, êsses versos jocosérios. Se porêm não te contentares com a minha acquiescência aos teus desejos, e com a possibilidade de te rires a sós contigo, se preferes comunicar a tua hilaridade a alguêm, então escolhe pelo menos um amigo bom e leal. Se não procederes assim, lembra-te de que «o boi malino tem feno nas pontas».

No poema, que aínda assim imprimiu, mas longe de Bruxelas, descreve os costumes dos cortesãos, deixando-se levar pelo seu espírito crítico, e pelo seu temperamento rústicamente comodista, pouco afeiçoado a reservas e às fórmulas ceremoniáticas da diplomacia [231], diverso neste ponto do seu amigo e futuro colega, o flamengo Nicolau Clenardo, que rindo citava em cartas escritas na côrte portuguesa a sentença horaciana *Principibus placuisse viris non infima laus est.*

Transgredindo as leis da natureza, êles fazem da noite dia, e do dia noite. Chamado tarde, Resende dá uma liçãozita ao seu discípulo. Ao meio dia, há jantar. Quando há lugar, toma parte nele. Silen-

cioso tem de ouvir as lisonjarias e mentiras, os mexericos e as petarolas jatanciosas que cada um dos comensais profere.

No nosso exemplar o autor inscreveu, na margem, os nomes dos cortesãos que lhe serviram de modêlo. Quási todos são castelhanos. Aquele que enfáticamente elogia as terras de Portugal, tratando-as de campos elísios e região divina, é o médico italiano Narciso [232]. Os *milites* que fanfarroneando contam feitos bélicos dos seus antepassados, são os Quixadas. O que fala com demasiada e indecorosa liberdade de casos de amor, é certo Alfonso da Silva, o mesmo seguramente que *procero corpore et ore* capitaneava vinte efebos no dia 20 de dezembro, no *Triunfo de Cupido*. Outro que vestido militarmente, as mãos cruzadas nas costas, mais feio que Polifemo, o perseguidor de Galateia, narra aventuras desportivas, chama-se D. Pedro de Guzman. Aquele que, depois de haver enchido vorazmente a enorme pança, dá ordens com voz estentórica, é o vaidosíssimo Micer Cifr. (?) de Valença [233]. Com especial antipatia Resende se espraia sobre as dissertações repugnantes do gordo Dr. Lobera de Avila, a respeito de doenças e doentes e livros seus de medicina [234], para, exasperado, enunciar novamente queixas e imprecações contra a vida áulica, e contra aquele que o induziu a tentá-la:

at tamen odi
Hanc vitam, et diris qui me illi primus adegit
Devoveo. Quis enim fastidia, vel probus, aulae
Vel simplex tulerit? quis tam feliciter unquam
Vixit et innocuus quem non conroserit aula
Dente malo? . . . . . cui
Candida simplicitas placeat magis, exeat aulam!

Quem seria? De modo algum D. Pedro Mascarenhas, pois enaltece o seu caracter e as suas virtudes. Aludindo aos progressos dele — *balbutit adhuc, sed scribit et audet* — menciona os próprios estudos seus, nocturnos e matutinos, os seus ensaios poéticos, e as visitas que fizera aos amigos de Lovaina [235].

A última página do opúsculo é preenchida com duas felicitações ao destinatario Speratus Martianus Ferraria, por êle ter acorrido espontâneamente a Ratisbona, enlistar-se no exército contra o Turco, mal ouvira boatos do sítio que ameaçava Viena [236].

*

Resta-me caracterizar com leves traços mais alguns dos principais vultos que tiveram parte, directa ou indirecta, nas festas celebradas em acção de júbilo pelo nascimento do presuntivo herdeiro da corôa de Portugal.

42. D. Pedro Mascarenhas [237] é um dos representantes típicos do Portugal de 1500 a 1550. Da nobreza da sua geração dá ideia adequada a inscrição lapidar da sepultura marmórea de seu pai na capela-mór do Espinheiro, a par de Évora que copio sem servilismo ortográfico: «Aqui jaz o magnifico Senhor D. Fernam Martinz Mascarenhas, capitão-mór dos ginetes del rey D. João II e del rey D. Manuel o primeiro, e do seu conselho, alcaide-mór de Montemor-o-Novo e Alcacer do Sal, Senhor de Loure, e comendador da comenda-mór de Mertola e Almudouvar, varam mui esforçado: seus serviços foram dinos de grande memoria: faleceo em Almudouvar a 13 de n. de 1501» [238].

Na puerícia, pagem (menino) da raínha D. Leonor, mulher de D. João II, princesa de qualidades notáveis, apesar de alguns defeitos. Militou na mocidade, como todos os fidalgos, na África. Por suas proezas, a que Resende alude nos elogios da *Vida Áulica,* pondo em contraste a sua heroicidade nos campos de batalha e a extrema benignidade e suavidão das suas maneiras [239], mereceu, além das comendas obrigatórias, o generalato das Naos e Galés. Nessa qualidade levou a Saboia a Infanta D. Beatriz [240]. Além disso teve na côrte o pôsto de estribeiro-mór que vendeu ao Conde de Vidigueira, e o de alcaide de Castel-Novo e Trancoso.

Como homem, em tudo digno da confiança del-rei pela sua lealdade, destreza e capacidade, foi mandado ao Império (1531–33), indo com Carlos V, como sabemos, de Bruxelas a Ratisbona, Viena, Bolonha e Barcelona, sempre com aquele aparato e aquela ostentação e liberalidade, que era usual em embaixadores portugueses [241].

Em 1535 acompanhou o Infante D. Luís a Tunis. Talvez tivesse parte no plano, aliás passageiro, do Imperador, de casar esse notável filho de D. Manuel com a princesa D. Cristina de Dinamarca?

De 1538 a 1541 representou Portugal na capital do orbe católico, verdadeiro purgatório para êle. É o período melhor conhecido e mais fecundo da sua vida [242].

Trabalhando a favor das ambições político-religiosas de D. João III, com relação à Inquisição e à nomeação do Infante D. Henrique para Inquisidor-mór (em logar do demasiadamente brando bispo de Ceuta, Frei Diogo da Silva), mas também contra D. Miguel da Silva, e contra as duas décimas das rendas eclesiásticas impostas pela Cúria, ele documentou, a par de rara e apropriada energia, grande agudeza de espírito e um profundo conhecimento de homens e coisas, sobretudo nas negociações dificílimas com o Papa Paulo III, cuja cara de «raposa matreira» lhe inspirou a êle e a Francisco de Holanda curiosas considerações fisionómicas [243].

Tendo lá por confessor a Inácio Loiola, ficou impressionado com o zêlo ardente, as doutrinas e a arte de disciplinar do fundador da Companhia de Jesus, a ponto tal que persuadiu seu rei a servir-se dela para dilatar e intensificar a fé no Oriente e Ocidente. Foi Mascarenhas quem trouxe os primeiros jesuitas a Lisboa: entre êles Francisco Xavier, que muitos serviços prestou na India, e Simão Rodrigues, que ficou na capital, onde não actuou beneficamente nas consciencias e nos costumes.

Posteriormente D. Pedro foi nomeado aio e mordomo-mór do último dos três infantes, jurados debalde herdeiros da coroa: o príncipe D. João, entre cujos mestres figuravam Simão Rodrigues e Frei João Soares. Depois do falecimento prematuro do pupilo aceitou, apesar da sua idade avançada, o cargo de governador da India, morrendo todavia antes de o seu triénio acabar. Mui inteiro na justiça, de grande isenção e de vida pura [244].

Em Roma fôra testemunha da intimidade de Francisco de Holanda com Miguel Ângelo. O artista apela ao seu testemunho para dizer aos portugueses três coisas: camanha coisa era, e quam difícil, falar ao gigante florentino; o apreço em que esse tinha o Livro das coisas da Italia, desenhadas por Holanda; e como este obteve licença para pintar a óleo, para a raínha D. Caterina, a preciosa face do Salvador, do quadro de S. João de Latrão, atribuído pela lenda a S. Lucas.

43. De Aleandro só direi o preciso para que se compreenda, mas não se exagere, a importância da sua sentença condenatória quanto ao *Jubileu de Amor* de Gil Vicente.

Jerónimo Aleandro (1480–1542), oriundo do logar da Mota, na Marca de Treviso, era um dos mais eruditos humanistas italianos [245]. Formado em filosofia, teologia e medicina, dedicou-se sobretudo ao estudo das línguas clássicas. Foi o primeiro que em Paris, onde

chegou a ser reitor da Universidade, ensinou humanidades helénicas (1508-1513).

Os seus livros exerceram grande influência scientífica e pedagógica[246]. Com o seu *Lexicon Graeco-Latinum*[247] beneficiou os estudiosos do mundo culto inteiro. Entre os seus discípulos avulta Rutgero Rescio, primeiro professor da língua de Homero no Colégio trilingue buslidiano de Lovaina. E como esse fosse mestre de Clenardo, autor insigne das *Institutiones* e *Meditationes,* que pela sua vez serviu de instrutor aos filhos de D. Manuel, sobretudo ao cardeal Infante D. Henrique (de 1533 a 1535), o seu método de ensino actuou também nêste extremo Ocidente[248]. Antes de ser chamado a Paris, já fôra secretário de Cesar Bórgia; depois foi chanceler do bispo de Liège (1513), e bibliotecário do Vaticano (1516). Passou comtudo a ser um dos principais agentes defensores da Cúria, talvez o mais activo e fanático de todos, desde o momento em que Lutero hasteou a bandeira da rebelião germânica contra Roma e os romanistas. Nessa luta tremenda prestou serviços tais nas perigosas missões de 1520, 1531 e 1538, que foi recompensado por Clemente VII com o título de bispo de Brundusio (Brindisi) e feito cardeal por Paulo III[249].

A sua actividade diplomática culminára logo nas primeiras missões. Depois de haver seguido o Cesar, pelo Rheno abaixo, na sua viagem de coroação, como portador de cartas e bulas contra Lutero e Ulrico von Hutten, com licença imperial para as publicar no património borgonhês, e para queimar os escritos dos dois, conseguiu no ano imediato, na Dieta da Worms (Vormacia), pela veemencia do seu famigerado discurso inicial de três horas, e pelas suas artes diplomáticas, com dificuldade embora, a condenação de Lutero. Na viagem de 1531, a da sua assistência em Bruxelas, já não pôde estorvar a paz religioso-política de Norimberga entre protestantes e católicos.

De eloqùencia impressionante, ora elegante, ora violentíssimo, conforme convinha, manejava também a invectiva com arte notável, sendo comtudo vencido nêsse campo da agressiva e insultante hipérbole retórica pelo próprio Lutero — o polemista mais vigoroso e mais grosseiro do seu tempo e talvez de todos os tempos —, e por seu fidelíssimo porta-bandeira Ulrico von Hutten, aristocrata audaz, que como humanista foi poeta e panfletário notável, não autor mas inspirador das irónicamente impetuosas epístolas *Obscurorum Virorum (Dunkelmänner-Briefe)*[250], e como carácter, de nobilíssima isenção[251].

Prometi dar amostra do estilo dos três. Desisto todavia. Prefiro citar apenas as obras a que o curioso póde recorrer. E vou alegar

dizeres críticos dos competentes: uns coevos, de Erasmo; outros, modernos, do último biógrafo católico de Lutero.

Erasmo, ligado por amizade e reconhecimento a Aleandro, que o ajudára quando, como corrector na casa veneziana do cultíssimo Aldo Manucio, editou os seus *Adágios,* indignado todavia posteriormente pelo seu procedimento desleal contra Lutero e contra êle próprio, chama-o entre outras coisas «não escrupulosamente verdadeiro» *(non superstitiose verax)* [252], vingativo *(satis odiosus),* e diverso na presença e na ausência: *absens alius est quam præsens* [253].

Grisar caracteriza-o como acusador zeloso em demasia *(übereifriger Ankläger)* [254].

Em suma: o prelado que denunciou Gil Vicente como propagador de heresias e enemigo da fé, era um partidário incondicional de Roma, um diplomata, um político, advogado da obediência cadavérica não só à Igreja, mas também aos pontífices, e que se servia de todos os meios para os fins que considerava bons, dizendo com o autor das Cartas Provinciais: *Nous corrigeons le vice du moyen par la pureté de la fin;* mais papista que o próprio papa; um dos inúmeros Macchiavelos que houve antes de Loiola.

Note-se aínda que muitos o trataram e tratam de cristão-novo.

44. Quanto a Erasmo, claro que também me restrinjo às suas relações com Portugal e Portugueses.

Assim como Aleandro fôra admirador de Erasmo, até reconhecer pelos actos e escritos do reformador, que este só chocava os ovos póstos [255] pelo sabio de Rotterdam, assim Erasmo, ex-monge como Lutero e como Resende, foi a princípio admirador de Lutero. E com ele tinha de facto, como lutador contra o obscurantismo medieval, muitas ideias de comum, anti-monásticas e anti-escolásticas, liberais portanto.

E como Aleandro começára, aínda assim, perto de 1520, a insistir na Cúria pela condenação dos escritos de Erasmo, assim Erasmo afastou-se de Lutero na mesma ocasião, censurando actos da sua vida, e combatendo ideias dêle na magna controvérsia sobre o livre arbítrio [256], demonstrando em público que, se como scientista era livre-pensador, como teólogo e crente, tíbio embora em práticas, se sujeitava aos mandamentos e dogmas da Igreja. Odiando tumultos e motins, condenava portanto a Reforma. Odiava mesmo toda a violência em controvérsias, fraco de corpo (ou corpúsculo) e de alma, enérgico e claro só quanto ao pensar [257].

Combatido e hostilizado pelos obscurantistas e pelos romanistas

fanáticos, continuou a ser lido, aplaudido, adorado, lisongeado por todos os progressistas de ambos os campos, mesmo depois de alguns escritos seus terem sido proíbidos, e de ele em pessoa se ter mudado de Basileia para Friburgo. Até morrer era Divus Erasmus, o gram-mestre de todos os verdadeiros humanistas, oráculo do seu tempo. Os estudiosos humildes procuravam seu auxílio e conselho; prelados, eruditos e artistas honravam-se com a sua amizade. Um bilhete dele era título de glória. Papas (como Leão X) deleitavam-se com a leitura das suas obras. Os reis de França e Inglaterra, a Bélgica, a Suiça, a Polónia, a Austria, as universidades italianas, a Hespanha solicitavam a sua presença, prometendo-lhe opímos rendimentos. Carlos V nomeou-o conselheiro.

Claro que tambem teve veneradores em Portugal. Relacionado cedo com alguns dos que estudavam na Itália (como os Teixeiras e Henrique Caiado), olhava, como todos, com interesse vivo para o «pequeno reino» que ia descobrindo e conquistando mundos. Gabando a Lusitânia, de dia em dia mais florescente, dedicou a D. João III em 1527 um livro eruditissimo (o *Chrysostomo*) com longa epístola de louvores [258]. Por isso não é de estranhar que, apesar da sua insistencia pela introdução dos Tribunaes da fé e da censura, esse rei ainda pensasse em 1533 em chamar a Portugal o autor da admiravel *Instituição de um Principe cristão,* do *Enchiridion,* da Paraclese ou Exhortação ao *Estudo da filosofia cristã,* entusiasmado pelos elogios que André de Resende e Damião de Goes lhe tributavam.

Estes dois são os portugueses com que mais intimamente se relacionou, por intervenção de amigos comuns de Lováina, como Goclenio e Rutgero Rescio [259]. Com ambos simpatizava.

De Damião de Goes sabemos todos que em Friburgo (1533) foi durante cinco meses hóspede de Erasmo e que, afastado dele e da Suiça, afim de não ser envolvido em questões religiosas, e tambêm para aprofundar o estudo das humanidades [260], acorreu de novo de Pádua, chamado pelo mestre, que expirou em seus braços a 12 de julho de 1536 [261].

Quanto a Resende, as relações ficaram, a descontento de ambos, exclusivamente literárias, embora houvesse de parte a parte afinidade de génio e terna afeição.

Já sabemos que o Eborense fôra a Lováina na esperança de poder sentar-se aos pés do Mestre, quando este se viu obrigado a mudar de domicílio, por causa da victória da reforma na Suiça. Lá mesmo escreveu, além do *Encomium Lovaniæ,* o entusiastico *Encomium*

Erasmi [262] a 13 de fevereiro de 1531. Em acção de graças recebeu uma formosa carta que muito o devia alegrar e que comunicou aos amigos [263]. Agradecendo, assombrado, o flagrante amor de que o via inflamado, inspirado por Deus, Erasmo gaba o ânimo cândido de Resende, louva a elegancia da poesia, que queria mais extensa ainda; diz suspeitar certa afinidade de índole e génio entre os dois, e deseja imenso conhecê-lo *de visu* [264].

Resende, ocupado com o *Vicente* e a *Vida Aulica,* obrigado a instruir D. Pedro Mascarenhas em Bruxelas e na Jornada de Hungria, só torna a escrever de Ratisbona, provavelmente depois de ter concluido as novas composições, e pouco antes de sair daí. Por isso, sem poder indicar o seu endereço [265]. De Bolonha remete o *Genetliaco* e, salvo erro, tambem os versos satíricos sobre a Vida no Paço. Erasmo, ignorando a sua residência, persuadido de que na patria ele fôra elevado logo a altos cargos, exprime a Goes a sua admiração pela vivacidade da descrição das festas a que um e outro haviam assistido em Bruxelas:

«Desejo imenso saber onde pára e o que faz o nosso Resende, o homem mais cândido que conheço, de quem não mereço nada, nem vejo o que jámais possa merecer. *Li a poesia, na qual descreve as pomposas festas de Bruxelas, celebradas pelo nascimento de um filho varão do seu rei.* Nela pinta tudo tanto ao vivo, pondo-o diante dos nossos olhos, que muito mais vejo pelos seus versos do que se estivesse presente. Reli a carta que me dirigiu de Ratisbona, a que não respondi então porque ele estava fazendo uma fábula motória (= era actor numa f. m.) [266]. Logo que souber onde pára, e logo que a minha mão direita esteja boa (livre de gota), escrever-lhe hei copiosamente».

Parece que Resende não tornou a escrever-lhe de Portugal.

Louvou-o comtudo no discurso *De Sapientia* que recitou em Lisboa em 1534 [267]; e depois do falecimento do sabio chorou a sua morte em diversas poesias e epístolas, comemorando a sua sagacidade e sabedoria, em conversas com Clenardo, Joana Vaz, Damião de Goes [268].

Erasmo resentira-se todavia da sua mudez. Por duas vezes se dirigiu a Goes, queixando-se do amigo rusticamente ingrato [269].

45. A anecdota que Erasmo estudou português, para melhor conhecer a musa de Gil Vicente, e que depois de leituras repetidas lhe dera o nome de *Plauto português,* não pode ser verdadeira. Falta-nos todo o indício de que Erasmo ouvisse o nome de Gil por outra

via que não fosse o *Genetliaco* de André de Resende, e, posteriormente, qualquer conversa com Damião de Goes [270].

Não seria impossível que ela nascesse, em vida desses dois, de observações deles a respeito das festas de Bruxelas, do *Genetliaco,* e de Erasmo; mas tambem a esse respeito não ha o mais leve testemunho.

O primeiro divulgador foi, que eu saiba, Barbosa Machado, de cuja *Bibliotheca Lusitana* [271] passou aos escritos de todos os autores, por mim citados, que se ocuparam do fundador do teatro nacional [272], sempre em testemunho do facto, igualmente falso, que já em vida de Gil toda a Europa pasmára perante o seu talento.

Desiderio Erasmo, civilmente *Gerhard Gerhards* [273] (1467-1536), era Holandês de origem, mas cosmopolita, de espírito internacionalmente latino, ciceroniano mesmo, tanto pelas suas inclinações eruditas, como tambem pelas peripécias da sua vida de humanista, repartida em pedaços pela França (Paris), Inglaterra (Londres, Cambridge e Oxford), Italia (Bolonha, Veneza, Roma e Pádua), Suiça (Basileia), Bélgica (Lovaina) e Alemanha (Friburgo). Humorísticamente costumava dizer que nascera «entre a França e a Alemanha». Inclinava-se, comtudo, pelo lado da Alemanha, que costumava designar como *nostra Germania.* Não escrevia senão *latim.* Amor á sua língua materna, só a documentou nos *Adagios.* Em país algum onde residia, ainda que fosse por longos anos, aprendera o vernáculo que se falava em volta dele [274]. Nem mesmo entendia italiano, apesar de este ser filho directo do latim. *Italice non intelligo* [275].

E havia de aprender o português? De mais a mais no fim da vida? De 1533 em diante? [276]

Credat Judæus Apella!

46. O nascimento do desejadíssimo Príncipe D. Manuel que, se vivesse, havia de herdar a corôa, não foi celebrado apenas com os bailes de Alvito e as festas de Bruxelas. Além de literariamente ser comemorado com mais de um monumento *aere perennius,* como o *Auto da Lusitania* e o *Genetliacon* de Resende [277], originou ainda outra obra de arte, de marmore e alabastro, que felizmente subsiste, intacta.

É o belo altar na Capela da Pena de Sintra, dedicado á Virgem: *Divæ Mariæ Virgini et Matri sac[rum]* [278], uma das mais ricas, finas e delicadas arquitecturas esculturaes no estilo da Renascença que o país possue [279].

D. João III, resolvido a documentar esplendorosamente a sua gra-

tidão ás divindades que ouviram as suas preces e as da nação, encomendara esse altar ao mais acreditado dos estatuários que, chamados de França por D. Manuel, haviam já dado provas do seu talento: primeiro no portal de Belem (1517), depois em Santa Cruz de Coimbra, e continuavam a povoar o país de obras primas, como as de S. Marcos de Tentugal, Montemór, Evora, etc. [280]. *Mestre Nicolas Chatranez* [281], cujo nome se acha insculpido na base de uma das colunas, trabalhou com pasmosa rapidez, se a data 1532 fôr realmente, não a do princípio, mas a do fim do seu trabalho.

Pouco depois, esse artista adoeceu, ocupado talvez em algum dos templos da bela cidade de Giraldo sem pavor, onde a côrte estava então, e com ela os nossos André de Resende e Nicolau Clenardo, como professores dos Infantes.

Doente e reconvalescente, esteve hospedado em casa de um conterráneo seu, Jean Petit ou João Parvo, outrora discípulo (indirecto talvez) de Aleandro e condiscípulo de Rutgero Réscio, que pela sua vez fôra professor em Lovaina e amigo tanto de Resende como de Clenardo. Depois fôra professor e examinador tambem em Paris. Nos anos que nos ocupam (1533–1535) era arcediago em Évora, — velho mais idoso que Catão, mas de espírito tão juvenil que se abalançou ao estudo do hebraico com o ilustre Flamengo, que Resende persuadira a expatriar-se, cedendo ás instâncias del-rei de Portugal.

Em casa do arcediago, que pouco depois foi promovido a Bispo de Cabo Verde, teve por comensaes *(convictores)* diários a Clenardo e Resende [282].

Durante essa convivência, agradabilíssima para todos, Chatranez fez as veras efígies de Parvo e de Clenardo. Provavelmente desenhos, e não obras plásticas, pois foram começadas a furto, e só no fim, com o beneplácito dos dois, ilustrados com devisas por eles indicadas [283]. A de Parvo era bíblica: *Como semeares, assim colherás: Ut sementem feceris ita et metas.* A de Clenardo era aleandrina, um aforismo que ele ouvira de Réscio, e que em várias conjunturas da sua vida lhe servira de lema: *Faze bem e não temas ninguem: Bene fac et neminem metue.*

Essas novidades, extraí-as de uma curiosa Carta de Clenardo a Aleandro, inédita até ha pouco [284], cujo original está no Vaticano entre os papeis do Arcebispo de Brundusio: *Ornatissimo viro et trium linguarum callentissimo Reverendissimo Domino domino Hieronymo Aleandro, Archiepiscopo Brundusino Nicolaus Clenardus S. P. D.* [285].

Preciosa em todos os sentidos, esta carta foi redigida [286] quando Clenardo, dando por terminada a sua missão junto ao Cardeal Infante D. Henrique, e desejoso de voltar a Lovaina, ambicionava um benefício eclesiástico sem ofício, afim de poder dedicar todas as suas forças e todo o seu tempo ao estudo e ensino da quarta língua clássica que aprendera em Portugal, a arábica, com vastos fins religioso-políticos de proselitismo. Aleandro era o protector natural de um discípulo e amigo de Réscio e comensal de Parvo, o qual continuara a obra do Motense, escrevendo as *Institutiones græcanicæ.*

Pelo que Clenardo narra nessa carta a respeito de Nicolas Chatranez (*sculptor insignis Nicolaus Cantaranus* [287]) fica confirmado que o *Cantaranus, Cantarenus* e *Cantaravas,* mencionado por tres vezes nas Cartas geralmente conhecidas de Clenardo, é positivamente o estatuário francês [288] que criou o altar de mármore e alabastro, como ex-voto pelo auspicioso sucesso de 1 de novembro de 1531, celebrado primeiro em Alvito, e depois em Lisboa e Bruxelas.

47. Uma sentença antiga proclama: *a êle se deve esta obra, pois dela foi ocajom;* não me lembra com respeito a que personagem e a que criação de arte.

Cingindo-me a ela, por dever de piedade, agradeço ao mal-logrado principezinho D. Manuel, não só o formoso altar de Sintra, ricamente guarnecido de figuras angélicas e de inscrições pias, mas também o *Auto da Lusitania,* o *Genetlíaco* de Mestre Lúcio André, o do erudito Jerónimo Cardoso [289], assim como as festas comemorativas de Alvito, Lisboa e Bruxelas, com repercussão (em Basileia ou Friburgo) no espírito sagaz de Erasmo, e ondequer havia admiradores do talento poético do humanista eborense [290]. E ainda lhe agradeço diversas *Orações e Cartas,* sugeridas pelo segundo e terceiro acto da sua curta vida. Essas, englobo-as com outras posteriores, relativas aos irmãos mais novos: D. Felipe e D. João, que sucessivamente ocuparam o lugar de *Príncipe,* venerados respeitosamente, e acarinhados enternecidamente pelo sentir patriótico dos cultos da nação.

Nascido a 1 de novembro de 1531, formoso mas débil, como ouvimos, D. Manuel foi jurado herdeiro a 13 de junho de 1535, e faleceu a 14 de abril de 1537, em Évora, sendo enterrado no Espinheiro, onde jazia a infantinha D. Beatriz. Em 1582 foi trasladado a Belem, com ela, por ordem de Felipe II [291].

O acto solene do juramento, em que os grandes e senhores, cidades, vilas e povos de Portugal, cada um per si em especial, e

seus vassalos e procuradores por suas universidades, juraram ao filho primogénito del-rei D. João «por seu príncipe natural e verdadeiro herdeiro da corôa dêstes reinos e sucessão dêles, para que, depois de mui longa e próspera vida del rei nosso senhor, lhe obedeçam, o tenham e recebam por seu verdadeiro, único e claro rei» [292], esse acto realizou-se tambêm em Evora, sendo seguido de perto de Côrtes que, no sentido e na fórma, fôram a repetição das nefastas de Torres Novas, de 1525 [293].

No terreiro do paço creio que se veriam então, em conversa animada, mais de uma vez, muitos dos portugueses e aportuguesados a que me tenho referido. Num grupo, Mestre André, Clenardo, Jorge Coelho, João Parvo, Nicolau Chatranez, António Carneiro, João de Barros, Francisco de Holanda, e seguramente o nosso Gil Vicente. Em outro grupo, os advogados da Santa Inquisição, D. João de Melo, Jerónimo de Azambuja, e Frei D. João Soares. (D. Pedro Mascarenhas estava com o Infante D. Luís na expedição de Tunis; Damião de Goes estudava em Pádua, depois de ter sido hóspede de Erasmo durante cinco mêses). Dentro do paço, no *sacrum sacrorum*, se reuniriam os Infantes (D. Duarte e a Infanta D. Maria, o Cardeal D. Afonso e o então arcebispo de Braga D. Henrique), com os reis e titulares da côrte, ventilando, sempre de novo, o problêma indissoluvel, como os ideais do humanismo, representado por latinistas insignes, pedagogos ilustres, e poetas vernáculos que experimentavam o doce estilo novo, se haviam de realizar, depois (ou talvez por meio) da consolidação ambicionada do Santo Ofício e da Mesa Censoria.

Uma sala espaçosa, com feitio de varanda, fôra construida de novo, anexa aos paços, que, partindo das casas da raínha, e ladeando a horta dos laranjais, atravessava o terreiro [294]. A armação era, segundo o costume, de panos de ras [295].

Num estrado de quatro degraos, alcatifados, erguia-se um dossel de brocado com cadeira real ou de estado, para o Príncipe; à direita uma de espaldar para o Cardeal Infante, e à esquerda duas rasas para D. Henrique e D. Duarte. O Duque de Bragança, fazendo de Condestavel, e o Conde de Vimioso, camareiro-mór, ficavam em pé, em amparo do principezito. A distância de seis passos seguia-se a bancada dos bispos de um lado, e do outro, a dos marqueses e condes. Mais seis passos separavam essas dos bancos dos procuradores, dois de cada cidade e vila, ficando à sua ilharga os conselheiros, senhores de castelos e alcaides de fortalezas. O rei e a raínha tinham lugar àparte, atrás do estrado do príncipe, num cadafalso à

maneira de côro, juntamente com a Infanta D. Maria, a infantinha do mesmo nome, o Núncio, o Embaixador de Castela, damas e moços fidalgos.

D. João III dera procuração aos irmãos sagrados para receberem, em nome do sobrinho, os juramentos, antes de todos beijarem a mão ao pequerrucho. Enfadado, este saía às vezes do seu lugar para ser entretido com «enganos de meninice» pelo camareiro-mór e D. Guiomar Coutinho.

Os oradores eram o Mestre em teologia Dr. Francisco de Melo e o Dr. Gonzalo Vaz, procurador de Lisboa, ambos de grande eloquência, e mui doutos [296]. Os flósculos enfáticos da sua oratória precisam ser confrontados com as resoluções tomadas d'aí a dias, nas sessões do parlamento.

Pouco depois começou-se a pensar na instrução do Príncipe. É possível que quando expirou já estivesse escolhido o mestre que lhe havia de ensinar o ABC. Creio fosse Frei João Soares [297], prègador del rei e muito seu valído. Pelo menos foi este que em 1537 lhe dirigiu uma *Carta de Consolação* [298]. E foi este que, ao cabo de um bienio, elevado a confessor régio e Conselheiro deputado do Santo Ofício, compôs a cartilha do *Ensino cristão, para fidalgos e nobres que seguem paço e côrte do rei,* mas sobretudo para o novo príncipe D. Felipe e para os mocinhos que haviam de ser companheiros dele [299] — livro com que venceu, mas não aos olhos da posteridade, o seu rival de então, João de Barros, cuja *Cartilha* e *Gramática,* valiosa, com o belo *Diálogo em louvor de nossa língua,* e o *Da Viciosa Vergonha,* cheios ambos de sã doutrina e filosofia cristã, se destinavam igualmente ao Príncipe [300].

Também desta vez a parca cortou prematuramente, com mão impiedósa, o fio da vida do que era rei de Portugal, *em esperança* [301], e fôra recebido em 1533 com júbilo franco pela nação, representada pelo encanecido mas aínda risonho Demócrito da côrte, o nosso filósofo profundo que para ser ouvido arrastava atrás de si, atado à sua perna, um bobo, jogral ou histrião.

Afim de cuidar da educação do Príncipe D. João, último filho de D. João III e D. Caterina, foi chamado do estranjeiro o erasmista Damião de Goes, que em 1533 não se deixara captar. Chamado, mas não escolhido! Teve de ceder o passo a outros influentes, mais intimamente familiarizados com as aspirações, hesitantes e contradictórias, del rei que, tendo de reinar na época da agitação religiosa, ora cedia à corrente humanística, cooperando valiosíssimamente na

Renascença literária do país, ora destruía o que edificara, favorecendo a Inquisição, a Mesa Censória, e a Companhia de Jesus. É muito duvidoso se D. João, seu filho, jurado herdeiro em 1544 [302], teria sido mais resistente. Se de um lado D. Manuel de Portugal, e D. Francisco de Sá e Meneses fizeram dele o juvenil Mecenas de Sá de Miranda e dos Mirandistas, se Diogo Sigeu e Pedro Sanches lhe inspiraram algum gôsto das línguas clássicas, forçosamente também haviam de actuar na sua alma as doutrinas do Padre Simão Rodrígues e de Frei João Soares [303].

48. Este letrado, eremita augustiniano quanto à ordem a que pertencia, doutor em teologia pela Universidade de Salamanca, chegara muito cedo, como já ficou dito, a ser prègador del rei, seu confessor, deputado do Santo Ofício, e mestre dos Príncipes. Encarregado de conduzir a Portugal a noiva de D. João, e Bispo de Coímbra desde 1545, foi enviado depois ao Concílio de Trento. No fim da sua vida visitou a terra santa de Jerusalêm. Escreveu o *Ensino cristão, Cartilhas, Confessionários, Sermões*, e *Comentários* dos Evangelistas [304]. Medrando na côrte, por ter sido sempre da opinião do reinante, sobretudo quanto aos cristãos-novos, à Inquisição e aos Inquisidores Infante D. Henrique e D. João de Melo, era por isso mesmo mal visto na Cúria, onde em geral sabem joeirar inteligências. Em certas instruções, dadas por ordem de Paulo III a um dos Cardiais Protectores, é tratado de frade de poucas letras, mas de extrema audácia e ambição, de opiniões péssimas e vida dissoluta. Com exagerada hostilidade por ventura [305].

Todavia sou de parecer que na juventude, perto de 1533, seria um dos prototipos do Frei Paço e Frei Narciso, *com meneios de mui dôce cortesão,* que Gil Vicente apresentou ao mundo em genial caricatura, exactamente nas festas celebradas em Évora por ocasião do nascimento de D. Felipe: na *Romagem dos Agravados.*

49. Concluo, resumindo as ideias aqui expendidas.

A exposição completa do credo religioso e filosófico, sobretudo ético, de Gil Vicente, não o pude fazer na primeira das *Notas* soltas, de rectificações positivas, que empreendi. O problema fica apenas proposto, mas por resolver.

Demonstrei, contudo, que o poéta, *auctor et actor* na côrte régia, homem leigo, mas assaz versado em questões teológicas [306], se distinguia pela sua propensão natural anti-monástica, e pelo horror que

lhe inspiravam de um lado frades hipócritas e mundanos, e do outro, lado, os abusos curiais com *indulgências* e *perdões;* e quanto a teorias deles resultantes, a das «boas obras», *de gratia, fide et operibus,* que agitava o mundo de Erasmo e Lutero.

Alheio a controvérsias sobre dogmas, sem nunca combater a Igreja, combatia contínua e progressivamente os excessos da Cúria, os desmandos de frades maus, recomendando a rir a sua secularização.

Querendo reformas de costumes, mas sem scissão dos fieis — reformas vindas de cima, de Roma, da própria Igreja católica — pertencia *ipso facto* ao partido dos Erasmistas, mesmo se nunca leu (o que é pouco provável [307]) os escritos do sábio de Roterdam, e não se preocupou com as reformas pedagógicas, ambicionadas e realizadas pelos verdadeiros Humanistas.

Teófilo Braga, esquecendo que Gil Vicente estava postado nos umbrais do século, exagerou o seu liberalismo, representando-o como livre-pensador à moderna, precursor da Reforma de Lutero, e mártir protestante da liberdade de pensar. Aínda assim reconheceu melhor as suas qualidades ingénitas do que o autor da História dos *Heterodoxos Peninsulares* [308].

*

Quem de hoje em diante quiser tratar das Obras de Gil Vicente, deverá meter em linha de conta os factos principais que desvendei.

1.º) Tres Autos dele, evidentemente dos mais agressivos, foram considerados heréticos por um dos mais fanáticos papistas italianos. Postos no *Índice* por instigação dele, desapareceram.

2.º) O próprio dramaturgo teve portanto de condená-los, não os incluíndo na *Copilação* que preparou. Daí concluo que expurgaria motu próprio outros textos, no acto de os passar dos manuscritos, e das edições avulsas publicadas de 1517 a 1536, ao cartapácio grande que deixou aos filhos.

3.º) A *Copilação,* revista por Paula e Luís, e retocada em alguns pormenores, foi submetida aos Inquisidores, em 1561. Fazendo olhos de mercador, esses deixaram passar todavia muitas scenas grosseiras, mesmo de cinismo medieval, e muita sátira violenta contra os frades e contra Roma, por causa da grande aceitação que Gil Vicente tivera na côrte de D. Manuel e D. João III, e continuava a ter na de D. Sebastião.

Na edição crítica de cada uma das quarenta e quatro peças do seu

teatro português terei de examinar em que consistem as diferenças entre as edições avulsas e a *Copilação* de 1562, e a castrada de 1586.

*

Se no futuro, depois de haver publicado todas as *Notas Vicentinas,* eu tiver tempo e forças para as reunir num volume, terei seguramente de *emendar,* acrescentando e abreviando. Conto ilustrá-las então com mais documentos, e com as veras-efígies de alguns dos personagens citados: o de Erasmo, retratado por Hans Holbein, o insigne introdutor do estilo do Renascimento na pintura alemã; o de Goes por Alberto Duerer, o incomparável; o de Clenardo por Ambrosio Lemire (Miræus), visto que o desenho de Chatranez parece perdido; o de Cristiano de Dinamarca, D. Maria de Hungria, de Moro, Carlos V, de Ticiano; e tambêm o de Aleandro.

Infelizmente faltam-nos as principais: a de André de Resende, e a do genial Gil Vicente!

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

[1] *Quarenta e tres Autos,* e não 42, como foi costume asseverar durante decênios. A esse êrro, em que também caí (no *Grundriss* de GROEBER, vol. II[b] p. 281), mas que já emendei no *Literaturblatt* de 1896, levou-nos outro, antigo, de GOMES MONTEIRO. No *Indice* do vol. II da edição de Hamburgo falta a *Floresta de enganos,* que no texto preenche as páginas 137 a 180. Se aos *Autos* reímpressos em 1834 juntarmos o *Auto da Festa,* resuscitado em 1906 (cf. *Anot.,* 39), teremos portanto 44. O distinto poeta AFONSO LOPES VIEIRA, admirador e bemfeitor da Musa vicentina, acostumou-se a falar de 46, não sei por que cálculo. Se quisérmos contar os três *Autos* condenados e perdidos, de que mais adiante me ocupo, e a *Caça dos Segredos,* citada pelo próprio autor como «em obra», teremos 48.

[2] *Copilação* é a forma usada por GIL VICENTE, seus coevos e seus filhos e editores. Mas a par dela havia *Compilação.*

[3] Foi o exemplar que pertence à Biblioteca de Gotinga (Goettinguen) que serviu para a edição dos expatriados portugueses e foi aproveitado pelos eruditos historiadores alemães de literaturas peninsulares. Salvo êrro, o primeiro que se serviu dele a bem do público foi J. A. DIEZE, tradutor e anotador da obra de J. L. VELAZQUEZ, *Origenes de la Poesia Castellana* (Malaga, 1754). A sua *Geschichte der Spanischen Poesie* saiu em Goettinguen 1769.

[4] FR. BOUTERWEK, em *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit,* Göttinguen, 1805, (=vol. IV, p. 89-115 da *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit*); FERD. DENIS, *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal* (Paris, 1826) p. 150-163; SISMONDI, *De la littérature du midi de l'Europe* (Paris, 1829), vol. IV, p. 450-456.

[5] BOEHL DE FABER publicou em seu *Teatro Español anterior à Lope de Vega* (Hamburgo, 1832) o *Monologo do Vaqueiro,* o *Auto Pastoril Castelhano,* scenas dos *Reis Magos,* da *Cassandra,* dos *Quatro Tempos,* da *Rubena, do Viuvo,* do *Triunfo do Inverno* e da *Farça dos Fisicos.* Nove amostras; oito, segundo a sua própria opinião, visto que considerava o *Auto Pastoril* como continuação do *Monologo.* A p. 469 tributou alguns elogios ao talento de GIL VICENTE.

Desses oito, uns três ou quatro (a scena inicial da *Rubena,* uma do *Viuvo,* o *Monologo* e o *Auto Pastoril*) passaram ao *Tesoro del Teatro Español desde su origen hasta nuestros dias,* de EUGENIO DE OCHOA (Paris, 1838).

[6] P. ex. FRANCISCO MANUEL TRIGOSO DE ARAGÃO MORATO, *Memoria sobre o Teatro Português* (vol. V das *Memorias da Academia*), parte II, p. 46-58 (Lisboa, 1818).

[7] Tenho em mente o *Catalogo histórico y critico de Piezas Dramaticas anteriores a Lope de Vega,* de Moratin, publicado em 1830 na 1.ª ed. das suas *Obras,* vol. I, p. 192–300; depois na Colecção Ochoa (citada na *Anotação* 5), e finalmente na *Biblioteca de Autores Españoles,* vol. II, p. 193 (1846). Desse catálogo terei de falar por extenso quando me ocupar da edição-príncipe da *Barca do Inferno* e da sua tradução castelhana.

[8] *Osmia, Trauerspiel aus dem Portugiesischen, übersetzt von einem Freund dieser Litteratur nebst vorangehender Geschichte der dramatischen Kunst in Portugal* (Halberstadt, 1824, p. 16-44).

[9] J. L. Klein, autor de uma História do Drama, incompleta e indigesta *(Geschichte des Dramas),* em 13 vol. (Leipzig), que são mera introdução da obra monumental, relativa a Shakespeare, por êle planeada, prometera ocupar-se de Gil Vicente «quando chegasse a sua hora», mas essa hora nunca chegou; — infelizmente, porque, apesar do seu estilo extravagante, teria iluminado com certeza com frouxos de luz a mentalidade complexa do poeta, o qual sempre tratou de «grande dramaturgo português». Vid. vol. VIII, p. 284; IX, 40 seg. e 433.

[10] Ludwig Clarus, *Darstellung der spanischen Literatur im Mittelalter* (Mainz, 1846), vol. II, 344-356.

[11] Ed. Quillinan, *The Autos of Gil Vicente,* em *Quarterly Review,* vol. 79, p. 168-202. Não pude verificar, se a data é 1845 ou 1847. F. Wolf, em geral muito exacto, indica a mais tardia; Edgar Prestage, a anterior.

[12] *Geschichte der dramatischen Literatur und Kunst in Spanien* (Berlin, 1845-1846), vol. I, p. 160-180 e III, p. 548. Só durante a elaboração dos Suplementos se serviu da reímpressão de 1834.

[13] *History of Spanish Literature* (New-York e London, 1849, 3 vol). Tanto a tradução castelhana de Pascual de Gayangos e Enrique de Vedia (Madrid, 1851-56, 4 vol.), como a alemã de N. H. Junius (Leipzig, 1852) tem Aditamentos importantes. Nesta, a apreciação de Gil Vicente está a p. 230-238 do vol. I.

[14] No vol. LXVII da grande Enciclopédia de Ersch e Gruber *(Allgemeine Enzyklopädie der Wissenschaften und Künste),* 1858, p. 324-354, há um *Ensaio* sôbre a Vida e as Obras de Gil Vicente que aínda hoje merece atenção e estudo.

[15] *Die Farças des Gil Vicente: zur Geschichte der älteren spanischen Bühne.* Foi publicado em Prutz, *Historisches Taschenbuch* (1846).

Posteriormente o mesmo ensaio serviu de Introdução aos textos traduzidos, que saíram com o título *Spanisches Theater* (Hildburghausen, 1868). Rapp entreteceu o alemão culto com o dialecto da Suábia, para dar uma versão adequada (?) das peças bilingües.

[16] *Catalogo Bibliografico y Biografico del Teatro Antiguo Español* (Madrid, 1860), p. 474-476. É artigo curto e pouco cuidado, cheio de inexactidões.

[17] *Ensaio Biografico-Critico sôbre os melhores Poetas Portugueses* (Lisboa, 1850-55, 10 vol.) — Vol. III, p. 241-295.

[18] Porto, 1870. — É o vol. I da *Historia do Teatro Português.*

[19] Não relato os pormenores, porque já fiz a síntese do processo (cujos principais agentes foram T. Braga, Camilo Castelo Branco, J. Ribeiro Guimarães, J. I. de Brito Rebelo), num artigo publicado no *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie,* vol. XVII, p. 87-97, e não convêm repeti-la. Devo acrescentar todavia que depois daquela data êle entrou em nova fase. O último dos eru-

ditos que acabo de citar encontrou um documento de 1513 em que GIL VICENTE, ourives da raínha D. Leonor, é nomeado mestre da balança — documento em que mão contemporânea, evidentemente oficial, lançou em cota marginal, resumindo o conteúdo, as palavras *Gil Vicente trovador*. Embora este aposto, sem o acrescento *o que faz os Aitos* (ou *Autos*) *a el-rey*, ou fórmula parecida, ainda deixe margem para dúvidas, temos aí um forte indício a favor da identidade. Assim o entende, além do próprio BRITO REBELO, o eminente historiador A. BRAAMCAMP FREIRE.

[20] Os respectivos estudos são os seguintes: ADOLFO SCHAEFFER, *Geschichte des Spanischen Nationaldramas* (Leipzig, 1890), vol. I, p. 26-33; C. M. DE VASCONCELLOS em *Grundriss der Romanischen Philologie*, vol. II[b]. p. 280-287 (1893); EDGAR PRESTAGE, *The Portuguese Drama in the Sixteenth Century: Gil Vicente* (Reprinted from the Manchester Quarterly, vol. XVI, july, 1897). Como naturalmente se baseie nos estudos vicentinos de T. BRAGA, de 1870 e 1881, o autor repete alguns êrros de facto. Mas a parte analítica, própriamente sua, é muito sensata.

No *Catálogo Razonado biográfico y bibliógrafico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, de DOMINGO GARCIA PEREZ (Madrid, 1890), não ha novidades.

[21] O francês DUCARME foi o primeiro que comparou o *Auto da Alma* com o *Fausto* de GOETHE, num artigo *Les Autos de Gil Vicente*, inserido em 1885 na revista *Le Muséon* (vol. V). ALFREDO DA CUNHA ocupou-se dêle na *Revista Intelectual Contemporanea*, de maio de 1886, e no *Diario de Noticias*, de 7 de junho de 1902.

De um belo estudo de J. de SOUSA MONTEIRO sôbre a *Dansa Macabra*, como *Nota Preliminar a Três autos de Gil Vicente* (a Trilogia das Barcas), impresso na *Revista de Portugal*, de 1889 (vol. I, p. 233-250), terei de ocupar-me em *Notas Vicentinas* ulteriores.

[22] VISCONDE DE OUGUELLA, *Gil Vicente*, Lisboa, 1890.

[23] ALFRED JEANROY, *Les origines de la poésie lyrique en France ou moyen-âge*, (Paris, 1889). — Vid. cap. V, *La poésie française en Portugal*, sobretudo p. 330-334. Tratei das concepções do distinto investigador no *Grundriss II[b]*, p. 148 e seg. e 283, e no *Cancioneiro da Ajuda*, vol. II, p. 69 e cap. X, passim.

[24] VISCONDE DE SANCHES DE BAENA, *Gil Vicente* (Marinha Grande, 1894). Dediquei a essa obra, no *Literaturblatt* de 1896, (n.º 3) o artigo que citei na *Anotação* 19.

[25] A. BRAAMCAMP FREIRE publicou estudos subordinados a esse título, primeiro no *Jornal do Comércio* no verão de 1903; e depois, ampliados e corrigidos, na *Revista Lusitana*, X, 262-297 e XI, 311-344. É de esperar que nos dê a continuação em tempos futuros.

[26] *Indice do Cancioneiro de Resende e das Obras de Gil Vicente*, (Lisboa, 1900). Colaboraram neles A. BRAAMCAMP FREIRE e o VISCONDE DE CASTILHO; os «Novos Obsequiosos de Sacavem». — Obsequiosíssimos! — Numa das minhas *Notas* mostrarei como entendo que devemos completar ainda o Índice relativo a GIL VICENTE.

[27] T. BRAGA, *Gil Vicente e as origens do Theatro Nacional* (Porto, 1898) e *Escola de Gil Vicente e desenvolvimento do Theatro Nacional* (Porto, 1898).

[28] MARCELINO MENENDEZ Y PELAYO, *Antologia de poetas líricos castellanos*, tomo VII (Madrid, 1898). Toda a parte III desse volume (p. CLXIII-CCXXV) é dedicada ao poeta português. A p. CLV se lê o *veredictum* que já transcrevi mais de uma vez: *Como artista dramatico Gil Vicente no tiene quien le aventaje en la Europa de su tiempo.*

P. S. A península inteira está de luto. Dias depois de haver escrito esta Memória, faleceu o insigne homem de letras, de um ataque de figado (Santander, 19 de maio).

[29] Publicára primeiro artigos soltos no *Occidente*, de 1880; outros na *Revista de educação e ensino* (1897), relativos ao problema a que aludi na *Anotação* 19.ª. Mas só por ocasião do Centenário condensou e rectificou as suas ideias sôbre o fundador do teatro português, documentando-as amplamente nas suas *Ementas Historicas*: II. *Gil Vicente* (Lisboa, 1902).

[30] O benemérito director do *Archivo Histórico Português*, cujo *Índice* e cujos trabalhos a respeito da *Gente do Cancioneiro* já mencionei, publicou com o pseudónimo de *Silex*, no *Jornal do Comércio* de 1907, preciosas observações críticas, que, com a prometida *Sinopse geral*, hão de aparecer seguramente qualquer dia, em forma de livro, talvez com o título: *Gil Vicente poeta e ourives*.

[31] Depois de haver falado do poeta cómico, de passagem, em várias das suas substanciosas publicações (como p. ex. no volume relativo a *Frei Bartolomeu Ferreira*), Sousa Viterbo insertou no *Archivo Histórico Português* (vol. I, p. 219-228) a Memória intitulada *Dois traços para a sua biografia*, a que voltarei no texto.

[32] *Gil Vicente e a linguagem popular* (Lisboa, 1902).

[33] *Lusismos no castelhano de Gil Vicente*. Apareceu primeiro na *Revista do Conservatorio Real de Lisboa* (1902, n.º 2), e novamente nas *Palestras Filológicas* (Lisboa, 1910).

[34] *As cantigas paralelísticas de Gil Vicente* (Lisboa, 1910). — Separata da *Revista Lusitana*, vol. XII (1909).

[35] *Contos, Apólogos e Fabulas da India: Influencia indirecta no Auto da Mofina Mendez de Gil Vicente* (Lisboa, 1902).

[36] *Gil Vicente and Lafontaine: A Portuguese Parallel of La Laitière et le Pot au Lait* (London and Dorking, 1903).

[37] A. L. Stiefel: *Zu Gil Vicente*. São notas críticas, muito uteis, conquanto nem sempre sejam plausíveis, publicadas no *Archiv für das Studium der Neueren Sprachen*, vol. CXIX de 1907 (p. 192-195).

[38] *Subsidios para o estudo da História da Literatura Portuguesa*, vol. XI (Coimbra, 1907). Contêm 16 peças dramáticas (designadas em globo com o título genérico de *Farças*), assim como as obras miudas.

[39] *Auto da Festa. Obra desconhecida com uma explicação prévia* (Lisboa, 1906).

[40] Foi representado no *Teatro D. Maria* a 13 de maio de 1898 por ocasião das festas do centenário do descobrimento da India. Nas de *Gil Vicente*, a 7 de junho de 1902, seguiu-se o místico *Auto da Alma*, com um Prólogo de J. de Sousa Monteiro, recitado pelo actor Ferreira da Silva.

[41] No *Teatro D. Amelia* enscenaram no dia 9 *A Visitação*, *O Preguiçoso* (da farça *Juiz da Beira*), *A Velha Namorada* (da tragicomédia *Triunfo do Inverno*), scenas do *Auto da Feira*, a *Prece da Cananea*, e o engraçadíssimo e sagacíssimo diálogo entre *Todo o Mundo* e *Ninguem*, do *Auto da Lusitania*. Todas elas tinham sido recitadas tambêm em sessão solene do Conservatório.

[42] *Gil Vicente, Monologo do Vaqueiro ou da Visitação. Adaptado por Afonso Lopes Vieira* (Lisboa, 1910).

[43] *Auto da Barca do Inferno. Adaptação representada com um prólogo.* (Lisboa, 1911).

[44] Ao inspirado e patriótico poeta devemos aínda uma conferencia, realizada no Serão Vicentino do *Teatro da República,* em 15 de janeiro de 1912; outra recitada no Porto a 19 de maio, assim como um lindo prólogo escrito para o dia 20 e recitado no templo de arte onde em Vila Nova de Gaia reside Teixeira Lopes.

P.S. — Já agora ha mais umas *Palavras* ditas por êle na Representação de câmara da *Mofina Mendes,* que se realizou esplendidamente em Lisboa a 24 de maio, em casa do Sr. José Lino Junior, na Cova da Moira: *plaquette* fóra do mercado, de que devo um exemplar à gentileza dos dois amigos.

[45] Luis Calado Nunes, *Farça chamada Auto da Índia,* por Gil Vicente, edição para o povo e para as escolas. (Lisboa, 1905).

[46] *O Fidalgo Presunçoso* (da *Farça dos Almocreves*). Adaptação e prólogo de Cardoso Martha. (Lisboa, 1912). *Fidalgo Pobre* é a antonomásia tradicional.

[47] *Bibliotheca Hispana,* vol. II, p. 314 (1696). Mesmo na edição de 1788, feita por Perez Bayer, depois de Barbosa Machado, não há senão um artiguito muito escasso e insignificante (vol. III, p. 7), em que nem mesmo se registam as duas *Copilações* de 1562 e 1586. Apenas duas edições do *Amadis!*

[48] *Bibliotheca Lusitana,* vol. II, p. 383 (1747).

[49] No *Epitome das Histórias Portuguesas* (1628) e na *Europa Portuguesa* (1680) Faria e Sousa cita, numas listas descarnadas de escritores nacionais, a *Gil Vicente el Plauto Português, s. D. Juan III,* e *Paula Vicente que llamaremos la Pola Lusitana porque esta, como la otra a Lucano su marido, ayudó a su padre Gil Vicente en sus comedias i compuso otras.* Nos Comentários às *Rimas* de Camões, vol. II, p. 338, conta a fábula do filho banido para a Índia, por causa de ciumes literários do pai, cuja obra trata, de resto, com sobrecenho, de «pouquíssima cousa».

[50] Nas *Flores de España,* cap. VIII, *Del Ingenio,* Excel. XI (e não IX, como se lê em Barbosa Machado), e cap. XXII, *De la lengua portuguesa* Excel. 6 (e não XXIV) há magríssimas frases a respeito de Gil e sua filha Paula, que são mera transcrição das de Faria e Sousa.

Em *Eva e Ave* ou *Maria Triunfante,* parte I, cap. XXVI, § 3, torna a repetí-las em redacção portuguesa, dizendo: «A graça do comico vio primeyro Hespanha nas comédias do português Gil Vicente que, ajudado de sua filha Paula como Lucano de sua mulher Pola, entreteve com galantaria em estylo antigo e não sem doutrina a Corte dos Reys D. Manuel e D. João III».

[51] Na estrofe 181ª da sua curiosa *Miscelania e variedade de histórias, costumes, casos e cousas que em seu tempo aconteceram,* Garcia louva sinceramente o *estilo muy eloquente,* as *muy novas invenções,* a *graça* e *doutrina* das representações de Gil Vicente. Ela é tam conhecida que não a torno a trasladar. O mesmo vale da referencia em prosa à *muyto boa e muyto bem feyta comedia de muytas figuras muyto bem ataviadas e muy naturaes,* feita e representada (a 4 de agosto de 1521) ao casamento e partida da Senhora Infanta D. Beatriz para Saboia: isto é à tragicomédia das *Côrtes de Jupiter* (II, 395).

[52] No *Dialogo em louvor da nossa linguagem,* depois de a gabar de tam honesta e casta «que parece não consentir em si hũa tal obra como *Celestina*», continua: *E Gil Vicente cómico que a mais tratou em compostura que algũa pessoa destes reynos, nunca se atreveo a introduzir hũ Centurio português; porque como o nã consente a nação, assi o não sofre a linguagem.* Barros dá-lhe portanto a palma de diserto entre todos que até 1540 haviam publicado composições em vernáculo.

[53] Falando da letra *h* que não é senão «*um pouco de esprito* o qual esforça mais as vogais com que se mestura», Oliveira cita *uha! aha!* Mas o riso *ha ha!* e *he he!* não o aprova, apesar da autoridade de Gil Vicente: *não me parece este bom riso português, posto o assim escreva G. V. nos seus Autos* (cap. xiv).

[54] No *Discurso da lingua portuguesa* há a seguinte homenagem ao poeta: «Nem é pera esquecer o louvor que se deve nas nossas farças a Gil Vicente, o qual, imitando as fabulas *atelanas* que incluiam em si as representações que chamam *planipédias e tabernárias,* por serem dos ínfimos da República... compôs algumas farças com tam *graciosa eloquencia* que do nosso João de Barros é por isso mui louvado, e o Meste André de Resende afirma que se como escreveu na nossa lingua particular, compusera na latina, que é comum a todos, não alcançara menor nome que Menandro, Plauto e Terencio, como se vê nestes versos de seu Genethliaco do Principe D. João (sic).» E copía os 11 hexâmetros que são o tema principal deste estudo.

[55] Há valiosas observações sôbre as leituras do poeta português, e a respeito do influxo que nele exerceram *Juan del Encina, Gomes Manrique,* e os *Livros de Cavalaria,* no estudo de Menendez y Pelayo. Todavia erra talvêz (como muitos outros) em considerá-lo como Humanista e Mestre graduado, lido em Terencio e Plauto. Carecemos contudo de um estudo especial sôbre o que Gil Vicente positivamente conhecia da literatura clássica latina, da medieval, e de coevos castelhanos, franceses, italianos. Digo «conhecia», e não «imitava» — porque o mais inventivo e nacional dos poetas portugueses era forçosamente aquele que menos imitava.

[56] Foi o que aconteceu com *Um verso de Gil Vicente* (2.º da *Barca do Inferno*) em que ocorre o vocábulo *caro.* Eu tentei substituí-lo por *carõ* = *Caron Caronte,* mas especialistas de arqueologia náutica como Henrique Lopes de Mendonça descobriram nele o nome técnico — *caro cairo carro* — da ponta inferior da verga da mesena. Houve discussão por *Cartas abertas* que se realizou no *Diario de Noticias* de Lisboa, pouco depois da enscenação da *Barca.* (N.os 16.596, 604, 606, 612, 698, 701, 705). P.S. Vid. 16.746.

[57] Dos autos do poéta português que por ventura foram representados em Espanha, tenciono falar em outra ocasião.

[58] Italianos, Flamengos e Castelhanos.

[59] Os *Dois Traços* para a reconstituição da Vida e da Obra de Gil Vicente que devemos a Sousa Viterbo são: I. *Gil Vicente na India.*—II. *Gil Vicente em Bruxelas.*

[60] Vol. III, p. 260-299; penúltima peça do livro IV da impressão de 1562.

[61] Ocupar-me hei dessas *didascálias* em uma Nota especial. Desde já digo que as considero como saídas da pena do próprio autôr — sem desconhecer que os filhos acrescentaram de longe em longe algumas palavras: p. ex. ao nome *Iffante D. Maria* a fórmula *que depois foi Princeza de Castella;* e ao nome de *D. João III* a *de boa memoria.* Nos pontos essenciais, os descendentes não podiam servir de testemunhas nem de correctores. Há neles êrros cronológicos que são êrros de memória do poéta, mas poucos; e às vezes lapsos. Um, que foi fatal, relativo à Raínha D. Leonor, deturpou a cota que precede o *Monologo do Vaqueiro.*

[62] Eis o que êle diz no *Ensaio* sôbre a Vida e *Escriptos de Gil Vicente* (p. xiv), depois de haver trasladado (mal) os versos de André de Resende afim de provar que, alêm de autôr, o poéta era actôr: «A peça de que Resende aqui fala é a Tra-

gicomedia de Lusitania que Gil Vicente tinha composto para o nascimento do Infante D. Manuel que morreo em tenra idade, a qual foi representada em Bruxelas em 1532, em casa do Embaixador Português D. Pedro de Mascarenhas na festa que este deu pelo mesmo motivo, e que Resende descreve no elegante poema latino donde extraimos a citada passagem».

[63] Vol. III, p. 274 e 276. Cfr. 273 e 299, onde se refere ao *Príncipe,* sem acrescentar mais nada.

[64] *Infante* até à morte do pequeno D. Manuel (em 1535); *Príncipe* desde então. Vol. II, p. 494 e 531.

[65] Vol. III, p. 274.

[66] Tres filhos de D. João II e de D. Caterina chegaram a ser sucessivamente herdeiros jurados da corôa: D. Manuel (1531-35); D. Felipe (1533-39); D. João (1537-1553). O mais desejado foi naturalmente o primeiro, porque os outros dois nasceram enquanto um irmão mais velho vivia. A esse respeito veja-se o romance do *Triunfo do Inverno* (vol. II, p. 480). Nos comentários dos investigadores há por isso mesmo confusão a respeito do nome do *Príncipe* celebrado no *Genetlíaco.* Já vimos que Severim de Faria pensava em D. João, o mais longevo e conhecido dos três, Mecenas juvenil de Sá de Miranda, Jorge de Montemór, Jorge Ferreira de Vasconcellos, os Silveiras, etc. Outros repetiram o mesmo êrro.

[67] O aposto *actor* refere-se à peça representada em Portugal nos paços régios lusitanos, *se o quisermos entender em sentido restrito,* o que não é de modo algum obrigatório.

[68] Note-se a caracterização de Gil Vicente como poéta còmico-satírico. Aplicável à grande parte das suas obras, ela deve condizer sobretudo com a peça que Resende vira representar. Em geral, Frei André podia conhecer as outras apenas de leituras, visto ter saído de Portugal em 1513; e antes desse termo ter vivido em Évora, recluso no Convento de S. Domingos.

[69] Resende, criador dos nomes *Lusiadas, Tagides, Transtagano,* foi portanto também o primeiro que equiparou o còmico português a *Plauto.*

[70] *Púlpito,* no sentido de «lugar na boca do teatro onde representavam os comediantes». *Palco* portanto.

[71] Note-se a forma *Gillo,* leve latinização do vernáculo *Gil,* que os latinistas costumam representar pelo seu étimo *Aegidius.*

[72] Vid. Groeber, *Grundriss II*[b], p. 283 e Francisco de Holanda, *Quatro Dialogos da Pintura* (Viena de Austria, 1899), p. 197.

[73] *Geschichte der Reformation in Deutschland,* Berlim, 1886-89. Faz parte da obra enciclopédica *Allgemeine Geschichte in Einzeldarstellungen, herausgegeben von W. Oncken (III. Hauptabteilung, I. Teil).*

[74] Desconheço essa versão. Procurei mesmo debalde no *Boletin de la Libreria* de M. Murillo datas exactas a respeito dela. O trecho de que trato aqui não satisfaz por completo, como se verá.

[75] Na versão castelhana lê-se *comedia que segun su nombre debia celebrar el amor.—Segun su nombre* está em harmonia com a lição alemã *Dem Namen nach;* mas não a continuação. Em lugar de mero *amor* há lá *ein Jubelfest der Liebe: um Jubileu de amor.*—É mais uma prova de que só pode copiar e traduzir um texto quem o compreende bem e sabe interpretá-lo. *O espírito, e não a letra.* Esta mata; aquela salva e sana.

[76] O tradutor castelhano introduziu aqui a fórmula *y al verselo puesto*, como se as gargalhadas da assistência fossem provocadas só pelo barrete do que fingia de bispo, e não pela comédia em geral.

[77] *Vir*, como se lê na impressão de Sousa Viterbo, é êrro evidente por *oir*.

[78] P. 664 da edição de 1889.

[79] Cfr. *Anotação* 67.

[80] Nos parágrafos relativos a Resende e Erasmo tornarei a repetir que a esperança dos Erasmistas brabantinos de o grande sábio mudar os seus penates de Basileia para Lovaina, quando a victória da Reforma na Suiça o afastou de lá em 1529, não se realizou.

[81] O Conde de Sabugosa suprimiu esse nome de Aleandro, por ser pouco conhecido em Portugal.

[82] Citarei alguns títulos no parágrafo relativo a Aleandro.

[83] Valeu-me de muito nessas pesquisas a amizade sempre leal e sempre generosa de Arturo Farinelli, catedrático outrora de Innsbruck e agora de Torim, a cuja assombrosa erudição, aliada a uma admiravel eloquência, a Península deve trabalhos importantes. P. ex. *Grillparzer und Lope de Vega* (Berlim, 1894); *Spanien und die spanische Litteratur im Lichte der deutschen Kritik und Poesie* (Wien 1895); *Guillaume de Humboldt et l' Espagne* (Paris 1898); *España y su Literatura en el Extranjero* (Madrid, 1902); *Appunti su Dante in Ispagna nell' Età Media* (Torino, 1905); *Boccaccio in Ispagna nell Età Media* (Braunschweig 1906).

[84] O nome de *Protestantes* fôra fixado em 1529.

[85] Abreviatura de πρεσβεως, genitivo de πρεσβευς, embaixador.

[86] Êrro de leitura ou de escrita por προτοτόκον prototókon, primogénito.

[87] *Iberistí kai lusitanistí.*

[88] *Aleander Sangae. Bruxell. XXVI Decemb. 1531* (n.º 68).

[89] Aleandro, *Lettere di Legatione di Germania:* V. 57 (p. 92).

[90] *Monumenta Vaticana Historiam Ecclesiasticam Saeculi* xvi *illustrantia ex tabulariis Sanctae Sedis Apostolicae secretis excerpsit, digessit, recensuit, prolegomenis et indicibus instruxit Hugo Laemmer.—Friburgi Brisgoviae, Sumptibus Herder, 1861.*

[91] Apesar do que eu disse da expatriação de Frei André Lucio de Resende (de 1513 até 1533), suspeitei e suspeito às vezes que voltou temporàriamente a Portugal cêrca de 1529, por causa do falecimento da mãe, vindo de Paris; antes de passar a Lovaina portanto. Mas se assim fôsse, mal teria tido tempo, disposição e faculdade para assistir às representaçõis palacianas. A hipótese que só lêra os *Autos* de Gil Vicente fica em pé.

[92] Hoje *jubileu* emprega-se lá fóra em geral no sentido de festa profana, comemorativa de algum acontecimento familial ou histórico. Em Portugal creio que aínda prevalece o sentido religioso.

[93] Quem precisar de mais amplas informações recorra a De Waal, *Das heilige Jahr in Rom* (Münster, 1900).

[94] Houve livros (satíricos ?) sôbre perdõis e indulgências, que foram condenados nos *Índices*. Nos peninsulares de 1559 e 1581 regista-se por ex. o *Jubileu de plenissima remissão de pecados, dados na corte celestial do paraiso desde o principio do mundo com privilégio eterno, firmado e sellado com o sangue do unogenito filho de Deus Jesu Christo nosso unico e verdadeiro redemptor e senhor.*—Nos franceses

de 1544-1556 etc. há *Le grand pardon de pleniere remission pour toutes personnes durant à toujours.* Nos italianos de 1554, *Declaratione del giubileo* — Vid. Reusch, *Die Indices,* p. 125, 236, 360, 436 e 442.

[95] No livro III da *Historia da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal,* é que os interessados encontram a demonstração do que apenas posso esboçar aqui. Lamento todavia que nessa obra magistral falte um capítulo sôbre os humanistas e pensadores portugueses relacionados com Erasmo e Erasmistas de espírito largo, que queriam uma Reforma de costumes sociais sem scissão dos fieis.

[96] Segundo Herculano, os Cristãos-Nóvos eram a porção mais rica, mais activa e mais industriosa de Portugal.

[97] A respeito desse termo injurioso, usado só extra-oficialmente, ha um estudo histórico e linguístico de Arturo Farinelli, impresso em 1911 (Firenze). Serve-lhe de título o vocábulo *Marrano,* cujo sentido originário é *porco,* segundo as provas acumuladas.

[98] Oportunamente darei senhas provas da virulência de linguagem de cada um desses combatentes.

[99] Quanto à intenção e dignidade moral, a *Carta a D. João III* é um dos melhores Autos do Repertório de Gil Vicente.

[100] Ainda assim é pena que o Legado não diga expressamente na sua Carta: *que remeteu um exemplar da comedia;* para facilitar o processo de condenação, bem se vê. É mais que provável que tanto Aleandro como Sanga soubessem castelhano.

[101] Não sei se o exemplar da *Barca* que existe na Biblioteca Nacional de Madrid (Sign. *R. 9.438*) é o mesmo que outrora figurava na Biblioteca Colombina (n.º 15.134).

[102] *Autos,* como está no original, é êrro evidente. As partes da Trilogia, compostas e representadas em anos sucessivos, sairiam naturalmente separadas, cada uma por sua vêz.

[103] Na *Nota Vicentina II* conto publicar o fac-simile.

[104] Uma é de 1539 (Burgos). Dela ha um exemplar na Biblioteca Nacional de Madrid. Outra, s. l. n. a. faz parte da preciosa Miscelânea Dramática, descrita por F. Wolf no opúsculo *Ein spanisches Frohnleichnamsspiel vom Todtentanz* (Wien, 1852). De ambas possuo fac-similes que servirão de base à edição que tenho preparada.

[105] Refiro-me sobretudo às publicaçõis de Fr. Heinrich Reusch: *Der Index verbotner Bücher. Ein Beitrag zur Kirchen-und Literaturgeschichte* (Bonn, 1880) e *Die Indices Librorum Prohibitorum des Sechzehnten Jahrhunderts* (Tuebingen, 1886).

[106] Vol. x, p. 387. Cfr. Vol. III, p. 219; I, 314; x, 88.

[107] *Catalogo da Livraria de José Maria Nepomuceno* (Lisboa, 1897).

[108] Gil Vicente, ed. 1898, p. 396 seg. e 430.

[109] Na *Historia de los Heterodoxos Españoles* de Marcelino Menendez y Pelayo (já saíu o vol. I da 2.ª edição) há muitos elementos fidedignos, relativos à matéria. P. ex. no Livro V e seu Epílogo. Também na sua *Historia da Literatura Castelhana* Ticknor dedicou aos *Índices* um capítulo (I da Parte II) que, naturalmente, não é isento de êrros.

[110] Vid. Emilio Cotarelo y Mori, *D. Henrique de Villena. Su Vida y Obras* (Madrid, 1896).

[111] Vid. Pirenne, *Histoire de Belgique* (Bruxelles, 1908); P. Kalkopf, *Die Anfänge der Gegenreformation in den Niederlanden* (Halle, 1909); Paquier, *L'Humanisme et la Réforme* (Paris, 1890).

[112] P. ex. num artigo relativo a Resende, publicado no *Archivo Historico Português*, vol. III, p. 172. Devera ter citado também a permissão dada por Carlos V, a 10 de dezembro de 1520, de a Bula de Leão X, *contra Errores Martini Lutheri*, de 17 de julho, ser valorizada no seu património brabantino, assim como as referências a esses factos que há no *Corpo cronológico*, I, p. 47 e II, p. 38.

[113] Vid. *Heterodoxos* II, p. 699 e Ticknor, l. c. Outras proibiçõis parciais houve em 1530, 1535 e 1538. Daí em diante a Censura foi encrudescendo cada vez mais, conforme já indiquei no *Grundriss* (IIb p. 287). É sabidíssimo que em Espanha havia verdadeira *Inquisição* de 1481 em diante e que a sua influência já promovera em 1492 a expulsão dos Judeus.

[114] Em Reusch ha reimpressão dos pequenos catálogos franceses e italianos de 1540, 1542, 1543, 1544, 1545, 1547, 1549, 1550, 1551, 1554 e 1556, publicados parte pela Sorbona, parte pelo Inquisidor Geral de França.

[115] Valladolid. Reimpresso em Reusch, *Die Indices*, p. 209-242. Muitos autores, antigos e modernos, falam dum *Index* peninsular, também pinciano, de 1549. Entre eles Nicolas António, Barbosa Machado, Velasquez, Dieze, Ticknor, Brito Aranha e T. Braga. É êrro; talvez lapso de Barbosa Machado (II, p. 384).

[116] Valencia 1551. Reimpresso por Reusch (p. 73-77); tem o título de *Catalogi librorum reprobatorum et praelegendorum ex indicio Academiae Louaniensis.*

[117] Os *Catálogos* de Lovaina eram redigidos em francês, de 1545 em diante. Vid. Reusch, p. 44-72.

[118] A suspeita só teria razão de ser, se todos os filhos de D. Manuel tivessem sido contemplados com panegíricos, menos os Cardeais. Mas longe disso, de nove apenas dois foram festejados no próprio dia do seu nascimento: D. João III e o Infante D. Luís. Ás filhas D. Isabel e D. Beatriz dedicou o poeta Tragicomédias festivas por ocasião do seu casamento. O Infante D. Fernando é citado com louvores. E o mesmo vale dos dois Cardeais. (Vid. vol. II, p. 106, 407; e II, p. 406, III, p. 357). D. Duarte é o único que nunca foi mencionado. Nem tampouco a filha póstuma do terceiro casamento: a Infanta D. Maria.

[119] Herculano, *Inquisição*, II, p. 207.

[120] *Aderença* (ou *aderencia*), — segundo os filólogos seiscentistas, palavra privativamente portuguesa — era o que hoje se chama *empenhoca:* o nepotismo, e favoritismo, a protecção, o valimento daqueles cujos partidários ou clientes somos. Sem *aderentes e parentes* no paço, não se obtinha, segundo os Catõis e Juvenais de então, emprêgo ou benesse algum; nem justiça ou promoção.

[121] O Infante D. Afonso dedicava vivo interesse à arqueologia, à numismática, à pintura, à arquitetura e genealogia. Todas as coisas da Italia o atraíam. Aires Barbosa, Pedro Margalho, D. Francisco de Melo foram seus mestres. Assistia às vezes às prelecçõis de Clenardo. Goes, Resende, Francisco de Holanda, Jorge Coelho entusiasmávam-no. Vid. Holanda, *Dialogos*, passim; e Goes, *Cronica de D. Manuel*, parte II, cap. 42: «Teve algumas desavenças com el-Rei D. João III, seu irmão, por cujo respeito se quisera ir secretamente para Roma, ao

que el Rei acudiu com muita prudência e pelo tirar dalguns pensamentos a que o induziam homens zelosos de mal, lhos tirou de casa e lhe deu outros de mor confiança...» São palavras veladas que ninguem interpretou até hoje.

[122] No fim lê-se *Foy impresso o presente Rol dos livros defesos por mandado do Senhor Cardeal Iffante, Inquisidor geral nestes Reynos de Portugal em a muy nobre & sempre leal cidade de Lisboa, per Germam Galharde impressor a VIII de julho MDLI.*

[123] A respeito de Oleaster, vid. *Inquisição*, II, 328.

[124] Indirectamente todavia. O fac-simile publicado no *Diccionário Bibliográfico Português*, que utilizei, passou despercebido quási!

[125] Vol. X, p. 386 seg. — O *Jubileu*, Inocencio da Silva já o citara em 1858, no vol. I da sua obra, s. v. *Autos* (p. 314), juntamente com a *Lusitania* e os *Fisicos*, mas sem conhecimento bastante da causa.

[126] Os apontamentos que tirei em Évora em 1901 não são suficientes para eu poder afirmar que o Catálogo latino é igual ao de Valdes (segundo creio).

[127] Entenda-se *reimprimir*.

[128] Dos cinco restantes livros condenados, nenhum é de Gil Vicente. São: *Gamaliel, A revelação de S. Paulo, As novelas de Joan Bocacio* — todos os tres existentes em incunáveis peninsulares, descritos por Haebler — *O testamento de Cristo, em linguagem*, e *Coplas de la Burra*.

[129] A impressão de 1562 foi *vista* (como se sabe, mas se esquece às vezes) *pelos Deputados da Santa Inquisição*. O principal Revedôr era então Frei Francisco Foreiro, muito bem visto no Paço, sobretudo por D. Caterina, a Regente. Evidentemente ele devia achar difícil, melindrosa e laboriosa a tarefa de examinar 43 peças dramáticas e mais as obras miudas dum autôr nacional, afamado, impressas já numerosas vezes em edições avulsas, com privilégio del rei D. Manuel, representadas e aplaudidíssimas nos paços dum rei «santo mais que o rei David»! Ainda assim é surpreendente que os Senhores Deputados, que viram o Cartapácio grande, não se regulassem pelo *Rol* de 1551, reímpresso no ano de 1561 (isto é no mesmo em que trabalhavam). Contentaram-se com a eliminação do *Jubileu*, da *Aderença* e da *Vida do Paço*, se por ventura esses tinham entrado no manuscrito. Caso, de que duvido, como disse no texto.

[130] No *Prólogo* da edição crítica do *D. Duardos* que tenho preparada, trato das redações diversas dessa Tragicomédia, e das insignificantes pechas que a levaram ao *Índice*.

[131] Aqui a condenação é completa; e justificada, se se admitirem os princípios da Censura. Dúvidas sôbre a identidade do *Auto dos Fisicos* e da *Farça dos Fisicos*, só as pode ter quem ignore que a classificação das peças e sua divisão em *quatro livros* levou o Poéta a alterar em vários casos os títulos primitivos, quando de 1536 a 1540 as inscreveu no Cartapácio grande a que se refere Luis Vicente. O *Auto de Moralidade* das *Barcas*, p. ex., ficou sendo aí *Auto de devoção*. A *Tragicomedia* do *Triunfo do Inverno* fôra *Farça*, etc.

[132] Ignoramos se o *Auto do Clérigo da Beira* se chamava efectivamente *Auto de Pedreanes* nas impressões avulsas, ou se foi o vulgo que lhe pôs esse título, porque lhe agradava sobretudo a scena engraçada em que o espírito de Pedreanes fala pela boca de Cecília, a endemoninhada, adivinhando o futuro, e lendo a sina e a índole dos fidalgos da côrte nas suas variadíssimas fisionomias.

[133] *Diccionário Bibliográfico Português*, vol. I, p. 314.

[134] T. Braga, *Theatro*, I ed., p. 325.

[135] A. L. Stiefel que estudou as reímpressõis dos *Índices* (quanto a Gil Vicente, o *Indice* castelhano de 1559), já chegara à mesma conclusão lógica, de os tres *Autos*, citados entre vários reconhecidamente vicentinos, serem também obra do poeta português (*Archiv*, cxix, p. 192). Não reconheceu todavia que o Auto de *Pedreanes* é o do *Clerigo da Beira*, o que não admira num estranjeiro. Bom sería se com relação aos dois Autos relativos à *Vida do Paço* se encontrasse, como para o *Jubileu de amôr*, um documento demonstrativo de que eles foram também representados em Bruxelas, ou pelo menos cursavam entre Portugueses e Castelhanos residentes na Belgica!

[136] O pequenino Rol de aditamentos desse Índice de 1559, sobrescritado *Libri Vulgari Sermone lusitanico*, patenteia-se pela sua linguagem como traslado literal da redacção portuguesa de 1551. Vid. Reusch, p. 241.

[137] Na parte intitulada *Cathalogo de los libros en Romance que se prohiben* (Reusch, p. 231) encontra-se o *Amadis* com o título *Auto hecho nuevamente por Gil Vicente sobre los muy altos y muy dulces amores de Amadis de Gaula con la princesa Oriana, hija del rey Lisuarte.* Os motivos da condenação, não sustentada nos Índices posteriores, são inexplicaveis. Imagino que nos Editais, vindos de Roma com relação ao *Jubileu*, se recomendaria proibição de tudo quanto o autor produzisse de novo. E o *Amadis* é de 1533. Das suas impressõis avulsas, anteriores a 1562, não se conservou exemplar algum. Sabe-se apenas de reímpressõis de 1586, 1612, etc.

[138] Nesse ha reprodução das doze proibições portuguesas (alfabeticamente ordenadas), com mais cinco, relativas a *Ulysipo* (sem nome de autor); *Ropica Pnefma* de João de Barros; Diogo de Saa, *Tratado dos estados eclesiasticos e seculares;* Frei Domingo Baltanas, *Historia dos sanctos padres do Testamento Velho* e... o *Tesouro dos Autos Espanhoes* (Reusch, p. 440).

[139] *Catalogo de Nepomuceno*, n.º 882. — Aí se afirma que o *Índice* de 1561, impresso em casa de Joannes Blavio, com a chancela de Frei Francisco Foreiro, fôra o primeiro; e essa afirmação foi repetida por T. Braga, na 2.ª edição da *Historia do Teatro* (vol. I, p. 396 e 400). O artigo de Brito Aranha tinha-lhe passado desapercebido, conforme já disse. Na *Historia da Universidade* citara o de 1551.

[140] Nepomuceno, n.º 883. Esse *Index* foi impresso em casa de Fr. Correia; com chancela de Frei Manuel da Veiga. É o último (3.º) *Rol* do Cardeal Infante D. Henrique, que mandara trasladar em linguagem as Regras do Catálogo Tridentino.

[141] Vid. *Anotação*, 129.

[142] Nepomuceno, n.º 884. Reusch, p. 351-376. Impresso em casa de António Ribeyro, com assinatura de Frei Bartolomeu Ferreira. Abrange livros não expressamente declarados no Índice Tridentino «... por serem impressos depois, ou porque não vieram a notícia dos que os composeram, ou por esquecimentos... danosos aa fé ou aos bons costumes». Entre os Livros em linguagem são novos a *Eufrosina*, a *Menina e Moça*, a *Diana*, o *Bandarra*. Quanto a Gil Vicente determina-se apenas o seguinte:

«Das obras de Gil Vicente que andam juntas em um corpo se há de riscar o Prologo, até que se proveja na emenda dos seus Autos, que tem necessidade de muita Censura e reformação» (Reusch, p. 361).

É sabido como nos anos imediatos providenciaram para que a 2.ª edição dos *Autos* (e a dos *Lusiadas*) saísse expurgada de modo que não pudesse «corromper os *simplices* nem mover os doutos e letrados a seguir... errores e opiniões contrarias à verdade da fee católica».

143 Vid. Nepomuceno, n.º 886. Ed. dos Craesbeeck. Em 1597 houvera outra, com assinatura de Francisco Pereira. Vid. Nepomuceno, n.º 885. — No *Indice* de 1624 (que possuo) repete-se a. p. 95 e 96 a proibição do *Jubileu de amores* e dos outros Autos condenados em 1551!

144 Vid. *Diccionario Bibliográfico Português*, vol. III, 226; IV, 36; X, 88. Como se diz no último dos trechos apontados, Nic. António já mencionara *O Insino;* com a data 1535, que também julgo errada. Quanto à Censura no reino vizinho, há livros que atestam, pelo menos de 1536 em diante, a inspecção (autorizada ou desautorizada) exercida pelos Inquisidores em livros impressos; p. ex. a *Theorica de Virtudes,* de Castilla (1536) dedicada a Carlos V, munida de licença imperial e da do Inquisidor Geral D. Afonso Manrique; o *Tratado de Cambios,* de Crist. de Villalon (1541) e a *Selva de varia Leccion de Pero de Mexia* (1543).

145 Nos princípios de 1531, exactamente quando Gil Vicente escrevia a sua *carta a D. João III,* tinha esse resolvido a erecção do Tribunal da fé. (Herculano, *Inquisição,* II, 221). Em fins do ano, a 17 de dezembro, foi expedida a 1.ª Bula da Inquisição pela qual o papa nomeava inquisidor de Portugal a Frei Diogo da Silva, confessor del rei (ib. 233 e *Corpo Diplomatico,* II, 335). Mas por falta de organização não foi executada logo. As súplicas da raça oprimida arrancaram, pelo contrário, não gratuitamente, da côrte de Roma, perdão geral, e sua consignação na Bula *Sempiterno Regi*, de 7 de abril de 1532.

146 A respeito do Erasmista castelhano Afonso de Valdes, autor do *Dialogo de Lactancio,* sobre o saque de Roma, muito lido em Portugal, vid. Ticknor II, 1. É possivel que André de Resende se relacionasse com êle, quer em Ratisbona, quer em Lovaina, ou em Bolonha. Vid. *Heterodoxos,* livro IV, cap. 2.

147 De passagem lembrarei que a *Antimoria* de Aires Barbosa, tardia e fraca réplica ao brilhante *Encomio Moriae* de Erasmo, saíu em 1536. O opúsculo *De Patientia Christiana* de Jorge Coelho veio quatro anos depois.

148 A festa do Santo Arcebispo de Canterbury Thomas a Becket celebra-se a 29 de dezembro. A de Santo Thomás de Aquino, o Doutor Angélico, autôr da *Summa Theologiae,* celebra-se a 7 de março. Em Portugal distinguem o apóstolo pelo nome de *S. Thomé.*

149 *Cronica,* parte I, cap. 73 (p. 463). Quanto ao êrro *domingo seguinte* (por *domingo segundo*) veja-se Sousa Viterbo, *Archivo Histórico Português,* I, p. 9.

150 *Annaes de D. João III,* p. 453. Cf. Amador Patricio, Evora, livro X, p. 339, e C. de Sousa, *História Genealogica da Casa Real,* vol. III, p. 538, onde em lugar de 12 se diz 10 de novembro, com outro êrro aritmético. Quanto à aclamação do Principezinho, e seu falecimento, veja-se o parágrafo que lhe dedico.

151 *Imposante — belle femme — yeux fort beaux — teint éblouissant* — é o que dela diz, em vista do admiravel retrato de Moro na Galeria do Prado, o Sr. Henri Hymans, no seu notável livro *Antonio Moro, son œuvre et son temps* (Bruxelles, 1910).

152 D. Afonso, o primogénito, nascido em Almeirim a 24 de fevereiro de 1526, expirara pouco depois. Não houve Auto, por esse motivo; e de modo algum porque

*

meses antes houvera as grandiosas festas da Imperatriz. Depois vieram três meninas: D. Maria, a futura esposa de Felipe II e mãe do Infante D. Carlos, fal. em 1545; D. Isabel (n. 28 de abril de 1529 em Lisboa), e D. Brites (n. 25 de fevereiro de 1530) também na capital. Ambas faleceram no berço. A última, que veio ao mundo no meio de grandes invernias, foi saúdada por Gil Vicente no *Triunfo do Inverno*, em que prognosticava, cheio de piedade, a vinda do desejado filho varão (II, 480). Falando ao reino diz:

Tu Príncipe natural
Dios te le tiene guardado,
y nacerá, en tus manos,
a su tiempo limitado.

Pouco antes falara de *duas filhas, dadas por Deus,* razão porque alguns intérpretes relacionam o Auto com D. Isabel, que nasceu no tempo das rosas (a 28 de abril de 1529); e como ao *Triunfo do Inverno* segue, como segunda parte, o *Triunfo do Verão,* claro é que essa hipótese é tam justificada como a outra. O que não se percebe é porque o poéta daria, quer a uma, quer á outra, o nome de *nossa Julia modesta.* Que não se trata de Lisboa *(Felicitas Julia),* como foi asseverado por T. Braga e outros, infere-se do verso imediato, que diz *nacida por mão de Deus* (II, 449).

153 Faleceu em outubro de 1531. Vid. Santarem, *Quadro Elementar,* II, p. 70. D. Isabel findara em 1529, e não parece que o luto por ela impedisse regozijos na côrte. — Lutos nas côrtes são ainda hoje muitíssimo curtos.

154 D. Pedro Mascarenhas agradece na sua carta ao secretário António Carneiro, antes de tudo, a boa nova da saúde do pequerrucho. Gil Vicente emprega os mesmos termos de que Antonio Carneiro se servira *(desejado* e *formoso)* e também faz votos pela sua saude:

Como era desejado!
e como formoso é!
Oh que seja bem logrado! (III, p. 273).

155 T. Braga (*Gil Vicente,* p. 252 e 254), Brito Rebelo (p. 62) e Sousa Viterbo (p. 10) estão persuadidos de que o *Auto da Lusitania* foi representado em Alvito, no próprio dia do nascimento.

156 O correio enviado a Flandres com cartas ao Cesar e ao embaixador, sempre gastaria na viagem um bom par de dias. O mesmo vale da caravela, destinada a levar a D. Pedro de Mascarenhas provisõis para as festas de ostentação.

157 *Donde vindes, filha Branca e colorida?* Vid. J. J. Nunes, *Cantigas Paralelísticas de Gil Vicente,* n.º XVIII.

158 Estou persuadida que o talento dramático dos Judeus foi aproveitado a miude em representaçõis palacianas e conventuais. Para convencer os outros seriam precisos todavia mais elementos positivos do que o ter assistido Francisco de Morais em 1533, em Santos o Velho, à representação de um *Auto da Paixão,* «em que todas as figuras eram Cristãos-Nóvos. Só o Cristo era Cristão Velho».

159 Todos sabem que o Infante D. Afonso, ao qual me referi na *Anotação* 121, encarregou Resende de coleccionar Antigualhas, e que este lhe dedicou no ano indicado um caderno entitulado *Antiqua Epitaphia* ou *Monumenta Romanorum in Lu-*

sitanis Urbibus, fruto da sua recente peregrinação de Barcelona a Évora, com carta de 1 de outubro de 1533 que o curioso encontra na edição das *Obras* de Colónia 1600. Cfr. *Archivo Histórico Português*, vol. III, p. 165, VII, 361, e VIII, 64: *Vida de André de Resende*, de LEITÃO FERREIRA, com Anotações de A. BRAAMCAMP FREIRE.

160 Nos meus *Novos Estudos sôbre Sá de Miranda* no *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa*, vol. V, 1912, tornei a expôr que a *Fábula do Mondègo*, bela canção à italiana, de carácter bucólico, mas sôbre assunto de arqueologia portuguesa, o Brasão de Coimbra, foi a grande novidade que SÁ DE MIRANDA lançou em desafío e como protesto contra GIL VICENTE, imitando o *Orfeo de* POLIZIANO; e que a *Devisa de Coimbra* se liga a essa amostra de arte nova, quer como réplica, quer como inspiradora. Também repito que nas duas Comédias togatas que MIRANDA escreveu à maneira de PLAUTO E TERENCIO, e de ARIOSTO, continuador italiano dos dois, assim como no drama bucólico ALEXO e na tragédia *Cleopatra* (perdida infelizmente), o Reformador da poesía nacional se esforçou por erguer o Auto mediéval, genialmente iniciado por GIL VICENTE, à altura de verdadeiro drama correcto, livresco, clássico.

161 Nas alusões à *Sibila* e *cova Sibilária* (p. 276) há por ventura referência satírica aos pilares de Sintra com versos de uma Sibila que vaticinava o descobrimento da Índia — achado fingido, que alguns atribuíam a HENRIQUE CAIADO, como lisongeador del Rei D. Manuel. GIL VICENTE pensaria também na espada de Viriato, descoberta numa sepultura de Belas, com a inscrição: *Hic jacet Viriatus Lusitanus Dux!*

162 Nos opúsculos latinos de ANDRÉ DE RESENDE que possuo, alguêm riscou frequentes vezes o adjectivo *Divus*. Esse alguêm, talvez fosse ele próprio, visto ter exercido funçõis de Revedôr de livros (em 1560 e tantos). P. ex. no *Genethiaco* e na *Oratio Pro Rostris*, nas respectivas Dedicatórias que principiam *Divi Emanuelis P. F. Invicti F. Divo Ioanni Lusitanorum Regi P. F. Invicto.* — P. I. significa *Pii Felicis*; e *Pio Felici.* — *PS.* Relendo o *Auto da Lusitania* não encontrei a frase irónica *tudo é Deus*, a que se refere a nota.

163 Assim já está indicado numa *Anotação* dos *Quatro Diálogos da Pintura* (Viena de Austria, 1899), relativa a D. Pedro Mascarenhas (p. 197). Nos *Novos Estudos sôbre Sá de Miranda* e também nas *Poesías* (de 1885) eu disse que, se GIL VICENTE visou MIRANDA nas suas queixas contra «homens de bom saber» que o hostilizavam, MIRANDA visou GIL VICENTE na *Carta moral* a Antonio Pereira Marramaque (n.º 108), na famigerada décima contra os Pasquinos, que tratam coisas sagradas sem o devido acatamento. Evidentemente MIRANDA e aquele seu amigo, embora mereçam, como GIL VICENTE, lugar entre os Erasmistas, por terem lido e anotado a Biblia com fervorosa veneração *(de giolhos)*, e o último haver até demonstrado num opúsculo (proibido) que ela deve correr em linguagem, ambos encaravam e tratavam os problemas religiosos de outro modo que o Poéta cómico e satírico.

164 Ha no *Auto da Lusitania* provérbios, e ha reminiscências do romance da *Bela mal-maridada*; a Cantiga *Los amores de la niña que tan lindos ojos ha, Ay Dios quien los haberá!* e *Vanse mis amores, madre*. J. J. NUNES (n.º XX). Todos eles com a respectiva música, e os gestos e danças, que completam a poesía das palavras.

[165] O refram

Este é maio! o Maio é este!
este é Maio e floresce!

é acompanhado só dos dois dísticos:

Este é o Maio das rosas,
Este é o Maio das fermosas,
Este é o Maio das flores,
Este é o Maio dos amores.

Possuímos portanto apenas o princípio de uma cantiga que era paralelística, no estílo arcáico dos Cancioneiros galego-portugueses. Vid. J. J. Nunes, n.º xix.

[166] Afim de demonstrar a originalidade de Gil Vicente, mesmo quando se serve de materiais velhos, tenciono dedicar uma *Nota* a esse diálogo. Nela hei de falar do *Outis* (= Ninguem) de Homero; *Aucun et tout le monde* dos Franceses; *El mundo y nonadie* dos Castelhanos; *Nobody and somebody* da Inglaterra; *Nemo* de Ulrico von Hutten; *Herr Omnes* de Luthero; e *Niemand* de Hans Holbein como ilustrador de cantigas populares germanicas.

[167] As seis deusas são: *Venus, Juno, Pallas, Vesta* com *Februa e Verecinta!* Na Lista das Figuras faltam Vesta e Palas; e tambêm falta Mercúrio.

[168] D. Manuel de Portugal, D. Francisco de Sá e Meneses e D. Simão da Silveira,

[169] Nas *Antiguidades de Évora* de Amador Patricio (1614? 1739) temos outra Sátira tardia; paródia, longa demais, mas ainda assim ás vezes picante e espirituosa, da *História da Antiguidade de Evora* de André de Resende, em que a par de verdades e factos ha lendas e fantasias.

[170] P. ex. os versos dirigidos por Dinato a Berzebú: *Tu és «padre» verdadero; Que tens filhos ao teu lado.*

[171] Não devemos perder de vista que as comédias de Gil Vicente, posteriores ao Natal de 1531 — são reltivamente poucas, mas de grande valor: o *Amadis*, a *Romagem dos Agravados*, a *Mofina Mendes*, a *Floresta dos Enganos*, e o *Auto da Cananea*. Nem tam pouco devemos esquecer que em janeiro de 1531, ano infausto de tremores de terra e de peste que invadiu a capital e toda a Estremadura, Gil Vicente se havia chamado «vizinho da morte», muito a sério.

[172] António Carneiro exercia o ofício de escrivão de 1482 em diante. Sendo nomeado em 1490 subiu em 16 de abril de 1509 a secretário *(da puridade)* de D. Manuel, a quem merecera portanto inteira e íntima confiança. Continuou mesmo a servir ao sucessor por longos anos. Só em 1532, como septuagenário cansado, começou a fazer-se substituir por seu filho D. Pedro de Alcáçova Carneiro, pouco depois de António de Ataide, cuja valia ia culminando, ter sido elevado a Conde de Castanheira. Nas *Crónicas* de Goes, na *História da Inquisição* de Herculano, e nas publicaçõis de A. Braamcamp Freire ha noticias dispersas a respeito da sua actividade.

[173] Refiro-me ás Cartas 270, 271 e 272 da *Korrespondenz des Kaisers Karl V*, (vol. 1, p. 668), publicada pelo Dr. Karl Lanz (Leipzig 1844-46, vol.). A primeira é dirigida a Cornelio Duplicio Schepper (Scepperus), o leal e habil homem de estado (1502-1555) que se distinguiu como chanceler de Cristiano II da Dinamarca (cunhado de Cesar), e como conselheiro das Governadoras de Flandres. Vid. *Allgemeine Deutsche Biographie*, vol. 31, p. 93. O destinatário da segunda é o Conde Palatino

Frederico; o da 3.ª o irmão do Cesar e seu substituto no Império, D. Fernando, Rei eleito dos Romanos desde 5 de janeiro de 1531. — Na vasta correspondência de Erasmo ha também numerosos êrros quanto a datas.

174 A respeito dos terremotos, da peste e mais desgraças do ano de 1531, que afastaram de Lisboa os reis e os principais da côrte, levando-os a Palmela, Lavradio, Alvito etc., estou insuficientemente informada. Nem a descrição de Garcia de Resende (*Miscelanea*, estr. 289-299), nem as alusões de Sá de Miranda (*Poesias*, n.º 112 e p. 824), nem os documentos insertos nos *Elementos para a História do Município de Lisboa* (vol. I, 471), nem as diversas cartas relativas aos tremores de janeiro—a de Gil Vicente, outra de uma freira do Cartaxo, e outra de um anónimo italiano—esclarecem sôbre os acontecimentos dos meses ulteriores.

175 Na sua resposta a António Carneiro, o Embaixador aplica uma vez ao Principezinho o nome de *afilhado*, mas sem pormenores que nos elucidem a respeito do padrinho.

176 Se de facto os festejos no paço do Embaixador tivessem terminado com *danças*, creio que não as teria guiado ele, hospedeiro, na presença do Imperador. Resende não as menciona na sua minuciosa descrição.

177 O grande retratista António Moor (Moro) pintou também essa D. Maria. Sua inteligente e simpática fisionomia está na já citada obra de Henri Hymans, p. 85. Quanto à sua vida e à de D. Margarida de Austria, remeto os curiosos à *Allgemeine Deutsche Biographie*, obra fidedigna, acreditadíssima, que nunca consulto sem proveito.

178 Tia tanto de Carlos V como das raínhas de Ungria, Dinamarca, França, Portugal (Maria, Isabel, Leonor, Caterina); irmã de Felipe o Belo, filha do Imperador Maximiliano I e de Maria de Borgonha. Nascêra em 1480. Faleceu a 1 de dezembro de 1530 após uma vida atribulada, de trabalhos e desgostos, mas de actividade benéfica (e não a 30 de novembro, como se lê na *Korrespondenz Kaiser Karls*, nem a 30 de dezembro como proclamam as Enciclopédias, confundindo duas datas). Quem se quiser deleitar com um documento humano de verdadeira grandeza de alma, leia a carta de despedida n.º 150 da *Korrespondenz*, por ela dirigida ao Imperador.

179 Preenche a fl. 2 e 2.v e metade da face da 3.ª

180 Sobre esse distinto prelado, desventurado no fim da sua vida, já se escreveu muito, mas nem de longe o bastante. A dedicatória em prosa de André de Resende, precedida do encómio entusiástico a D. Miguel da Silva *(Michaeli Silvio Pontifici)* que ocupa o reverso da fl. 1, em cuja face está o frontispício reproduzido por mim como ilustração do § 1.º Resende encarrega esse «sacerdote dos Castalios córos» de entregar o seu livrinho a D. João III, e de o recomendar a ele, autôr. Vid. J. de Vasconcelos, *Os quatro Diálogos da Pintura de Francisco de Holanda* (Viena de Austria, 1899), p. xvii, xxxii, cvii; p. 189 e 197. As *Anotações* que lhe dizem respeito, precisam de tres ou quatro rectificaçõis.

181 Originàriamente todas as fôlhas dos opúsculos de Resende, saídas dos prelos de Phaello, eram inumeradas. No exemplar que possuímos ele numerou-as de 1 a 32, como se constituíssem um só livro. O *Genetliaco* ocupa as fl. 1 a 19 e mais cinco linhas da 20.ª. Segue-se o *Epicedion in raptum Dacorum principem, puerum miserrimum*, dedicado a Carlos V: uns 101 hexâmetros. Na fl. 22 e v ha uma *Ode* relativa ao mesmo assunto, de 25 versos. Na 23.ª há a pequenina lista de êrros que

comunico mais adiante. No reverso, o *colofone*. A 24.ª está em branco. Cfr. *Archivo Histórico Português*, vol. VII, p. 349, 411 e 413.

As oito folhas da *Epistola de Vita Aulica*, impressas separadamente, com frontispício de singela moldura e com *colofone* final, igual ao do nosso fac-simile, com a única diferença de ter *Anno Domini* em lugar de *Anno Incarnationis*, são preenchidas por uns versos ao amigo *Pedro de Afan (Ribera?)* e pela Sátira sôbre a Vida no Paço que MESTRE ANDRÉ dedicou ao jovem *Sperato Marciano Ferreira*. Vid. *Archivo Histórico Português*, VII, p. 409, nota 25, onde se apontam exemplares avulsos dêsse Poema na Biblioteca pública de Évora e na de Ajuda. A marcação das folhas (A II, B, B II) fala, de resto, claro a respeito da independência ideal dos dois opúsculos, muito embora bastantes exemplares fossem enviados juntos a vários protectores e amigos.

182 Aparentemente, o autor do *Genetlíaco* aínda se enganou em outra questão de datas. Regressou do estranjeiro em 1533 (no verão). Em 1 de outubro dirigiu de Évora ao Infante D. Afonso a já citada carta relativa às Inscriçõis antigas *(Antiqua Epitaphia)* que fôra coligindo na Península. (Vid. *Anotação* 121 e 159), e *Archivo Histórico Português*, VII, p. 348, 349, 361 e VIII, p. 63, nota 44. Mas apesar disso há na *Vida do Infante D. Duàrte*, por ele escrita, no cap. 10 a proposição seguinte: «Estando El Rey, que Deos tem, em Évora, quando eu vim de França e Flandres no ano de 1534, fiz lhe menção da erudição e virtudes do licenciado Nicolao Clenardo, Flamengo, que eu de Lovaina conhecia etc.» Daí se inferiu que a memória de RESENDE não era muito apurada em datas, sendo assaz contingentes todas as averiguaçõis cronológicas fundadas sobre indicações suas (*Archivo Histórico Português*, VII, p. 361, nota 4, assim como notas 22 e 38). Duvido todavia que ele se enganasse quanto a data tão importante da sua vida. Por isso ponho vírgula depois de Flandres, e entendo em harmonia absoluta com os factos: *Estando el Rey etc. em Evora no ano de 1534, pouco depois de eu ter regressado definitivamente de França e Flandres, fiz-lhe menção*, etc. etc.

183 Ao todo ha no opúsculo vinte e sete notas marginais autógrafas de RESENDE, bem interessantes, mas não sempre fáceis de ler e interpretar, porque muitas estão incompletas, por culpas do encadernador antigo que aparou as folhas.

184 Elegante, comparada com as primeiras impressõis de Germão Galharde. Na sua *Oratio Pro Rostris*, que esse imprimiu em 1534 com tipo gótico, RESENDE teve de inscrever em cursivo todas as citaçõis gregas!

185 Falando gentilmente ao cândido leitor, confessa na penúltima página que, apesar da máxima diligência por ele empregada, os seus olhos obcecados, não descobriram uns tres erros: *peruasionis* (por *persuasionis*); *fumicas* (por *fumificas*); *cirtiæ* (por *citriæ*). *Etsi candide Lector maximam adhibuimus diligentiam, nequid inter excudendum oculos nostros falleret, fieri non potuit quin alicubi cæcutiremus.*

186 A nota de RESENDE, relativa aos versos fac-similados, autentica o emprego de *penitus* como adjectivo substantivado, remetendo-nos a um passo da comédia *Asinaria* de PLAUTO: *Age quaeso, excrea ex penitis faucibus* (Eia pois, vá tussindo e escarrando do fundo das gùelas!) Mas posteriormente não gostou da fórmula imitativa *sub penitis medulis*, e refez o hexâmetro todo. Das trinta observaçõis que acompanham o Poéma *De Vita Aulica*, algumas tem valor especial, como explico no texto.

[187] *Archivo Histórico Português*, vol. III, p. 44; *Critica e Historia*, p. 84.

[188] *Archivo*, I, 224. Apenas registou os factos.

[189] *Ib.*, VII, p. 349 e 413.

[190] A primeira redacção (MS. 626 da Bibl. Nac. de Lisboa, impressa no *Archivo*, VII, p. 339-375) é incompleta. A segunda, refeita e melhorada (MS. 641, impressa ib., p. 393-417 e VIII, 62-69, 162-184; 338-366) terminará, *Deo juvante*, no vol. IX, por cujo aparecimento anseiam todos os amantes das glórias pátrias. Espero que lhe sirva de ilustração o testamento de RESENDE.

Não duvido que o achado dêsse documento importante levasse FRANCISCO LEITÃO FERREIRA (1735) a reescrever a *Vida de André de Resende*. Primeiro tentára todavia emendar apenas alguns passos, conforme se vê a p. 344 e 351, onde há referências ao original.

[191] *Archivo*, VII, p. 413, nota 33.

[192] Entre as treze obras com datas, contidas na edição de Colónia, nenhuma foi assinada entre 25 e 31 de dezembro; nem mesmo nas noites longas do Advento, ou nos doze dias «abertos» do Natal à Epifania, tam povoadas de vestígios do paganismo, na crença popular. Claro é que o latinista designava os meses e dias segundo o Calendário romano, falando de Calendas, Idos e Nonas, mais rigoroso nisso do que CLENARDO e GOES, que muitas vezes preferem indicar a festa cristã, em que tinham ócio e sossêgo para pôrem em dia a sua correspondência.

[193] Aos exemplos, que parecem ser de computação à antiga, aduzidos por J. P. RIBEIRO nas *Dissertações* (vid. *Archivo*, VII, 414) eu tambem posso juntar vários outros. Um é do proprio Mascarenhas, de 29 de dezembro de 1537. (Vid. HERCULANO, *Inquisição*, vol. II, p. 198, nota 1). Ainda assim, sou de opinião que êrros em datas de cartas familiares, escritas às vezes Deus sabe com que precipitação, são muito vulgares, mais vulgares do que os tais cómputos á antiga, que, olhados de perto, talvêz ainda se transformem em meros lapsos.

Quanto ao *Auto da Lusitania*, datado de 1532, não é impossível mas muito improvável, como demonstrei, que fôsse representado em Lisboa entre 25 e 31 de dezembro. Nem há prova alguma de que o poéta cómico se cingisse ao costume antigo.

[194] A minha fonte principal são as *Obras* do poéta. Alêm disso, a *Vida*, que mencionei na *Anotação* 190, valorizada com as notas de A. BRAAMCAMP FREIRE. O mesmo escritor ocupou-se do humanista (e de outros Resendes) tambêm em *História e Crítica* I, e na monografia *Sepulturas do Espinheiro* (1901). Pessoalmente contribuí com parcelas mínimas para esclarecer alguns pontos da biografia do humanista. P. ex. com os opúsculos *André de Resende, Inventor da palavra Lusíadas* (Coímbra, 1905) e *Lucius Andreas Resendius Lusitanus* (Lisboa, 1905); *Randglosse XV: D. Afonso Sanchez e Vasco Martinz* (Halle, 1904). Todas as três hão de saír melhoradas, se as forças e o tempo de que disponho mo permitirem.

[195] ERASMO ainda não fôra pôsto no *Índice*. Mas Aleandro já o mirava com desconfiança e inimizade. Como êle, todo o mundo culto sabia que a propaganda anti-monástica e anti-escolástica, ora séria e severa, ora jocoséria do Voltaire daquele tempo, aplanara o caminho aos reformadores. Os seus correspondentes trataram-no bastas vezes de precursor. Em Lovaina, Antuerpia, Bruges, Roterdam, tanto havia entusiásticos partidários seus como antagonistas fanáticos *(osores)*.

[196] O retrato dêsse nobre representante da arte e Gutenberg, falecido em 1527

e vários de Erasmo, desenhados pelo grande Holbein (ilustrador do Elogio da Folia — *Laus Stultitiae* — e da *Dança dos Mortos*), encontra-se na obra de Alfred Woltmann, *Holbein und seine Zeit* (Leipzig, 1874).

[197] Citei os respectivos opúsculos na *Anotação* 194 e no *Archivo Histórico Português*, III, p. 173. No *Spicilegium Burscheri*, de onde extraí a carta a Erasmo, alusiva à fugida de Resende, ha materiais valiosos a respeito de erasmistas e anti-erasmistas. Aleandro, Lourenço Campeggi, Valdés, a Raínha de Ungria, o rei Cristiano II da Dinamarca, e muitos outros personagens que figuravam em 1531 em Bruxelas, surgem nos documentos aí interpretados. No fasc. XI (p. 19), aprendi de novo que Lutero dedicára à memória da governadora de Flandres, D. Maria, o cântico (coral) *Mag ich Unglück nicht widerstahn.*

[198] Resende empregou essa figura retórica, não na sua segunda sátira sobre a *Vida do Paço*, dirigida em 1535, pouco depois do seu regresso a Portugal, a Damião de Goes, mas sim na Epístola a Pedro Sanchez (Ed. de Colonia, p. 176).

[199] O proprio assunto não admitia portanto que êsse poêma formasse um volume com as obras de cortesania com que Resende se recomendava aos potentados da península, no acto de nela se estabelecer, após vinte anos de peregrinaçõis.

[200] O já varias vezes citado *Sperato Marciano Ferreira* ou *Martim Ferreira*, era sobrinho não de um feitôr, mas de um negociante português, residente em Flandres (*cuius patruus in Belgica Lusitanae præest negotiationi*). Talvêz êsse tio seja *Manuel Ferreira*, citado por J. Mauricio Lopes, em *Les Portugais à Anvers*, p. 11, como um dos cento e tanto portugueses estabelecidos em Antuerpia. Distinto como erudito e como cavaleiro, Martinho acompanhou voluntariamente o Imperador na campanha contra o cruel inimigo da fé, conforme Resende expõe na dedicatória do seu *Vicente*. Depois de 1545, não mais se repete o seu nome.

[201] *Heic ut credo, hyemabimus* (*De Vita Aulica*, nov. de 1531).

[202] É curioso observar na correspondência, como o génio político de Carlos V exerce, sem nunca hesitar, soberania absoluta sobre a habilidade ambiciosa e cubiçosa de Fernando, que sob a direcção dêle se transforma no seu melhor representante, auxiliar, e futuro sucessor no Império.

[203] Já citei a edição Lanz. Nas excelentes biografias pragmáticas do Cesar, contidas na *Biographie Nationale de Belgique* (vol. III, p. 587-960, de Gachard), 1872, e na *Allgemeine Deutsche Biographie* (XV de Maurenbrecher, 1882), há resumos suficientes. Quanto a Resende, Leitão Ferreira comunica as datas principais.

[204] Resende chamou por três vezes *fábula motoria* à viagem que fez, obrigado. Primeiro na *Dedicatória a D. João III*, onde pede desculpa de haver tardado tanto, dizendo *iam celeritate placere non potuimus quum a Saturnalibus ipsis quibus Natalis hic in Belgica celebratus est, interrumpendum protinus otium literarium, et agenda motoria fabula, vel invito, fuerit, turcaica urgente expeditione quo me a secessu Musarum legatus rapuit.* Posteriormente, no *Prologo do Vicente* (1545) repete: *nam cum id Poema, qualecumque est, in Gallia Belgica tuo dicassem nomini, non tamen edidi: quod evestigio uterque quasi motoriam quandam fabulam egerimus, Caroli quinti Imperatoris auspiciis, Pannonicam illam in Turcas expeditionem sequuti. Me enim literarum quo delectabar otium regia legatio fecit deserere.* Finalmente em carta que de Ratisbona dirigira a Erasmo, empregára a mesma fórmula, como se vê na resposta do grande sábio, dirigida a Goes, em que diz: *relegi illius epistolam quam scripsit ex R. cui tum non respondi, quia motoriam agebat*

fabulam. A predilecção por essa designação significa talvêz que êle considerava a vida que levara no Paço como *comedia stataria.*

[205] Também fala com certa complacência do carácter bélico da expedição, em que tomou parte, tanto nos versos a D. Miguel da Silva, como no discurso que recitou em 1551 na Universidade de Coímbra. Aí se refere ao estipêndio de guerra de 200:000 ducados com que D. João III subsidiára a expedição contra o Turco.

[206] Eu refiro a fórmula *ab ultimis Germanis,* usada pelo poéta no epitáfio da mãe, a Viena de Austria, e não a Lovaina.

[207] Na proposição de Leitão Ferreira, relativa a Viena (vii, p. 413), entrou, por engano evidente, a notícia que, saíndo de Viena, o Imperador se recolhera a Bruxelas (!).

[208] Resende viu então Mántua, Pádua, Pavia, e talvêz Venêza.

[209] Carlos V parou no porto de Savona (para D. Beatriz de Saboia se juntar à esquadra), e logo depois em Fossa de Diana (para a desembarcar de novo, por ela estar incomodadíssima do mal de mar). O Imperador fez então a cavalo uma visita ao mosteiro de Saint Honorat. Vid. *Korrespondenz,* n.os 335-338.

[210] O Imperador demorou-se algum tempo em Barcelona, passando depois a Monzon, Toledo, Valladolid, Palencia, Madrid. Deixei de remeter o leitor para cada uma das datas apuradas, às cartas originais (n.os 270 a 345).

[211] Ignorâmos se Resende voltou à patria espontaneamente, cheio de esperanças (pelo que Mascarenhas lhe contara dos infantes D. Fernando, D. Duarte, D. Afonso e D. Henrique, e dos planos de reformas do Estudo Geral de D. João III), ou se houve ordens formais dêste último. Ignorâmos também, se por ventura se fiava na benevolência do Imperador, a quem fôra apresentado. É naturalíssimo que não quisesse despedir-se dele sem lhe apresentar como *xenion* uma homenagem espiritual. Muitos outros portugueses e castelhanos dedicaram obras suas a príncipes do reino vizinho. Pelas cartas de Erasmo, de Goes e de Aleandro, sabemos que em 1533 Resende ainda não pensava em largar o hábito. Seus amigos até lhe futuravam altas dignidades eclesiásticas.

[212] Ha nas suas obras referências a Rætobona (como êle diz): p. ex. na *Carta a Bartolomeu Quevedo.*

[213] Nos versos a D. Miguel da Silva, Mestre André serve-se, com relação aos hexâmetros do seu poêma das palavras *inter et minaces Compactum lituos et inter arma Castrenseisque sine otio tumultus.* Na anotação 204 o leitor viu àlêm disso que a expedição interrompeu os deliciosos ócios literários de Bruxelas, e também, que só com relação ao *Poêma de S. Vicente* o autor explica claramente que o trouxera da Gália Bélgica, pronto, mas por imprimir.

[214] Leitão Ferreira (*Archivo,* viii, 69), dá provas de como o *Carmen Genethliacum Pueri Regis* e o poêma *De miseria Vitæ Aulicæ* (e também o *Vicente*), eram conhecidos na Itália (antes de 1553).

[215] Resende marca mesmo o dia: *undecimi mensis faustae salvete calendae,* confirmando assim os assentos dos cronistas Francisco de Andrade e Frei Luis de Sousa.

[216] Ampliando o que disse no § 28 sobre o tempo gasto provavelmente por António Lopes na jornada de Alvito a Bruxelas, calculo agora que êle chegaria lá antes de 26 de novembro ou depois de 14 de dezembro, visto que no intervalo o Imperador esteve em Tournay, para celebrar o capítulo da ordem do Tusão de ouro.

217 Aqui Resende deixa de fixar o dia. Só diz: *Decreta dies iam venerat.*

218 No *Genetliaco* ha o primeiro hino português aos nossos vinhos e mostos do Rheno, não muito entusiastico, valha a verdade: uns doze hexâmetros que conto reproduzir em outra parte.

219 *Bellaria lusitana — farctilia lusitana — cydoniae ex saccaro — ficus refertae amygdalis — saccarata ex rosæ folia — tragemata accarea Insulæ Materiæ etc. etc.*

220 Os mais raros, os que aínda não consegui vêr, são os seguintes: *Adversus Stolidos — De Bracharensis urbis antiquitate* — um poema a respeito da morte de D. Beatriz de Saboia — outro a certo *Britonio,* que já citei nas páginas que dediquei a *Luisa Sigea,* e a *Vida de Frei Pedro Porteiro.* Vid. *Archivo Histórico Português,* vii, p. 411, 428, 396, 402.

221 Por ex. A. Braamcamp Freire no *Archivo,* vii, p. 411, nota 27. No sumário que posteriormente publicou no vol. viii, p. 161, nota 54, bem podem vêr todos que tenho razão com a minha negativa.

222 *Reservados n.º 157, vermelho.*

223 Em 1870, ao escrever o seu *Gil Vicente* (p. 191 e seg.), T. Braga serviu-se do exemplar que meu marido acabava de adquirir em Lisboa. Evitou, por isso, os êrros cometidos pelos antecessores; mas infelizmente cometeu alguns por sua conta. Na nova elaboração da obra (1894), não introduziu rectificações (p. 255). Portanto julgo que não recorreu ao exemplar guardado na Biblioteca Nacional.

224 Sem falar de *heinc* (1) e *saleis* (8), arcaísmos de que Resende se fez propagador, notarei em Severim: v. 1 a falta de *magno,* de sorte que o verso, privado de duas sílabas, claudica; v. 4 *praestringere;* v. 10 *pulpitu.* Em Barbosa Machado há os mesmos três êrros, e além disso: 10 *reliquos;* 11 *digito.* Gomes Monteiro apresenta todos os de Barbosa Machado; só substituiu *praestringere* por *perstringere* e juntou mais: 6 *Grecia;* 8 *Plautina;* 10 *inter,* seguido de vírgula; 11 *meruœre.* A êle encostaram-se todos os restantes, (inclusive Menendez y Pelayo na *Antologia,* vii, p. 220); só T. Braga corrigiu todos, conforme já disse. Os novos que introduziu são: 1 *e* (por *è = est*); 5 *omni;* 9 *jactarent,* e *utriusque.*

225 Bezold, que dedicou um capítulo (vii) à Dinamarca, reproduziu as feições de Cristiano II (p. 617).

Recentemente se publicou na sua pátria um romance histórico sobre o rei Cristiano e seu tempo. Li a tradução alemã de Julia Koppel: *Des Königs Fall, Roman aus der Hansazeit* von Joh. von Jensen (1912).

226 A carta que reproduzo, mostra bem o que Carlos V pensava de Cristiano II. Em outra, escrita quando tratou de casar as filhas, não foi menos severo com êle. (*Korrespondenz,* n.º 363).

227 *Korrespondenz,* n.º 288.

228 Ib., n.os 362 e 363. Em vão D. Maria alegou a pouca idade e pouco desenvolvimento físico da princesa. — Ela viuvou em 1535 (Vid. Carta 414). Posteriormente casou com o Duque Francisco de Lorrena.

229 Ib., n.os 394, 395 e 404.

230 Pedro Afan (talvez *de Ribera?*), e Sperato Martiano Ferreira, como já deixei dito.

231 *Maiestas aulica mores longe alios poscit quam quos Parnassia rupes.*

232 Não averigùei quem fosse. Bezold refere-se de passagem ao médico assistente do Imperador, um italiano, galardoado com o bispado de Tuy, correspon-

dente e admirador de Erasmo, a quem ainda assim atribuia *in petto* os mais violentos panfletos luteranos.

233 Leio *Cifre*, que mal póde ser abreviatura de *Cifuentes* (o Grande de Hespanha que em Évora tomou parte nas festas do príncipe D. Afonso, e em 1521 nas da Infanta D. Beatriz). Esse foi, logo depois da Dieta de Ratisbona, a Roma como embaixador.

234 O Doutor Luís Lobera de Avila (*Abulense*, como se lê na nota marginal de Resende) escreveu seis volumes de medicina em castelhano: um *Vergel de Sanidade* em que trata de higiene e dieta; um livro de remédios; outro da peste; outro de doenças infantis, etc. etc. Vid. Salvá, n.os 2715-2719.

235 Em 1535 Resende escreveu outra epístola sobre o mesmo assunto e com o mesmo título a Damião de Goes, queixando-se (cheio de ciumes de Jorge Coelho que prosperava na côrte), da pouca aceitação e nenhuma estimação que os poétas têm junto aos reis, invectivando em especial os Legistas que aparentemente haviam dissuadido D. João III do plano de ouvir lições suas de humanidades e filosofia. Vid. *Archivo Historico Português*, vol. viii, p. 68, e vii, p. 362 e 400, nota 13.

236 *L. Resendius eidem Sperato Martiano Ferrariæ ad bellum turcicum venienti: Dum fera Pannonicæ iuratus bella Viennæ.*

Eidem, a Cæsare sacramentis militaribus obstricto: Quo te Pannonici cupido belli.

Não foram reimpressos em 1600. Cf. *Anotação* 179 e *Archivo*, vii, p. 414 e 409, nota 25.

237 A partícula *de*, empregada por historiadores modernos, não está nos documentos antigos. Sòmente Pedro (ou Pero) Mazcarenhas.

238 Quanto á biografia do Capitão dos Ginetes, vid. A. Braamcamp Freire, *Sepulturas do Espinheiro*, p. 2-4; Garcia de Resende, *Vida e Feytos de D. João II*, cap. 6 e 13. — No *Cancioneiro Geral* figura apenas nos *Porquês de Setubal*, como um dos apodados. (Vol. iii, p. 241). Lá o designam com o epíteto de *feroz*.

239 Resende diz:

Non vidi dulcius unquam
Ingenium nec come magis; mirabere forsan
Mi Sperate, virum, crudo qui Marte juventam
Hauserat in Libyé, suetus Nasamona ferire,
Doctus Hamascobium celerem superare, palestræ
Esse adeo Musarum aptum.

E atribue ambas as qualidades opostas *(nobile robur* e *natureza benigna)* á estirpe antiga. Vid. Leitão Ferreira, *Archivo*, vii, p. 345-352 e 409-415.

240 Vid. Garcia de Resende, *Ida da Infante D. Beatriz para Saboia.*

241 A respeito da Jornada ou Campanha de Ungria, e do subsídio com que D. João III auxiliou o Emperador, vid. *Corpo Diplomatico, Relações com a Curia Romana*, Lisboa, 1862-1864, vol. ii, p. 401 e seg.

242 As cartas oficiais de Mascarenhas, relativas a esse período, conservadas parte na Torre do Tombo, parte na Bibliotheca da Ajuda, foram publicadas na obra citada na *Anotação* anterior, nos vol. iii e iv, ambos prefaciados por L. A. Rebello da Silva. Muitas já tinham sido aproveitadas por Herculano na *Historia da Inquisição.*

243 *Quatro Diálogos da Pintura* (ed. de J. de Vasconcelos, Viena de Austria,

p. 198). Nas obras históricas da Colecção Oncken ha varios retratos do Papa Paulo III. Por exemplo o de Agostinho de Veneza em Philippson, *Westeuropa im Zeitalter von Philipp II, Elisabeth und Heinrich IV* (p. 72); e o muito característico de F. Hulsius, em Bezold (p. 665). Os desenhos de Holanda sairão breve em reprodução italiana, promovida por Pellizzari.

244 Couto, *Decada VII*, liv. I, cap. 12, e *Decada V*, liv. 8, cap. 1. — Não devemos confundir o discípulo de Resende com seu homónimo e sobrinho, o das diferenças com Lopo Vaz de Sampaio.

245 Vid. J. Paquier, *Jérome Aléandre, de sa naissance à la fin de son séjour à Brindes:* 1480-1529 (Paris, 1900), com retrato e fac-simile; Hausrath, *Aleander und Luther auf dem Reichstag zu Worms* (Berlim, 1897). — Os despachos de Worms foram publicados por Balan, *Monumenta ref. Luth.* (Ratisbona, 1884) e traduzidos por Kalkoff (Halle, 1886). Os relatórios das suas nunciaturas foram editados por Friedensberg (Gotha, 1893). Na obra de Hugo Laemmer, acima citada, ha amostras valiosas da actividade do Legado. E não ha história alguma da Reforma, ou relativa a qualquer das figuras primaciais, em que ele não figure, ao lado de Marino Carraccioli que, segundo a opinião geral, conseguia mais por ser mais prudente que Aleandro. — Aos títulos das obras de Bezold e de Grisar junte-se o do predecessor L. Häusser, *Geschichte des Zeitalters der Reformation:* 1517-1648, tambem da Colecção Oncken (Berlin, 1868), e L. von Pastor, *Geschichte der Päpste seit dem Ausgang des Mittelalters*, Freiburg, Herder, 5 vol., assim como *Inedita historiam Pontificum Romanorum illustrantia;* e Janssen-Pastor, *Geschichte des deutschen Volkes* (até hoje 8 vol. da mesma casa editora).

246 O título da sua gramática, que entre 1512 e 1546 teve numerosas edições, sendo suplantada depois pela de Clenardo, é: *Hieronymi Aleandri Mottensis tabulæ sane quam utiles græcarum musarum adyta compendio ingredi cupientibus.*

247 Paris, 1512. — Claro que muitos eruditos lhe dedicaram obras importantes; por exemplo Josse Bade van Assche, as suas *Vitæ Plutarchi.*

248 Das *Institutiones in Linguam græcam* (Lovan., 1530) houve perto de 200 edições. Algumas apareceram em Coímbra. As *Meditationes græcanicæ* (Lovan., 1531) tiveram umas quarenta no século XVI.

249 Aleandro esteve na acção de Pavia, onde foi feito prisioneiro, e tambêm no Saque de Roma.

250 David F. Strauss, *Ulrich von Hutten* (Bonn, 1895). — As famigeradas *Cartas dos Obscurantistas,* cujo livro I apareceu em 1515, seguído do II em 1517 e posteriormente de um III, na aparência relativas ao grande hebraísta Reuchlin e suas controvérsias com os Dominicanos de Colónia, são, de facto, rudíssimas sátiras anti-monásticas e anti-escolásticas, em latim intencionalmente bárbaro. Anónimas, foram atribuidas a diversos: Reuchlin, Erasmo, Hutten, mas não aprovadas pelo Reformador. Hoje está demonstrado como muito provável, serem na maioria, de Crotus Rubeanus.

251 Em defesa do condenado, Ulrico publicou, logo depois da *Dieta*, uma folha volante impetuosissima contra Aleandro e seu companheiro: *Ulrichi ab Hutten, eq[uitis] Germ[ani] in Hieron[ymum] Aleandrum et Marinum Caracciolum Oratores Leonis X apud Vormaciam Invectivæ singulae. In Cardinales, Episcopos et sacerdotes, Lutherum Vormaciæ oppugnanteis Invectivæ. Ad Carolum Imp[erato-*

rem] *pro Luthero Exhortatoria.* O passo mais conhecido de ALEANDRO, pela sua virulencia, encontra-se na *Weltgeschichte* de SCHLOSSER, vol. IX, p. 370. Quanto a LUTERO e à sua propensão de trovejar, abusando de palavras injuriosas, e ás réplicas dos adversários, vid. GRISAR, cap. XXVI.

252 É sabido que na Dieta de Vormácia a condenação de LUTERO só se conseguiu a 26 de maio, depois de muitos dos príncipes germánicos, que haviam de votar, já estarem longe, sendo por isso o documento antedatado (8 de maio).

253 Sirvo-me da ed. de Londres (1722) das Cartas de ERASMO: *Epistolarum D. Erasmi Roteradami Libri XXXI*, in-folio de 2146 colunas. Nela ha referências importantes a ALEANDRO a p. 949, 761, 768, 1021, 1948, etc.

254 GRISAR, *Luther*, passim; por exemplo, p. 457 e 538.

255 O prolóquio popular dizia: *Erasmus posuit* (var. *peperit*) *ova, Lutherus exclusit.* — Entre os restantes, relativos ao Sábio de Roterdam, notem-se: *Erasmus est pater Lutheri.* — *Ubi Erasmus innuit* (= aludiu), *illic Lutherus irruit* (= invadiu). — *Lutherus, Zwinglius, Oecolampadius et Erasmus sunt milites Pilati qui crucifixerunt Iesum.* Além disso os adversários inventaram explicaçõis burlescas do seu nome, lendo: *Eras mus*, e interpretando: *não és senão um ratinho roedor*, com alusão ao corpo franzino e à acção crítica do humanista; ou tambem *Errasmus*, como derivado de *errar*. Os admiradores, esses, pelo contrário, replicaram: *Quem não ama a Erasmo, ou é frade ou é asno.* Seguramente o provérbio não é português, mas apenas tradução de um original latino, usado lá fóra. Não procurei as origens.

256 Em 1524, ERASMO, instigado de há muito pelos seus admiradores ortodoxos, publicou a *Diatribe De Libero Arbitrio*, contra o determinismo (quasi peninsularmente fatalista) de LUTERO e as suas teorias de *Sola Fides*, à qual o Reformador respondeu com o opúsculo *De servo arbitrio.* Então ERASMO replicou apaixonadamente no seu *Hyperaspistes* (de ὑπεραστίζω = cubrir com o escudo, defender). — Ulteriormente houve nova polémica entre os dois, de 1534 a 1536. Vid. GRISAR, cap. XIV e cap. XXIII, vol. I, p. 527–556, e vol. II, p. 522–534. A p. 447 cita a literatura relativa à primeira polémica.

257 *Nunquam ero magister erroris neque dux tumultus.*

258 Ed. de Londres, c. 1862.

259 Entre os mais conhecidos correspondentes comuns de GOES, RESENDE e ERASMO, distinguem-se, por exemplo, CLAREANO e BEATO RHENANO. — GOES, o viajante diplomata, tratou tambem com MELANCHTHON, com AMERBACH, PIRCKHEIMER e com DURER, que admirava ERASMO como cavaleiro de Cristo e amava LUTERO como centro da Germânia.

260 Vid. JOAQUIM DE VASCONCELOS, *Damião de Goes*, Porto, 1897; *Goësiana*, Porto, 1869, e *Cartas de Goes.* Nessa obra, aínda incompleta, as Cartas 49 e 61 são de DAMIÃO a ERASMO; as 41–48 e 62, de ERASMO a GOES; a 56 é de ERASMO a RESENDE. — Cfr. T. BRAGA, *Historia da Universidade*, p. 375.

261 Na Carta 44, ERASMO recomenda a GOES abstenção de questõis sectárias: *Consultissimum est ut de sectis neque bene neque male loquaris quasi ista non cures neque intelligas.* — A RESENDE tambem, cuja veia satírica apreciava mas temia, recomendara igualmente, desde o princípio, que se dedicasse ás Musas, exclusivamente: *Tu te Musis delecta.*

262 Quanto a esse panegírico de ERASMO, de perto de 400 hexámetros, vid. *Ar-*

chivo Histórico Português, vol. VII, p. 345, 401 seg. e 406 seg. — Foi reimpresso na ed. de Colonia, p. 26-42. — Creio que com o *Encomium*, ou pouco depois, enviou a ERASMO, por mãos de GOCLENIO, o poéma *Adversus Stolidos Politioris Literaturæ oblatratores*. Em manuscrito? ou já impresso na própria Basileia em casa de Froben? Ás vezes imagino que o *Encomium* e *Adversus Stolidos* sejam a mesma obra. — Oxalá consiga ver um exemplar da raríssima impressão de 1531.

263 Impressa na grande edição das Obras de ERASMO, de Lugd. Batavorum, 1703-1706 (10 vol.), onde está no vol. III, 1406. — Cfr. ed. de Londres, c. 1467, e GOES, 1544 (= Cartas, n.º 56).

264 *Suspicor tamen arcanam quampiam esse geniorum nostrorum cognationem quæ nos conciliat.* A GOES, o qual a princípio acolhera com certa frieza, mas em cuja convivência se deleitou afinal (vid. Carta 45), dizia pouco depois (Carta 41): *Quam facile conciliantur cognata ingenia!* — Na mesma (primeira e única) das Cartas de ERASMO a RESENDE está tambem o vaticínio conhecido sôbre o reino da Estupidez que se ia preparando: «Já houve o império dos Assirios, Gregos, Medas e Romanos: que maravilha se Deus ordenasse agora novo império de frades ou parvos?». *Fuit olim regnum Assyriorum, Græcorum, Medorum, Romanorum; quid si deus aliquis nunc velit esse regnum monachorum aut stultorum?*

265 Essa carta está perdida. Sabemos dela por algumas referências contidas na (62) de ERASMO a GOES, de 11 de março de 1534 (ed. de J. DE VASCONCELOS p. 110).

266 Na *Historia da Universidade*, p. 377, nota, lê-se: *porque faria uma fabula motoria*, o que não dá sentido. Talvez mera gralha por *fazia*. Cfr. *Anotação* 204.

267 No elogio dos Humanistas, feito nesse admiravel discurso a favor dos estudos clássicos, RESENDE chama a ERASMO *acerrimi vir iudicii alterque nostri seculi iudicandis scriptoribus Aristarchus.*

268 Vid. Ed. de 1600, p. 50, 54 e 55; e das Cartas de CLENARDO, na ed. de J. DE VASCONCELOS os n.ºs XXI e XXII. Cfr. *Archivo Historico Português*, VII, p. 345; 355-57; 363-366.

269 Vid. GOES, n.º 46 (p. 79) onde diz, a 18 de agosto de 1535: *Resendum nihil scribere demiror: suspicor illi præclaram aliquam dignitatem obtigisse.* E novamente a 15 de dezembro: *De Resendo non possum satis mirari. Valeat ille tam rustice ingratus* (n.º 47, p. 83).

270 O historiador de D. Manuel que, novo aínda, assistiu p. ex. às festas da Infanta D. Beatriz, nunca citou, que eu saiba, o nome do dramaturgo português cujo génio as abrilhantou. Nunca... a não ser no seu *Nobiliário* (inédito) onde, segundo a lenda, o dá por Mestre de retórica de D. Manuel (!) — notícia que eu muito desejava ver confirmada ou anulada, antes de me ocupar dos conhecimentos humanísticos de GIL VICENTE.

271 Eis o que diz: «Tão largamente se extendeu a fama do seu talento poetico que, sahindo do continente de Espanha, estimulou a ERASMO ROTERODAMO, celebre filologo, a aprender a lingua portuguesa para penetrar as agudezas que estavão ocultas em as Obras de GIL VICENTE; e depoys que as leyo, confessou ingenuamente que nenhum poeta mais exactamente como elle *(sic)* imitara o estilo de PLAUTO e TERENCIO».

272 Eis uma amostra, que documenta que os autores germânicos nada acrescentaram ao conto: «Erasmus von Rotterdam erklärte den Dichter für den ersten

Dramatiker seiner Zeit, nannte ihn den portugiesischen Plautus, und lernte portugiesisch um seine Werke im Original zu lesen». (Von Schack I, 161; Cfr. Rapp., p. 338; F. Wolf; e Bouterwek, p. 90).

[273] Ignoro por que etimologia, discutivel, ele traduziu *Gerhard* com *Desiderius*, de *desiderare* e com *Erasmus* (de ἐραω amar). Em todo o caso, esse exemplo deve ser acrescentado aos que citei no artigo *Lucius Andreas Resendius Lusitanus*.

[274] Não ha que duvidar. Todos os seus biógrafos o confirmam. Ouçamos um que diz: «Dez anos viveu em França e Inglaterra (em Paris, Londres e Oxonia). Apesar disso não se transformou nem em Inglês, nem em Francês. As linguas de ambos os paises eram para ele tam seladas ou cerradas como o alemão. *Zehn Jahre lang gehörte er nun, der Niederländer, Frankreich und England, hier Paris, dort London und Oxford, an. Trotzdem ist er weder Engländer noch Franzose geworden, die Sprache beider Völker blieb ihm fast ebenso verschlossen wie die deutsche*». Ludwig Geiger, *Renaissance und Humanismus in Italien und Deutschland*, Berlin, 1882, Kap. X. — Os biógrafos principais são os seguintes: Stichart, *E. v. R.* (Leipzig, 1870); Emerton, *E. of R.* (London, 1899); Amiel, *Un libre-penseur du* xvi siècle. (Paris, 1889). Recomendo o artigo de Kammel em *Allgemeine Deutsche Biographie*, vol. vi, p. 160–180; e os capítulos xxii e xxiii de Grisar, *Luther*.

[275] Goes, Carta 47 (p. 83). Continúa *sed curabo vertendum*. Na Carta 62 serve-se da mesma fórmula com respeito a uma tradução para alemão.

[276] Menéndez y Pelayo diz, com respeito à anecdota, com o seu bom-senso e bom-gosto usual: *Barbosa la consigna como tradicion y leyenda vaga. Erasmo no sabia el castellano, y dudo que conociera el portugues* (*Heterodoxos*, vol. ii, p. 134).

[277] O notavel latinista Jeronimo Cardoso dedicou também ao nascimento do Principe um poéma, com o mesmo título de *Genethliacum Emmanuelis Pueri*, impresso em 1561 como apêndice do seu livro *De monetis ponderibus, mensuris*, etc. (João Alvares).

[278] É o remate da inscrição principal que diz: «Johannes III, Emanuelis filius, Ferdinandi nepos; Eduardi pronep. Johannis I abnep. Portugal. et Alg. rex. affric. aethiop. arab. persic. Indi, ob felicem partum Catharinae reginae conjugis incomparabilis suscepto Emmanuele filio principi aram cum signis pos. dedicavitque anno mdxxxii. Divæ Mariæ virgini et Matri sac.».

[279] Vid. A. Haupt, *Die Baukunst der Renaissance in Portugal* (Frankf. a. Main, 1890), passim. — Grav. 124–126.

[280] Haupt duvida da identidade do Mestre Nicolas, que viera de França com João de Rouen, Jacques Longuin e Felipe Duarte, e do escultor a quem se deve o altar da Pena. Sem razão, a meu ver. Mas não sou competente para decidir a questão.

[281] *Mestre Nicolau Francês* ou *Nicolau Chatranez* não é desconhecido. O primeiro autor português que se referiu ao altar é Duarte Nunes de Leão. No cap. 23 da *Descripção de Portugal* gaba a «pedra preta finissima, que parece ebano, que se acha em Sintra e outra tão alva e lustrosa que parece hum camafeo» e continúa: «E dela se fez aquele excelente retavolo de N. S. da Pena de Sintra com todas as figuras de relevo por mão de Mestre Nicolau Francês, grande statuario». Cfr. L. M. de Vasconcelos, *Sitio de Lisboa*, p. 209; Faria e Sousa, *Europa Portuguèsa*. Tratou dele, incompletamente embora, o Conde de Raczynski em *Les Arts en Portugal*,

p. 221, comunicando um documento da Torre dos pergaminhos que lhe fôra indicado pelo Visconde de Juromenha, e é o recibo autógrafo, de 27 de junho de 1534, da quantia de 10$000 réis, recebida por ordem do rei de Portugal. Cfr. *Dictionnaire*, p. 48; *Lettres*, p. 235 e 237. Juromenha, *Cintra Pinturesca*, p. 143; Haupt I, p. 53, 84, 94 e 143; Francisco de Holanda, *Dialogos*, p. cxlviii e 197.

[282] Em uma das suas cartas Clenardo diz: *Vivit apud me Resendius et diu credo vivet; ita enim placuit regi.* No texto a que recorro, explica: *biennium hic egi convictor Archidiaconi Eborensis... Nomen est M. Johannes Parvus examinatoris illic (i. e. Parisiis in collegiis) officio quandoque functus nec ignarus nominis Aleandri.*

[283] Na margem da efígie é que se inscreveu a modo de moldura ou cartucha *(in morem circuli)* o *oraculo* aleandrino, pormenor que, a meu ver, obriga a pensar num desenho. Como o passo seja um tanto obscuro (o que é freqùênte no estilo muito individual de Clenardo) e não me agrade a versão francêsa dos editores, transcrevo-o aqui. Citando a conversa que a esse respeito tivera com Chatranez repete: *excogitanda est (inquit) sententia aliqua praeclara quam margini insculpamus...* e depois de tratar da sentença escolhida para Parvo continúa: *Ad me venio cui tuum oraculum ita blanditur ut in circuli morem Clenardum ambire debuerit, haud alia profecto de causa quam ut intus animus tam generoso praecepto velut cancellis cohibitis, fores quoque authorem propositi sui utcumque testatum relinqueret mihique sese omni modo Aleandri memoria ingereret.*

[284] Encontrada pelo último biógrafo de Aleandro (J. Pâquier), foi publicada por Victor Chauvin e Alphonso Roersch, professores um de Liège e outro de Gand, que já nos brindaram com um excelente estudo sôbre *La vie et les travaux de Nicolas Clénard* (Bruxelles, 1900). O título do opúsculo em que transcrevem, traduzem e comentam a carta é *Une lettre inédite de Nicolas Clénard.* (Louvain, 1902). Não admira que não soubessem nada da actividade de Chatranez em Portugal, nem mesmo dêsse seu nome.

[285] Se não fosse tão extensa, dava aqui a versão portuguêsa. O estilo é humorístico e familiar, apesar de Clenardo falar a um prelado tão severo e fanático como Aleandro, que, pelo que sabemos, não se deixou enternecer, nem realizou o pedido do ingénuo e tão simpático Flamengo.

[286] A data é de 26 de dezembro de 1536. Note-se que Clenardo conta esse dia *postridie natalis Christi anno 1536*, pelo estilo novo, e não como segundo do ano novo. Vid. *Anotação* 192 e 193.

[287] *Diversabatur interea apud nos morbi occasione sculptor insignis Nicolaus Cantaranus.* — Clenardo não se refere na carta a Resende. Ignoramos portanto se Chatranez fez também o retrato do ilustre Eborense. Este também nunca falou do insigne francês. Antiquario apaixonado, não se importava talvez muito com artes e artistas coévos? Contra essa insinuação falam todavia referências suas a Francisco de Holanda, o Apeles lusitano!

[288] Na Carta xvi, de Évora, de 3 de julho de 1535 a Vaseo, transmite-lhe saudações de Cantaravas *(sic): Cantaravas agit gratias et te salutat* (p. 49 da edição incompleta de J. de Vasconcellos). Na XXX.ª de 8 de setembro de 1587, de Braga, para onde seguiu o Infante, acompanhando-o tambem a Santiago de Compostela, recomenda ao Arcediago lembranças para o artista: *Salutabis item M. Nicolaum Cantaranum* (p. 133). Na XXXIX.ª, de fevereiro, 4 de dezembro de 1540, de-

pois portanto de se haver despedido definitivamente do seu discípulo, manda novamente saudaçõis a *Nicolau Cantareno* (p. 161) pelo Arcediago, já então promovido a Bispo de Cabo-Verde. Seria interessante averiguar quais obras o artista executou em Évora de 1534 a 1540, e talvêz ulteriormente.

[289] Além dêsse *Genethliacon Emmanuelis Pueri*, aínda conheço varios poêmas paralelos sobre o nascimento de príncipes, como por ex. *Eduardi Principis Cambriæ Genethliacon*, de Reinhold Wolf de 1514 (Jean Leland).

[290] É assim que interpreto, restringindo-o e interpretando-o, o patriótico exagero de Sousa Viterbo e outros, que nos dizem que as estrondosas festas de Bruxelas foram ouvidas na Europa inteira.

[291] Vid. A. Braamcamp Freire, *Sepulturas do Espinheiro*, p. 7 e seg.

[292] São palavras usadas na *Forma de auto* que D. Caetano de Sousa copiou de uma miscelânea, juntada pelo marquês de Castelo Rodrigo, e conservada (até o terremoto ?) pelo Conde da Ericeira. Vid. *Hist. Geneal.*, *Provas* III, p. 37, n.º 137.

[293] Vid. Herculano, *Inquisição*, livro III.

[294] Além do relatório publicado nas *Provas*, subsistem diversos outros, com as *Orações*, o *Juramento*, a *Procuração*, e os textos das *Côrtes*. Por ex., na Biblioteca Nacional de Paris, (*Fonds Portugais*, n.º 14, f. 160-175), que foi impresso pelo 4.º Visconde de Balsemão em Paris, 1832, segundo Inocencio da Silva, *Diccionario Bibliographico*, VII, 411. Outro há no *Cod. Alcob.*, 475 da Bibl. Nac. de Lisboa, descrito por Gabriel Pereira (Coímbra, 1910), f. 40-45. Não há concordância entre os dois em todos os pormenores, se A. Morel-Fatio leu bem as datas indicadas no de Paris.

[295] Claro que, segundo o estilo nacional do relator, essas finas tapeçarias de ouro e seda eram as mais ricas «*que ha no mundo !*». Elas representavam a história de *S. João Bautista* e o *Bautismo de Cristo*. Feitas para o Arquiduque, foram compradas por D. Manuel e avaliadas em Flandres em quatro centos mil cruzados. É mais uma nota para a *História dos panos de ras em Portugal*, de que ha capítulos escritos, uns por Joaquim de Vasconcelos (*Revista de Guimarães*, XVII), outros por Sousa Viterbo (Coímbra, 1902).

[296] Vid. *Dicionário Bibliográphico*, III, 8 e IX, p. 343; III, p. 160 e II, p. 241. Nesses artigos se vê quanto carecem de ser investigadas as vidas e a actividade dêsses eruditos.

[297] Como o príncipe D. Manuel morresse com menos de seis anos, provavelmente analfabeto, não se trata de mestres seus na *Nobreza Literária* de A. Martins Bastos, Lisboa, 1854.

[298] *Carta que o Padre Frei João Soares, prègador del rei D. João III, escreveu a Sua Alteza, de consolação sobre a morte do Principe D. Manuel, seu filho.* Inédita, existe em vários exemplares; p. ex. no *Cod. Alcobacence*, 475 da Biblioteca Nacional de Lisboa (f. 113 v.). Cfr. *Diccionario Bibliographico*, IV, p. 39, e Barbosa Machado, II, 761.

[299] Já o citei no § 24. Vid. *Diccionário Bibliographico*, III, 226.

[300] A *Dedicatória* é nobre e sensata, como tudo quanto Barros escreveu. No *Diálogo da língua*, conta, sem acrimónia, que o Príncipe já começára a ser ensinado por Frei João Soares, apesar dos seus próprios esforços (p. 207 da reímpressão de 1785). Quanto à *Gramática latina* de Barros, descoberta há pouco em Lisboa, desconheço aínda os pormenores.

*

Aparentemente também o Dr. António Pinheiro (futuro bispo de Leiria e Miranda) já fôra nomeado ou indicado para o instruír nas línguas clássicas por um método fácil e directo. É o que resulta das Introduçõis de uma obra de Frei Martins Cueva, *De corrupto docendi sermonis latini genere.* Pelo menos para quem leia sem critério. Nessa obra descrita no *Ensayo* de Gallardo, n.º 1969, começada em Veneza em 1545, continuada em Bruges (1546), e impressa em Antuerpia, 1550, o Castelhano elogia António Pinheiro, como mestre do Príncipe D. Felipe, filho de D. João III, ao qual a oferta. A meu ver, Frei Martim confundiu todavia D. Felipe, ao qual vira dedicadas as Gramáticas de Barros, com o irmão mais novo, D. João, aínda não festejado publicamente, mas que viveu até janeiro de 1554. — Vid. *Nobreza Literária*, p. 128 (D. João) e 129, D. Felipe.

301 O rapazinho mal chegara (como D. Manuel) a completar seis anos, quer nascesse a 25 de março, quer a 25 de maio, como penso, pois morreu a 29 de abril de 1539. Um Embaixador castelhano veio desanojar os reis, em maio. Vid. Santarem, *Quadro II*, 78.

302 A *Memória* relativa a esse juramento e às côrtes de Almeirim, contida no manuscrito já citado da Bibl. Nac. de París, que proveio do espólio do Prior do Crato, foi publicada também pelo Visconde de Balsemão, juntamente com a relativa a D. Manuel. Morel-Fatio não dá essa notícia no *Catalogue des Manuscrits Portugais* (p. 251), ao tratar do n.º 14, fl. 176-192 v. Note-se que na *Oração*, recitada por D. Sancho de Noronha em Almeirim, já se elogia publicamente a «Santa Inquisição». Cf. *Diccionário Bibliographico*, vii, 197.

303 Falei do Príncipe D. João e das obras que lhe foram dedicadas, no meu Sá de Miranda. Insuficientemente.

304 Vid. Barbosa Machado e Inocencio da Silva, quanto às obras. Frei João Soares viveu de 1507 a 1572.

305 Vid. Herculano, *Inquisição*, livro iv (sobretudo vol. ii, p. 215), e *Corpo Diplomatico*, vol. iv, *Introdução*.

306 Não seria de admirar, se de algum feliz achado de documentos viesse a constar que Gil Vicente, de alma profundamente religiosa, entrara na mocidade em qualquer ordem, de que saíu, sentindo-se incapaz de ser frade «digno»; como Erasmo e Lutero e tantos outros espíritos superiores.

Do problema, suscitado pela homonímia e o parentesco do poéta cómico com o ourives, e do outro que um genealogista nos supeditou, chamando a Gil Vicente *mestre de retórica* de D. Manuel, Deus sabe sobre qual base, claro que não me posso ocupar agora, numa nota de *Notas*. Cf. *Anotação* 270.

307 Na livraria de D. Manuel havia obras de Erasmo. João de Barros, citava-o etc. etc.

308 *Heterodoxos*, vol. ii, p. 129. seg. Na *Antologia VII*, p. clxxviii a clxxxv, Pelayo foi muito mais justo. Continuando a negar com toda a razão, que as sátiras de Gil Vicente sejam o eco das doutrinas de Huss, reconhece e proclama que Gil Vicente deu forma cómico-fantástica às grandes lutas de ideias do Renascimento e da Reforma. Frisando a sua tendência demolidora e anti-fradêsca, compara-o com Erasmo, no Elogio da Loucura e nos Colóquios lucianescos (p. clxv e seg. e clxxviii).

NOTAS VICENTINAS

Preliminares de uma edição crítica das Obras de Gil Vicente

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

Notas Vicentinas

Preliminares de uma edição crítica das Obras de Gil Vicente

II

A RAINHA VELHA

E

O MONÓLOGO DO VAQUEIRO

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1918

Separata da *Revista da Universidade de Coimbra.*

Vol. VI, n.os 3 e 4

A Rainha Velha

E

O Monólogo do Vaqueiro

¿Quem amparou os primeiros passos do fundador do teatro português?

¿Exclusivamente a Rainha D. Leonor, viuva de D. João II, a qual o próprio Gil Vicente nomeia freqüentemente com qualificativos encomiásticos não só nas diversas partes da tardia *Copilação* das suas obras, mas tambem (conforme mostrarei) nas edições-príncipes, avulsas, de alguns Autos? aquela ilustrada rainha portanto que seus coevos — Garcia de Resende, Ruy de Pina, Damião de Goes — enalteceram como excelsa, enérgica e inteligente fautora de progressos civilizadores?

Ou ¿foi essa soberana precedida na gloriosa missão pela mãe de D. Manuel, a Infanta D. Beatriz *(Breitiz — Britiz — Brites),* cujo nome é mencionado directamente uma só vez, e sem epíteto ornante, nas *Obras de devoção,* e que falecendo em 1506, não assistiu senão ao alvorecer da arte dramática? Isto é: teremos de considerar como primeira protectora do poeta a filha de um Duque de Bragança, que, erguida a *Infanta* pelo seu casamento com o irmão de D. Afonso V, figura a miude nas *Crónicas,* mas sómente por ocasião de acontecimentos políticos, como p. ex. as *Terçarias* em que teve um papel de destaque, ou então por ensejo daqueles sucessos de família que tràgicamente perturbaram a segunda metade da sua vida; mas sem referência a actos seus espiritualmente produtivos?

Êste problema, pequeno, mas nem por isso insignificante, pelo menos para os que, amando o passado, desejam ser justos nas suas

piedosas recordações, foi apontado logo em 1834 — embora só de leve e não sem erros — por um dos beneméritos editores da reimpressão realizada por portugueses em terras alemãs, com a qual se iniciou a lenta ressurreição moderna do genial dramaturgo que com mão de mestre nos pintou nas suas comédias e farsas a sociedade portuguesa do seu tempo.

Mais explìcitamente, mas sem a suficiente acribia, o problema foi ventilado por diversos letrados — desde que Teófilo Braga deu publicidade à sua *História do Theatro Português;* e sobretudo desde que a refez nos últimos anos do século XIX.

Mas, conquanto na discussão entrassem os mais conspícuos e conscienciosos biógrafos, editores e comentadores do poeta, o problema não estava ainda cabal e definitivamente resolvido, quando comecei a redigir estas Notas.

A razão das dúvidas e tergiversações que houve na evolução do problema, encontro-a na fatal casualidade de a primeira das Didascálias que acompanham os Autos, e nos informam sôbre a data, a ocasião e a personagem em cujo serviço, ou *por cuja contemplação* cada um foi composto e representado — digo pela casualidade de o teor da única em que propositadamente e verìdicamente se cita D. Beatriz, estar deturpado por um lapso, quer de imprensa, quer de escrita, e brigar por isso com a letra e o espírito dos próprios textos [1].

No artigo *Gil Vicente em Bruxelas e o Jubileu de amor* — que constitue a primeira das minhas *Notas Vicentinas,* dei a promessa de me ocupar das Didascálias em geral; e, em especial, do *lapso que foi fatal à Rainha D. Leonor* [2].

Hoje vou cumprir a promessa.

Começarei com algumas explicações sôbre os erros e defeitos que até agora descobri na prosa, às vezes pouco clara e elegante, das aludidas cotas, rubricas, ou argumentações didascálicas.

Em seguida vou tratar da espécie a que pertence o êrro que suponho existir na primeira cota, relativa ao *Auto da Visitação,* ou seja o *Monologo do Vaqueiro,* recitado ou antes representado, de 7 a 8 de Junho, nos Paços da Alcáçova de Lisboa, na câmara da Rainha D. Maria, na segunda noite depois do nascimento do futuro D. João III.

Em terceiro lugar vou dar a prova de que a Rainha D. Leonor, viuva de D. João II, que era irmã dilecta e conselheira de D. Manuel e da Duquesa de Bragança e, como êsses dois, prole da Infanta D. Beatriz, assistiu efectivamente aos primeiros vagidos de D. João III e da Talia nacional, e gostou dos graciosos cumprimentos, pelo seu ourives, *auctor et actor* ao mesmo tempo, dirigidos a toda a família

manuelina em glôbo, e a cada membro em particular, a ponto tal que lhe pediu continuasse com as suas empresas teatrais, inspirando assim o primeiro *Auto do Natal* da literatura portuguesa, e todos os posteriores.

Passando em seguida às provas indirectas que falam a favor da minha interpretação, direi algumas palavras a respeito de D. Leonor e de D. Beatriz.

Mostrarei que nem um só dos coevos que tiveram de falar dessa última, ou a ela falaram, se lembrou de, por cortesia ou lisonja, lhe dar outro título honorífico do que o de *Infanta* [3] que na gerarquia dinástica lhe competia. Ou por outra: que nenhum deles usurpou êsse título à verdadeira *Rainha Velha: D. Leonor,* isto é, a própria filha sua, que, embora muito mais nova, a êle tinha direito, desde o dia em que seu irmão, casando pela primeira vez com a viuva do Príncipe D. Afonso, dera à nação uma *Rainha Nova* — a primeira das três que levou ao seu tálamo.

No fim conto históriar para ser exaustiva e arrumar de vez com o pequeno problema, a evolução que êle teve de 1834 até hoje: 20 de Julho de 1917 [4].

I — As Didascálias

Raras vezes as Didascálias vicentinas são tão completas como os estudiosos de hoje desejariam.

Quanto às datas, indica-se muita vez só a Era *(do Senhor;* ou *do Redemptor),* mas não o mês e o dia [5].

Quanto ao lugar, menciona-se nelas em regra a cidade, mas não o sítio exacto: sala de paço ou capela, quer palaciana, quer conventual [6].

A respeito de ambos os pontos há erros evidentes na *Copilação* de 1562. E há os mesmos erros, e outros novos, na edição de Hamburgo, e nas posteriores que nela se baseiam (1852 — 1907 — 1914 até 1916) [7].

Com relação à proveniência, repito o que já disse na primeira *Nota.* As Didascálias, tanto as boas como as erradas, saíram todas, a meu ver, da pena do próprio autor. Há todavia divergências, (não contradições,) entre as que acompanham as edições primitivas *imprimidas pelo miudo* e as que figuram na *Copilação* [8].

Essas últimas foram em parte *retocadas* pelos filhos, aos quais devemos a hoje tão rara e privilegiada edição-príncipe [9].

Paula e Luís eram, na opinião fundamentada do General Brito Rebelo, filhos do segundo matrimónio de Gil Vicente. Nasceram depois de 1514 (ano em que o poeta viuvara), provàvelmente entre

1520 e 1530 [10]. Eram portanto menores quando o pai faleceu — incapazes de colaborar logo na *Copilação,* completando-a. E eram incapazes também de testemunhar em 1560 qualquer coisa a respeito de obras estreadas entre 1502 e 1536.

Mas supondo nós por um instante que as Didascálias sejam acrescentos dos filhos ¿de onde as poderiam ter tirado, a não ser dos dizeres do progenitor, quer verbais, quer manuscritos, quer elaborados em impressões avulsas dos Autos?

O que os dois podiam fazer (e fizeram), quando ao cabo de mais de vinte anos, instigados talvez pelos tutores de D. Sebastião, se resolveram a editar as «desejadas obras», foi acrescentar aos nomes de pessoas ilustres, fórmulas relativas a factos de que ambos tinham sido efectivamente espectadores conscientes, depois da morte do pai. Podiam apurar ou expurgar os textos, fazendo os cortes e introduzindo as alterações recomendadas pelos *deputados da sancta inquisição* [11], aos quais tiveram de submeter o Cartapácio autógrafo. Podiam juntar-lhe, ou antes já ter ajuntado, algumas obras miudas, omitidas a princípio [12]. E por ventura mesmo alguns *Autos,* como p. ex. a chistosa mas livre Farsa de entrudo *Dos Físicos,* proìbida em 1551, no *Rol dos Livros Defesos* pelo Cardeal Infante, mas agora admitida no fim do Livro quarto, completamente desguarnecida de rubricas explicativas [13].

Das fórmulas que devem ser acrescentos de Luís e Paula vou salientar duas.

Para que não houvesse confusão entre D. Maria, a última filha de D. Manuel, viva ainda em 1561 [14], e a filha homónima de D. João III, de há muito falecida, caracterizaram esta com a nota *que depois foi Princesa de Castela,* com alusão ao seu brevíssimo enlace (1543 a 45) com Felipe II [15].

Ao nome do rei, cujo natalício fôra o da Talia portuguesa, tão amado e festejado em vida como vilipendiado (injustamente?) pela posteridade, os filhos-editores juntaram (quatro anos depois do falecimento dêle) [16] o sobrenome *de gloriosa memória,* que, de resto, os historiadores não ratificaram [17].

As *Taboadas,* de maneira alguma isentas de lapsos, podem igualmente ser obra de Luís Vicente. Êsse solicitou, àlêm disso, del-rei D. Sebastião o alvará-privilégio de 1561, e escreveu o *Prólogo.*

As Didascálias insuficientes são numerosas. Na que diz respeito à *Barca do Inferno* falta uma parcela importantíssima, como logo se

verá. Esse Auto foi representado na câmara da Rainha D. Maria — não nos antigos paços da Alcáçova (como a *Visitação*), mas sim nos novos da Ribeira, nas Matinas do Natal de 1516.

A data 1517 (com que fecha a extensa, mas ainda assim incompleta rubrica na *Copilação*) é a da morte da Rainha [18].

Aqui não houve, salvo êrro, lapso de memória da parte de Gil Vicente, nem gralha tipográfica. Apenas redacção pouco cuidadosa.

Simples engano, de escrita ou de imprensa [19], deve haver na datação da *Exortação da guerra,* êsse inspirado hino patriótico, cheio de fervor religioso, em que Gil Vicente encarece o ideal hispánico da cavalaria cristã. A expedição infrutuosa contra Azamor, capitaneada por D. Jaime de Bragança, realizou-se em 1513. Tão conhecido é êsse facto [20] que os editores modernos substituiram simplesmente a data errada da *Copilação* (onde há MDXIIIJ) sem explicação qualquer.

A *Fragoa de Amor,* representada na festa do desposório de D. João III com D. Catarina de Castela, traz a data *na era de Christo de nosso Senhor de 1525.* A de 1524 parece-me comtudo mais provável [21]. O mês seria Agosto. O dia, talvez o da festa de Nossa Senhora (15) [22]. Na *Copilação,* MDXXV seria neste caso lapso por MDXXIV.

A data das *Côrtes de Jupiter* tem êrro parecido: MDXJX em vez de MDXXJ, por evidente engano do compositor [23].

De espécie diversa é o lapso que, na minha opinião, deturpa a Didascália relativa à estreia de Gil Vicente, e com a qual por isso mesmo abre o Livro I, das *Obras de devoção,* ou seja das Obras que por causa do seu assunto e fim religioso foram representadas em capelas, quer palacianas, quer conventuais, com excepção apenas das duas cujo palco foi improvisado na câmara da Rainha D. Maria, para primeira e para última das scenas teatrais a que essa segunda das *Rainhas Novas* assistiu.

Ela diz o seguinte em todas as edições, incluindo a de 1561-62:

Por quanto a obra de devoçam seguinte procedeo de hũa visitaçam que o autor fez ao parto da muyto esclarecida raynha dona Maria e nacimento do muyto alto e excelente principe dom Joam, o terceyro em Portugal deste nome, se põe aqui primeyramente a dita visitaçam por ser a primeyra cousa que o autor fez e que em Portugal se representou, estando [24] o muy poderoso rey D. Manoel, e a raynha dona . . . . . Breytiz sua mãy, e a senhora duquesa de Bragança, sua filha [25], na segunda noyte do nacimento do dito senhor. E estando esta companhia assi junta, entrou um vaqueiro e disse etc.

No sítio onde eu pus pontos de suspensão é que pretendo introduzir as palavras *Lyanor sua irmãa e a ifante dona.*

Entendo, por conseguinte, que o tipógrafo, o qual nas oficinas de João Alvares[26] compôs a fôlha primeira da *Copilação,* deu um salto de *dona* a *dona.* Omitiu sem querer um passo de sete palavras — a não ser que se trate de um *lapsus calami* igual, do próprio autor, que de 1536 a 39, idoso demais para pensar em novas invenções fantasiosas, preparava para o prelo a edição completa das suas obras, obedecendo às ordens ou solicitações amáveis do seu régio protector D. João III.

Pensar num deslize de memória, esquecimento ou distracção da parte de Gil Vicente, digo num êrro de facto com relação à sua principal protectora é que me parece um quási sacrilégio.

A tal hipótese opõe-se de resto o facto de Gil Vicente a nomear directamente em seis (ou sete) Didascálias, e indirectamente no próprio Monólogo — como vou demonstrar —, e àlêm disso, com o título de *Rainha Velha* na própria rubrica final, que é de transição para o *Auto Pastoril Castelhano* (2).

Eis o teor dessa segunda rubrica, onde surge a fórmula que serve de epígrafe a esta *Nótula:*

> Entraram certas figuras de pastores e ofereceram ao Principe os ditos presentes.
>
> E por ser cousa nova em Portugal[27] gostou tanto a *Raynha velha* desta representaçam que pedio ao autor que isto mesmo lhe representasse às matinas do Natal, endereçado ao nacimento do Redemptor. E porque a substancia era muy desviada, em lugar disto fez a seguinte obra etc.

Opõe-se igualmente a Didascália imediata do *Auto dos Reis Magos,* a qual principia:

> A *dita senhora Raynha* muyto satisfeyta desta pobre cousa (sc. o Auto antecedente) pedio ao autor que pera dia dos Reys logo seguinte lhe fizesse outra obra. E fez a seguinte... (3).

O mesmo vale da rubrica imediata, relativa ao engenhoso *Auto da Sibila Casandra* (4):

> A obra seguinte foi representada à *dita senhora* no mosteiro de Enxobregas nas matinas do Natal.

Aqui é que a reimpressão de Hamburgo junta à fórmula *dita senhora* a anotação *A Rainha D. Beatriz,* que iludiu tantos leitores, inculcando-lhes a ideia que ela provinha da *Copilação,* era do punho de Gil Vicente, e por isso irrespondível!

Pena foi que êsse não nos comunicasse em que ano compôs, nem tão pouco em qual edifício de Enxobregas se representou o Auto.

Mas fôsse como fôsse, era a Rainha D. Leonor e não a Infanta D. Beatriz, que se interessava por Enxobregas e lá costumava residir [28].

Falta a indicação do ano e da inspiradora ao imediato *Auto da Fé* [29].

Mas na rubrica do *Auto dos Quatro Tempos* (5), ouvimos finalmente que essa peça foi representada na cidade de Lisboa a D. Manuel nos paços da Alcáçova, na capela de S. Miguel, *por mandado da sobredita senhora sua irmã nas matinas do Natal.*

Da SOBREDITA *senhora sua irmã.* ¿Pode lá haver quem não traduza estas palavras devidamente e sem hesitar por *D. Leonor, a Rainha Velha,* e deduza daí a interpretação correcta das rubricas anteriores?

Em seguida há na coordenação dos Autos um salto enorme, e desordem cronológica. Passamos de repente ao reinado de D. João III e, saltitando, aos anos 1534 — 1523 — 1527 [30]. Só com o belíssimo *Auto da Alma* (6) voltamos ao reinado de D. Manuel e às obras inspiradas por D. Leonor, cujo nome é desta vez enunciado, a meu grande prazer, claramente com todas as letras:

> Este auto presente foi feito à muito devota *Rainha D. Leonor* e representado ao muito poderoso e nobre Rei Dom Emanuel seu irmão por seu mandado, na cidade de Lixboa nos paços da Ribeira, em a noute de Endoenças [31], era do Senhor de MD&VIIJ [32].

Segue-se a *Trilogia das Barcas.* Com respeito à Embarcação do Purgatório é que na *Copilação* se diz que essa scena foi representada à *muito devota e catolica Raynha Dona Lyanor* — desta vez no *Hospital de todolos Santos* da cidade de Lisboa nas matinas do Natal, era do Senhor MDXVIIJ [33] (7).

Eu estou todavia certa e persuadida de que a peregrina e sugestiva ideia geral das três partes que constituem uma tão admirável Dansa Macabra ou Divina Comédia popular, foi inspirada por D. Leonor, e que portanto todas deveriam levar indicação do seu nome.

Espero convencer também o leitor, dando-lhe pormenores, num breve Excurso, àcêrca da antiga impressão avulsa da *Barca do Inferno,* a todos os respeitos importantíssima, a que já me referi na primeira *Nota Vicentina* [34].

Essa impressão é seguramente não só do primeiro quartel do século XVI, mas ainda do reinado de D. Manuel, quer de 1516, quer de 1517: impressão-príncipe com toda a certeza.

Em frente o leitor encontrará o frontispício, em fotocópia.

Gasta como está, a gravura é curiosíssima. Á direita se vêem na parte de cima as duas Barcas da ideação vicentina [35]: a do Inferno guiada por dois diabos que, segundo o texto, fazem de arraiz e seu companheiro, e a do Paraíso, guiada por um Anjo. Do lado esquerdo surge o primeiro condenado: o Fidalgo ocioso e cheio de basófia, acompanhado do criado que (contra a praxe descrita pelo bom do flamengo Clenardo) se desempenha de dois ofícios ao mesmo tempo, e não de um só, levando numa mão a cauda roçagante do amo, e sôbre o hombro a cadeira de espaldar, afim de êle se recostar còmodamente na travessia e no reino para onde vai a jornada.

Na metade de baixo da página lê-se o seguinte:

Auto de moralidade composto per Gil Vicẽte. *Por contemplaçam da serenissima e muyto catholica raynha dona Lianor nossa señora: ꝛ representada per seu mãdado ao poderoso p̃incipe ꝛ muy alto rey dõ Manuel primeyro de portugal deste nome.* Comença a declaraçã ꝛ argumẽto da obra. ¶ Primeyramente no presente auto se fegura que no põto q̃ acabamos despirar chegamos supitamente a huũ ryo: ho qual per força auemos de passar: em huũ de dous batees q̃ naquelle porto estã .ſ. hnũ (*sic* por *huũ*) delles passa pera ho parayso: ꝛ ho outro pera ho inferno: os q̃es batees tem cada huũ seu arraez na p:oa (êrro por *proa*): ho do parayso huũ anjo: y ho do inferno huũ arraez infernal y huũ companheyro. Ho primeyro entrelocutor he huũ fidalgo que chegua com huũ page q̃ lhe leua huũ rabo muy comprido ꝛ huũa cadeyra despaldas. E começa ho arraez do inferno desta maneyra [ante] que ho fidalguo venha.

A afirmação a respeito da *serenissima e muyto catholica raynha dona Lianor,* que é a que aqui nos interessa, passou da edição-príncipe a outras reproduções avulsas, pouco ou nada conhecidas.

Eu sei de duas: uma editada por Antonio Alvarez, posterior portanto a 1590. Do exemplar, até hoje único, que existe na Biblioteca Nacional de Madrid, e fôra outrora de Thomas Norton, reproduzo tambêm a fotocópia: a fotografia da edição posterior, diversa, mas semelhante [36] que possue, é de um exemplar bem conservado do Ex.mo Sr. Conde de Sabugosa na sua selecta livraria [37].

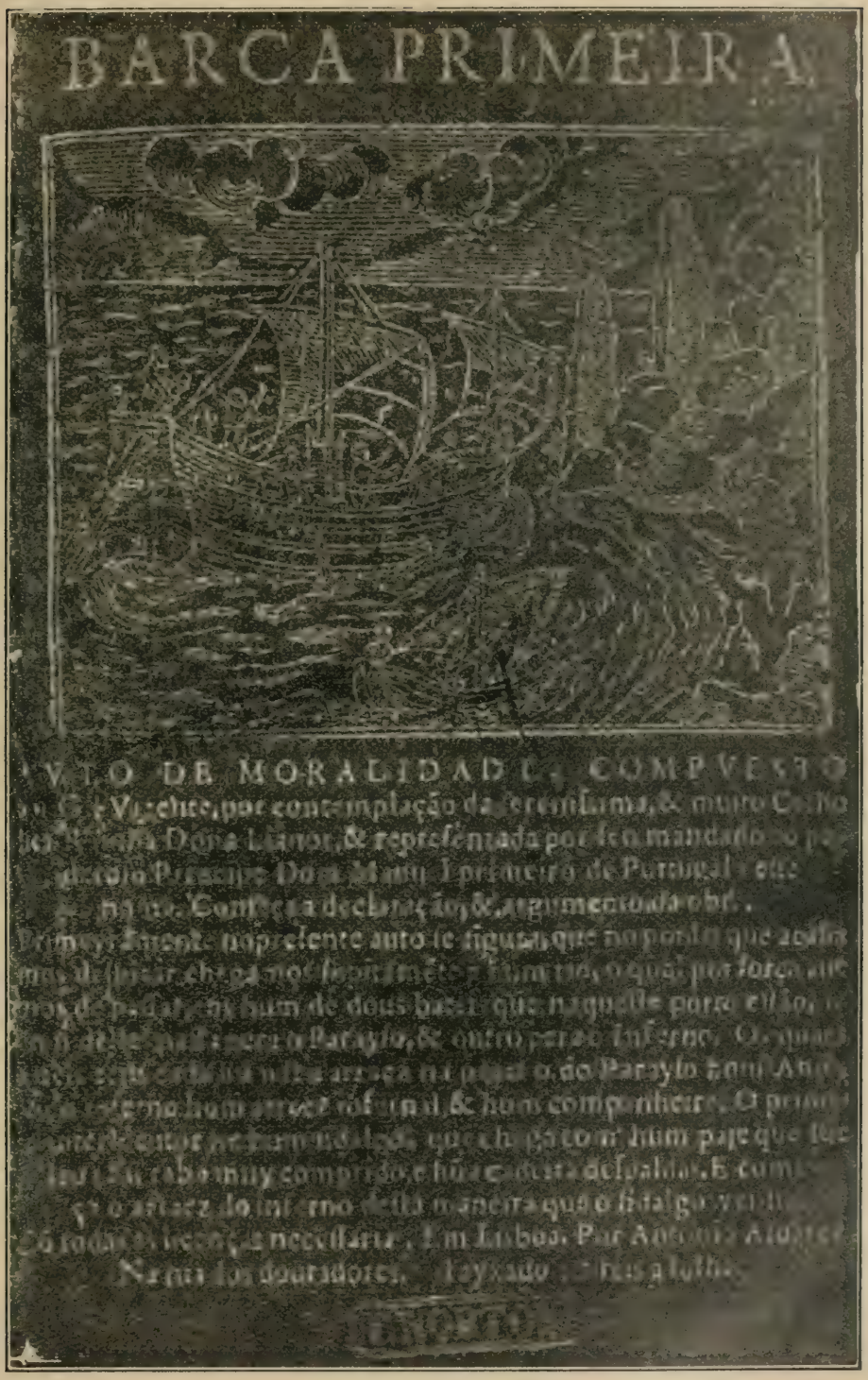
Os dizeres contidos em ambas essas reimpressões divergem só de leve dos primitivos [38], e mais levemente entre si [39].

As informações transmitidas nas três epígrafes são preciosas. Cingindo-se ao costume de coevos castelhanos o autor qualifica a original de *argumento.* E realmente ela não é Didascália, como as que constam da *Copilação.* Não se indica nela o ano da representação, nem o lugar. Apenas o facto de ela se haver realizado perante D. Manuel.

E todos presumiríamos que fôra na capela do Paço da Ribeira,

Auto de moralidade composto per Gil vicẽte Por contemplaçam da serenissima ⁊ muyto catholica raynha dona Leanor nossa señora: ⁊ representada per seu mãdado ao poderoso ꝓncipe ⁊ muy alto rey dõ Manuel primeyro de portugal deste nome. Começa a declaraçã ⁊ argumẽto da obra. Primeyramente no presente auto se segura que no põto q̃ acabamos desptrar chegamos supitamente a huũ rio: ho qual per força auemos de passar: em huũ de dous bateos q̃ naquelle porto estã. E huũ delles passa pera ho parayso: ⁊ ho outro pa ho inferno: os q̃ os bateos tem cada huũ seu arraez na proa: ho do parayso huũ anjo: ⁊ ho do inferno huũ arraez infernal ⁊ huũ companheyro. No primeyro entreloculto: he huũ fidalgo que chegua com huũ page q̃ lhe leua huũ rabo muy comprido ⁊ huũa cadeyra despaldas. E começa ho arraez do inferno desta maneyra ante que ho fidalguo venha.

Rosto da edição-princepe da *Barca do Inferno*, propriedade da Biblioteca Nacional de Madrid (Marca R 94/8)



Rosto de uma edição da *Barca do Inferno*
de c. de 1600
(Biblioteca Nacional de Madrid)

BARCA PRIMEIRA.

AVTO DE MORALIDADE, COMPVESto por Gil Vicente, por contemplação da Sereniſsima, & muyto Catholica Raynha Dona Lianor: & repreſentada por ſeu mandado ao poderoſo Principe Dom Manuel primeiro de Portugal deſte nome. Começa a declaração, & argumento da obra.

¶ Primeyramente no preſente auto ſe figura, que no ponto que acabamos deſpirar chegamos ſupitamente a hum rio, o qual per força auemos de paſſar, em hum de dous batees que naquelle porto eſtão, ſ. hum delles paſſa pera o Parayſo, & outro pera o Inferno. Os quaes batees tem cada hum ſeu arraez na proa: o do Parayſo hũ Anjo & o do Inferno hum arraez infernal, & hũ companheyro. O primeyro interlocutor he hum fidalgo q̃ chega cõ hum paje q̃ lhe leua hum rabo muy comprido, & hũa cadeyra deſpaldas. E começa o arraez do inferno deſta maneyra ante que o fidalgo venha. Com licença.

Rosto de outra edição da *Barca do Inferno*
de c. de 1600
(Livraria do Conde de Sabugosa)

ou na do Mosteiro de Todos os Santos (em todo o caso num recinto sagrado) a não existir a notícia impressionante de o Auto ter sido inscenado na câmara da Rainha D. Maria — tão impressionante que o próprio Gil Vicente a registou no Livro da *Copilação* — ignoro, se em harmonia com outra impressão avulsa, posterior a 1517, ou de memória.

Eis êsse acrescento, relativo apenas à viagem do Inferno, que se segue ao Argumento da Trilogia inteira.

Esta praefiguração se escreve neste livro nas obras de devoçam porque a sesegunda e terceira parte foram representadas na capela; mas esta primeira foi representada de camera pera consolaçam da muyto catolica e sancta Raynha Dona Maria estando enferma do mal de que faleceo na era do senhor de MDXVIJ.

Escrito (e talvez impresso) para ser inscenado na capela, o Auto teve de ser representado no quarto da rainha doente.

Há outro pormenor importante na epígrafe original. É o título *Auto de Moralidade*[40], só essa vez empregado pelo nosso dramaturgo para designação de obras alegóricas e moralizadoras. Emprega-o todavia em outro ensejo, mencionando-o como género que cultivou, e exactamente em serviço da Rainha D. Leonor.

Dirigindo-se a D. João III, na dedicatória da edição-príncipe da *Tragicomédia de D. Duardos,* ainda em vida da sua bemfeitora, a mais tardar portanto no ano de 1525, diz o seguinte:

Como quiera, excelente príncipe y rey muy poderoso, que las comedias, farsas y *moralidades* que he compuesto *en servicio de la reina vuestra tia*[41], quanto en casos de amores, fueran figuras baxas (en las quales no avia conveniente retorica, que pudiesse satisfazer al delicado espírito de Vuestra Alteza), conoci que me competia meter más velas á mi pobre fusta etc. etc.

Mas ¿como se explica o emprêgo de *Moralidades* no plural, se o poeta utilizou a designação como título uma só vez?

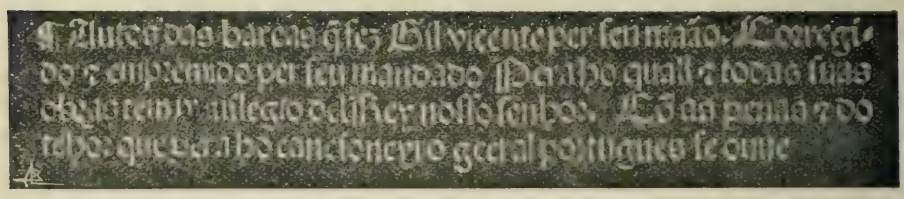
Pela suposição que êle contava já então a *Trilogia* como constituída por três *Moralidades:* a do *Inferno,* a do *Purgatório,* e a do *Paraíso.* E com justa razão, visto que, embora baseadas na mesma alegoria transcendental, foram compostas em anos sucessivos e representadas em palcos diversos.

Mesmo para os hipercríticos que quisessem reconhecer na homenageada a terceira esposa de D. Manuel, *D. Leonor de Áustria,* fazendo fincapé na fórmula *nossa senhora* que desta vez, e só desta vez, acompanha o nome da ilustre protectora de Gil Vicente — fórmula realmente mais apta para designar a esposa do reinante do que uma Rainha-viuva — o confronto dos dois passos em que o poeta empregou

o termo *Moralidades,* e a comparação das datas, deveria convencê-los do êrro em que laboram [42].

Na bela tradução livre da *Barca do Inferno* impressa pelo menos duas vezes no reino vizinho, no quarto decênio do século XVI é que há no título *Moral representação* um reflexo directo de *Moralidade.* Mas não se fala, naturalmente, nem da Rainha que inspirou a Trilogia, nem daquela que assistiu, no seu leito de moribunda, à representação inicial. Reproduzo o lindo frontispício.

Na rubrica final da impressão-príncipe é que há ainda mais outra novidade. É aquela, já por mim divulgada [43] que o fundador do teatro português teve privilégio de D. Manuel para a impressão de todas as suas obras (feitas e por fazer, provavelmente) com as mesmas penas e do mesmo teor que Garcia de Resende obtivera para o seu *Cancioneiro Geral.* E dos frutos dêsse privilégio — o primeiro, salvo êrro — foi o próprio *Auto da Barca.*



O Cancioneiro fôra impresso, como é sabido, por Hermã de Campos, alemão, *bombardeyro del rey nosso senhor, e empremidor,* parte em Almeirim, e parte em Lisboa. E as cláusulas do privilégio, que breve se tornaram estereotípicas, são

> que nenhuma pessoa o possa empremir nem trova que nelle vaa, sob pena de duzentos cruzados, e mais perder todolos volumes que fizer. Nem menos o poderam trazer de fora do reyno a vender.

É de supôr que pouco depois do dia 28 de Setembro de 1516, em que se ultimara a impressão do Cancioneiro, Gil Vicente solicitasse privilégio igual de D. Manuel, com ou sem intervenção de D. Leonor, e entregasse a sua mais recente criação ao próprio Hermã de Campos.

Quanto às obras compostas por Gil Vicente, de 1516 ou 1517 em diante, até 1536, houve portanto, com toda a probabilidade, edições

Rosto de uma edição de Burgos, 1539
da redacção castelhana da *Barca do Inferno*
(Biblioteca Nacional de Madrid
Marca R 9419)

autorizadas, lançadas uma a uma, pelo miudo. As edições príncipes, e reimpressões posteriores, seriam feitas pelos sucessores de Hermã de Campos: Germão Galharde, João Alvares; e seu filho Antonio Alvares, no fim do século XVI e princípios do XVII.

Mas tudo quanto o poeta compusera antes da data indicada, ficaria por ventura inédito [44], primeiro em cadernos manuscritos soltos, mas trasladado em seguida, nos últimos anos da vida de Mestre GIL, para o Livro grande, chegando à publicidade só em 1562.

Constituem excepção apenas as *Trovas* com que por ordem também da Rainha D. Leonor GIL VICENTE entrou no Processo jocoso de Vasco Abul. [45]. E manuscritos, embora constem de bom papel, deterioram-se — ai de nós! — com tanta facilidade. Nem é provável que, logo, nos primeiros anos da sua actividade literária o novel ourives-dramaturgo, encarando o futuro, se tivesse lembrado de assentar todos os pormenores relativos à concepção e realização de cada Auto [46].

De aí seguramente alguns erros de memória, relativos a datas. Mas não a datas relacionadas com D. Leonor.

Fechando o Excurso, viro-me de novo para os Autos que o poeta dedicou a essa Rainha.

A Didascália do oitavo Auto isto é da segunda scena da *Trilogia* diz concisamente:

> Esta segunda cena he atribuída aa *Embarcação* [47] do Purgatorio (8). Trata-se per lavradores. Foy representada aa muyto devota e católica Raynha D. Lianor no hospital de todolos Santos da cidade de Lisboa nas matinas do Natal era do senhor de MDXVIIJ [48].

No ano imediato a Rainha não assistiu à inscenação da terceira scena em Almeirim, por motivos que desconheço [49].

Cronológicamente mal encorporadas, há mais duas obras de devoção, inspiradas por D. Leonor: o brevíssimo *Auto de S. Martinho* (9) representado

> à muy caridosa e devota Senhora, a Raynha D. Lyanor na Igreja das Caldas, na procissão do Corpus Christi era de MDIV;
>
> o *Sermão* (10) ou seja a prègação feyta a christianissima Raynha D. Lianor e preegado em Abrantes ao muyto nobre Rey dom Manoel na noyte do nacimento do Iffante dom Luis, Era do Senhor de MDVI [50].

Se as datas exaradas até aqui forem certas, teremos como inspiradas por D. Leonor dez obras de devoção [51]: Autos Pastoris; Mistérios; Moralidades; Sermões. Cinco delas foram escritas em vida da Infanta D. Beatriz, já o deixei dito.

E obras profanas? as comédias e farsas de amor, de que reza a Carta Dedicatória da *Tragicomédia* de D. Duardos?

Notemos primeiro que êsse último género, de amores, tratados por dignidades altas em estilo retórico [52], só foi cultivado durante o reinado e com o aplauso do «sôbre todos amado D. João III» em serões palacianos. Nem uma das Tragicomédias traz indicação de ter sido feita por mandado da Rainha Velha.

Embora ela não desdenhasse os géneros profanos, que provocam o riso, preferia evidentemente os devotos.

Entre as *Comédias,* a romântica e sentimental do *Viuvo* — em que com alusão à sua vida real o poeta meteu uma *Melícia* (que casa com Gilberto) [53] e uma *Paula* — é aquela que mais visos tem de pertencer ao grupo pequeno das que D. Leonor protegeu.

Por entre as *farsas* há bastantes que cronològicamente podem entrar nele [54].

Mas o autor manifesta-o apenas com relação à *Farsa da India* e à *da Fama,* dizendo da primeira:

> Foi feita em Almada e representada à muyto catolica Raynha D. Lyanor (11)

e da segunda:

> A Farsa seguinte foy representada á muyto catholica e serenissima Raynha D. Lyanor (12).

As referências directas e nominais a essa protectora de Gil Vicente são portanto sete. E êle havia de esquecer o nome glorioso dela na mais importante de todas as Didascálias que nos legou — se de facto tiver assistido, como assistiu, ao nascimento e ao batizado de D. João III, e ao Auto da *Visitação?*

Impossível.

A conjectura do salto involuntário impõe-se. Ganha terreno quanto mais nos entranharmos na *selva escura, selvaggia, aspera e forte* das Didascálias vicentinas.

II — Saltos-bordões

A sciência que psicològicamente classifica e explica os lapsos *calami et linguae,* como espécie não pequena nem indiferente dos erros humanos, creio que ainda não teve nenhum cultor.

Para a metodologia da crítica diplomática estão todavia fixadas algumas regras, deduzidas da experiência de séculos.

Abstraindo de falsificações propositadas (que podem ser omissões, acrescentos, e substituìções), temos enganos involuntários, procedentes de ignorância, desleixo ou precipitação de copistas, e seus substitutos modernos: os compositores tipográficos.

Além da confusão de letras (entre as quais as mais freqüentes são a de *n* e *u*; *c* e *t* curto; *f* e *ſ*), há a resolução deficiente de abreviaturas; a introdução de nótulas marginais no texto; alterações na ordem de vocábulos; desfigurações de uma palavra pelo influxo da imediata, na qual já está a pensar quem escreve ou compõe tipos; repetições; e finalmente *saltos.*

Saltos simples, por mera falta de atenção. E saltos motivados pela identidade de uma palavra com outra próxima, mas subseqùente, como aquêle que eu suponho ter havido na Didascália do Auto da *Visitação:* de *dona* a *dona.*

Tais saltos *de verbo a verbo* tem em França o nome técnico de *bourdons* i. é *bordões,* talvez porque o *som* que provoca o salto ecoa, na mentalidade de quem escreve, como se fôsse o som da corda mais grossa de instrumentos de música, e particularmente como aquela nota invariável que constitue o acompanhamento da gaita de foles [55].

Afim de demonstrar a freqüência de tais saltos-bordões, vou exemplificar, extraíndo meia dúzia de passos de uma obra coeva de Gil Vicente, relativamente pequena, mediévica e de fama internacional, porque existe em várias línguas — o que permite confrontos, e a descoberta de *saltos.*

É a *História de Vespasiano,* também chamada *Destruìção de Jerusalem,* publicada em redacção portuguesa — ou como então se dizia *em linguagem* — um ano só depois de os Padres da Ordem de S. Francisco de Xabregas haverem revisado para a impressão a monumental *Vita Christi* por ordem de D. João II e da *muy esclarecida Rainha dona Lyanor sua molher* [56].

O *Vespasiano,* prelúdio do *Josep ab Abaramatia,* e da *Demanda do Santo Graal* de tão incomparável e nunca assaz gabado idealismo, é obra meio-sacra, meio profana — transição do género hagiográfico para o cavalheiresco dos Amadises e Palmeirines.

Servi-me de um traslado diplomático do exemplar único (existente na Biblioteca Nacional de Lisboa), para mim tirado em 1877 por Rodrigo Vicente de Almeida.

Este está em harmonia quási absoluta com a utilíssima reimpressão feita em 1905 por Francisco Maria Esteves Pereira, e portanto ao alcance de todos os interessados [57].

Para confrontos utilizo duas reproduções recentes da redacção, coeva, castelhana. Uma, que devemos ao benemérito hispanófilo R. Foulché-Delbosc, baseia-se num incunábulo também único de 1499[58]. A outra reproduz uma impressão posterior, cuja data (se data tem) ignoro[59].

Por estar inédito, e por ser impossível, nos malfadados tempos que correm, mandar fazer fotocópias, deixo de servir-me do original directo de que derivam as duas versões hispânicas: uma nacionalização catalano-provençal[60] que, pela sua vez, deriva do texto primordial, uma prosificação francesa de uma antiga *chanson de geste*.

Como para o fim que aqui viso basta o confronto do texto português e do castelhano, e pelo motivo a que aludi, deixo também de recorrer à prosificação, muito lida de resto na idade média, como se deduz dos numerosos traslados existentes em livrarias francesas e das oito impressões que saíram no primeiro século da letra de forma.

Além de saltos vulgares, devidos a mero descuido, há *saltos-bordões*, ora no texto português, ora no castelhano[61]:

1.º) de *Pilatos* a *Pilatos;*
2.º) de *señor* a *señor;*
3.º) de *mil* a *mil;*
4.º) de *mi* a *mi;*
5.º) de *tempo* a *tempo.*

1.) Cap. VII, p. 14 da ed. Delbosc:

e Gays el senescal se acordo τ dixo a Jacob: Yo quero fablar con *Pilatos*»; τ *Jacob le dixo: «Yo jre con vos»; e amos a dos vanse a Pilatos* τ fablaron le delante del templo de Salamon.

Ed. Esteves Pereira, p. 47:

E o mestre-salla acordouse e disse a Jacob: Eu quero fallar com Pilatus...[62] E fallarom lhe diante do templo de Salamom.

Cfr. Ed. Bonilla, p. 382ª.

2.) ib.:

Señor Pilatos, yo vos dó por consejo que no embiedes el tributo al Emperador nen lo tengades por *señor*[63] . . . . . mas le cumple a el que sea *señor* de Roma τ de Lombardia[64].

ib.:

Senhor Pilatus, eu vos dou de conselho que nom enviees o trebuto ao emperador nem o tenhaes por senhor *de Jerusalem; pois todo o povoo vos quer por senhor* cumprelhe a elle que seja senhor de Roma e de Lombardia.

Cfr. Ed. Bonilla, p. 382.

3.) Cap. XIX, p. 41:

τ murreron esta batalla dela parte que (êrro por *de*) Pilatos quatro mill . . . . . τ dozentas personas [65].

p. 75:

E morrerom em esta peleja da parte de Pilatos quatro mill *e sete centas pessoas e da parte do emperador mill* e duzentas pessoas.

4.) Cap. XXII, p. 51:

A Dios no plega que yo biuo me ponga en vuestras manos, ni faga cosa que a *mi* sea desonrra [66] *ni paganos se venguen de mi.*

p. 86:

Ja a Deus nom prazerá que eu vivo me ponha em vosso poder nem em vossas maãos nem tome cousa que a mi seja desonrra . . . . . .

5.) Cap. XXIII, p. 60:

e luego en esa ora quel ouo descencendido dela cruz el cuerpo de Jesu Cristo, fue preso, e el padre de uno de aquellos que el emperador dexaua . . . . . que ya era fecha luengo *tiempo;* e aqui Josep estouo quarenta anos, mas a el no le semejo que y ouiese estado tanto *tempo* [simo] como desdel viernes . . .

p. 94:

e logo em esta hora e tanto que (o) deceo da cruz o corpo de Jhesu Cristo, foi preso e o pai de huũ daquelles que o emperador dexara *a vida, o metera na parede do muro de Acre em hua cova* que era feita ja muito tempo avia. E ali Josep esteve quarenta annos, mas a elle nom lhe pareceo que estevera tanto tempo [se non] como des sesta feira . . . . [67]

Saltos da mesma espécie, posso signalizá-los nos textos da *Demanda do Santo Graal* e do *Palmeirim de Inglaterra*, isto é nas traduções castelhanas de originais portugueses [68].

Já disse no Capítulo I que suponho haja um salto-bordão no Argumento da Barca do Inferno, de *pera* para *pera* [69].

III — A «companhia» que assistiu ao nascimento de D. João III e do drama português

Vejamos agora como pelo próprio texto do *Monólogo do Vaqueiro* se pode provar a presença de D. Leonor nos Paços da Alcáçova na noite de 7 a 8 de Junho de 1502. E, também, como tornam verosímil essa presença as relações e costumes da côrte manuelina que, seguindo as pisadas de Anselmo Braamcamp Freire, prefiro chamar *brigantino-manuelina* (à qual a viuva de D. João II pertence pelo sangue e pela afeição).

Na própria Didascália Gil Vicente usa, com relação aos membros presentes dessa família, o termo *esta companhia*. Se êles fôssem apenas três, talvez o não empregasse? [70] Mas não insisto neste ponto,

visto que mesmo duas pessoas podem constituir *companhia;* e não só comercialmente [71].

No texto versificado há primeiro duas estrofes de Introdução, em que o Vaqueiro finge ter penetrado a custo nos aposentos régios; e seguramente não teria entrado se não fôsse figura já conhecida dos porteiros, e conhecida como bem-vista por pelo menos uma das personagens presentes.

Em seguida dirige-se à Rainha-nova, como intérprete do júbilo da nação. E na alocução dá, em conformidade com um gentil uso popular, parabens a todos os parentes da «recem-parida» ou simplesmente da «parida» na linguagem ingénua dos Vilhancicos.

Começando com os mais ilustres e hieràrquicamente mais ao alto colocados, cumprimenta os avôs do Prìncipezinho, ausentes em Castela: os Reis Católicos, visto que D. Maria era filha dos dois.

Sobretudo pensa naturalmente na grande Isabel:

Que gran placer sentirá
la gran corte castellana!
Quan alegre y quan ufana
que vuestra madre estará!

Seguem-se os louvores dos presentes. Primeiro de D. Manuel, ao qual, chamando-o *tal rey!*

el màs noble que nacio!

faz uma profunda mesura. E depois da interjeição tripartida, em que de novo o seu olhar pousa em D. Maria:

que padre! que hijo! y que madre!

aproxima-se reverente da idosa mãe do soberano, a tal Infanta D. Beatriz que suponho sentada ao lado do rei, para exclamar — *Oh que agüela!* não sem acrescentar logo... *y que aguelos!* [72] com um suspiro de cortês e saudosa recordação do falecido Infante D. Fernando, evocada pelas vestes de luto dela, e das outras duas trágicas viuvas, agrupadas do lado oposto da cama [73]. Virando-se finalmente para essas filhas de D. Beatriz, e realizando mais dois rapapés à moda pastoril, diz com tom admirativo

Que tias! que yo me espanto!

Tias no plural. *Tias* presentes evidentemente (ausentes, não havia outras)!

Que todos quantos, sem reparar nesse pequeníssimo mas bastante testemunho, batalham iludidos a favor de D. Beatriz me expliquem

quem são essas tias presentes, a não serem as únicas irmãs sobreviventes de D. Manuel: D. Leonor, a verdadeira Rainha-Velha; e D. Isabel, a Duquesa de Bragança? E que me digam se, mencionando essa última na Didascália como no texto, Gil Vicente não havia de nomear tambêm em ambos os lugares a Rainha D. Leonor.

Passando da prova directa às indirectas e externas pregunto, se não era naturalíssimo que essas duas irmãs do reinante assistissem, em companhia da mãe, ao bom-sucesso da Rainha-Nova, às horas em que havia de nascer o herdeiro da corôa?

A não estar gravemente doente, a não viver em desharmonia com a família, mal ela podia faltar nas demonstrações festivas, provocadas pelo fausto acontecimento.

Não consta que houvesse doença. E a harmonia entre D. Beatriz, D. Leonor e D. Manuel era completa, tamanha que até deu que falar aos contemporâneos e à posteridade.

Quanto ao ano de 1502, que venham os Cronistas — o de D. Manuel e o de D. João III — contar-nos o que houve quando o Príncipe foi baptizado, dias depois da Visitação de Gil Vicente, nos mesmos paços da Alcaçova, na capela de S. Miguel, que posteriormente serviu de palco ao *Auto dos Quatro Tempos*. E ficaremos sabendo que D. Beatriz e D. Leonor eram as madrinhas. Em lugar principal a Rainha Velha, que deu ao neófito o nome do seu falecido esposo [74].

Damião de Goes diz o seguinte:

E passados os oito dias do parto, o Principe foi baptizado na Cappella de sam Miguel dos mesmos paços no qual dia se acendeo o fogo nelles. Baptizou-o dom Martinho da Costa, arcebispo de Lisboa. Levou-o á pia dom Jaimes Duque de Bragança; as madrinhas foram a Infante donna Beatriz, mãi del Rei dom Emanuel a Rainha donna Leanor sua irman [75].

Francisco de Andrada relata o mesmo, quási com as mesmas palavras:

Foy o princepe bautizado na capella de São Miguel dentro nos mesmos paços dAlcaçova, levou-o à pia dom Jaimes duque de Bragança; bautizou-o dom Martinho da Costa, arcebispo de Lisboa; forão suas madrinhas a ifante dona Britiz sua avó, molher que fora do ifante dom Fernando; e a Rainha dona Leanor sua tia, irmam del Rey seu pay, que fora molher del Rey dom João o segundo.

... E no mesmo dia deste bautismo se acendeo fogo dentro nos paços que não deixou de perturbar algum tanto a solenidade daquelle dia; porem foy atalhado com tanta pressa e diligencia que de todo se apagou sem dano [76].

IV — As madrinhas de D. João III

A) Dona Beatriz

Devo expôr agora porque não creio que as madrinhas do rei foram também ambas, de mãos dadas, madrinhas do teatro português.

Escusado é dizer em primeiro lugar que D. Beatriz... era mais velha do que seus filhos! Mas sempre será bom fixarmos a diferença de idade que havia entre ela e as outras três pessoas que assistiram ao nascimento do teatro português.

A Infanta D. Beatriz, que não era *Rainha,* era realmente *velha* em 1502 [77]. Atingira os setenta, ou já passava dêles. Alquebrada por graves e cruciantes dôres, tinha cabelos brancos provávelmente — pormenor de que deviam lembrar-se as gentis actrizes que colaboram com Afonso Lopes Vieira na ressurreição do *Auto vicentino* [78].

D. Leonor, pelo contrário, que fôra *Rainha,* e continuava a sê-lo na hierarquia da côrte, não era *velha.* Contava quarenta e quatro anos [79]; e D. Isabel, a viuva de D. Fernando de Bragança, o Justiçado, tinha menos um.

D. Manuel — o mais novo da prole — só contava trinta e três, tendo subido ao trono, para o qual não nascera, com vinte-e-seis. Essa diferença de idade explica, em parte, o poderio notável que sôbre êle exerceram as três princesas, sobretudo D. Leonor que fôra *causa única de êle ficar nomeado na sucessão dos reinos por D. João II* [80].

A mãe de D. Manuel era filha de um dos nobres Infantes da Inclita Geração: Dom João (falecido em 1442); e de D. Isabel de Bragança. Era neta portanto de D. João I. O nome de Beatriz recebera-o da avó materna, a filha única do grande e santo Condestável.

Casara com outro neto do mesmo rei de boa memória, o já citado Infante D. Fernando, irmão de Afonso V, e Duque de Viseu, como sucessor de seu pai adoptivo, o Infante-Navegador.

Dêsse consórcio entre consanguíneos (visto que os Braganças derivam de um bastardo de D. João I) houvera prole numerosa; mas em parte tarada. De nove filhos três faleceram na infância (D. Denis, D. Simão, D. Caterina); dois sucumbiram na juventude (D. João e D. Duarte).

Dos válidos, D. Diogo, o conspirador, foi apunhalado pela mão vingadora de D. João II em Setubal (1484).

Sobreviveram os três melhores ou mais vigorosos: D. Leonor, D. Isabel, D. Manuel.

Desde que viuvara (1470), e sobretudo desde os desgostos cruciantes, causados pelo «caso das traições», seguido da expatriação dos Braganças, D. Beatriz passara a vida longe da côrte em residências suas, como Moura e Beja sobretudo, onde ela fundou o Mosteiro da Conceição, célebre pelos amores de Soror Mariana, e onde jaz com o marido.

Sòmente desde que o último dos seus nove filhos, o Venturoso, subira ao trono, é que veio às vezes a Lisboa. Aí juntara-se, como mostrarei num dos parágrafos seguintes, a três ex-rainhas; e conjugava o seu influxo sôbre D. Manuel, com o de D. Leonor.

Tenho algum escrúpulo em repetir o dito satírico do melhor conhecedor vivo daquela época, admirador convicto do varonil D. João II, e por isso mesmo antagonista do Venturoso, e das irmãs, e da mãe que lhes dera sangue brigantino [81], Segundo êle o *piegas* monarca andava metido entre as saias da mamã e das manas [82].

Mas quanto à repatriação dos Braganças e à restauração da enorme casa dêles, é facto que Damião de Goes, alegando a opinião de outros, innominados, punha as culpas a essas mulheres «por lho fazerem fazer, parte por rogos, parte por muita importunação» [83].

Dona Beatriz faleceu em 1506.

De influxos benéficos, por ela exercidos nos paços lisbonenses, de iniciativas suas, artísticas ou literárias, nada sei. Absolutamente nada.

No *Cancioneiro Geral* seu nome aparece algumas vezes. Mas sempre na penumbra.

Uma vez por causa de *donzelas* suas, que entrevieram nalguns processos versificados, de mãos dadas com as *damas da rainha dona Lyanor* [79].

Outra vez por causa de «mimos» do paço, como um cachorrozinho chamado *Saião* [84].

Á vista disto ¿ é provável, ou é pouco provável que na idade de setenta anos uma Infanta-viuva, meio-cenobita, começasse a proteger um actor e autor da côrte, onde ela estava só de passagem, interessando-se por uma invenção nova, literária, de carácter mais profano do que sagrado?

O leitor atento já fixou seguramente o facto de nos passos relativos a D. Beatriz, que até aqui citei — quer de Goes, Garcia de Resende, Francisco de Andrada, quer de versejadores do *Cancioneiro Geral* — ela aparecer constantemente com o título de *Ifante* (*Infanta*

na moderna forma analógica), isto é com o único título que competia à esposa ou viuva de um *Ifante* [85].

Esse título era mesmo antonomástico, porque nos fins do século XV, e princípios do imediato, não havia outra *Ifante* na côrte portuguesa. Quem dizia *Ifante,* dizia D. Beatriz.

A esses passos podia juntar muitos outros [86].

Escolho todavia apenas duas proposições latinas afim de provar, que mesmo na clássica língua morta, em que os autores do Renascimento costumavam usar e abusar de todas as licenças poéticas, e prodigalizavam títulos magestáticos [87], o único que nomeia D. Beatriz, lhe deu apenas o título pragmáticamente justo de *Infanta.*

Tratando das *terçarias,* isto é, da troca de refens estipulada no contracto de paz entre Portugal e Castela depois da incerta batalha de Toro, em virtude do qual um filho de D. Beatriz fôra entregue aos reis de Castela, ao passo que ficava em poder de D. Beatriz na praça de Moura a noivita do Príncipe D. Afonso [88], — tratando das terçarias, digo, é que o Humanista Cataldo Siculo, chamado de Bolonha por D. João II para mestre de seu filho predilecto, (o bastardo D. Jorge de Coimbra), menciona a Infanta, na Epopeia em quatro Livros que dedicou à infausta morte do seu discípulo [89].

Em cota marginal lê-se: Qui quoniam nondum nubiles nec contrahendo matrimonio apti deducta Elisabeth Moram Lusitaniae oppidum, ibi una cum Alphonso summa cura *Infanti Beatrici* educandi traduntur, Jacobo Duce ejusdem Beatricis filio obside apud Castellae reges dato [90].

Pouco depois repete a respeito do mesmo assunto:

Eorum custodia demandata est *Beatrici Infanti* cujus filius Jacobus obses datus cum Fernando Rege erat [91].

Fica pois estabelecido que nem um só historiador ou versificador, por mais adulador que fôsse, nem poeta algum latino, que eu saiba citar, se lembrou de tratar a D. Beatriz de *Rainha,* abusivamente, por uma «civilidade consuetudinária», muito apregoada, mas de que ninguem ainda alegou exemplos quinhentistas.

Só nos princípios da primeira dinastia, as Teresas, Mafaldas e Urracas assinavam documentos, com soberania, como *Rainhas,* embora fôssem apenas Infantas e solteiras. Mais tarde, não.

«Mas ...poderão replicar alguns raros leitores, quer muito ponderados, quer oposicionistas por inclinação natural...» mas o jovial Garcia de Resende, que viu três reinados, fala (na Crónica rimada a que deu a epígrafe de *Miscellanea*) de *tres rainhas* ajuntadas em

Lisboa, no tempo de D. Manuel. ¿Não seriam essas três: D. Maria, D. Leonor e D. Beatriz? as mesmas três que assistiram, acompanhadas da Duquesa D. Isabel, ao nascimento do teatro português, e de D. João III?

Respondo que *não,* de maneira nenhuma.

Verdade é que na décima 168.ª da edição de 1798 (de que me sirvo, sem prazer)[92], Garcia de Resende lá fala de *três rainhas.* Não há todavia referência especial aos anos de 1502 a 1506. E entre as rainhas que o próprio autor nomeia em nota marginal, não figura D. Beatriz.

A estrofe tem o teor seguinte:

Tres raynhas adjuntadas
vimos em Lixboa estar
vintoito annos sossegadas;
poucas vezes espalhadas
se a peste daua lugar:
ha que viuuou primeiro
he viua por derradeiro:
vi tres mortas antes della,
outra tornada a Castella
com joyas e com dinheiro.

Nem com auxílio da cota marginal, na qual Resende pretende enumerar as pessoas visadas, o leitor fica elucidado. Interpreta-la-há correctamente, motu-próprio, só se fôr muito firme em história-pátria.

Na nota, Resende cita apenas cinco damas, apesar de no texto haver falado, aparentemente, de seis: 1.º) a *raynha dona Joana* (mais conhecida como *Excelente Senhora*); 2.º) a *raynha D. Lianor;* 3.º) a *Raynha e Princesa;* 4.º) a *raynha D. Maria;* 5.º) a *raynha dona Lyanor, irmã do Emperador.*

Suprindo a falta direi em primeiro lugar que o prazo de vinte e oito anos foi calculado pelo poeta, a meu vêr (sem absoluta correcção embora) de 1497 a 1525. Isto é desde o ano em que D. Manuel, levou a Lisboa a primeira *Rainha Nova,* até o falecimento de D. Leonor, a *Rainha Velha.*

Sendo assim, êle conta as três esposas sucessivas de D. Manuel como uma só! A Reinante. A Raínha. A Raínha Nova[93].

A essa como primeira e principal das três rainhas ajuntadas e permanentes em Lisboa, e a D. Leonor, a Rainha Velha como segunda, devemos unir como terceira a Rainha D. Joana. Essa *Excelente Senhora,* embora fôsse com efeito a que viuvou primeiro, de D. Afonso V que só nominalmente fôra seu esposo, conservava-se

realmente viva ainda quando Garcia de Resende começou a delinear a sua *Miscellanea*. Faleceu comtudo no mesmo ano de 1530.

Nascida em 1462, como filha daqueloutra D. Joana (neta de D. João I) que os reinantes consorciaram com Enrique IV de Castela, o Impotente, — ela dera a mão de esposa em Plasencia a Afonso V (1475). Por falta de dispensa papal, e outros estorvos conhecidos, o matrimónio nunca se consumou. Constrangeram a triste viuvinha a renunciar ao seu estado, e a entrar no Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Com licença de D. João II ficou comtudo posteriormente fora do Convento, em paços de Lisboa, convivendo com a côrte, e até morrer conservou casa, estado e também o título de *Rainha* [94].

Com relação às Rainhas que morreram antes dela, a nota de Garcia de Resende diz bem que foram: 1.º) a Princesa e Rainha D. Isabel, primeiro esposa do Príncipe D. Afonso, e posteriormente Rainha, como mulher de D. Manuel; 2.º) D. Maria, a do bom sucesso de 1502, e de tantos outros partos felizes até que o de 1516 a foi matando lentamente; 3.º) emfim D. Leonor, a viuva de D. João II.

A que tornou a Castela, com joias e dinheiro, claro que foi efectivamente D. Leonor de Áustria, última esposa do Venturoso, mãe da famigerada e douta Infanta D. Maria; e de 1530 em diante Rainha de França, de facto só até o falecimento de Francisco I (1547), titularmente até ela expirar desalentada em 1558.

Na estrofe da *Miscelânea* não há portanto referência alguma a D. Beatriz. Nem a há nas outras trezentas e tantas décimas, que a constituem, omissão que não deixa de ser significativa.

Não há — peço vénia para o repetir — quem na côrte *muy ceremoniática* do Príncipe Perfeito, e na mais ceremonial ainda do sucessor Venturoso, e de D. João III e D. Caterina, ousasse empregar mal as titulaturas prescritas.

B) **Dona Leonor**

¿ Que hei de dizer a respeito de D. Leonor ?

Superfluo me parece insistir ainda em que era *Rainha*, mas não era idosa, pois contava apenas quarenta e quatro anos quando D. João III nasceu; mas que para o público, para a nação a Ex-rainha, ou Rainha-viuva, passara naturalíssimamente a ser a *Rainha Velha* desde o dia em que D. Manuel casara pela primeira vez, dando a Portugal uma *Rainha Nova* [95].

Talvez também seja inútil recordar que, nascida a 2 de Maio de 1458, casara muito nova [96] com D. João II, então Príncipe. Que,

só ao cabo de quatro anos, saiu das suas entranhas aquele gentil Príncipe D. Afonso que, com apenas dezaseis anos, recem-casado, morreu no Alfange de Santarem, numa pobre choça de pescadores, caido do murzelo que montara para a corrida fatal. Que esta desgraça, considerada por ventura por ambos os esposos como castigo de Deus, castigo e consequência das culpas e da pena de D. Diogo e de D. Fernando, amarguraram o coração de D. Leonor e resfriaram o seu amor pelo Príncipe Perfeito.

¿ Hei de narrar como ela, com rara energia, levou o rei a não postergar os direitos de D. Manuel à corôa, irmão dela e bisneto legítimo de D. João I, a favor do querido bastardo régio, D. Jorge; e como o monarca lhe cedeu, afim de ser fiel ao nobre lema que o mandava fazer tudo *pela lei*, e pela grei?

Lembrarei, com tristeza, que não acompanhou o melancólico esposo às penúrias das Caldas de Alvor no Algarve, onde êle exalou o último suspiro? e que nem ao seu lado quis dormir o sono derradeiro?

Direi mais uma vez que, em harmonia com a mãe (a Infanta D. Beatriz), instigou o sucessor entronado a reconduzir os Braganças ao seu pleno poderio, contra a vontade expressa, e politicamente bem justificada do esposo?

¿ Recordarei que foi regente três vezes? [97] que estivera, doente, à morte, em Maio de 1494; e desde então, embora sarasse, e vivesse mais três decênios, ficou sendo enfermiça, e passava muito tempo na cama? [98]

¿ Convirá mais notar que se ela pecou por amar mais do que o marido, a estirpe dela (a mãe, o irmão, etc.), ela remiu esses pecados contra o Espírito Santo pelo constante esfôrço de praticar o bem, gastando as suas riquezas em obras de caridade.

¿ Valerá a pena repetir que ela fundou as Caldas de Óbidos, depois denominadas Caldas da Rainha? ajudou a instituir a primeira *Misericórdia* do reino? [99] foi criadora do esplêndido convento da Madre de Deus em Xabregas, onde jaz ao lado da irmã? que protegeu a Imprensa, tendo seu nome vinculado à edição monumental da *Vita Christi* (já o disse), e a outras publicações preciosas?

¿ Chamarei a atenção do leitor de preferência para a serenidade com que D. Leonor encomendava ao seu lavrante e Mestre da balança magníficas obras de ourivesaria? E sobretudo para a inteligência com que acolheu as obras dramatúrgicas de Gil Vicente, não sòmente obras de devoção, mas tambêm cousas de folgar, que faziam rir (conforme relatei no Capítulo segundo dêste Ensaio)?

Evidentemente; porque tudo isso concorre para fazer arreigar a

convicção que D. Leonor fez, a favor da civilização e da humanidade mais do que qualquer outra Rainha de Portugal (com excepção talvez da Rainha Santa) [100], e para desfazer a impressão que produziram as censuras do seu valente e varonil acusador [101].

Compreendo a atitude do muito ilustre e doutíssimo admirador de D. João II. Concordo em que da parte de ambos os cônjuges, e não só da parte del rei, houve agravos. Aplaudo a ideia que à mulher competia perdoar e esquecer e acarinhar *malgré tout*, o grande rei — o Homem, como Isabel a Católica o chamou. Sou também de opinião que no carácter de D. Leonor, como no de D. Manuel e de D. Beatriz, havia algo de *brigantino,* isto é, algo de positivista, rebelde ou antagónico ao belo idealismo joanino.

Mas quanto às suas obras de caridade, entendo que é sempre por descargo de alma que tanto o justo como o pecador acode aos desprotegidos.

E vejo que elas não desabrocharam só depois da morte del rei (as obras nas Caldas principiaram em 1488). Interpreto também a favor dela o procedimento de D. João II que, pródigo em dotá-la e subvencioná-la, para ser parte no bem que ela fazia, vertia lágrimas amargas, ao vê-la doente [102], e ainda no fim da vida afirmava «o muito amor que lhe temos».

Se realmente houve nela o feio instinto da cobiça, por certo não arrebanhava dinheiros para ostentações, mas para os empregar em fundações úteis e belas.

Que o génio absolutista, duro, áspero, agressivo, irritável e não humano [103] do esposo a mortificasse infinitas vezes e talvez fez que respirasse, ao vêr-se libertada tanto das blandicias como das sevícias dêle, compreendo-o.

Mas, francamente o digo: confrange-se-me o coração ao lêr a página cruel em que Braamcamp Freire descreve o triste fim do grande espírito de D. João II como *desejado por ela;* e aquela mais cruel ainda em que afirma que o veneno que matou D. João II foi-lhe preparado e propinado, provavelmente, *por ordem da Rainha e de D. Manuel.*

Bem conheço o provérbio *¿ Quem cometeu o crime? Aquele a quem aproveita.* Provérbios não são evangelhos, todavia. Contêm em regra sabedoria infantil. Se a morte do marido aproveitava ao irmão, não aproveitava a ela ... Em casos de tanta gravidade hesito em acusar, sem provas irrespondíveis.

As páginas e sentenças do historiador já passaram todavia em julgado. F. A. da Costa Cabral vai mais longe até; presume que D. Leonor fôsse talvez a primeira a atraiçoar o rei [104] e a pátria.

Deixemos isso.

Passo a tratar rápidamente do papel que foi assinado à Rainha D. Leonor pelos escritores coevos, e das relações que Gil Vicente, com ela teve, segundo as aparências.

Garcia de Resende [105], Rui de Pina [106], Damião de Goes [107], o criterioso e justiceiro, que não costumava sonegar as suas simpatias e antipatias, só teem louvores para D. Leonor.

No *Cancioneiro Geral* há umas gentis *Voltas* jocosas sôbre um rifão relativo à *caça que se caça em Portugal*, escritas em 1516. Entre elas noto umas quadras em que o trovador Diogo Velho dá à Rainha as designações seguintes:

a madre consolador,
de muyto bem soste(n)dor,
em virtudes fundador [108]
.....
del rrey dom Joham parceyra,
dona Lyanor, erdeyra
natural e verdadeyra
rraynha de Portugal [109].

Além disso ela surge como instauradora no humorístico Processo de Vasco Abul [110], a que já me referi, processo cujo objecto foi um colar de ouro e no qual por ordem dela discursou Gil Vicente como trovador.

É um contacto positivo entre a Rainha e o autor. Esse, e pessoas da sua família, viviam em Lisboa em casas de D. Leonor, perto do seu paço. É o segundo contacto.

Um Gil Vicente era ourives da Rainha em 1509, quando, provávelmente por recomendação dela, foi nomeado *védor de todas as obras de ouro e prata* que se mandassem de aí em diante fazer para o Convento de Tomar, Hospital de Todolos Santos de Lisboa, e Moesteiro de Nossa Senhora de Belem. Ainda ocupava esses postos quando foi feito Mestre da balança da Casa da Moeda em 1513.

Esse Gil Vicente lavrou, no serviço da Rainha, cálices que ela legou no seu testamento ao Mosteiro da Madre de Deus; e muito antes tinha lavrado, no serviço de D. Manuel, entre outras peças a obra-prima que se chama a Custódia de Belem.

Nos documentos que os entendidos julgam relativos ao poeta, e do mesmo modo nos que se referem ao ourives, o nome Gil Vicente vem sempre só, sem outra individuação, como seria preciso se dois

existissem ao mesmo tempo na côrte de D. Manuel, para que não houvesse dúvidas e enganos.

A favor da hipótese que o ourives e o dramaturgo eram o mesmo homem fala também o facto de numa Carta régia (descoberta pelo General Brito Rebelo) haver por cima do registo uma cota, de mão contemporânea, seguramente autorizada, que diz, resumindo o conteudo:

Gil Vicente trovador e mestre da balança.

Todos os restantes argumentos a favor da tese que houve um só *Gil Vicente* protegido por D. Manuel e D. Leonor — ou, digamos, a favor da tese, que o ourives que resignou o ofício em 1517 e não mais aparece, e o dramaturgo que continuou então a trabalhar com muito mais intensa e sublimada laboriosidade, são a mesma pessoa, deve procurá-los o leitor no já citado estudo de Braamcamp Freire: *Gil Vicente trovador e mestre da balança* [111].

Já indiquei que para o trovador em 1502 ter entrada nos paços da Alcaçova, e nos próprios aposentos da Rainha, devia necessáriamente ser conhecido e bem-visto da família manuelina. E o talentoso ourives a quem em 1503 foi confiado o ouro vindo de Quiloa, devia já ser artista experimentado em 1502.

V — História do problema relativo à Didascália inicial das obras de Gil Vicente

Eis nos seus traços principais a história do problema da Rainha Velha (de 1834 até Julho de 1917):

1.º) No *Ensaio sobre a Vida e Escritos de Gil Vicente* [112], os editores da reimpressão de Hamburgo disseram o seguinte:

«A *Rainha* Dona Beatriz, mulher *(sic)* de Dom Manuel, tendo ficado mui agradada do monólogo que Gil Vicente, no character de pastor foi recitar na sua mesma camera *(sic)* onde ainda se achava de cama, de parto do principe D. João (depois D. João III), congratulando-a pelo feliz nascimento do herdeiro da coroa, lhe pedio, esperando talvez que o poeta mudasse as setas em grelhas, que em dia de Natal lhe repetisse aquela mesma composição, endereçada ao nascimento do menino-Deos» [113].

Em conformidade com essa errónea interpretação, em que confundiram a mãe do reinante (a Infanta D. Beatriz), com a esposa dêle, a parturiente D. Maria, os editores acrescentaram à Didascália do *Auto da Sibila Casandra* (mais acima trasladada) a nótula *A Rainha*

D. Beatriz, de fé que as cinco primeiras composições da Copilação se devem, não à Infanta-mãe de D. Manuel, mas sim à esposa e rainha, cujo nome falsificaram por descuido!

Já ficou dito que êsse dictame, comquanto não fôsse aceite tal qual, iludiu muitos leitores, e encarreirou mal os investigadores [114].

2.º) Na redacção primeira da *Historia do Theatro Portuguez no Seculo VVI* [115] Teófilo Braga, clarividente, vindicou com justeza a honra de haver favorecido o patriarca do teatro português para a Rainha D. Leonor. Emendou os erros contidos no passo do *Ensaio* hamburguês, que trasladei. Mas cometeu outros, pois confundiu a mãe de D. Manuel (D. Beatriz) com a filha dela, a Duquesa de Bragança [116].

3.º) Compreende-se que a opinião do Historiador da Literatura Portuguesa prevalecesse.

O lusófilo Edgar Prestage encostou-se a ela, num estudo sôbre o drama português no século XVI [117] publicado na revista *Manchester Quarterly*. Nêle é D. Leonor, *the Queen Dowager* (p. 5) ou *the old Queen* (p. 17) que figura como protectora, única, do poeta.

4.º) Pouco depois se manifestou no mesmo sentido Menendez y Pelayo, nas belas páginas que dedicou ao poeta [118].

5.º) Em 1898 um paciente e consciencioso investigador adverso a fantasias, fiando-se só em documentos, nos quais procura a confirmação ou a destruição de lendas e tradições, elucidou com valiosos elementos novos a biografia do poeta e indicou, baseando-se na letra da Didascália do Monólogo, a *Infanta D. Beatriz*, mãe de D. Manuel, como primeira protectora do poeta.

Refiro-me ao General Brito Rebelo que então começou a imprimir na *Revista de Educação e Ensino* um extenso tratado sôbre Gil Vicente. Ficou todavia interrompido. E como o autor substituìsse em 1902 o fragmento por outra publicação integral, e independente, é a essa que remeto o leitor [119].

Sublinhando na Didascália, de cuja exactidão não duvida, a fórmula *a Raynha Dona Breytiz — sua may* — argumenta assim:

> Em toda esta rubrica há apenas um êrro de facto — é o chamar-se à mãe de D. Manoel *rainha* em vez de *infanta*, — no mais tudo está exacto: o seu nome é Beatriz, ou Brites, é mãe do rei e da duqueza de Bragança; ora sendo todas as circunstâncias conformes à verdade menos uma, qual é mais racional: corrigir essa para a harmonizar com as mais, ou emendar tantas para condizerem com uma só? a razão, a simples razão nos está indicando o primeiro caminho.
>
> E como não temos memórias particulares que nos iniciem nos ministérios da côrte portuguesa, sabemos por ventura, se os servidores dela, no trato íntimo e quotidiano, dariam o nome de *rainha* à que era mãe do rei e de outra rainha?

Sabemos também se Luís Vicente, pouco versado nestas minudências históricas, emendaria o que encontrara nos cadernos do pai, e cometeria o êrro?

Não é isto singular. Em minha mão tive há três anos um exemplar das *Leis Extravagantes*, coligidas por Duarte Nunes de Leão, anotado por um douto praxista cujo nome ignoro, mas que se conhecia ser muito versado em direito; pois ao lado do alvará de 14 de fevereiro de 1569 que vem no princípio, onde se diz *el Rey D. Manoel meu bisavô, e el Rey Dom João o Terceiro meu senhor e avô etc.* escreveu o jurista as seguintes frases com relação a D. Manuel: *nota que era avô e chama-lhe bisavô* e com relação a D. João III: *nota que era pai e chama-lhe avô.*

Ora se um homem de letras, que estudou na Universidade, cursou com tantos homens ilustrados, praticou o fôro onde tinha que estudar as leis, as ordenações, e a história, fazia observações dêste jaez, que admiração seria que Luís Vicente, nascido talvez já pelo reinado de D. João III, quando não havia compêndios de história, cometesse aquela pequena inexactidão?

Nada, porêm, nos autoriza a substituir o que está escrito por outras rubricas de nossa invenção: o que nos é permitido é notar os erros ou equívocos que encontramos, para que o leitor menos sabido os conheça, evite e possa avaliar [120].

Replico que as Didascálias não podem ser de Luís Vicente. Mestre Gil, a quem as devemos, era coevo e, em certo sentido, íntimo da família manuelina.

Se a *Lei* ou o *Alvará* a que Brito Rebelo se refere, foi promulgado em nome de D. Sebastião, como a data de 1569 faz presumir, o tal douto praxista e autor das aliás escuras nótulas mostrou na verdade supina ignorância. Mas essa não destinge em Mestre Gil, que tantíssimas provas nos deu da sua superior inteligência e da sua perícia em acontecimentos e festejos palacianos.

Não temos de substituir palavra nenhuma na Dedicatória.

Temos de preencher apenas um salto, se não edifiquei em areia todo êste meu edifício.

6.º) A argumentação de Brito Rebelo, errada embora, produziu o efeito que, vindo de quem veio e como veio, devia produzir.

T. Braga, que em 1898 estava a refazer o primeiro volume da *História do Teatro português*, adoptou a teoria que rejeitara em 1870. Sem felizmente de modo algum negar que D. Leonor foi a verdadeira inspiradora dos Autos representados perante D. Manuel, entendia agora que as relações de Gil Vicente com a família de D. Manuel eram antigas e íntimas, *especialmente com a Rainha Velha, assim chamada depois que seu filho o Duque de Beja estava Rei de Portugal... porque ela bem conhecia a cultura literária do que fôra mestre de retórica do Duque de Beja* [121].

7.º) Á opinião de Brito Rebelo cingiram-se, temporáriamente pelo menos, em quanto não trataram independentemente dos problemas vicentinos, os Novos Obsequiosos de Sacavem: o esperto e

cuidadoso historiador A. Braamcamp Freire e o Visconde Júlio de Castilho.

A prova dêsse facto está nos *Índices* do Cancioneiro de Resende, ou mais exactamente nas *Taboadas* das Obras de Gil Vicente, auxílios preciosos para quem se interna na poesia quatrocentista de Portugal.

Eis o que lá se lê, sob a chamada *Beatriz — Infanta (D.):*

chamada por cortezia Rainha D. Beatriz [122], mãe d'el Rei D. Manuel. Assiste em 1502 à scena do vaqueiro, ou *Visitação* no nascimento de seu neto o Principe D. João (I, 1).

Tendo-lhe agradado muito a *Visitação,* pede a Gil Vicente repita a scena nas Matinas do Natal de 1502 (I, 5).

Pede a Gil Vicente o *Auto dos Reis Magos* para a festa dos Reis de 1503 (I, 22).

A essa senhora se representa nas Matinas do Natal, no Mosteiro de Enscobregas, o *Auto da Sibylla Cassandra* (I, 35).

Por mandado d'essa senhora se representa a el-Rei D. Manuel seu irmão (aliás *filho*) — *su* — na Capella de S. Miguel do Paço da Alcaçova ó *Auto dos Quatrotempos* (I, 76). [123]

E mais abaixo regista-se o seguinte:

Leonor — Rainha D — Viuva d'el Rei D. João II. A ella (ou por sua indicação) é feito o *Sermão* prégado a el-Rei D. Manuel em 1506 na villa de Abrantes (III, 334).

A essa senhora foi representada em Santos o velho, em 1610, a farça *Auto da Fama* (II, 43).

A essa senhora se representa em Almada, em 1519, a farça chamada *Auto da India* (III, 24).

A essa senhora se representa nas Matinas do Natal de 1518, na egreja do Hospital de Todos os Santos, o *Auto da Barca do Purgatorio* (I, 245).

A essa senhora se representou em 1504 na egreja das Caldas, o *Auto de S. Martinho* (I, 382).

Ordena a Gil Vicente a composição do *Auto da Alma* (I, 184).

D. Leonor figura pois como inspiradora de apenas seis composições.

Com tão bons padrinhos é claro que ninguem podia de aqui em diante, descartar a Infanta D. Beatriz, sem novo e minucioso exame da questão. E nem o ilustre dono da Casa dos Cesares nem o benemérito lente de literatura portuguesa na Universidade de Coimbra, tinham motivo para o empreender.

8.º) Na Introdução do *Auto da Festa* [124] há uma bela página, em que o Conde de Sabugosa explica como Gil Vicente soube encantar todas as princesas e todos os príncipes da Casa reinante nos dias de

D. Manuel e de D. João III. E entre as mais interessadas aparecem, de mãos dadas, D. Leonor e D. Beatriz.

E nos elegantes *Embrechados* [125] há no Ensaio intitulado *Um Auto de Gil Vicente*, a mesma afirmação. «Foi ella (sr. D. Leonor) quem cooperando com D. Beatriz, sua mãe, appelidada a Rainha Velha, trouxe às festas da côrte o poeta Gil Vicente, o iniciador do theatro portuguez».

9.º) No Prefácio da quinta édição das obras do Plauto português, o Dr. Mendes dos Remédios, claro que não quis deixar de inclinar-se diante do saber e da escrupulosidade de Brito Rebelo e Braamcamp Freire. «Foi a propria Rainha Velha D. Beatriz — diz êle — quem pedio ao Poeta isto mesmo lhe representasse às matinas do Natal» [126].

10.º) Eu, pelo contrário, no empenho de preparar a edição *crítica* dos textos, começando com as *Barcas* e o *D. Duardos,* havia de necessáriamente analisar meticulosamente as componentes das *Didascálias.*

Ao publicar a primeira nota preparatória, tendo já esboçado esta segunda, e várias outras, tive por isso de acusar de prevenção a existência de erros cronológicos naquelas importantes informações, erros que em parte são da memória do poeta, em parte meros lapsos de escrita ou de imprensa.

E com respeito à Rainha Velha eu acrescentava: «*Um* [*sc. lapso*] *que foi fatal, relativo à Rainha D. Leonor, deturpou a cota que precede o Monologo do Vaqueiro*».

Palavras poucas e epigráficas, escondidas numa Anotação [127], que naturalmente não podiam provocar anuências abertas!

11.º) Na sua terceira obra vicentina, publicada no mesmo ano de 1912 [128], J. I. de Brito Rebelo repete por isso a sua argumentação. Continùa a sustentar que na rubrica do *Monologo* o título de Rainha é dado à Infanta D. Beatriz (p. 15). Julga termos nessa titulatura descuido ou inadvertência de Luís Vicente (p. 16). Entende (e bem) que em 1502 D. Beatriz não viera acidentalmente mas de propósito a Lisboa *(ib.)*. Assenta que até lá quási sempre meio-cenobita, ela teve então um momento de gozo, ao vêr desabrochar o ingenho de Gil Vicente. Assistindo à engraçada scena do Monólogo, desejou vê-la repetida, o que deu lugar à elaboração doutro produto dramático de maior fôlego (p. 17). Ao falar do falecimento de D. Beatriz enuncia a hipótese que a falta dessa sua protectora devia causar grande abalo a Gil Vicente e determinar luto prolongado na côrte (p. 34).

De então para cá os críticos começam a hesitar, e a querer com-

binar o evidente protectorado da Rainha D. Leonor com a falta do seu nome na mais significativa das Didascálias.

12.º) Encontro sinais de hesitação na *Conferência* sôbre *Gil Vicente e a sua obra,* realizada no Teatro Nacional Almeida Garrett em 23 de Maio de 1913 por J. M. de Queiroz Veloso. Segundo êle há no título de *Rainha* «ou lisonja ou lapso» [129]. Mas o lapso não é classificado como omissão material. A mente de Gil Vicente esquecera-se da presença de D. Leonor!

13.º) O Visconde Júlio de Castilho é da mesma opinião. O venerando autor da *Lisboa Antiga* ocupou-se do assunto nas *Contribuições para o Conhecimento das Obras de Gil Vicente*, obsequiosamente ofertadas ao Dr. Mendes dos Remédios para a edição dos *Subsídios*. É lá que repete, no *Índice*, sob a chamada *Beatriz* [130] a ideia que a mãe del rei D. Manuel fora chamada *Rainha*, por cortesia.

Num *Post-scriptum* acrescenta todavia que algumas rubricas dos Autos causaram grande confusão. Entende que aquela que acompanha a *Visitação* foi mal feita. Por ser escrita a muitos anos de distância da composição é que se omitiu entre as pessoas presentes à scena a Rainha D. Leonor, à qual a tradição atribue as encomendas feitas ao poeta.

Omissão por esquecimento, por conseguinte, da presença da sua maior bemfeitora!

E tão persuadido estava disso, e da importância superior de D. Leonor, que sob a chamada *Leonor* atribue à viuva del rei D. João II todos os Autos que eu cataloguei mais acima, com excepção apenas da *Barca do Inferno* [131].

14.º) Nos *Excertos* (portugueses) *dos Autos de Gil Vicente,* publicados em 1916 na *Biblioteca* da *Renascença Portuguesa* por Afonso Lopes Vieira, êsse benemérito iniciador da fecunda campanha vicentina, o qual em redacção leve e inteligentemente modernizada vai ressuscitando o genial criador do teatro português, vê-se às claras que êle se inclina para a opinião de Brito Rebelo, Braamcamp Freire, Queiroz Veloso, Mendes dos Remédios e Castilho.

A verdadeira protectora do poeta foi D. Leonor. Mas o seu nome foi inexplicávelmente omitido na rubrica que acompanha o *Monologo do Vaqueiro* [132].

15.º) O «bom entendedor», a cuja perícia bastaram as poucas palavras que eu enunciara com relação ao *lapso-omissão* dessa rubrica, foi o investigador tantas vezes por mim citado com entusiástica admiração porque pela sua severa e lúcida demonstração provou, até o ponto admitido pelos documentos, a identidade do trovador e do ourives Gil Vicente.

Começada em artigos jornalísticos [133], essa demonstração foi continuada, mas ainda não terminada, em comunicações à Academia das Sciências de Lisboa, e sobretudo na *Revista de História*, generosamente por êle patrocinada. Sempre sob o título temático *Gil Vicente trovador, mestre da balança* [134].

Logo no princípio do Capítulo primeiro, ao falar do Monólogo recitado na Câmara da Rainha D. Maria, o autor pondera lógicamente: «*supôr-se que a Rainha Velha era a mãe de D. Manuel é desacerto grave*». E promete explicar o caso lá adiante.

Depois de haver aplicado a D. Leonor várias vezes a antonomasia debatida [135], e de haver completado a Didascália da maneira por mim adivinhada mas não publicada, lendo — *estando... dona* [*Lyanor sua yrmãa e a ifante dona*] *Breytiz* (a pág. 18) e prometendo de novo mostrar como um lapso do *tipógrafo* tem privado a Rainha D. Leonor, passageiramente, da merecida honra de haver contribuido poderosamente para a implantação do teatro nacional, passa (a pág. 121) a expôr o problema. E advoga a falta de algumas palavras na primeira rubrica. Vindica assim para D. Leonor a glória de haver encomendado a Gil Vicente todos os Autos por mim catalogados neste estudo (menos o da *Barca do Inferno*) [136].

A sua rectidão e gentileza fidalga levou-o então a escrever:

«Já por esta falta [sc. de algumas palavras relativas a D. Leonor] tinha dado a Senhora Dona Carolina Michaëlis de Vasconcellos, e pena foi que o não dissesse por claro para me poupar a demonstração.

«Escreveu a venerada professora: Ha neles, nos pontos essenciaes das didascalias erros cronologicos... e às vezes lapsos. Um que foi fatal, relativo à Rainha D. Leonor, deturpou a cota que precede o Monologo do Vaqueiro.

«Ao alto criterio desta distintissima escritora a quem as letras e a historia da literatura portuguesa tanto devem, não podia escapar o lapso na rubrica».

E termina o honroso trecho, que divulgo sem vaidade, mas com íntima e reconhecida satisfação, com a exclamação acertadíssima:

«Naqueles tempos de feroz pragmática uma *infanta* decorada com o título de rainha!

«E tem sido acreditado por espíritos ponderados» [137].

Posso gabar-me portanto de que a tese que defendi encontrou um apóstolo, mesmo antes de a haver exposta aqui, clara mas talvez pesadamente.

Oxalá, com tão sólido amparo, ela cumpra de aqui em diante, a

missão de levar os futuros editores e citadores da Didascália inicial — imperfeita por estar deturpada por um lapso — a restituir-lhe a redacção que de toda a maneira deve ser a primitiva, dando-lhe, bem se vê, a forma scientífica das que exigem correcção. Isto é: metendo entre parênteses esquinadas os acrescentos indispensáveis.

Imprimindo portanto: *estando o muy poderoso Rey Dom Manoel e a Raynha* [*Dona Lyanor sua yrmãa e a ifante Dona*] *Breytiz sua mãy.*

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

[1] Ver-se há nestas minhas Investigações que várias vezes os Autos foram *feitos* para D. Leonor, mas *representados,* sem que ela estivesse presente, a el-rei D. Manuel.

[2] Vid. *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. I, Fascículo 2, p. 270 (Nota 61).

[3] *Iffante* ou *Yfante* no português, ainda em partes arcaico, de 1500.

[4] Esta segunda *Nota Vicentina,* tal qual todas quantas projecto publicar, está esboçada de há muito. Comtudo não lhe dei a última demão senão depois de haver percorrido, há dias, com grande prazer e proveito o estudo *Gil Vicente trovador, mestre da balança* que na *Revista de História* começou a publicar o ilustre historiador Anselmo Braamcamp Freire. Vid. Fasc. 21 e 22.

[5] Há essa tal indicação vaga em oito dramas que são: *As Côrtes de Júpiter — Templo de Apolo — D. Duardos — Floresta dos Enganos — Rubena — Auto das Fadas — Triunfo do Inverno — Romagem dos Agravados.*

[6] No próprio texto há comtudo, por excepção, indicação especializada. Num estudo meu, relativo a Inês de Castro, chamei a atenção para um passo da Tragicomédia heráldica da *Devisa de Coimbra,* em que se diz que ela foi representada na própria sala onde morrera a infeliz que depois de morta foi rainha. — Indicação do ano da composição há-a por exemplo no texto do *Auto da Sibila Casandra.*

[7] Dos erros evidentes da *Copilação*, corrigidos na de 1834, falo no texto. Citarei aqui dois que são privativos só desta: o *Auto da India* p. ex. é de 1509, e não de 1519, como se diz no Vol. III a p. 24 da edição de Hamburgo. No Argumento do *Auto da Fama* (cuja datação julgo errada) falta depois de *mocinha,* o complemento *da Beira* (Vol. III, p. 54).

[8] Vid. *Notas Vicentinas*, I. A mais notável dessas divergências é a que diz respeito ao *Auto da Barca,* pelo simples motivo, provavelmente, de só dêsse *Auto* conhecermos uma impressão avulsa, do tempo de D. Manuel. Se a possuíssemos de muitos, saberiamos por ventura de outras alterações igualmente notáveis introduzidas por Gil Vicente na cópia autográfica de que se incumbira no fim da sua vida.

[9] Infelizmente, *não* a possuo. Estudei-a sómente na Biblioteca Nacional de Lisboa (1877 e 1890); e em Göttingen (em 1912). Não a ter constantemente à mão dificulta imenso os meus estudos. Que um Huntington português nos desse uma reprodução fotográfica!

[10] Brito-Rebelo, *Ementas Históricas*, 1902 (p. 81 e seg.) e *Grandes Vultos Portugueses,* II, p. 129-135 (1912). Paula entrou, por 1543, como môça da câmara e

tangedora para a casa da Infanta D. Maria; e teria 16 a 20 anos. Quanta vez tocaria lá no orgão e no alaude as composições do pai! Luís aparece num documento de 1546 como rapaz novo. Em 1563, logo depois de haver publicado a *Copilação*, entrou na côrte como escrivão da casa real, cargo que exerceu até morrer em 1601. São os elementos que até hoje possuimos para avaliarmos a idade de ambos.

[11] Cfr. *Notas Vicentinas*, I, § 16-25, com as *Anotações*, 105-143. Repito aqui que a revisão de 1561 foi benévola demais, aos olhos de muitos. Os golpes vibrados em 1585, e posteriormente, bem o atestam. Outras provas curiosas há-as nas emendas marginais do exemplar da *Copilação*, conservado na Biblioteca de Göttingen. Oportunamente, na Introdução às *Barcas* e ao *D. Duardos*, conto dar pormenores.

[12] Luís Vicente refere-se a tais obras miudas omitidas pelo pai, e por êle acrescentadas ao Livro grande; mas não especializa. Talvez fôssem as últimas seis *Trovas*.

[13] Suponho-a anterior a 1525. Vid. *Notas Vicentinas*, I, *Anotações*, 134 e *Revista de História*, p. 134. Noto na *Taboada* a falta dessa *Farsa dos Fisicos na qual se tratam uns graciosos amores de um clérigo*.

[14] Todos sabem que essa Infanta D. Maria, nascida a 8 de Junho (sem que o acontecimento fôsse assinalado por um novo Auto de Mestre Gil) faleceu em 1577. Quanto a sua mãe D. Leonor de Austria e à parte que Gil Vicente, mestre da balança e trovador, teve na recepção solene dessa, terceira Rainha-Nova, que D. Manuel dera à nação, veja-se aqui Nota 42 e *Revista Histórica*, p. 22 e 142.

[15] *Serra da Estrêla*, ed. Hamb., II, 420. O seu título oficial era *Princesa das Asturias*. Vid. Goes, *Chronica*, III, 567-80.

[16] *Fragoa de Amor*, ib., II, 323. A alcunha encontra-se na Taboada do quinto livro, na parcela que diz: *Romance aa morte del Rey dom Manuel e de quando foy levantado por Rey el Rey dom Ioam terceyro de gloriosa memoria.*

[17] Á lista das obras dedicadas a D. João III com elogios entusiásticos (por mim dada nas *Poesias* de Sá de Miranda), claro que hoje podia ajuntar bastantes.

[18] Goes, *Crónica*, IV, Cap. 19. Cfr. mais abaixo a *Anotação* 42.

[19] IIIJ, em vez de IIJ.

[20] Goes, *Crónica*, III, Cap. 46.

[21] Quero dizer o seguinte: a data 1524 é mais provável, se a fórmula *em sua ausência* se refere, como penso, a D. Caterina, significando «antes que o matrimónio estivesse consumido». As alusões a Tordesilhas tornam provável a minha conjectura. Vid. Andrada, *Crónica de D. João III*, Parte I, Cap. 46 e 61; Santarem, *Quadro Elementar*, Vol. II, p. 41-46 passim; *História Genealógica*, III, p. 521. Os embaixadores (Dr. João de Faria e Pedro Correia de Atouguia) tinham procuração para qualquer deles receber D. Caterina por mulher. O juramento dela, pelo qual o casamento ficou concluído, foi pronunciado em Tordesilhas a 10 de Agosto de 1524. Mas só no fim do ano, depois das dispensas necessárias terem vindo de Roma é que os Infantes D. Luís e D. Fernando, com luzido séquito, foram receber a noiva na raia e a conduziram de Badajoz por Elvas ao Crato onde o rei se lhe uniu a 5 de Fevereiro de 1525, levando-a em seguida a Almeirim.

[22] Do dia 10 até 15 havia tempo de preparar a festa, supondo está claro que Gil Vicente prevenido tinha pronta a sua Tragicomédia. Aquando os desposórios do Príncipe D. Afonso, os pais receberam a boa nova logo no dia imediato por paradas de cavaleiros, postados de Sevilha a Évora.

[23] Na edição de Hamburgo há: *era de 1519*, mas na Copilação não existem algarismos árabes. Quanto a data histórica vejam-se: Garcia de Resende, *Hida da*

Infante D. Beatriz para Saboya; Goes, *Chronica,* iv, Cap. 70. Em ambas as fontes vê-se que a representação se realizou no mês de Agosto. O êrro já foi rectificado por Sousa Viterbo no *Arquivo Histórico Português*, Vol. vi, p. 122. E novamente por Braamcamp Freire na obra acima citada (p. 176–184).

[24] Entendo: *estando presentes.*

[25] *Filha dela* seria melhor.

[26] Onde foi composta essa parte do Livro i? em Lisboa? ou em Coimbra? Nem isso se sabe ao certo! João Alvares, pai do activíssimo António Alvares, foi, como todos sabem, impressor na capital, mas também na Lusa-Atenas. A Copilaçam indica no frontispício geral como lugar da impressão *a muy nobre e sempre leal cidade de* Lixboa. Mas logo no fim do Livro Primeiro diz-se *Impresso em a muy nobre & sempre leal cidade de* Coimbra. O Livro Quinto, êsse tem como remate a fórmula *Acabou se de emprimir esta Copilaçam das obras de Gil Vicente em* Lixboa *em casa de Joam Alvarez impressor del Rey nosso senhor na Universidade de Coimbra* etc. Pôr vírgula depois de *nosso senhor* parece-me ser um disparate que os cautelosos devem evitar.

[27] Fóra de Portugal, em Espanha, a Rainha Nova poderia ter assistido a representações das Eglogas de Juan del Enzina.

[28] Num trabalho meu (inédito) sôbre *Francisco de Morais e o Palmeirim de Inglaterra* ocupo-me das casas, dos paços e dos mosteiros de Fnxobregas.

[29] Numa impressão avulsa dêste Auto (que pertence ao Conde de Sabugosa) há a data 1510, extraída de um verso do texto, mas nenhuma nota relativa a D. Leonor. Ela não costumava acompanhar a côrte nem ao mundanal Almeirim, nem à soalheira Évora. Veremos mais abaixo que a sua residência fixa era Lisboa, onde possuía dois paços. A não ser para Santos, Almada e Abrantes, de lá saía únicamente para descansar nas Caldas de Obidos. Já deixei dito que há diversos *Autos,* feitos por Gil Vicente para D. Leonor, mas representados por sua ordem a D. Manuel. A êsse grupo pertence p. ex. a *Barca do Purgatório*, o *Sermão de Abrantes;* e talvez o *Auto da Fé* e a *Barca da Glória.*

[30] Em 1534 foi representada a *Mofina Mendes* — em 1523 o *Auto Pastoril Português* — em 1527 o *Auto da Feira.*

[31] É a primeira representação realizada solenemente em noite de Endoenças.

[32] Conhecedor de todas as idas e vindas da côrte portuguesa é que o grande vicentista Anselmo Braamcamp Freire estabeleceu que D. Manuel não estacionava na capital no ano de 1508. Supõe, em vista disso, que a copulativa &, desusada entre algarismos romanos, seja êrro de imprensa por x, e lê mdxviij, 1518. (*Revista de História,* Fasc. 22, p. 161).

[33] É pois fácil comparar os símbolos gráficos da data com os do *Auto da Alma.* Na edição de 1586 há aqui êrro de imprensa: mdxvij.

[34] Vid. *Revista da Universidade de Coimbra,* Vol. i, § 14, e as *Anotações* 101–104. Na edição das *Barcas* que preparo, tratarei de todos os problemas que se ligam ao assunto.

[35] *Duas barcas!* Mas como há na *Trilogia* três *embarcações,* ou seja actos de embarcar, e três reinos diversos de ultramundo (ou extramundo) para os quais os barqueiros levam os defuntos, a ideia de três barcas prevaleceu na mentalidade do público. E já prevalecera na do próprio autor, ou seus sucessores. Na *Taboada* da *Copilaçam* regista-se:

A barca primeyra
A barca segunda
A terceyra barca.

Mas no Argumento da do Inferno, tal como está redigido no Livro preparado pelo próprio Gil Vicente, fala-se correctamente de *dous* bateis, um dos quais passa *pera a gloria e o outro pera ... o purgatorio.* Talvez haja *salto* também neste passo, porque o sentido deve ser *e o outro pera o* [*inferno e pera o*] *purgatorio.* A continuação do Argumento diz: *he repartida em tres partes e de cada embarcaçam hũa cena.* A dissonância com os *dous bateis* é só aparente, se tomarmos, conforme já indiquei, *embarcação* no sentido de viagem, e não no de *barca.*

[36] Em ambos os frontispícios há o castelhano *compuesto.*

[37] Vid. *Catálogo*, p. 106, e *Auto da Festa*, p. 17, 19, 44 e seg.

[38] Afastam-se dêle gráficamente e por omissão da fórmula *nossa señora.*

[39] Na mais antiga edição lê-se *Cõ todas as licenças necessarias. Em Lisboa. Por Antonio Aluarez. Na rua dos douradores. Tayxado. 30 reis a folha.* Na mais moderna há apenas a indicação *Com licença.*

[40] Propositadamente reservo as minhas notas relativas às *Moralidades (Moralités)* anglo-francesas do século xv e à *Moral representacion* castelhana, para a edição das *Barcas.*

[41] A falta da fórmula *que Deus haja* ou *que santa gloria haja,* prova que o *Auto* e a *Dedicatória* são anteriores a 17 de Novembro de 1525.

[42] Foi em 9 de Setembro de 1516 que nascera o último rebento da Rainha D. Maria. Esse, o Infante D. António, morreu logo, deixando sua mãe tão maltratada que até à hora da morte nunca se mais achou boa. Goes, *Crónica de D. Manuel,* Parte iv, Cap. 11.

No Natal, em que suponho se representaria a *Barca do Inferno,* ainda haveria esperanças de ela se salvar. Faleceu comtudo a 7 de Março. Isto é antes de 5.ª feira de Endoenças, cujas indulgências era costume português solenizar com representações dramáticas. Cfr. *Revista de História,* fasc. 22, p. 155.

Quanto a D. Leonor de Áustria, que no tálamo sucedeu a D. Maria, com estranhável rapidez, o embaixador que tratou dêsse casamento, partiu para Castela em Outubro de 1517! Em Maio de 1518 se escriturou o contrato em Saragoça. D. Leonor chegou à raia de Portugal em 23 de Novembro. Dos festejos com que foi recebida, e em que Gil Vicente teve parte, não convem falar aqui. Vid. Goes, *Crónica,* Parte iv, Cap. 33 e 34.

[43] *Notas Vicentinas,* i, *Anotações* 101–104 e 130.

[44] Por ora não conheço impressão alguma avulsa de Autos vicentinos inventados antes de 1516.

[45] *Cancioneiro Geral,* f. 210e (Vol. iii, p. 534 da edição de Stuttgardt).

[46] Recordemos mais uma vez, com tristeza, que nem um vestígio ficou das composições musicais de Gil Vicente — dos sons para tanto delicioso *Lied* português — apesar de a filha Paula ter sido *tangedora* no Paço da Infanta D. Maria

[47] Novamente *embarcação* significa *acto de embarcar* numa peça vicentina. Lembro-me de um drama francês dos nossos dias que tem o título de *Embarquement* ou *Embarcation de Cythère.* Mas como não há *embarcação* sem barco, houve edições e há numerosas citações em que se fala da *Segunda Barca que he a do Purgatorio.*

[48] Na edição de 1586 há: mdxvij annos.

[49] Essa admirável, mas lúgubre Moralidade em que a Morte inexorável tem a palavra e fustiga de ironias violentas os grandes da terra, termina com a scena da Ressurreição. Por isso julgo que foi representada na Páscoa, e não nas Matinas do Natal.

[50] Cfr. Nota 28. Se êsse *Sermão* de um leigo escapou à Censura, não aconteceu o mesmo ao da *Mofina Mendes*.

[51] Resumindo: As obras de devoção dedicadas a D. Leonor são as seguintes:

1) *Visitação* (1502);
2) *Auto Pastoril Castelhano* (1502);
3) *Auto dos Reis Magos* (1503);
4) *Auto da Sibila Cassandra;*
5) *Aüto dos Quatro tempos* (1504?);
6) *Auto da Alma* (1518?);
7) *Auto da Barca do Inferno* (1516);
8) *Auto da Embarcação do Purgatorio* (1518);
9) *Auto de S. Martinho* (1504);
10) *Sermão de Abrantes* (1506).

Como só hipotéticamente dedicados a D. Leonor não faço entrar na conta a

11) *Barca da Gloria* nem 12) o *Auto da Fé*.

[52] Á redacção castelhana da Barca do Inferno, foi dado pelo seu autor desconhecido o título de *Tragicomédia alegórica*, como o leitor pode verificar.

[53] O nome de Melicia é cavalheiresco. Provêm do *Amadis* (Cap. 3, e passim). Lá ela é irmã-gêmea de Galaor: filha de Perion de Gaula. Francisco de Morais menciona-a no seu *Palmeirim* (II, Cap. 19).

[54] *Quem tem farelos — O Velho da Horta — O Auto das Fadas — A farsa dos Físicos,* como já ficou dito.

[55] Na Alemanha chamamos *cadáveres (Leichen)* aos trechos omitidos por actos, equivalentes a *matanças*. Ignoro o nome tecnico português.

[56] Pormenores na *Bibliografia portuguesa* de José dos Santos, p. 118-132. Quanto à outra obra importante, mandada imprimir por D. Leonor (intitulada *Espelho de Christina*) veja-se Leite de Vasconcelos, *Lições de Philologia Portuguesa*, p. 137.

[57] *Historia de Vespasiano Imperador de Roma,* conforme a edição de 1496, publicada por Francisco Maria Eeteves Pereira, Lisboa, 1905.

[58] *Ystoria del Noble Vespasiano,* Réimpression publiée par R. Foulché-Delbosc. New-York-Paris, 1909. (*Revue Hispanique,* XXI). O único exemplar conhecido da edição de 1499 (Sevilha, Pedro Brun) pertence ao Museu Britânico. De outra, anterior a 1490 (Toledo, Juan Vasquez), há um exemplar incompleto na livraria particular de Plácido Aguiló (Barcelona).

[59] *Nueva Biblioteca de Autores Españoles,* Vol. XI (p. 377-401); *Libros de Caballeria,* editados por A. Bonilla y San-Martin.

[60] Paris, Bibl. Nat., Fonds Esp., Ms. 509. Vid. Groeber, *Grundriss:* Katal. Litteratur, Vol. II, 2, p. 88.

[61] No Capítulo 4, a p. 42 da impressão moderna portuguesa, há omissão (depois de *meterom-se dentro*) das palavras *cinco cavalleiros e outra gente.* No Cap. 21, p. 83, falta o final da proposição *mas como a avia ella de cortar com o cuitello,* o qual diz *caio amortecida, e Clarissa a confortou o mais que ela pode.* Etc.

[62] Á vista de falhas tais no texto português e de algumas traduções erróneas, como p. ex. a de *guevo* (= *huevo*) por *goyuo* (*goiva* por engano a p. 79 de Esteves Pereira) — assim como de certos hispanismos, parece-me que o texto português provêm do castelhano. Mas sem conhecer a prosa catalã e a francesa, nada afirmo. Também quanto às estampas limito-me a estabelecer que na impressão portuguesa falta uma — a que representa Jafel de joelhos diante o imperador — p. 28 da ed. de Delbosc — ao passo que na impressão castelhana de 1499 faltam cinco das portuguesas.

[63] Pontos de suspensão indicam o lugar do *salto-bordão.* Trechos em itálico são os omitidos.

[64] Das leves divergências que há nas duas redacções pode concluir-se que o salto se dera em impressões anteriores, ou nos manuscritos cujo texto assim deturpado os editores retocaram depois.

[65] Ed. Bonilla, p. 391ª: E en esta batalla murieron de la parte de Pilatos hasta IIII mil personas. E de la parte de Titus entre cavalleros e peones ochocientas por cuenta. Vê-se dêste passo e de outros que a tradução se baseia num original diverso.

[66] No original devia haver: *que sea desonrra a mi.*

[67] P. S. A bem dizer não há aqui salto-bordão de *tempo* a *tempo,* mas sim um simples salto-comum. Os cinco exemplos ficam portanto reduzidos a quatro. Ambos os textos precisam de emendas à vista dos originais.

[68] Originais, no sentido de *Vorlagen.* Todos sabem que a *Demanda* portuguesa deriva de um modêlo francês.

[69] Vid. a Nota 35.

[70] No fundo da câmara, em distância prescrita pela pragmática da côrte, haveria algumas damas da Rainha D. Maria.

[71] O provérbio lá o diz, que *antes só do que mal acompanhado.*

[72] Será antes *Agüelo,* no singular?

[73] Três viuvas, de certa idade, vestidas de luto, em volta de um berço, lembram necessáriamente, as três parcas, que nos Contos Infantis predestinam o fadário, ora de bendição, ora de maldição, da criança. E dificilmente se encontrariam juntas de um berço régio tais três como a mãe de um duque apunhalado pelo seu rei, e sogra de outro duque justiçado pelo mesmo monarca, a viuva do apunhalado, e a viuva do justiceiro apunhalador!

[74] Apesar disso ambos os Cronistas nomeiam em primeiro lugar a Infanta D. Beatriz, certamente por ser mãe de D. Manuel. Por cortesia portanto. Mas a cortesia não os levou a dar-lhe o título de *Rainha.*

[75] *Cronica del Rei dom Emanuel I,* Cap. LXII.

[76] FRANCISCO D'ANDRADA, *Cronica de D. João III,* Vol. I, Cap. I.

[77] Obras de consulta sôbre D. Beatriz: *História Genealógica da Casa Real,* Vol. II, 158, 502 e 512 e *Provas,* Vol. I, Livro III, N.º 45 e seg.; GOES, *Crónica do Principe D. João,* Cap. 17; Id. *Cronica de D. Manuel,* Vol. I, Cap. 6 e 62; RESENDE, *Vyda e Feytos de D. João II,* Cap. 7, 55 e 56; COSTA CABRAL, *D. João II,* p. 68.

[78] Fazem bem, de resto, em não forçar a nota trágica, nem quanto à idade, nem quanto ao trage, e às fisionomias.

[79] Era *Rainha Velha* únicamente como *Ex-rainha* ou *Rainha Viuva,* e para a diferençarem das três Rainhas Novas, que foram esposas sucessivas de D. Manuel (D. Isabel, D. Maria, D. Leonor).

[80] São palavras de GOES. Quanto ao afecto de D. Beatriz por D. Manuel, basta lembrarmo-nos de que êle era o seu Benjamim, último fruto das suas entranhas.

[81] Vid. BRAAMCAMP FREIRE, *Sepulturas do Espinheiro,* p. 68; *Arquivo Histórico,* II, 209; *História e Crítica: D. Leonor; Gil Vicente trovador e mestre da balança,* l. c

[82] JOAQUIM DE VASCONCELOS, *Goësiana: As variantes das crónicas,* p. 8.

[83] *Cancioneiro Geral,* III, 159. Uma dessas donzelas *A Marianes da Ifante* verseja, escarnecendo do endereço ridículo *Per Alteza do Principe Nosso Senhor* que saira dos bicos da pena de Nuno Pereira (cfr. p. 227).

[84] *Ib.,* e p. 227. Esse *Sayam da Ifante* é introduzido como versejador, (se compreendo bem o teor da estrofe).

[85] Só a filha dela, D. Isabel, podia usar do mesmo título, sendo todavia mais vezes chamada a *senhora duquesa,* como esposa de D. Fernando de Bragança. A p. 157 do Vol. III do *Cancioneiro Geral, a senhora jfante* tanto pode designar a mãe como a filha.

[86] No *Cancioneiro Geral* temos ainda mais dois exemplos: vol. III, 374 *as janelas da jfante* no Terreiro; e III, 209 *o asno da jfante.* Há Cartas inéditas do *Duque de Bragança para a Infante D. Brites sua sogra* (Ms. 381 da Biblioteca do Pôrto). E há numerosíssimos passos nos Cronistas.

[87] André de Resende chamou *reis* a dois filhos de D. Manuel, o Infante-Cardeal D. Afonso e D. Duarte (na *Epistola a Pedro Sanches,* p. 117 da ed. de Colónia de 1660). É no verso 79.º que se lê *duum post funera regum.*

[88] A futura esposa do mesmo Príncipe e mais tarde de D. Manuel. *História Genealógica,* III, 17 seg.

[89] *Ib.; Provas,* VI, *De obitu Alphonsi Principis.*

[90] *Ib.,* p. 398.

[91] *Ib.,* p. 426. Na mesma página há referência a *Leonora Regina.*

[92] Uma reimpressão comentada da edição-príncipe de 1554 seria obra muito meritória. Se de há muito a desejo e peço, o desejo exacerbou-se desde que li no último trabalho vicentino de A. Braamcamp Freire as estrofes 13.ª e 135.ª-140.ª nas edições posteriores.

P. S. Assim escrevia em Julho. E não fiquei pouco contente, quando em princípios de Agosto encontrei na minha mesa de trabalho o Fascículo XIX dos *Subsídios para a História da Literatura Portuguesa,* em que o Dr. Mendes dos Remédios realizou magníficamente aquele *desideratum.*

Não corto todavia o meu excurso relativo à estrofe indicada (a 173 da nova edição) porque há nele elementos dispensáveis no Comentário geral, mas indispensáveis na solução do pequeno problema de que estou a tratar.

[93] Já deixei lembrado acima, quais eram. Acrescento agora as datas para maior clareza:

1.º) D. Isabel, Set. de 1497 até Ag. de 1498.

2.º) D. Maria, 30 de Out. de 1500 até 7 de Março de 1517.

3.º) D. Leonor, 24 de Nov. de 1518 até o rei sucumbir à peste da modorra em 23 de Dezembro de 1521.

[94] *História Genealógica,* III, 67-74, com as correspondentes *Provas;* Goes, *Príncipe D. João,* Cap. 103; Resende, Cap. 5; Pina, *Crónica de D. Afonso V,* Cap. 171; F. A. da Costa Cabral, *Dom João II,* Lisboa, 1915 (p. 51).

[95] Lembra-me ainda com que surpresa eu ouvi, há treze anos, que alguem, falando de mim, dizia: *die alte Frau Vasconcellos.*

[96] Em 1471.

[97] Em 1476, na ausência do marido; em 1474, durante a doença dêle; e em 1498 emquanto D. Manuel esteve em Espanha.

[98] Resende, Cap. 180.

[99] *Id., Miscelânea,* Estrofe 178. *P. S.* 183 da nova edição.

[100] Vid. Joaquim de Vasconcelos, *Arte Religiosa em Portugal,* Fasc. 16 e 17.

[101] Braamcamp Freire, *Gil Vicente trovador e mestre da balança. Id., Crítica e História,* p. 97-138, estudo que admiro, embora discorde da sentença final.

[102] Resende, Cap. 179.

[103] São adjectivos empregados pelos próprios apologistas de D. João II. Eu, venero o grande rei em cujo reinado trágicamente tormentoso e trágicamente belo

se cimentou a grandeza de Portugal. Mas queria que continuássemos a chamá-lo o *reinado de D. João II e de D. Leonor.*

[104] P. 108 da obra acima citada.

[105] Cap. 180.

[106] *Afonso V*, Cap. 209.— *D. João II*, Cap. 12.

[107] *D. Manuel*, III, Cap. 40, e IV, 26.

[108] Até à idade clássica, os adjectivos em *ôr* e *ês*, e *ante*, *ente*, *inte*, tinham uma só forma para ambos os géneros.

[109] *Cancioneiro Geral*, III, 466. Nas Trovas burlescas de vários sôbre a queda do cavalo de João Gomes de Abreu pela costa abaixo do Castelo de Lisboa, e sôbre os amores dêsse cortesão com a freira de Lorvão D. Filipa de Eça (*ib.*, III, 194-210), há, não referências directas, mas indirectas, à Rainha, que ficara com a regência do reino durante a ausência de D. Manuel (1498), visto que foi ela que castigou com degredo o atrevido namorado. Cfr. *Revista Lusitana*, X e XI, Braamcamp Freire, *A gente do Cancioneiro.*

[110] *Cancioneiro Geral*, III, 523-38.

[111] Antes dêsse Estudo (em publicação na *Revista de História*), o mesmo investigador tinha publicado (em 1907) uma série de artigos no *Jornal do Comércio*, intitulados *Gil Vicente poeta e ourives*, e feito diversas comunicações à Academia das Sciências de Lisboa (1912).

[112] Não se sabe ao certo, se foi J. V. Barreto Feio ou J. Gomes Monteiro quem escreveu o *Ensaio* e redigiu o *Glossário*. Vid. Inocêncio da Silva, *Dicionário Bibliográfico*, vol. IV, 363.

[113] Vol. I, p. XI (1834).

[114] Aqui nomearei um erudito estrangeiro, que, sabedor de que D. Manuel casou exclusivamente com princesas castelhanas, trata a tal rainha D. Beatriz (de Gomes Monteiro) de *princesa castelhana*. É o historiador do drama castelhano *Freiherr von Schack*, vol. I, 1640. E Barrera y Leirado repetiu a afirmação no seu *Catálogo*, p. 475 (1860).

[115] Porto, 1870. Vid. p. 34, 62, 63, 64, 66, 78.

[116] São dêle as palavras que seguem: «Gil Vicente apresentou o Monologo do Vaqueiro com grande aprazimento da rainha velha, viuva de D. João II, *e de Dona Beatriz duqueza de Bragança, mãe del rei*».

[117] *The Portuguese Drama in the Sixteenth Century: Gil Vicente* (July, Oct., 1897).

[118] *Antologia*, Vol. VII, Cap. III, p. 163-225 (1898). Veja-se em especial p. 167 e 171.

[119] *Ementas históricas*, Vol. II, *Gil Vicente*. O assunto da I.ª fôra *Afonso d'Albuquerque*.

[120] Os passos relativos a D. Beatriz encontram-se a p. 11, 17 e 20. O Capítulo VII, de que trasladei parte para comodidade do leitor, contêm (a p. 24-26) os pontos principais.

[121] P. 135 e 137. Da lenda genealógica, que dá Gil Vicente como mestre de retórica do Duque de Beja, ocupar-me-hei na *Nota IV*, combatendo-a.

[122] Onde? *Rainha Velha* é a designação discutida.

[123] Quanto à outra *Infanta D. Beatriz*, filha de D. Manuel, e Duqueza de Saboya (de 1521 em diante), essa conviveu com sua tia e madrinha só dois anos. Gil Vicente mencionou-a quatro vezes, mas nenhuma confusão é possivel:

Na *Exhortação da Guerra* de 1513 há alusão ao futuro casamento dela em terras de França, que foi acrescentada no acto da Copilação, se realmente se tratar da Saboia (II, 359).

A *Tragicomédia das Côrtes de Japiter* foi escrita e representada em honra dela na sua partida para a Itália (II, 395).

Nos versos *Á morte de D. Manuel* (1521) há referência às festas celebradas tão pouco antes (III, 347).

E no *Argumento da Comédia sôbre a devisa de Coimbra* (II, 106), cita-se a *alta Duquesa D. Beatriz* (1527).

124 Lisboa, 1906, p. 10.

125 Lisboa, 1909 (p. 65).

126 *Subsídios para o estudo da História da Literatura Portuguesa,* Vol. XI, p. XXVIII, Coimbra, 1907. Os outros dois volumes apareceram em 1912 e 1914.

127 *Gil Vicente em Bruxelas,* 1912. Anotação n.º 61.

128 *Grandes vultos portugueses,* Vol. II. *Gil Vicente,* Lisboa, 1912.

129 Vid. *Notas Justificativas,* VII e XI (p. 35-36 e 40).

130 *Subsídios,* Vol. XVI. publicado em 1914, ou seja Vol. III das *Obras de Gil Vicente,* a que já me referi (N.º 9). São três as valiosas *Contribuições* do sr. VISCONDE:

I. *Versos líricos ou fragmentos de canções, dispersos nas Obras de Gil Vicente*

II. *Cronologia das Obras Gil-vicentinas.*

III. *Indice.*

O trecho relativo a D. Beatriz está a p. 304.

131 O facto de èsse *Auto de Moralidade* ter sido composto por contemplação da Rainha D. Leonor, já fôra revelado antes de 1828 por MORATIN. Repetido posteriormente por BARREIRA Y LEYRADO (1860) e T. BRAGA, 1898, p. 417, foi-o comtudo tão incidentalmente que não entrou até hoje na consciência dos críticos. Vid. *Origenes del Teatro Español,* Paris, 1838, p. 78.

132 Vid. *Prefácio,* p. 16-17.

133 No *Jornal do Comércio* de 1915, n.os 15.915 até 19.922 e 926, assinados *Silex.*

134 Vol. VI, fasc. XXI, p. 1-46; e XXII, p. 121-188.

135 P. ex. a p. 38 e 39.

136 Quanto a essa Primeira scena da Trilogia, BRAAMCAMP FREIRE julga como eu, que ela foi representada no Natal de 1516 (p. 153). «Seria pois provavelmente composto o auto, como outros, para ser exibido ao nascimento do Infante que se aguardava; mas não tendo o sucesso correspondido às esperanças, adiou-se a representação para mais tarde, talvez para o Natal (p. 163)».

P. S. Na dúvida sôbre o verdadeiro autor dos *Índices* citei, ambos os beneméritos a que os devemos.

Na *Revista de História* (Fascículo n.º 24, p. 305, Nota 3) leio todavia uma declaração, em que o trabalho todo é atribuído ao VISCONDE DE CASTILHO.

NOTAS VICENTINAS

Preliminares de uma edição crítica das Obras de Gil Vicente

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

Notas Vicentinas

Preliminares de uma edição crítica das Obras de Gil Vicente

III

ROMANCE À MORTE DEL REI DOM MANUEL

E À

ACLAMAÇÃO DE DOM JOÃO TERCEIRO

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1919

Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*

Vol. VII, n.os 1-4

Romance à Morte del Rei Dom Manuel

E À

Aclamação de Dom João Terceiro

Vou considerar neste estudo como *uma* só obra—embora bipartida—o Romance à Morte del Rei D. Manuel: *Pranto fazem em Lisboa dia de Santa Luzia* e aquele em que, no mesmo estilo popular, Gil Vicente narra o entronamento do sucessor: *Dezanove de Dezembro, pela era do Natal.* E isso apesar de a assonância diversa dar a cada um individualidade e independência, e de os assuntos opostos, lutuoso um, e jubiloso outro, exigirem melodia diferençada.

Para assim proceder baseio-me não só na continuìdade da matéria, mas também de um lado numa impressão antiga, avulsa (de fins do século XVI) até agora desconhecida—que será objecto basilar desta Nota—e do outro lado nos dizeres da *Taboada* da *Copilação* de 1562, relativos às Trovas e cousas miudas que constituem o *Livro Quinto.*

Se na folha volante, cuja existência revelo, os dois romances (sem os prelúdios e os epílogos artísticos que os acompanham nas *Obras*) aparecem como um só, dividido em duas Partes [1], é assim mesmo que figuram na aludida Taboada, pois nela se regista apenas um único *Romance aa morte del Rey dom Manuel e de quando foy leuantado por Rey el Rey dom Ioam terceyro de gloriosa memoria* [2].

Escritos quer nos últimos dias do ano de 1521, quer nos primeiros do imediato, ambos eram conhecidos até hoje apenas pela edição de 1562 (e suas reproduções).

Os pormenores que comuniquei na *Nota Primeira e Segunda,* a respeito do importante privilégio, outorgado por D. Manuel a Gil Vicente para a publicação de todas as suas composições, tornavam todavia *ab initio* muito provável a existência de folhetos avulsos de ambos os Romances juntos, imediatamente depois dos acontecimentos.

Muitíssimo provável mesmo.

Romances novamente feitos, Continuações de Romances velhos, Contrafações e *Glosas* eram o género mais divulgado em *pliegos sueltos*, o género mais cultivado de 1500 a 1550, o género predilcto de quantos liam na península, ou ouviam ler [3].

Sirva aqui de exemplo o *Romance de Dom Duardos*, de Gil Vicente, que, desligado da Tragicomédia do mesmo nome, se vulgarizou de 1525 ou 1530 em diante, a ponto tal que ainda nos nossos dias é cantado pelos judeus de Tanger, em redacção deminuida; e em versão portuguesa anda no Arquipélago dos Açores [4].

Quanto maior e mais intenso deveria porêm ser o gosto geral de romances sôbre pessoas coevas, e actualidades políticas! Sobretudo, sendo elas de tanta monta como as vitórias de Carlos Quinto (Pavia — Tunes, etc.), e como a morte do *Grande rei de muitos nomes:* [5]

> o Algarvio d'aquem e d'alem mar
> o Arabe, o Indico, o Persa, o da Guiné,
> o grande senhor das terras africanas,
> do Congo, do Manicongo, e de Zalopho, [6]

o da esplendida expedição de Tristão da Cunha ao Papa Leão X com elefante e onça, leopardo e cavalo pérsico [7].

Esses sim, tinham venda certa e ouvintes certos, tanto na capital como nas províncias; tanto nas Ilhas como no reino vizinho.

Se, por serem lidos e treslidos, nem um só exemplar sobrasse, não seria de admirar.

Folhetos de apenas quatro páginas, (de oito, ou doze, e quando muito dezasseis, vinte ou vinte e quatro) estavam naturalmente expostos a perecer.

E maravilha é que ainda existam colecções importantes, não sómente na Península [8], mas ao longe: em Praga, em Cracovia, em Kjöbnhawn, em Göttingen, Munich, Viena de Austria [9].

A folha volante, de que estou a falar, não contêm exclusivamente os dois romances de que trato. Eles servem, pelo contrário, apenas de enchimento final a um *Auto* sagrado que, não cabendo na disposição tipográfica que o impressor adoptara, o obrigava, a gastar em vez de doze, dezasseis páginas e a preencher as últimas com composições relativamente curtas [10].

Facto êsse que se dava numerosas vezes.

A peça a que me refiro, é o *Auto de Santiago* de Afonso Alvares, o laborioso familiar do Bispo de Évora D. Afonso de Portugal. Julgado perdido, ela existe na Biblioteca Nacional de Madrid, entre

as vinte e quatro preciosidades dramáticas de Portugal, descobertas por D. Ramon Menendez Pidal [11], quando, em 1909, a meu pedido, procurava exemplares eventuais da *Trilogia das Barcas* — preciosidades que fac-similadas sairão breve, e em edição crítica, no *Teatro Antiguo Español*, admiravelmente iniciada com a edição da *Serrana de la Vera* [12].

Um exemplar de outra edição, do mesmo impressor, conserva-se na esplendida livraria do Conde de Sabugosa [13].

O de Madrid consta, conforme já indiquei, de duas folhas, de oito páginas cada uma, impressas, como era costume, para economizar, a duas colunas cerradas [14].

O frontispício é ocupado por uma gravura tosca que representa o Apóstolo mata-mouros a cavalo, brandindo o chicote de três pontas contra a moirama que foge, e em parte já está vencida no chão.

No fundo dêsse rôsto aproveitaram-se cinco linhas para o título: *Auto do bẽauenturado señor Sãtiago feyto per Afonso aluares, no qual ẽtrã as figuras seguintes: hũ Mouro, hũ ca | tiuo, Sãtiago: hũ diabo em abitos de Ermi | tã: hũ Anjo, hũ pastor, huã Serrana, hũ Ermitã de nossa se | nora.*

Fim com musica

¶Segue se hũ romãce ẽ vul gar estilo pera cãtar ao som de Emperarriz y Reyna, que lhe vem muito natural

Romance
¶Pranto fazem em Lixboa
dia de sancta Luzia
por el Rey dom Manuel

O texto do *Auto*, ocupa doze páginas (2-13) e ainda metade da primeira coluna da imediata. Duas estrofes, de onze versos cada uma, que aí estão, são rematadas com a fórmula: *Fim com musica.*

No espaço que resta dessa coluna, há o título do *Romance à Morte de D. Manuel* mas sem indicação do assunto, e sem nome de autor.

Ha, pelo contrário, uma Nótula extremamente curiosa e nova, que diz:

Segue-se hũ romance ẽ vulgar estilo pera cãtar ao som de Emperatriz y Reyna, que lhe vem muito natural.

Falarei dela no fim deste tratadito.

Primeiro, vejamos o texto. Reproduzo-o literalmente, rectificando apenas a pontuação e o emprego das Maiusculas. No fim vão as variantes da Copilação.

Pranto fazem em Lixboa
dia de sancta Luzia
por el Rey dom Manuel
que se finou nesse dia.
Choram duques, choram condes,
cada hũ quem mais podia,
as donas e as donzelas
muito tristes em porfia.
Os infantes dauam gritos,
a Infanta se carpia;
seus cabellos, fios douro,
arrincaua e destruhia;
seus olhos marauilhosos
fontes dagoa parecia[m].
bem merecem ser escritas
as lastimas que dezia:
«Paço tam desemparado
«derribado merecia
«pois a sua fortaleza
«se tornou em terra fria!

«Oh raynha, minha senhora,
«raynha dona Maria,
«quem a vos levou primeiro
«muy grande bem vos queria,
25 «pois que vos liurou da pena
«que passamos neste dia».
E outras magoas que de tristes
contar nam nas ousaria.

O Principe daua sospiros
30 que a alma se lhe sahia;
suas lagrimas prudentes
como a gram senhor compria:
de dia sempre velaua,
de noite nunca dormia.

35 A Raynha estrangeira,
que ja chorar nam podia,
com palauras dolorosas
desta mane(i)ra dezia:
«Oh raynha *(sic)* desemparada,
40 «que haré sin compañia,
«pues que en esta triste vida
«sola una vida tenia?
«y pues que la llevó la muerte
«para que quiero la mia?
45 «Oh sin ventura casada
«tres años, no más auia!
«Quan presto que eres biuda!
«triste, para que es nascida?
«pues quedas desamparada,
50 «niña, sola y sin alegria».
Se hũa vez acordaua,
outras sete esmorecia.
Assi pide a dios la muerte
como quien pide alegria.
55 pidia que la lleuassem *(sic)*
con tristeza en demasia,
diziendo: «Lleven me luego,
«que esta tierra ya no es mia;
«por la mar por donde fuere
60 «algun peligro vernia;
«que me mate a mi sola,
«saluando la compañia».

O bom rey *(sic)* en su acuerdo
deste mundo se partia:
65 conociendo la su muerte,
con mucha sabiduria
por palabras piadosas

los sacramentos pedia;
hablando siempre con todos
70 dio su alma a quien devia.

Muerto lleuã el gra(n) rey
señores de gran valia
diziendo unos a otros:
75 «O que triste romeria!
«que grande amigo perdemos
y que dulce compañia!»
Passada la media noche,
tres oras antes del dia
metido en vn ataude
80 el que la India regia,
el gran señor de Oriente,
de sus palacios partia.
Seyscientas hachas ardian,
escuras a quien las via.
85 Triste planto hasta Belen
no *(sic)* palacio se hazia.
En tierra fria enterrado,
porque assi mandado auia.
Conociendo que era tierra
90 la mundanal señoria,
dixo que los vanos triumphos
a la muerte pertenecian.

Desque quedó enterrado
cada uno se despedia.

FIN.

Variantes da *Copilação*[15].

5 Choraram duques, mestres, condes — 7 os fidalgos e donzelas — 21 Oo minha senhora madre — 36 ja chorar o nam podia — 37 com rouca voz dolorosa — 38 estas palavras dezia — 39 reyna — 43 y pues que me la llevó la muerte — 47 quien tan presta que beuda — 49-50-51 Niña sola en tierra agena, huerfana sin alegria —

53-55 Assi pedia a deos morte
como quem pede alegria,
dizendo: «Lleven me luego

60 venia — 61 matase — 63 em seu acordo — 65 sua morte conhecendo — 66 com muytas — *E de aí em deante tudo em português* —

79, Ja passada a mea noyte — 80 o que ainda ha pouco regia — 83 seiscentas tochas acesas — 86 nem passo, nam se esquecia (2) — 87 fica — 91 os vãos tesouros — 92 aa morte nam pertencia — 93 Desque ficou enterrado — 95-96 *Como transição para o Epílogo de que falo no texto, acrescenta*

dizendo estes versos tristes
aa gloriosa Maria.

Siguese la segunda parte que es un Romance que cuenta de como fue leuantado por Rey el muy alto Principe don Joã terceiro Rey de Portugal.

¶Siguese la segunda parte q̃ es vn Romance que cuenta de como fue leuantado por Rey el muy alto Principe don Joã tercero Rey de Portugal,

Romance

¶Diez y nueue de Dezembre
cerca era de Navidad
en la ciudad de Lixboa
muy noble i siempre leal
fue leuantado por Rey
de los reynos de Portugal
el principe don Juan
principe angelical
Salio en vna haca branca

Diez y nueve de Deziembre,
cerca era de Navidad,
en la ciudad de Lixboa
muy noble y siempre leal
5 fue levantado por Rey
de los reynos de Portugal
el principe don Juan,
principe angelical.
Salio en una haca *branca, (sic)*
10 parecia de christal
guarnecida de *maneyra (sic)*
que nam se vio sua *ygual (sic).*
Roupa leua roçagante
toda fio douro tal
15 forrada de ricas martas,
bem parescia real.
Pellote de prata fina
prata muy oriental,
barrado de pedraria,
20 vinha-lhe muy natural.
De perlas nam fazem conta
porque he baixo metal.
Soo um colar que leuaua
toda Alexandria val.
25 Na cabeça leva preto
por seu padre natural.
Sahio com lagrimas tristes

como filho muy leal,
o seu rosto tam fermoso
30 que parecia diuinal;
seus olhos resplandeciam
como estrellas sem ygual,
os cabellos da cabeça
douro eram, que nem de al,
35 sua boca graciosa
com aar muy angelical,
hum sembrante soberano,
hum olhar imperial.
Nam foy tal contentamento
40 no pouo todo em geral
como ver na Rua Nova
yr ho seu Rey natural
com tanta graça e lindeza
que nam parece humanal.
45 Os forasteyros deziam:
«muy ditoso he Portugal».
Ho Infante dom Luys
leua ho estoque real,
o Infante dom Duarte,
50 outro seu yrmão carnal,
ao estribo direyto,
a pee, nam lhe está mal,
porque em tal solennidade
tudo lhe vem natural.

55 Todos os grandes a pee
quantos ha em Portugal:
o Conde Priol leuaua
a bandeyra principal.
Assi chegou a sam Domingos
60 onde estaua o Cardeal.
Benzeo o muy alto Rey
de bençam pontifical;
deu-lhe logo juramento:
jurou no liuro missal
65 de fazer cumprir as leys
como Rey Imperial.
Confirmou os privilegios
desta cidade real.
E o pouo muy contente,
70 de Rey tam especial,
de pequeno sempre grande,
magnifico e liberal
(que he virtude julgada
dos principes a principal).

75 Isto tudo assi acabado
disseram Real Real!
Alli tocam as trombetas
atabales outro que tal.
Todos lhe beijam a mão
80 os senhores em geral.

Variantes da *Copilação:* 1-9 *Em redacção portuguesa, como o resto.* — 13 Opa — 14 todo — 32 como estrelas ygual — 34 que nam dal — 49 dom Fernando — 52 nam lhestava mal — 59 Chegou assi — 63 e deu logo juramento — 64 jurou num livro — 66 como ley emperial — 69 Os povos muyto contentes — 76 arrayal! arrayal! — 78 outro tal.

*

Como se vê, a folha volante divulga unicamente as partes narrativas e exclamativas, épico-líricas, das composições de Gil Vicente: os verdadeiros romances.

Falta ao *Pranto* o prelúdio moralizador: as quatro décimas em que o Poeta entoa o salomónico *Vanitas, vanitatum vanitas*, pondo em contraste sentido as suntuosas festas, celebradas na despedida da Infanta D. Beatriz, com as trevas do enterro do Rei que o mundo mandára, há pouco tão são e tão forte, e agora estendido no esquife, hirto e frio.

E falta igualmente, como já indiquei, o Epílogo, em que os Grandes do reino rezam, a Nossa Senhora, depois do enterro.

Essas íntimas expansões dos palacianos, que o Poeta conhecia um a um, claro que não tinham importância para o geral do público, sobretudo àlêm das fronteiras.

Á Segunda Parte faltam do mesmo modo as décimas finais, em que Gil Vicente finge revelar os pensamentos dos mesmos Grandes no acto do beijamão, e envolve no mel abundante das lisonjas ao novel rei, alguns conselhos excelentes [16].

Ambos os Romances tiveram evidentemente a princípio redacção portuguesa. Apenas o *Pranto* de D. Leonor de Austria se reveste propositadamente de palavras castelhanas [17].

Na folha volante, pelo contrário, impressa nos sessenta anos do cativeiro, a linguagem então dominante introduz-se injustificadamente, e atabalhoadamente, nas partes narrativas.

Talvez porque a fôlha toda seja reprodução de outra mais antiga, impressa em Espanha, e totalmente castelhanizada?

A nótula relativa à melodia do *Pranto* quási que obriga a tal conjectura.

Com relação às divergências de redacção, independentes da língua, fica por decidir se as lições da folha avulsa são anteriores ao texto acabado de imprimir em 1562, — retocado como sabemos por Mestre Gil de 1536 a 39 — ou deturpações posteriores dos impressores populares.

Em geral, as lições da *Copilação* são superiores às das folhas avulsas. Mas nem sempre.

Duas emendas há entre as que reproduzi da Aclamação. No verso 32 *seus olhos resplandeciam como estrelas sem ygual;* o verso 66 *Jurou num livro missal | de fazer cumprir as leis | como Rey imperial*[18].

*

A fim de apurar, qual dos textos se cinge mais de perto à verdade histórica, primeiro fixada por escrito, provavelmente por Gil Vicente, claro que conferi os Romances, tanto com os elogios metrificados de Garcia de Resende [19] como com a prosa de Damião de Goes e Francisco de Andrade, não esquecendo o *Memorial* que dos livros do Marquês de Castelo-Rodrigo passára para a biblioteca do Conde de Ericeira, e foi publicado por Caetano de Sousa nas *Provas* com que ilustrou a *História Genealógica da Casa Real.*

O resultado é que, sem indicar todos os pormenores registados pelos Historiadores, omitindo mesmo alguns bem significativos, Gil Vicente deu ao todo, em ambos os Romances, uns quadros adequados e fieis[20], não se afastando da verdade, muito embora o seu palacianismo e a sua fantasia poética lhe inspirassem, como o leitor viu, uma série de exagêros e qualificativos superlativos (como *angelical* e *divinal*), inaceitaveis na seriedade da prosa histórica. Eles são relativos em parte ao exterior do jovem soberano, na ingenuìdade dos seus dezanove anos — cabelos loiros e olhos claros, entre verdes e azues — em parte às virtudes principescas da liberalidade e justiça que dêle esperavam os seus validos.

Vejamos ràpidamente como os acontecimentos, narrados no Romance bipartido, se passaram[21], segundo o critério dos Historiadores.

D. Manuel, de constituìção sã e forte, apareceu adoentado repentinamente em Lisboa, nos Paços da Ribeira, numa quinta-feira, cinco de Dezembro, depois de o Príncipe e os Infantes Luis e Fernando se terem despedido dêle, de madrugada, para irem caçar em Almeirim e Salvaterra. Chamados, regressam no domingo, encontrando o rei já em perigo de vida, de febre epidémica, espécie de modorra ou febre ardente, com inclinação ao sono, de que naquela ocasião morria

muita gente na capital [22]. Tendo consciência do seu estado, D. Manuel pede a unção, e faz o seu codicilo, falecendo ao nono dia da doença, 13 do mês, das dez para as onze da noite.

E, logo, às três da madrugada o cadaver é levado a Belem, num ataúde, acompanhado por dois mil cavaleiros e seiscentas tochas [23].

No *Memorial* ha a curiosa declaração: *rejo sua morte pouco sentida até o presente.* E Resende faz, mais circunspectamente, a mesma observação, dizendo, depois de se referir com veneração profunda, à vida e à morte do grande D. João II,

e vymos pouco sentido
huũ rey que depois morreo,

explicando essa falta de sentimento pela proibição demonstrativa do luto por trages de burel, no dístico:

porque ho doo se perdeo,
foy tambem nojo perdido.

Não faltaram todavia lágrimas nem gritos aflitivos na cerimónia tradicional do *Pranto* ou da *Quebra dos Escudos*, realizada no dia 17 [24].

Segundo a descrição de Goes e de Andrade e segundo uma das miniaturas de um *Livro de Horas* que vi no Palácio das Necessidades [25], os Vereadores da Camara de Lisboa seguravam varas pretas na mão direita. Deante dêles montado num cavalo bastardo, coberto de raso negro, ía o alferes da cidade, com bandeira negra derrubada sôbre o ombro, as pontas a arrastar pelo chão. Três juízes levavam cada um o seu escudo. E por três vezes, o cortejo parou: à porta da Sé, o primeiro, com pregão alto [26], quebrou o seu nas pedras da escadaria, suscitando dolorosos prantos do povo. Na Rua Nova dos Mercadores, o segundo juiz quebrou o seu escudo sôbre um banco coberto de pano negro, com novo pregão e novo pranto, tal que pareceu que se destruía o mundo. No Rocio repetiu-se a scena com o último escudo e terceira lamentação.

Solenidade certamente impressionante!

Mas: *Le Roi est mort! Vive le roi!*

Depois do luto, o regozijo.

Tudo estava preparado para o levantamento ou a aclamação do novo soberano se realizar no terceiro dia depois do enterro. Tempestades desencadeadas não admitiram comtudo festejos ao ar livre. Sómente no dia 19 êles se celebraram com a pompa que o acto requeria.

D. João saiu dos paços, vestindo opa roçagante de brocado, forrada de arminhos, cuja cauda seguravam dois fidalgos. Trazia colar de pedraria, muito formoso. *Apenas na cabeça levava preto.* O cavalo, arreado à bastarda, tinha guarnições de tela de ouro. Levava-o pela rédea o Infante D. Fernando [27]. A pé acompanhavam-no à direita, os Grandes titulares do reino: dois duques (o de Bragança e o de Coimbra); dois marqueses (Torres Novas e Vila Real), e sete condes (Alcoutim, Penela, Feira, Marialva, Portalegre, Vila Nova e Vidigueira) À esquerda íam os oficiais móres e a Camara de Lisboa. Na frente cavalgava o Infante D. Luís, na sua qualidade de Condestável do Reino, com o estoque na mão, precedido pelo alferes (o futuro Conde de Tarouca), com a bandeira ainda enrolada; um arauto, reis de armas, porteiros e músicos com ordem de não tocarem perto do Paço, em sinal de respeito ao profundo dó da Rainha viuva.

Junto ao mosteiro de São Domingos estava armado um estrado de oito degraus; no último, cadeira com dossel e almofadão para o rei, e outra em que pousava o crucifixo e o missal. Ao pé esperava-o o Cardeal Infante D. Afonso, seu irmão, com todos os prelados. D. Luís postou-se à direita, D. Fernando à esquerda. Em frente discursou o Doutor Diogo Pacheco, o grande orador que fôra embaixador de D. Manuel, junto ao Papa Júlio II e Leão X, e tornou a tomar a palavra na recepção de D. Caterina [28].

Em seguida, o rei prestou juramento, de joelhos, tomando-lhe homenagem na forma consagrada o escrivão de puridade. E estando a bandeira desenrolada, Grandes e Vereadores juraram, beijando a mão de D. João III. Dirigindo-se ao povo, chamando a sua atenção com triplice *Ouvide!* o Rei de armas entoou o pregão *Arrayal; arrayal! arrayal* [29] *polo muito alto e muito poderoso principe el rei dom João o terceiro nosso senhor!*

No fim, depois de o rei haver orado na Igreja deante do altar de Jesus, houve *Te-Deum laudamus.*—As charamelas, trombetas e atabais tocaram-se até às Portas da Ribeira, nota que Gil Vicente suprime com fino sentimento estético.

*

Viro-me agora para a Nota relativa à melodia, pela qual se havia de cantar o *Pranto.* É nota que o impressor mal pode ter inventado. Repito que julgo proveio de outra folha volante, mais antiga. E por sinal foi mal transcrita. *Emperatriz y reina,* no singular, é êrro por *Emperatrizes y reinas,* no plural.

Se a melodia é desconhecida (para mim, pelo menos), o texto histórico que principia assim e tem a assonância *-ia* como o *Pranto* de Gil Vicente, é conhecido e celebérrimo.

Composto em 1495, foi alterado depois (em 1497, e posteriormente) em conformidade com os sucessos da vida da principal protagonista, ou das duas, de que se fala no Romance [30].

E tem o lindo título de *Triste Reina* ou das *Tristes Reinas.*

Como seja provável que o leitor português o desconheça, vou dizer-lhe que houve duas rainhas-viuvas que assinavam assim e que a posteridade distinguiu com êsse sobrenome. Eram mãe e filha. Ambas se chamavam Joana. Pertenciam àquele ramo da dinastia aragonesa que principiou viçosíssimo com Afonso V, o Magnânimo e Humanista de Napoles, e com seu irmão D. Pedro, o *melhor cavaleiro* que de Espanha saíu, mas sucumbiu logo em 1438 no cêrco de Napoles, batalhando heroicamente — dinastia de pouca dura, porque seu ocaso se deu antes de o século findar, em virtude daquelas vitórias do Grande Capitão, Gonçalo Fernandes de Cordova, que a corôa comum hispânica de Fernando e Isabel soube explorar habilmente.

Filho de Afonso (fal. em 1458), legitimado e seu sucessor, fôra Fernando I (*Ferrante* em aragonês).

Este casára em segundas núpcias com a irmã do rei Católico: *Joana* (III), a mais velha das *Tristes Rainhas.* Pela rápida série de desgraças que em pouco tempo vitimaram a sua família, ela era realmente infeliz.

«Uma moderna Hecuba», no dizer classicista e exagerado dos poetas do Renascimento [31].

O marido morreu a 25 de Janeiro de 1494 [32]. Seu sucessor, Afonso III, filho de um primeiro matrimónio, enteado portanto da *Triste Rainha,* não reinou nem dois anos, expirando a 19 de Novembro de 1495 [33]. E não passára outro ano quando faleceu seu filho, Fernando II, genro dela, amado como filho carnal, por haver casado com sua única prole Joana IV (7 de Outubro de 1496) [34]. Por ser muito novo — como o Príncipe D. Afonso de Portugal, filho de D. João II, e o Príncipe D. João de Castela, e mais outro Príncipe D. João, prole de D. João III, e finalmente D. Sebastião que se sacrificou em Alcacer Quibir — chamaram-no *Fernandinho* (Ferrantino).

Ambas as viuvas, a Rainha velha e a Rainha nova, sem trono, se retiraram (1499) para a côrte de Fernando o Católico, que as entreteve com vans promessas de restauração. Lá ainda viram morrer tambem em verdes anos o único filho dêle e da grande Isabel: o Príncipe D. João, a que acabo de aludir [35].

Desiludidas, regressaram em 1506 a Nápoles. Estabeleceram a sua côrte no antigo Castel-Capuano, normando, e lá acolheram diversas outras princesas, mais ou menos desafortunadas; mas tambem vários poetas, castelhanos e italianos, que lhes dedicaram versos laudatórios, originando fantasiosas lendas de amor e de maldizer [36].

Lembrado da vida principesca e entretida que aí se passava, é que um dêles, Galeazzo di Tarsia, entreteceu num Soneto a seguinte exclamação jubilosa:

O felice, di mille é mille amanti
diporto, e di regal donne diletto,
albergo memorabile ed eletto
a diversi piacer quest'anni avanti!

Segundo o espírito cavalheirescamente romântico do século do *Servo livre de amor* e da *Carcel de amor* e do *Passo honroso*, ambas as Joanas tinham adoptado como distintivo, com que assinavam aparatosamente cartas e diplomas, a fórmula *Io la triste Reina*.

Este título e o éco das suas desventuras inspirou a um anónimo um belo romance em estilo genuinamente popular. Nêle uma Rainha de Nápoles — só uma, porque mãe e filha fusionaram na mentalidade popular — conta num dolorido monólogo a sua sorte, dirigindo-se às Emperatrizes e rainhas tristes do mundo inteiro:

E diz:

Emperatrices y reynas
quantas en el mundo habia,
las que buscais la tristeza
y huis de la alegria,
la triste reina de Napoles
busca vuestra compañia [37].

Outra redacção principia narrativamente, dizendo:

La triste reina de Napoles
sola va sin compañia;
va llorando y gritos dando
do su mal contar podia [38].

Em ambas há um trecho exclamativo:

Yo lloré el rey, mi marido,
las cosas que yo mas queria;
lloré el príncipe don Pedro.
Vinome lloro trás lloro,
sin haber consuelo un dia.

Ambas terminam com a chegada das naus do Grande Capitão, mandadas contra o pretendente Carlos VIII de França, despertando falazes esperanças nas Rainhas [39].

Prova de grande popularidade do romance é o facto de ter sido contrafeito «ao devoto» — aplicado a Nossa Senhora e às dores que ela padeceu [40].

Outra prova nova é a que se deduz agora do facto de o Romance de Gil Vicente *Pranto fazem em Lisboa no dia de Santa Luzia* ter sido cantado ao som de *Emperatrizes y reinas* [41].

A *tristeza* era o traço comum de todos os três textos.

*

Mas onde parará a música? Não sei de nenhum musicógrafo peninsular que a mencione e que nos possa facultar o gosto de cantarmos em Portugal o Romance de Gil Vicente. Escolheria o poeta português essa música alheia, como apropriada? ou seriam os pósteros que a elegeram?

Entre os Romances do *Cancioneiro Musical dos Séculos XV e XVI*, publicado por Barbieri, tão pouco encontro algum que me satisfaça.

Há um que se refere a uma rainha triste

Triste está la reina, triste,
triste está, que no reyendo, [42]

mas não tem assonância em *-ía*, nem trata de nenhuma das Joanas que foram senhoras e donas de Nápoles.

O exemplo das duas rainhas frutificou. D. Germana de Foix, segunda esposa de Fernando o Católico, adoptou tambem a poética alcunha [43]. Dona Marina de Aragão assinava-se *La sin ventura princesa de Salerno*. Uma das irmãs de Carlos V, a Rainha da Dinamarca, D. Isabel, desamparada em terra alheia, para onde o esposo se refugiara, mereceu a mesma designação a García de Resende [44]. E mesmo a grande e valente Isabel, a católica, homónima dela — *La gran leona* — recebeu a mesma alcunha de um autor de romance [45].

Tam afavelmente se insinuara nos espíritos essa fórmula de *Triste Reina*.

APENDICE

I

Miscelânea de Garcia de Rezende

Estrofe 260

Neste ano se finou
ho gram rey dom Manuel!
quantos consigo leuou
ha morte triste cruel!
que rey, que gẽte matou!
duzẽtos homẽs honrados,
em q̃ hiã muitos destados,
vijmos que entam se finarã
de modorra, & escaparam
muitos ja quasi enterrados.

261

Morreo no ãno de Dxxj a xiij de dezembro

Vimos gram plãto fazer
pollos reys quando morriã;
burel, grande doo trazer,
cousa muy digna de ser,
pois tam gram perda perdiã.
Vijmos burel defendido,
& vijmos pouco sentido
huũ rey que depois morreo,
porque ho doo se perdeo,
foy tambem nojo perdido [16]

262

Foy no anno de Dxxj a xix de dezembro, hũa quinta feira

Vij el Rey nosso Senhor
quando foy por rey alçado;
nunca foy tã grande estado,
nem rey cõ tanto primor
se vio nunca alleuantado,
com tanto estado real,
iffantes & Cardeal,
duq̃s, marqueses, prelados,
condes, fidalgos honrados
com ha prol de Portugal.

263

Ho ifante dõ Fernando

Em Lixboa assi sahio
dos paaços polla ribeira,
gente sem conto ho seguio,
gentileza non se vio

nũca em rey tam verdadeira,
a cauallo muy galante,
& todos a pee diante
do gram triumpho nõ fallo,[47]
& has redeas do cauallo
a pee leuaua ho Iffante.

264

Ho ifante dom Luis

Pollas ruas nouas hia
& ho Iffante seu hirmão
com estoque alto na mão;
rey do mundo parescia
em poder & perfeiçam:
nos alpendres foy descido
de sam domingos, & subido
nũ estrado triumphal
por nosso rey natural
foy alli obedescido.

265

Filho de pay excellente,
& de may muy virtuosa
de grandes reys descendẽte
desd os godos, que foy gente
no mũdo muy poderosa;
nepto del rey dom Fernãdo,
de grã poder, de grã mando,
da poderosa raynha
dona Isabel, que tinha
grande nome gouernando.

266

Marido da esclarecida
raynha nossa senhora,
deste gram sangue nascida,
no mundo muy escolhida
de Deos grande servidora:
por crescerem seus estados
deulhe Deos mais acabados
mais reaes octo hirmãos
que nunca antre reys christãos
nasceram tam esmerados.

267

Veemos-lhe altos desejos
& propositos fundados,
hos espiritos apurados,
grã saber, graça, despejos
nos logares despejados,
em publico grauidade,

grã cõdiçam, grã bondade,
magnanimo, liberal,
em tudo grande, real,
isento, sem vãidade.

268

Em obras muito polido,
real edificador,
em tudo muy entendido,
em plãzres cõmedido,
em monteiro & caçador,
em jogos muy temperado,
em comer muyto reglado,
bem falado, bem regido
muy sotil, leydo, sabido
humano, muy avisado.

269

Seus concertos concertados
de muy reaes paramentos,
riquissimos attilados.
na capella esmerados
sumptuosos ornamentos;
em esmolas caridoso,
em virtudes virtuoso,
no que compre gastador
do que tem conseruador
alegre, muy amoroso.

270

Veemo-llo sempre ocupado
nũca ho vemos ocioso;
tem gram siso, gram recado,
tem seu reyno sossegado
na justica he piedoso;
quanto bem faz fallo elle
pollas grandezas q̃ haa nelle,
& non ho faz por ninguẽ,
que seu natural he bem;
se fizer mal nõ vem delle.

271

Veemos-lhe pax cõ xp̃ãos,
cõ mouros guerra, imizade,
nõ como os Reys comarcãos;
fez christãos muitos pagãos,
accrescenta ha christandade;
nunca em ligas quis entrar
cõ reys xp̃ãos, nẽ quer dar

a mouros pazes que pedem,
soo por Deos se nõ cõcedem
polla fee sancta exalçar.

272

E veemos ho gram poder,
q̃ em Guinee & Indias tem
tantos reynos de sostẽer,
tantos reys a seu querer,
de que pareas lhe veem,
tantas villas & cijdades,
terras & cõmonidades
ganhadas per cruas guerras
cheos os mares & terras
de suas prosperidades.

273

Tem aa noble fidalguia,
muy valentes caualleiros,
mil victorias cada dia
gram somma de artelharia,
bombardeiros, marinheiros,
tem gados demasiados
& hos retornos dobrados,
tẽ grã nome, gram louuor
de poder, & vencedor
tẽ muitos xp̃aos tornados.

274

Cij̃dades, & villas suas,
em q̃ sempre se faz guerra
a mouros dẽtro ẽ sua terra,
quatro sobre vijnte duas
tẽem, se me a pena nõ erra:
trezentas naos & nauios
traz nos mares & nos rios
de seus reynos alongados
cõ has quaes tẽ sobjugados
muitos reys, & senhorios.

275

Tem Ceuta, Tanger, Arzilla,
Alcacer, Paacer, Çafim,
Mazagã, S. Jorge, Arguim
Çofala, muy rica villa,
Paul, Ceilam & Cochim
Moçambique, Sancta Cruz,
Malaca, Goa & Ormuz,

Maluco, & Cananor,
Coulam, Sam Tomee, Zamor
Quiloa, Chaale, Aguz.

276

Vijmos ho seu casamento
Com hirmãa do imperador;
vijmos tã gram jũtamẽto,
em Eluas tanto senhor,
que fallar em mais he vento:
cinco mil encaualgados
grandemente atauiados
muito ricos, muy galantes,
com hos senhores Iffantes
na raya foram juntados.

277

Ho ouro, ha pedraria,
cãnotilhos, & borlados
has perlas, ha chaparca,
hos forros, hos esmaltados
nam tem conto nem valia:
em Estremoz se juntaram,
ha vodas hij celebraram,
nunca tal par se juntou
Deos assi os conformou,
que em tudo se conformaram.

278

Veemos lhe largar ha mão
grãdemẽte em dar dinheiro,
vijmo-llo tam bõo hirmão
da hirmãa tam verdadeiro,
como sabem quantos sam:
polla fazer moor senhora
que foy no mũdo tee agora
de imperio & reynados
hũu cõto douro ẽ cruzados
lhe deu de dote em hũa ora.

II a

La triste reina de Napoles
sola va si compañia;
va llorando y gritos dando
du su mal contar podia:
«Quem amase la tristeza
y aborreccese alegria
porque sepan los mis ojos
cuanto lloro yo tenia!

Yo llosé el rey mi marido,
las cosas que yo más queria;
lloré el principe don Pedro
que era la flor de Castella.
Vinome lloro, tras lloro
sin saber consuelo un dia.
Yo me estando en estos lloros
vino me mensageria
de aquese buen rey de Francia
que el mi reino me pedia.
Subiera-me à una olta torre
las mas alta que tenia:
vi venir siete galeras
que en mi socorro venian,
dedtro venia un caballero
almirante de Castella.
¡Bien vengas, el caballero
buena sea tu venida!

II b

Emperatrices y reinas
que huis del alegria,
la triste reina de Napoles
busca vuestra compañia.
Va diciendo y gritos dando:
«De mi mal contar podria
quien amase á la tristeza
y olvidase el alegria,
porque viesen los mis ojos
el daño que les venia
en perder un tal marido
que jamas no cobraria!
Lloren damas y doncellas
la reina que en tal se via:
quen pensó tener consuelo
mal tras mal le combatia.
Un año habia y mas
que este mal á mi seguia;
vinome lloro tras lloro
sin haber descanso un dia.
Io lloré al rey Alfonso
por la muerte que moria;
yo lloré á su hermano
que otro hijo no habia (?)
Lloré al principe don Juan
cuando fraile se metia.
Estando en estas congojas
vinome mensajeria
que ese rey de los Franceses
el mi reino me pedia,

porque dice que fue suyo
y que a él pertencia.
Un consuelo me quedaba
para mi postrimeria:
estos fueron dos hermanos,
rey y reina de Castella.
Demandéles yo socorro
que de grado les placia,
subierame á una torre
la mas alta que tenia
para ver si vienem velas
de este reino que decia.
Vi venir unas galeras
y unas naos vizcoenas.
Mas el tiempo fuera tal
que mi dicha lo desvia;
que las galeras y naos
vueltas son para Castilla.
Ya despues de esto pasado
estas y otras mas venian,
en ellas viene un caballero
de la noble Andalucia.
Este fué Gonzalo Hernandez
con muy gran caballeria,
Plegue a Dios que le guarde
de muy mala compañia
y á la reina que es de Napoles
su muy alta señoria
y dejar vivir alegre
en los dias de su vida!

II b

Emperatrices y reinas
euantas en el mundo habia,
las que buscais la tristeza
y huis del alegria,
la triste reina de Napoles
busca vuestra compañia
Va llorando y gritos dando
do seu mal contar podia.
«Quien amase la tristeza
y olvidasse el alegria,
porque lloren los mis ojos
cuanto lloro yo tenia!
Vinome lloro tras lloro
sin haber consuelo un dia:
yo lloré al rey mi marido
que de este mundo partia;
yo lloré al rey Alfonso
porque su reino perdia;

lloré al rey don Fernando,
las cosas que más queria;
yo lloré una su hermana
que era reina de Hungria;
lloré al principe don Juan
que era la flor de Castilla;
lloré al principe mi hijo,
porque fraile se metia.
Lloran-me duques y condes,
y otras gentes de valia;
lloran-me las cien doncellas
que en mi palacio tenia.
Estando en estos mis lloros
vinome mensajeria
de ese rey de los Franceses
que mi reino me pedia
porque dice que era suyo
y que á él pertenecia;
y que si no se lo daba
que el me lo tomaria.
Un consuelo me quedaba
asentado en rica silla:
esto eran dos hermanos
rey y reina de Castilla.
Enviéles por socorro
que de grado les placia.
Subierame á una torre,
la mas alta que tenia,
por ver si veniam velas
de los reinos de Castilla.
Vi venir unas galeras
que venian de Andalucia;
dentro viene un caballero,
el gran capitan se decia:
¡ bien vengais, el caballero,
buena sea vuesta venida!

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

[1] São sobretudo romances juglarescos, e de autores conhecidos, em que se dá êste caso. Nos populares, passa-se de um Acto a outro, ligando os dois por meio de uma frase convencional de transição.

[2] Na Anotação 16.ª do Estudo relativo à *Rainha Velha* atribui êsse acrescento *de gloriosa memoria* a Luís Vicente, deixando indeciso se êle elaborára os Índices, ou apenas os emendára. Cf. *Rev. de Hist.*, fascículo 24, pág. 294. Nos meus Apontamentos não registei, se o texto da Copilação está encimado da mesma epígrafe que se encontra na Taboada.

[3] A mais curiosa ou extravagante das notícias que coleccionei, a respeito de leituras feitas em Portugal publicamente a analfabetos do século XVI, é a seguinte, tirada de um *Memorial de* FRANCISCO DE MORAIS: «Em sexta-feira de Endoenças do ano de 1521 vi no mosteiro de S. Francisco em Bragança um Diogo Lopes, ferreiro, vestido em manto berneo e touca fouteada estar ante o Sacramento, em roda de mulheres, lendo por *Celestina* e parece-me que era no Auto que falla do Centurio».

[4] V. C. M. de VASCONCELLOS, *Romances Velhos em Portugal*, pág. 133–153. — Na obra de T. BRAGA, *Gil Vicente e as origens do Theatro Nacional* faltam, no Capítulo bibliográfico, pág. 413–447, os títulos dos *Pliegos Sueltos* em que figura o Romance de Dom Duardos. Ei-los aqui:

1) Romance sacado de la farsa de Dom Duardos que comienza *En el mes era de abril* nueuamente glosado por Antonio Lopez estudiante portugues, vezino de la villa de Troncoso *(sic)*, estante en la uniuersidad de Salamanca, y vn testamento de amores y vna pregunta a vn amigo con su respuesta. Todo nueuamente hecho por el mismo auctor y en cabo de cada copla estan dos renglones del romance que se glosa.

Sin L. ni A. En 4º a 2 col. 4 folhas.

Contêm: Glosa de Lopez al romance de: *En el mes era de abril*, en coplas que dicen *En el tiempo qu'el amor.*

Villancico que termina la glosa y dice *Todos servid al amor.*

Testamento fecho por Lopes en coplas de pie quebrado que dicen *Pues amor me tiene herido.*

Pregunta de Lopez, en coplas que dicen *Queriendo yo bien mirar.*

Respuesta á dicha pregunta en coplas que dicen *Teneis tal gracia en decir.*

Vid. *a*) DURAN, *Romancero* Vol. I., p. LXXVIII, do Vol. X da *Biblioteca de Autores Españoles.*

b) Gallardo, *Ensayo de una Biblioteca Española*, Vol. III, n.º 279, Madrid, 1888. No título emenda *Trancoso*. Treslada a primeira décima da Glosa.

c) Garcia Peres, *Catálogo Biografico y Bibliografico de los Autores Portugueses que escribieron en castellano* — Madrid, pág. 328 e (repetido menos explicitamente) pág. 638, embora lá copie a decima comunicada por Gallardo.

2.º) Siguen-se ocho romances viejos. El primero es de la presa de Tunez que dize *Estando en una fiesta. etc. etc.* El octavo que dize *En el mes era de abril.*

Vid. *a*) Duran, l. c. pág. lxxix.

b) Gallardo, Vol. I, n.º 1121.

3.º Dos *Pliegos sueltos* o Romance passou ao *Cancionero de Romances* de 1550;

4.º Ao *Romancero de Duran* n.º 288.

[5] *In Polyonymum* — sátira latina de Jorge Buchanam.

[6] Vid. M. Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal*: Clenardo Coimbra, 1917, pág. 110.

[7] Vid. Goes, *Crónica de Dom Manuel*, Parte III, capítulo 55, 56 e 57.

[8] Do que resta, dá ideia o *Catalogo por orden alfabetico de Varios Pliegos Sueltos que contienen Romances, Villancicos, Canciones*, etc., coordenado e publicado por Duran na *Bibl. de Aut. Esp.* — Vol. X. A 1.ª secção, de impressões do século xvi, abrange 153 números, se a minha contagem for certa. Desde 1863 é que o público teve notícia de muitos outros, por meio do *Ensayo* de Gallardo, *Catalogo* de Salvá, o de Heredia, o de F. Palha, etc.

[9] Tenho em vista: F. Wolf, *Über eine Sammlung Spanischer Romanzen in Fliegenden Blättern*, Wien 1850; Gigas, *Fliegende Blätter in Kopenhagen*, 1880; Ed. Porebowuz, *Una Coleccion de pliegos sueltos de Granada existente en la Biblioteca Universitaria de Cracovia*, Krakau, 1891. — Dr. Chr. Fass, *Über eine Sammlung Spanischer Romanzen auf fliegenden Blättern in der Göttinger Universitäts Bibliothek*, 1897.

[10] O folheto de que trato, não começa portanto com a fórmula usual: *Aqui se contienen dos romances*, etc., ou *Aqui comiençan seis romances*. Pelo contrário como mero recheio nem mesmo as composições de Gil Vicente são mencionadas no cabeçalho.

Da mesma maneira não entrou no frontispício da *Historia de Deus* de Gil Vicente o *Dialogo de hũs tres Judeus e dous Centurios*, etc., que está nas últimas seis páginas do folheto de vinte e quatro que no último quartel do século xvi saíu dos prelos de Antonio Alvarez.

[11] A marca bibliotecária é R 8592.

[12] Madrid, 1916: Luis Vélez de Guevara, *La Serrana de la Vera*, publicada por R. Menendez Pedal y Maria Goyri de Menendez Pedal.

[13] *Catalogo*, pág. 105: *Auto de Sanctiago*.—Vinheta.—*Auto do bem aventurado Sanctiago*: Texto por Affonso Alvares no qual entram, etc. — Impresso com licença: Por Antonio Alvarez, Anno mdxcviii. No verso do rosto ha vinheta, bem como em parte da penúltima página e na última toda.—In 4.º de 8 fl.—*Raro*—C-2-17.

[14] Vid. T. Braga, *Gil Vicente e as Origens do Theatro Nacional*, Porto, 1898. Na Bibliografia, registam-se: uma edição sem data; outras de 1619, 1643, 1665. — Reservo os pormenores para o *Teatro Antiguo Español*.

[15] Excluo as variantes meramente gráficas, ou linguísticas, como *porfia Iffante princepe*.

Cinjo-me à transcrição de A. Braamcamp Freire na *Rev. Hist.*, n.º 22, pág. 187 e n.º 24, pág. 294, porque os meus poucos apontamentos eram insuficientes

[16] Avulta entre êles, não por ser o melhor, mas por ser freqüentíssimo nas obras vicentinas, o desejo que os empenhos, *as aderencias*, acabassem nos paços.

[17] Na *Egloga I* de Camões, redigida em português, a viuva do Príncipe D. João, filha de Carlos V, pranteia tambem em castelhano, justíssimamente.

[18] As variantes do Pranto são mais numerosas. O passo

Triste pranto até Belem
nem passo nam se esquecia

não me agrada na segunda parte. E o mesmo vale da variante *no* (= *nel*) *palacio se hazia*. Cfr. nota 24.

[19] Quem se ocupar do reinado de D. João III precisará comentar muitas das afirmações do autor da *Miscelânea*.

[20] Variantes como a do verso 50 do *Pranto* não tem importância: D. Jorge, o bastardo de D. João II era Duque (de Coimbra) e Mestre (de Santiago e Aviz) ao mesmo tempo. Mas nem por isso era menos verdade que duques e condes acompanhavam o préstito (conforme diz Garcia de Rezende) e àlêm disso marqueses, prelados e fidalgos, com a flor de Portugal.

[21] *Hist. Gen. da Casa Real: Provas,* Vol. II, pág. 307. — Francisco de Andrade, *Cronica de D. João III,* Vol. I, cap. 7, 8 e 9. — Damião de Goes, *Cronica de D. Manuel,* Parte IV, cap. 83. — Garcia de Resende, *Miscellanea*, Estr. 260 e seg. — Frei Luís de Sousa, *Annaes de D. João III.*

[22] Segundo Resende havia uns duzentos casos fatais, em homens honrados e de estado, e outros tantos escaparam «já quasi enterrados».

[23] Faltam porménores a respeito dos eclesiásticos que seguramente lhe prestaram as devidas honras.

[24] É a miniatura descrita por Ramalho Ortigão (a pág. 74 do *Catalogo da Sala de Sua Magestade El-Rei relativo á Exposição de Arte Sacra Ornamental de 1895*). Conversas com meu marido a respeito das Huminuras, abalaram todavia a minha fé.

[25] O *Pranto era* tradicional. Quanto à quebra dos escudos, tenho dúvidas. No extenso *Publico instrumento do auto d'acclamação del rei D. João II pela cidade de Lisboa em 1 de Setembro de 1481*, impresso por E. Freire de Oliveira nos *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa* (Tomo I, pág. 339 e seg.), a cerimónia consiste na aclamação solene do novo monarca por um cortejo, capitaneado por arautos e o alferes de bandeira levantada e música de trombetas. Em doze partes da cidade se levantou o pregão de «*Real! real! real! pelo muy alto e muyto poderoso rey Joam nosso Senhor*»! a que o povo respondia *Real! real! real!* Nada mais. Da quebra dos escudos, nem palavra. Quanto à cerimonia de 1495 na aclamação de D. Manuel, em Alcacer do Sal, e em Lisboa a 28 de Outubro, conheço apenas o conciso Cap. II da Primeira Parte da *Cronica* de Goes e o documento da Camara de Lisboa, impresso na *obra citada* de Francisco de Oliveira (Vol. I, pág. 369). Nêle apenas diz vagamente que «El Rey dom Manoel nosso Senhor andando pela cidade com bandeiras e reis darmas e arauto e trombetas fez os autos e cerimonias que a tal caso pertenciam».

[26] «Certas palavras que trazia escritas por ordem da camara». Como se fôsse novidade? Andrade acrescenta todavia a explicação seguinte: «Este costume antigo de se quebrarem escudos e se arrastar bandeira na morte do Rey, com pranto geral de todo o povo, *dizem alguns* que he significação de ser fallecido aquelle Rey

e Senhor que era defensão do seu reyno e que levantava as bandeiras contra os inimigos delle».

27 D. Duarte, na folha volante, é erro evidente. Este mocito tinha seis a sete anos. Nascera em 1515.

28 O discurso de Obediência de D. Manuel ao Papa Júlio II (1505), do qual um exemplar está na riquíssima biblioteca de F. Palha, foi traduzido para português por Rui de Pina (Paris, Ms. 10) e modernamente por J. P. da Costa (Coimbra, 1907).

29 *Arraial* na Copilação; *Real* na folha volante e na *Cronica* de Andrade.

30 Histórico, embora nas indicações genealógicas, e a respeito dos acontecimentos bélicos, haja confusão e erros.

31 Quem alguma vez leu a grandiosa e verdadeiramente trágica *Hecuba* de Euripedes e conhecer o Romance *Emperatrizes y Reinas* fará ideia do tamanho do exagêro que ha nesse sobrenome.

32 Outro enteado de Joana III, o Cardeal D. João de Aragão, finara-se em 1484.

33 D. Joana III faleceu em 1517; desconheço a data da morte de D. Joana IV. D. Joana I (fal. em 1382) e Joana II (1435) pertenceram à dinastia francesa (Anjou) que precedeu a aragonesa em Nápoles. São *as duas Joaninhas (las dos Janillas)*, infamadas por vicios e crimes, a que Sá de Miranda alude na Egloga de *Andrés*. — Vid. C. M. de Vasconcellos, *Sá de Miranda*, pág. 831.

34 O último dos filhos de Afonso II (e último rebento do tronco), chamado Fradique, foi expulso de Nápoles em 1501.

35 Assunto de quatro romances muito curiosos, recolhidos e publicados por D. Maria Goyri de Menendez Pidal no *Bulletin Hispanique* (VI, n.º 1, 1904). Cfr. Menendez Pelayo, *Antologia*, XII, pág. 546 e seg.

36 Vid. Benedetto Croce, *La corte delle triste regine a Napoli* — Nap. 1894.

37 Saiu em diversos *Pliegos sueltos* do século XVI, e como *Romance de la reina de Napoles* na *Silva de romances* de 1550 (fl. 76.) Cfr. Duran, *Romancero*, n.º 1249.

38 Apareceu no *Cancionero de romances, s. a.* — Cfr. Duran, n.º 1250.

39 Ainda ha terceira redacção no *Cancionero de Romances*, 1550, pág. 277. Todas as três estão na *Primavera y Flor de Romances* de Wolf (N.º 102, 102a e 102b), reimpressa, como se sabe, por Menendez Pelayo *(Antologia VIII)*.

Vid. *Antologia XII*, pág. 310 e F. Wolf, *Ueber eine Prager Sammlung fliegender Blätter*, pág. 58.

40 Salvá, *Catalogo* n.º 82; folheto s. l. n. a. (s. 1535), in-4.º letra gótica; 2 folhas s. sign.

41 O *Romance de la sacratissima virgen Maria, contrahecho a Emperatrizes y reinas, de los dolores que la virgen padescio* começava: *Emperatriz y señora.*

É possível que êsse princípio soasse no espírito de quem primeiramente escreveu a rubrica relativa a *Pranto fazem em Lisboa.*

42 Vid Barbieri, n.º 334, *música de Contreras.* Cf. n.º 324 *Yó me soy la reina viuda.*

43 Antes de casar com o Brandenburguês.

44 *Miscelanea*, Estrofe 246.ª

E vymos tambem el rey
de Dinamarca perdido,
desterrado, e destruydo
pelos seus, sem dar por ley,
e em Flandres acolhido.

Vymos ha triste Raynha
sua molher, a qual vinha
trabalhar por lhe valer
em terra alhea morrer
desemparada, mezquinha.

[45] *Revue Hispanique*, Vol. XIII, pág. 256.

[46] Não fala da quebra dos escudos.

[47] Ignoro a que *triunfo* Resende se refere.

[48] *Marido* foi substituído nas edições posteriores, por *nascido;* mas Mendes dos Remédios mantem aquela lição.—Sou de opinião contrária, visto que na estrofe anterior se falou do pai e dos avôs; e que da esposa D. Caterina só se trata na estrofe 276. A *esclarecida raynha .. de deos grande servidora*...deve ser D. Maria, a mãe *dos oito reaes irmãos* de que se fala na mesma décima: D. João III, D. Isabel, D. Beatriz, D. Luís, D. Fernando, D. Afonso, D. Henrique, D. Duarte. Cfr. Estrofe 285. Esses oito e mais a Infanta D. Maria, filha da terceira esposa de D. Manuel, dão a conta de nove. Ela foi escrita portanto antes da morte de D. Fernando, (1534) D. Afonso (1540) D. Duarte (1540): D. Isabel (1539), e D. Brites (1538).

Isso seria antes de 1534.

[49] Vid. Dr. Mendes dos Remédios, *Subsídios para o estudo da História da Literatura Portuguesa*, Vol. XIX; *Anotações* a pág. 155-157.

[50] *Canc. de Rom.* f. 262. — Cf. F. Wolf, *Sammlung spanischer Romanzen*, etc., pág. 60.

[51] Silva de 1550. — Cf. F. Wolf. l. c. p. 58. — Dividido em quadras.

Vicente,Gil 156539

LPor
V632
.Ym

Author Michäelis de Vasconcellos, Carolina

Title Notas Vicentinas.

DATE. | NAME OF BORROWER.

University of Toronto
Library

DO NOT
REMOVE
THE
CARD
FROM
THIS
POCKET

Acme Library Card Pocket
Under Pat. "Ref. Index File"
Made by LIBRARY BUREAU